



**Uniube**

**UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE  
PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**ADRIANA REGIANE GONÇALVES**

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO 9º PERÍODO DE UMA  
ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA- MG, EM TEMPOS DE  
PANDEMIA**

**UBERLÂNDIA - MG**

**2021**





UNIVERSIDADE DE UBERABA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO DOCENTE PARA  
A EDUCAÇÃO BÁSICA  
MESTRADO PROFISSIONAL

ADRIANA REGIANE GONÇALVES

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO 9º PERÍODO DE UMA  
ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA- MG, EM TEMPOS DE  
PANDEMIA.**

Dissertação/produto de Defesa apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação da Universidade  
de Uberaba como etapa de avaliação do  
processo para obtenção do título de mestre sob  
a orientação da prof.<sup>a</sup> Dra. Gercina Santana  
Novais

**Linha de Pesquisa:** Práticas Docentes para a  
Educação Básica.

UBERLÂNDIA– MG

2021

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

G586u      Gonçalves, Adriana Regiane.  
Uma experiência de educação de jovens e adultos do 9º período de uma escola da rede pública municipal de Uberlândia-MG, em tempos de pandemia / Adriana Regiane Gonçalves. – Uberlândia-MG, 2021.  
230 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de pesquisa: Práticas Docentes para Educação Básica.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Germina Santana Novais.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Educação – Aspectos sociais. I. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

CDD: 370

**ADRIANA REGIANE GONÇALVES**

**UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO 9º PERÍODO  
DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA – MG, EM  
TEMPOS PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 16/12/2021

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Gercina Santana Novais  
(Orientadora)  
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Charão de Oliveira  
Faculdade Presidente Antônio Carlos de  
Uberlândia - UNIPAC



Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza  
Universidade de Uberaba – UNIUBE



## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao meu esposo José Luiz pela compreensão das noites que dediquei aos estudos e ele cuidou de tudo em casa, aos meus filhos Jhéssica e Diego pelo apoio e carinho.





## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimentos a Deus pela vida e oportunidade de crescimento em Graça e Sabedoria.

Agradeço as minhas mães, Terezina e M. Emiliana pelo carinho e pelas suas orações em todas as nossas atitudes e conquistas.

À minha família que soube esperar por mim em todos os momentos e compartilhou comigo cada minuto desta etapa, que aceitou que meu lar também fosse minha escola e souberam respeitar o tempo necessário para a construção do meu objetivo.

Aos professores da UNIUBE que aqui representam todos os professores da nação, que se reinventaram em tempos tão incertos e souberam nos acolher e nos ajudar nesta fase: para vocês os meus parabéns e carinho especial.

À professora Gercina Santana Novais que foi mais que orientadora, foi uma mulher forte cheia de sabedoria e que além de orientar, soube ouvir e nos conduzir de forma humana, à você meu carinho, respeito e acima de tudo admiração.

À Escola, local de minha pesquisa, meu lugar de estudo e também de vida.



## RESUMO

Este texto apresenta os resultados de uma pesquisa acerca de uma experiência de Educação de Jovens e Adultos do 9º período de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia- MG em tempos de pandemia, ocorrida no ano de 2020. Essa pesquisa, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação: formação docente para a Educação Básica, por meio da linha de pesquisa Saberes e Práticas Educativas, e ao Projeto-Guarda-Chuva, intitulado “Pesquisa, Formação e Intervenção na Educação: estudos em contextos educativos escolares e não escolares”, adotou o enfoque qualitativo e contemplou revisão bibliográfica e pesquisa documental. O objetivo geral da pesquisa é analisar as experiências de Educação de Jovens e Adultos– EJA em tempos de pandemia e seus efeitos na/para a escolarização dos/as alunos/as do 9º período da EJA de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia. Como objetivos específicos: identificar e analisar atividades pedagógicas utilizadas na Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020; identificar e analisar os conteúdos e apoio à escolarização à Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020; analisar a relação escola e estudante da EJA do 9º período; identificar e analisar as dificuldades de permanência e continuidade dos estudos dos/as alunos/as do 9º período da EJA, em tempos de pandemia; identificar e analisar estratégias de avaliação, utilizadas na EJA, durante a pandemia, no período de março a outubro de 2020, descrever e analisar os Planos de Estudos Tutorados –PETs, disponibilizados para os/as alunos, no período de março a outubro de 2020. A base teórica que ancorou a pesquisa foram as formulações de Bogdan e Biklen (1994) sobre enfoques, métodos e técnicas de pesquisa, de Cellard (2012) acerca da pesquisa documental; de Freire (1977); (2003); (2005); (2011); (2019) a respeito de Educação de Jovens e Adultos e de Montalvão (2021), Oliveira (2020), Lima (2020) sobre educação e pandemia. Os resultados mais recorrentes sinalizaram um aprofundamento das desigualdades educacionais na EJA, queda ainda maior na qualidade do ensino e descaso do Estado em relação aos direitos à educação escolar. Por fim, resultados da investigação possibilitaram elaborar proposições, favorecendo a reconstituição de acontecimentos e a continuidade da reflexão sobre EJA em tempos de pandemia.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Pandemia. Desigualdades na escolarização e exclusão.



## ABSTRACT

This text presents the research results of the experience of Youth and Adult Education (EJA) of a 9th grade class in a municipal public school of Uberlandia-MG in times of pandemic, which occurred in 2020. This research, linked to the Program of Professional Master's Degree in Education: teacher training for Basic Education, through the research line Knowledge and Educational Practices, and the umbrella project entitled “Research, Training and Intervention in Education: studies in school and non-school educational contexts”, adopted a qualitative approach and included a literature review and documental research. The general objective of the research is to analyze the experiences of EJA in times of pandemic and its effects on the schooling of students from the 9th grade of EJA in a school in a municipal public school of Uberlandia-MG. As specific objectives: to identify and analyze pedagogical activities used in the EJA in times of pandemic, from March to October 2020; identify and analyze the contents and support for schooling of EJA in times of pandemic, from March to October 2020; analyze the relationship between school and student in the 9th grade of EJA; identify and analyze the difficulties of permanence and continuity of studies of students from the 9th grade of EJA, in times of pandemic; identify and analyze evaluation strategies used in EJA during the pandemic, from March to October 2020 and describe and analyze Tutored Study Plans (PETs) made available to students, from March to October 2020. The theoretical basis that anchored the research were the formulations of Bogdan and Biklen (1994) on research approaches, methods and techniques, of Cellard (2012) on documentary research; de Freire (1977); (2003); (2005); (2011); (2019) on youth and adult education and Montalvão (2021), Oliveira (2020), Lima (2020) on education and the pandemic. The most recurrent results signaled an increasing of educational inequalities in EJA, an even greater drop in the quality of education and the State's disregard for the rights to school education. Finally, research results made it possible to elaborate propositions, favoring the reconstitution of events and the continuity of reflection on EJA in times of pandemic

**Keywords:** Youth and adult education, pandemic, education inequalities and exclusion.



## SUMÁRIO

Prólogo .....	14
Trajetória escolar: uma construção do amor pelo ensino e pesquisa.....	14
<b>SESSÃO I-METODOLOGIA DA PESQUISA: os caminhos da pesquisa.....</b>	<b>31</b>
1.1 Revisão Bibliográfica. ....	31
1.2 Pesquisa Documental.....	32
1.3 Corpus da pesquisa .....	33
1.3.1 Leis, decretos, resoluções, deliberações, pareceres e ofícios .....	33
1.4 Registros escolares .....	36
1.5 Atividades escolares .....	36
1.6 Local da Pesquisa .....	37
1.7 Análises dos Dados.....	40
1.8 A Educação de Jovens e Adultos no município de Uberlândia.....	40
<b>2.1. OS ALUNOS DA EJA, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: o vínculo entre paradoxos.....</b>	<b>49</b>
2.1.1 A EJA: ela existe para quem? .....	50
2.1.2. OS CURRÍCULOS DA EJA: análise crítica.....	59
2.1.3 Produções acadêmicas sobre a EJA .....	62
2.1.4 Análise dos artigos: A pandemia e o ensino remoto no centro do debate.....	71
<b>SEÇÃO III- EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PANDEMIA. ....</b>	<b>76</b>
3.1- Quem são e onde estão os alunos: a quem são destinadas as estratégias pedagógicas?79	
3.2- A periferia está no centro: experiência na Escola Municipal Caminho Suave .....	96
3.3-No meio do caminho havia uma pandemia .....	97
<b>SEÇÃO IV–AS PISTAS DA EXPERIÊNCIA DA EJA: análise documental .....</b>	<b>105</b>
4.1 Análise da LDB e Decreto municipal 14.045.....	105
4.2. Sob a luz da EJA: análise das bases legais elaboradas no contexto de pandemia.....	111
4.2.1 Lei Federal 14.040/2020, de 18 de agosto. ....	112
4.2.2 Pareceres CNE/CP nº5/2020, e nº11/2020 .....	113
4.2.3 Resoluções do CEE/MG nº474/2020 .....	114
4.2.4 Resolução SEE nº 4.329/2020 e nº 4.336/2020.....	116





4.2.5. Decretos Municipais nº18. 550 de 19 de 03 de 2020 e suas alterações em nº18. 553 de 20 de março de 2020.....	119
4.2.6-Resolução da SME 001/2020.....	120
4.2.7 Ofício Circular 3962-19/08/2020 complemento 4555-29/09/2020.....	124
4.2.8 DCM.....	125
4.3 PPP- Projeto Político Pedagógico e Regimento escolar .....	127
4.3.1 PETs e PET FINAL.....	131
CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES POSSÍVEIS .....	144
REFERÊNCIAS .....	151
APÊNDICE 1_ Ficha de Análise Preliminar.....	161
Apêndice II .....	174
APÊNDICE 2_ Estrutura do Formulário Orientador. ....	174
ANEXOS .....	185



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASAS- Agentes de Serviços Administrativos-Serviços-Gerais

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF- Constituição Federal de 1988

CEMEPE- CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS  
JULIETA DINIZ

DCM- Diretrizes Curriculares Municipais

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EC- Emenda Constitucional

EDH- Educação em Direitos Humanos

EF II- Ensino Fundamental II

EJA- Educação de Jovens e Adultos

EMCS- Escola Municipal Caminho Suave

FUNDEF- Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LD- Livro Didático

OCDE- Organização para Cooperação e Desenvolvimento econômico

ONU- Organização das Nações Unidas

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PET – Plano de Estudo Tutorado.

PMAE- Programa Municipal de Alimentação Escolar

PME – Plano Municipal de Educação

PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar

PNE- Plano Nacional da Educação

REANP- Regime Especial de Atividades Não Presenciais

SME - Secretaria Municipal de Educação



TIC- Tecnologia da Informação e Comunicação

TDIC- Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.



## Prólogo

### Trajectoria escolar: uma construção do amor pelo ensino e pesquisa

Eu fico com a pureza da resposta das crianças.  
 É a vida, é bonita e é bonita,  
 Viver e não ter a vergonha de ser feliz,  
 Cantar, e cantar e cantar  
 A beleza de ser um eterno aprendiz.  
 (O QUE É, O QUE É? GONZAGUINHA-1982)

Início este relatório narrando sobre a minha história de vida, de onde eu venho e quais são minhas origens. Isso porque decidi por “Viver e não ter a vergonha de ser feliz”, narrar minhas experiências e se orgulhar da vida. Somos sujeitos em movimento, somos um eterno aluno em busca de novos saberes.

Minha trajetória tem seu começo na pacata cidade de João Pinheiro-Minas Gerais no interior do noroeste mineiro. Com carinho e admiração relato primeiramente sobre minha mãe, Dona Terezina: mulher simples, trabalhadora, cuidava do lar e das crianças, como quase todas as mulheres de sua época. Sua escolaridade foi de apenas seis meses, o único período considerado escolar em sua vida no qual aprendeu, além de ler e escrever poucas letras, as habilidades de cozinhar, fiar, bordar e outros afazeres domésticos. Em 2021 completou 86 anos de idade, não possui mais todas as suas habilidades devido a sua saúde frágil. Meu pai Senhor Valdemir era lavrador, homem simples, não alfabetizado, mal conseguia rabiscar seu nome e isso só ocorria quando realmente se fazia necessário, faleceu aos 53 anos em 1988. Como eu iria completar os dez filhos do casal que haviam perdido dois dos filhos anteriores, a escolha do meu nome foi criativa. Minhas irmãs mais velhas não deixaram colocar Maria, pois todas elas eram Marias (M.<sup>a</sup> Emiliana, M.<sup>a</sup> Terezinha (in memoria 2009), M.<sup>a</sup> Abadia, Maria de Lurdes (in memoria), e M.<sup>a</sup> Aparecida; então deveria começar com “A” como todos os meus cinco irmãos porque se achava que pela idade de minha mãe, 38 para 39 anos, eu seria a caçula. Assim seguiu-se a ordem: Armando, Adélio, Ademar, Adelson, Adilermundo e para fechar a lista, eu, Adriana, no entanto, quis Deus que aos 42 anos minha mãe tivesse outra bebê, minha irmã, então caçula Helaine que fecha a lista de filhos.

Crescemos convivendo sempre com grandes dificuldades financeiras. Os irmãos mais velhos buscavam de alguma forma ajudar nas despesas domésticas e todos trabalhavam desde crianças. Sempre brinquei muito, nas ruas com várias crianças, brincadeiras variadas, meninos e meninas juntos saltitando, descalços, cabelos esvoaçados e uma gritaria ensurdecadora. As noites pareciam pequenas para tanta animação, brincávamos sob os olhares de nossos pais, que

se reuniam com os demais vizinhos nas calçadas para prostrar, tomar um café que alguma das comadres fazia e vigiar os filhos de todos os perigos que ainda nem existiam. É com alegria e muita euforia que me recordo desta época, mas ao mesmo tempo entristeço por saber que meus filhos não tiveram esta oportunidade de serem livres quando crianças como eu fui.

Em 1982 a obrigatoriedade escolar se dava aos sete anos para a 1ª série do Ensino de 1º Grau, hoje considerado 1º ano do Ensino Fundamental I. Para aqueles que tinham condições financeiras adequadas, existia a pré-escola, “Prezinho” ou Jardim de Infância em escolas particulares, não era o meu caso. No entanto, eu também fiz a pré-escola estudei na Escola Estadual Orlinda Saraiva Simões no município de João Pinheiro-MG, mas a chamávamos pelo nome do bairro “Escola da Esplanada”. Lá, a pré-escola era regida pelo projeto de alfabetização de massa Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL.

De acordo com Correia (1979), o MOBRAL foi criado como prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do movimento era uma tentativa de erradicação do analfabetismo adulto que, do parecer de Germano, deu-se assim:

Embora criado em 1969, o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) começa a funcionar efetivamente em 1970, com vistas a erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Tal movimento foi lançado com grande alarde, pois afinal visava atingir um grande contingente popular, e esta era uma forma de buscar legitimação ao slogan muito em voga na época: “Este é um país que vai pra frente”. (2000, p.163).

Este Programa foi implantado em 1971, tendo seu período de expansão entre os anos de 1972 e 1976, no auge da Ditadura civil militar que vigorava no país. Segundo os técnicos, o MOBRAL revitalizou-se em 1977. Foi criado para dar continuidade ao Programa de Alfabetização Funcional, imbuídos do sentimento de educação permanente. Ou seja, o aluno considerado alfabetizado recebia uma espécie de promoção passando para uma fase em que teria continuidade e progressividade das condições educativas. O projeto de educação brasileira que foi instalado com o intuito de sanar as dificuldades de alfabetização dos jovens e adultos, mas que englobou a educação infantil com a finalidade de sanar as problemáticas da aprendizagem nas séries Iniciais do Ensino de 1º Grau, em particular das classes populares de baixa renda. Assim, foi instalado o chamado “MOBRALZINHO”. E por iniciativa da Prefeitura de João Pinheiro-Minas Gerais, efetivou-se as primeiras turmas de pré-escola regida pelo projeto do MOBRAL, onde tive minha primeira participação escolar. Minhas concepções atuais acerca do processo ensino-aprendizagem permitem que eu olhe para trás, para minha história,



inclusive de alfabetização e consiga identificar o tamanho adestramento aplicado na alfabetização, como nos sugere o autor:

Outro programa de governo que merece ser comentado, ainda que superficialmente, é o MOBREAL; não pelos seus resultados e tão pouco pela metodologia adotada, mas sim pelo seu impacto no imaginário da população. O objetivo do programa era fazer uma educação como adaptação aos padrões de vida modernos; preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho e acabar com os focos de conscientização política presente nos programas executados no período de 1960 a 1964. (COSTA, 2009, p.69).

O projeto abarcava em sua totalidade crianças sem recursos financeiros ou que não tinham condições de fazer a pré-escola particular. Assim, definia-se que o problema estava na situação econômica e nunca nos métodos de alfabetizar. O programa considerado funcional apresentava seus objetivos: alfabetizar com seguimentos de apostilas do próprio projeto para os professores. Codificações, palavras geradoras, cartazes com as famílias silábicas, quadros ou fichas de descoberta e material complementar. Não tínhamos uma cartilha, mas fazíamos nos cadernos a colagem e a cópia dos chamados grupos das famílias silábicas. De acordo com os estudos que agora faço reconheço que diante das teorias e concepções a mim apresentadas, o processo de alfabetização ao qual fiz parte é considerado pré-silábico ou silábico em que as crianças fazem uma correspondência sonora com as sílabas formadas. A professora lia livros para que recontássemos a história, era um projeto simples, mas nossa professora apesar de não conhecer sobre a concepção construtivista realizava em sua prática tradicional, vários encaixes de atos construtivistas que nos permitia sempre estar em contato com os livros infantis que eram poucos, mas que podíamos manusear sempre. Havia um livro que me recordo bem por ter me chamado a atenção, o pequeno livro contava a história de um gatinho e à medida que se passavam as páginas podíamos procurar o gatinho embaixo da poltrona do sofá ou dentro do cesto, uma vez que o livro permitia desmontar algumas partes. A leitura se tornou um grande prazer em minha infância, apesar de não possuímos livros eu lia os livros de amigos e vizinhos.

Escrever é arriscar-se, ao tentar adivinhar o obscuro, enquanto ler é iluminar-se com clareza do já decifrado. O gesto definitivo da escola sobre a minha vida foi o de não me ter afastado do prazer de ler e escrever. Minha professora, livro às mãos, encerrava as aulas remetendo-nos a outras geografias, novas histórias, belas linguagens. Sem receio do tempo e segura quanto às funções da literatura, ela exercia o magistério descontextualizando-nos, oferecendo-nos caminhos alternativos para outras viagens, não deixando morrer a nossa curiosidade-infantil. Fazendo nascer em nós mais e mais desejos. (QUEIRÓS, 2001, p.56)

Nesta perspectiva, me vi refletida nas belas palavras do autor ainda que apenas na Pré-escola. Tive a oportunidade de crescer enquanto pessoa, sem grandes preocupações com as

diferenças sociais, éramos estudantes e isto era o que importava. Findou-se o ano, acabou a doçura da pré-escola. Daquele tempo restam as lembranças dos acontecimentos: a bela formatura no fim do ano, mesmo sendo de classe baixa “pobre”, participava de tudo que era proposto pela escola.

Nas séries iniciais do Ensino de 1º Grau, começamos a sentir a diferença das classes sociais, os alunos eram organizados em salas mediante avaliações quantitativas. No entanto, era nítido que a questão econômica tinha um peso considerável. As práticas docentes acabavam sendo punitivas e discriminatórias, o estudar não se voltava mais pelo prazer ou pela doçura da professora. Tratava-se a partir de então de uma regra competitiva, estudar para ser alguém, como se o que eu era e tudo o que trazia não pudesse mais existir. Comecei a ter receios da escola, ela não me escutava, era um lugar repleto de regras e tínhamos que seguir à risca, diziam o que eu era, sem ao menos conhecer-me, só pela leitura de minha ficha de cadastro e assim me classificava em aluna das turmas “A”, “B”, “C” ou “D”. Criava-se em nós um temor sobre a educação. Não ir para a classe “A” não era de todo mal, pois lá era só para os “abastados”, então a mim e as minhas colegas e amigas restavam as orações para não passarmos de um “B” o que para nós era uma vitória o “B” era o melhor da classe “baixa”. A partir de então, começamos a conviver com cartilhas, na 1ª série do Ensino de 1º Grau, tivemos nosso primeiro contato. Ela se chamava “A Mágica da Comunicação”, de Yolanda Marques FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), PNLD (Plano Nacional de Livro Didático), MEC 1985. Recordo-me de seu texto sobre uma menina chamada “Ceci” e as combinações sonoras das palavras do texto como Ceci-fazia-ria e outras. Aos poucos as práticas de leituras de livros infantis foram deixando de existir. A literatura tornou-se uma proposta de modo avaliativo, ler só para fazer, ler para responder, ler para ganhar notas e outras tantas tarefas.

Não é tarefa simples para a escola, essa de formar leitores. É necessário, antes, ser uma escola leitora, capaz de ler a cultura do mundo para bem selecionar o seu conteúdo curricular. A escola é um apêndice da cultura. Ela só romperá o cotidiano se tomar posse do conhecimento produzido anteriormente. A escola usa a leitura apenas com a perspectiva de somar “saber”. E ler pelo prazer de ler possibilita-nos o saber como acréscimo e a felicidade como objetivo. (QUEIRÓS, 1992, s.p.)

A leitura como fonte de estudo deixou de ser interessante e graças a isso posso considerar que leio pouco em relação ao que deveria ler. Quanto a escrever, gosto apenas quando posso criar e soltar a imaginação a meu modo, pequenos textos e poesias, também gosto de relatar o cotidiano em cadernos. A Educação é objeto de estudo relevante em especial a alfabetização e a relação da escrita e a leitura. Soma-se a esse fato a formação docente e a

aplicabilidade dos métodos educacionais, sejam eles tradicionais ou novas concepções metodológicas e didáticas. Considero que a educação dos anos iniciais na década de 2021 está estruturada com materiais didáticos e pedagógicos que viabilizam e dão suporte na escrita e leitura mais efetivos em comparação a 1982. As escolas recebem em seu contexto caixas de livros de literatura para utilização na biblioteca. Todos os alunos do Ensino Fundamental I e II recebem os livros didáticos do governo, no entanto, a ênfase está na maneira de sua apresentação aos alunos, para que não se tornem objetos de desânimo para as crianças. Ressalto a prática, pois conheço bibliotecas escolares que fazem os olhos brilharem com tão grande e variado acervo.

Em minha trajetória escolar, a leitura se reduzia a livros didáticos sem fomento à autoria e sem leituras. Os livros eram utilizados como fontes de conhecimento pronto e acabados. Os professores escreviam os conteúdos no quadro e, em seguida, copiávamos páginas inteiras dos livros, inclusive textos com os quais respondíamos inúmeras perguntas, as respostas sempre eram cópias autênticas do texto, sem considerar nossas opiniões. Quanto à matemática, detínhamos os mesmos critérios de cópias, porém todas as atividades eram feitas a partir de um modelo dado, pouco entendíamos o processo para se fazer uma adição, multiplicação ou divisão, bastava seguir o exemplo dado. Decorar era a ação verbal mais praticada.

Em 2020, tendo percorrido o caminho de formação docente pedagógica, sou capaz de analisar que os livros didáticos de minha época eram repletos de estereótipos ou elementos preconceituosos, as famílias eram sempre formadas pelo pai, a mãe e os filhos, considerada a típica família tradicional brasileira que pouco ou nada valorizavam o ato de estudar. As atividades dos livros não provocavam o desenvolvimento dos alunos, resumiam-se na maioria das vezes em pequenos testes de múltipla escolha ou frases para serem completadas, livros com um viés claramente positivista.

O positivismo, ao se colocar como defensor da “ordem e progresso”, na realidade está defendendo uma postura conservadora reacionária de sociedade, na qual tudo deve acontecer dentro das regras “científicas”, previsíveis e determinadas pelo método. O mecanicismo, os esquematismos são norteadores desta doutrina (SOARES, 1994, p.37).

Quanto à utilização de livros reconheço que é uma das fontes que os professores tem para auxiliar aos alunos no processo educacional. Um instrumento norteador que sem a devida lógica foge ao contexto educacional, um instrumento conteudista ideológico representante de um sistema vigente. A mudança dos livros da época de 1982 para os anos de 2020 é um fato, no entanto, o livro não deve ser o instrumento mais importante no processo educacional. Além

disso, apesar de existir um número considerável de pesquisas acerca dos conteúdos trazidos pelos livros didático-LD, o número de estudos sobre outros aspectos como a metodologia, suas formas de utilização em sala de aula e a relação estabelecida entre livro/professor e livro/aluno ainda são poucas. Quanto a esse fato, os autores nos esclarecem:

A investigação sobre LD não se caracteriza como um campo novo. Nas últimas décadas, ele foi objeto de várias pesquisas (Freitag, Costa e Mota, 1989; Höffling, 2000; Pretto, 1985). A tendência maior desses trabalhos recai, normalmente, sobre a análise de seus conteúdos, visando identificar prováveis erros conceituais, ideologias por eles veiculadas, concepções de ciências adotadas, sua evolução histórica e as Políticas do Ministério da Educação, enquanto seu principal “consumidor”. No entanto, alguns aspectos têm ficado à margem desses estudos como, por exemplo, a análise da proposta metodológica, as relações entre esse recurso de ensino e as práticas pedagógicas do professor e, finalmente, há ainda poucos estudos sobre suas diferentes formas de uso no contexto escolar. (CARNEIRO; SANTOS, 2005, p. 102)

Os autores nos esclarecem que um dos objetivos do livro didático é subsidiar a relação de ensino-aprendizagem. Contudo, existem poucas pesquisas sobre o uso no dia a dia desse material na sala de aula e as ideias de professores e alunos a respeito dos livros que utilizam. É notória a necessidade de mais pesquisas sobre um recurso tão importante e às vezes o único que o professor e aluno possuem para utilizar.

Na continuidade de minha trajetória, no Ensino de 2º Grau cursei o Magistério, não escolhi este curso por afinidade, foi realmente uma falta de opção. Entretanto, no decorrer do curso, as descobertas sobre aprendizagem, as metodologias e as inovações educacionais aguçaram minha alma e hoje o meu encantamento pela educação e minha escolha ressaltam a certeza de que ainda que sem saber o fiz corretamente e por amor.

Em 1993, no curso de Magistério-Normal, o uso de livros didáticos foi restrito, tendo em vista que a formação docente se detinha em práticas e conteúdos voltados à docência da pré-escola a 4ª série do Ensino de 1º Grau, suas didáticas e metodologias. Ao longo do curso identifiquei-me com a área do magistério e a profissão docente. A relação de maior afetividade e sincronismo se deu ao iniciarmos o período de estágios da 1ª a 4ª série. Um período que destaco como aquele que despertou a minha sensibilidade e o apreço pelo magistério se deu em uma turma de 2ª série de zona rural. Foi a melhor semana de todo o curso, considero que aquela experiência foi um divisor de águas para eu ser professora hoje. A educação tem a clara função de também compartilhar ideias e conhecimentos que por meio de uma prática podem modificar ou consolidar-se.

Nos anos de 1990, em decorrência da aprovação da LDB, houve a criação dos

Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs e suas contribuições em todas as áreas dos conteúdos curriculares foi, pelo menos no plano teórico, uma tentativa de melhorar a qualidade do ensino.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (MEC/PCNs, 1998, p.5)

Em relação a essa pretensão, entendemos que sua função e discussão em relação ao projeto educacional é relevante quanto a valorização dos temas transversais. Destaca-se a tentativa de contribuir com a reflexão sobre a prática pedagógica, a formação e o planejamento profissional dos educadores. Foram elaborados pensando na diversidade regional, conforme consta no referido documento.

No entanto, uma análise um pouco mais criteriosa nos faz perceber que a padronização curricular por parte do Estado, como foi o caso dos PCNs é a demonstração de controle e regulação dos indivíduos por parte desse mesmo Estado (SILVA, 1995). É possível observar que a intenção é formar o indivíduo para o mercado, a ênfase recai quase que exclusivamente para a questão econômica e neoliberal (SILVA, 1995).

O problema é o tipo de indivíduo que as propostas de currículo nacional parecem desejar formar. As ênfases caminham na direção da valorização do indivíduo, de sua capacidade de iniciativa e de seu espírito de competitividade. Deseja-se formar, em síntese, uma mentalidade econômica, pragmática e realizadora, orientada para a produtividade, para o lucro e para o consumo (Latapí, 1995). Parece, assim, que a intenção de produzir escolas, mestres e estudantes comprometidos com a emancipação de indivíduos e grupos oprimidos e com o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente democrática não se afina com o discurso neoliberal. (MOREIRA, 1996, p.12)

Além disso, os sistemas de avaliação das escolas, longe de serem utilizados como um parâmetro de qualidade têm como finalidade servir de estatística para angariar mais recursos à educação (problema da escassez de investimentos) e exercer controle também no trabalho pedagógico desenvolvido pelas escolas. (MOREIRA, 1996). Outra crítica relevante é o fato de que um currículo em âmbito nacional que se pretende fortalecer a identidade nacional, privilegia certos aspectos da cultura dominante em detrimento de grupos menos favorecidos, ou seja, torna-se excludente, uma vez que grupos oprimidos socialmente são silenciados também no espaço escolar. Em suma, o que os PCNs trouxeram como fundamento foi aplicar no âmbito curricular às práticas do mundo capitalista mantendo uma sociedade coesa. (MALANCHEN, 2014). Adaptar os indivíduos às incertezas do mundo moderno, mudanças contínuas no

mercado e consumismo. Esse momento da história econômica e produtiva é conhecido como “acumulação flexível”. (HARVEY, 2009)

Os parâmetros curriculares trouxeram em sua essência, a tentativa de converter a escola e suas práticas pedagógicas em todas as suas áreas voltadas para a formação de um “cidadão” para o mercado e não para o mundo do trabalho.

Além disso, cabe destacar que outro elemento que não sofre mudança significativa na escola é a forma de avaliação. Refiro em especial ao período em que frequentei escolas de ensino fundamental I e II ou antigo 1º e 2º graus. A Prova ou atividade avaliativa determinava a hora de mostrar ao professor o que você aprendeu, ou então, sua capacidade de decorar todo o conteúdo ministrado e conseguindo reproduzir tal qual ele foi dado.

A cada dia de avaliação (prova) era uma mistura de tortura e ansiedade, dúvidas entre estudar e decorar. O medo de esquecer todas as decorebas, todos os elementos químicos da tabela periódica ou não lembrar o resultado do problema, retratava bem a avaliação. Recordo com clareza sobre minhas provas e fica o questionamento: o que de fato consegui aprender? Mesmo cursando a faculdade (2005) em certas disciplinas houve processos de avaliação que exigiam memorização, isso em um curso de Pedagogia. Lembro-me que tentei fazer o que pensei ter aprendido, porém, não me sai bem tendo que refazer a atividade e pela segunda vez usar a técnica que mais aprendi: o decoreba.

Ao terminar o magistério em 1993, na cidade de João Pinheiro-MG, me mudei para Uberlândia e em 1994 comecei a atuar como professora na rede Estadual de Ensino. Minha experiência foi como professora de Matemática e Ciências de 3ª série em um sistema de seriação e os alunos eram avaliados por notas e provas. Trabalhei na Rede Estadual por mais 5 anos período de 1994 a 1998 em escolas diferentes. Em 1996 me casei com José Luiz e me tornei mãe de dois filhos, Diego e Jhéssica.

Após nove anos do término do meu 2º grau, no ano de 2002, fui agraciada por Deus e pela SSVP - Sociedade São Vicente de Paulo, com uma bolsa de desconto que custeou os meus estudos na Faculdade Católica de Uberlândia, onde ingressei no curso superior de Pedagogia, primeira turma da instituição com habilitação e Bacharel em Gestão Escolar em 2005. Ao terminar o curso, apesar do apostilamento<sup>1</sup> do diploma para a docência, complementei minha

---

<sup>1</sup>O apostilamento é uma expressão utilizada para designar as anotações feitas no verso do diploma registrado sobre, por exemplo, identificação do portador diploma ou atribuições da habilitação e formação. Disponível em <<https://ead.pucpr.br/blog/portador-de-diploma#:~:text=O%20termo%20portador%20de%20diploma%20C3%A9%20usado%2C%20normalmente%2C%20para%20designar,do%20candidato%20no%20novo%20curso.>> Acesso 07 jul. 2021

formação pedagógica com mais 6 meses de curso, como professora da Educação Infantil e das Séries Iniciais do ensino Fundamental I, sendo o título de Licenciatura em Pedagogia no 2008. Para tanto, o curso de pedagogia de 2005 visava desenvolver as competências pedagógicas, a capacidade criativa e de investigação, dos profissionais da área educativa e pedagógica. Cabe dizer que a grade curricular do curso propiciava abrangência do profissional em sua formação. Com a sua base na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica-PPP, que acompanhou os alunos desde o primeiro ano de estudo, procurando sempre trazer para a formação profissional o contato com a realidade. Tem-se, assim, a formação do professor e do pedagogo, mas, com características de pesquisador investigador, associando sempre a realidade e a formação num contexto dialético.

O contato com as pesquisas é suscetível de desenvolver as capacidades de análise e investigação, de evitar confundir a evidência com o fato demonstrado. A pesquisa é a prova permanente de que muitas outras coisas em educação nos escapam, o que deveria, assim, nos tornar circunspectos, prudentes e abertos a novas compreensões. A pesquisa seria suscetível de formar os jovens docentes no espírito crítico, na dúvida metódica, no racional, assim como no cuidado de responder com elegância às situações encontradas. Portanto, na formação do espírito, a pesquisa não toma, hoje, o lugar daquilo que antes era reservado a certas disciplinas? (BEILLEROT, 2001, p.88)

A formação, articulando ensino e pesquisa, foi relatada em monografias, relatos de experiência ou memoriais. A proposta apresentada no curso de Pedagogia tinha como objetivo tornar o pedagogo, o gestor ou o educador, em um pesquisador de sua área educativa levando-o a reconhecer os pontos positivos e negativos que decorrem em prol de mudanças tanto das leis educacionais como do meio que a cerca.

Em minha concepção, a maneira como foi a minha vida escolar me levou em muitos momentos a ser uma profissional formada em modelos técnicos, nos quais as regras primordiais estão voltadas aos professores e o aluno é um receptor de inúmeras informações que lhes são repassadas de maneira conteudista, com pouco diálogo, uma formação para as letras e notas. Não cabe generalizar, pois o processo educativo é um caminho longo e em diversos momentos de formação o prazer pela aprendizagem e o encantamento com os professores marcaram a melhor parte educativa de minha jornada. Como diria Paulo Freire “É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (2008, p. 39)

Posso afirmar que muitas das minhas alfabetizadoras tiveram práticas e modelos diferentes das regras que lhes eram colocadas, brincávamos e contávamos histórias. No ensino fundamental por muitas vezes tive que decorar matérias, mas, também me foi possível pesquisar e até fazer apresentações que me ajudaram a desinibir diante dos outros. Isso é significativo até

hoje, pois não sinto medo apenas um pouco de calafrio talvez, mas não tenho receio de me colocar diante das pessoas para falar tanto em seminários ou palestras, sejam doutores ou apenas colegas. Aprender sobre as técnicas de decorar não foi completamente ruim, elas me ajudaram em competições religiosas nas quais decorava em torno de 100 a 150 questões e respostas. Por vezes me sai bem sendo a primeira colocada nessas competições. Guardo com carinho os troféus.

No entanto, durante minha formação na graduação, renovei em busca de uma prática significativa, não apenas para mim, mas também para meus alunos. Espera-se que os cursos de formação abram portas diante das modificações que a educação apresenta a cada momento. O começo de uma educação crítica e emancipatória está ligado primeiramente à mudança de consciência e comportamento de seus profissionais. Sabemos que o que somos está diretamente ligado ao processo de aprendizagem pelo qual passamos desde o início de nossa escolaridade, contudo, temos a clareza de que a formação precisa ser contínua e sistemática para que haja uma construção gradativa e significativa na vida de cada indivíduo. “[...] meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências” (FREIRE, 2004, p. 30).

Minha vida acadêmica se entrelaça nos seus diversos caminhos da educação, o tempo sempre tão divergente entre uma formação e outra, da minha 1ª graduação para o mestrado se passaram 14 anos, mas não por falta de vontade. Os percursos que a vida nos traz nos leva a fazer escolhas de objetivos pessoais e agora após este período estou numa fase da vida que intitulei de “*meus filhos cresceram*”, não há com eles tanta preocupação financeira ou de cuidados. Então, este é o meu momento.

Quanto ao tema da minha pesquisa, este foi um caminho que se fez ao caminhar. Minha primeira opção foi avaliação no ensino fundamental-I ou séries iniciais. Mas, no desenrolar me vi ali apaixonada pela Educação de Jovens e Adultos - EJA, suas histórias e conquistas. Então, novos rumos foram traçados, avaliação na EJA com outro enfoque. Mas, quis o destino que minha história fosse além. Veio a pandemia do Coronavírus, fecharam-se as escolas e me vi perdida quanto à pesquisa e, ao mesmo tempo, tão envolvida com o momento atual que me coloquei a relatar como se deu o ensino em tempos de pandemia na EJA e para que minha pesquisa tivesse um norte minha orientadora me ajudou a refletir sobre a possibilidade de reescrita do Projeto. Bem se era na EJA qual melhor turma, quais os documentos a serem analisados e o que seria observado. Escolhi o 9º período da EJA que corresponde ao 9º ano do ensino Fundamental II, por ter a oportunidade de acompanhar, ver o seu início e o término do



ano letivo por se tratar de uma turma semestral. E, analisando melhor meu tema, vejo que não fui eu que escolhi o tema em tempo pandêmico, mas, ele me escolheu, a EJA sempre fez parte da minha vida. Fiz a pré-escola no Mobral criado para Adultos, o 2º grau, cursei em ensino noturno, fiz faculdade somente mais tarde, casada e mãe de dois filhos, muita luta, porém gratificante. Nada mais justo que me dedicar à investigação acerca da experiência de Educação de Jovens e Adultos do 9º Período de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia-MG, em tempos de pandemia.

## INTRODUÇÃO

Como anunciado no Memorial, a realidade vivenciada pelo público da Escola Municipal Caminho Suave<sup>2</sup> escolhida como o local de desenvolvimento da pesquisa é permeada por inúmeros desafios comuns a bairros periféricos, onde residem pessoas de baixa renda, consideradas pobres como é o caso do bairro em que a escola está inserida. Dentre esses desafios estão: dificuldades socioeconômicas, vandalismo, segregação, venda e consumo de drogas no bairro. Ao abordar a questão da fragmentação e segregação dos espaços urbanos, Souza (2006) interpreta a profunda ligação entre violência e tais espaços segregados. Todo esse quadro envolvendo a grosso modo, a realidade das periferias brasileiras assume uma dimensão ainda mais profunda quando abordamos a questão do ensino noturno de jovens e adultos. Refletindo acerca da EJA, Arroyo nos fornece uma leitura dessa realidade:

[...]a educação de jovens e adultos tem sua história muito mais tensa do que a história da educação básica. Nela se cruzaram e cruzam interesses menos consensuais do que na educação da infância e da adolescência, sobretudo quando os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos. (2001, p.1).

Acrescento que a decisão por desenvolver um projeto de pesquisa sobre experiência de Educação de Jovens e Adultos do 9º Período de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia- MG, em tempos de pandemia foi fortalecida a partir da atuação como profissional e da convivência com a EJA de uma Escola Municipal. Diante deste novo desafio como pesquisadora e pela relação de proximidade com a unidade escolar, estabelecida neste período e acesso aos documentos, foi possível perceber que há uma indiscutível necessidade de estudos e redefinição das atividades educativas da educação, sobretudo da EJA. De modo que esse redimensionamento possa proporcionar àquele público novas possibilidades, abrindo caminhos para a conquista de direitos sociais e valorização dos sujeitos da EJA. Esta tarefa é difícil, tanto para o aluno da EJA, seus familiares, quanto para a comunidade em geral e as Instituições públicas, sejam municipais ou estaduais, mas, sem dúvida, é uma tarefa possível, desde que haja o comprometimento de todos.

Como mencionado anteriormente, o projeto de pesquisa num primeiro momento tinha como foco a avaliação da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos e o seu papel nos processos de ensino; tema debatido constantemente como ato de classificar os alunos, em

---

<sup>2</sup>Sendo a confidencialidade uma preocupação constante da pesquisadora, um nome fictício foi adotado a fim de resguardar a Escola, seus Gestores, Coordenação Pedagógica, Corpo docente e discente e demais funcionários de modo a não serem identificados.

função do domínio de conteúdo prescrito, revelando um tipo de relação professor-aluno marcada por uma educação para a submissão.

Contudo, mediante a crise sanitária que se instaurou no mundo, e que foi definida como pandemia do coronavírus a então, COVID-19, e dos indícios de que um dos efeitos dessa crise sanitária é a transmissão por contato entre sujeitos, a permanência na escola se tornou um obstáculo, assim sendo, o tema da pesquisa foi redesenhado. Isso porque diante deste fenômeno vivenciado no contexto de uma crise civilizatória que traz em sua essência a produção de desigualdades, a pandemia atingiu de forma agressiva as classes sociais menos favorecidas, acentuando a desigualdade social, não apenas em termos de saúde, mas também econômico e social. Tais crises se dão, especialmente, devido às políticas neoliberais, vinculadas ao capitalismo desenfreado, que tornaram a situação ainda mais drástica, pois sem a presença de um Estado de bem-estar social não há garantias dos direitos sociais e humanos para a maioria da população. Assim sendo, os estudantes da EJA em sua maioria oriundos das classes populares, negros e pobres, são os mais atingidos.

Em função da pandemia, as escolas se viram tomadas de uma mudança determinada por decretos e leis que se fizeram necessários, para tentar conter uma calamidade maior em termos de perdas de vidas. Foram instaurados decretos que tornaram legais as medidas de prevenção à doença por meio da suspensão temporária das aulas com o intuito de proteção e combate a disseminação do vírus.

Baseado na Lei 9.394/96 do direito a educação, na LEI 14.040 de 18 de agosto de 2020, nas Deliberações do comitê extraordinário COVID-19 nº46, de 14/05/2020, nos pareceres CNE/CP nº5/2020, nº11/2020, nas resoluções de CEE/MG nº474/2020 e na resolução SEE nº4.329/2020 e nº4.336/2020, a Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia elaborou a resolução da SME-001/2020 nos termos dos Decretos Municipais nº18.550 de 19 de março de 2020 e suas alterações em nº18.553 de 20 de março de 2020 e alterações em nº18.583 de 13 de abril de 2020. Os Decretos Municipais se compõem como medidas temporárias de prevenção ao COVID-19 no município de Uberlândia e foram baseados em decretos estaduais e federais que declararam a suspensão das aulas presenciais por motivos de segurança e prevenção a disseminação do novo Coronavírus.

Em decorrência da situação excepcional no sistema de ensino, foi publicado no Diário Oficial do Município, a Resolução da Secretaria Municipal de Educação nº001/2020 que regulamenta a oferta de ensino em Regime Especial de Atividades Não Presenciais – REANP e institui o regime de trabalho remoto nas escolas que significa toda e qualquer atividade

executada em locais divergentes do estabelecido como presenciais (prédios escolares). Para que haja uma concretização se faz necessária a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como recurso para a comunicação, mediação e interação entre professor e aluno.

Visando a oferta do cumprimento da carga horária mínima exigida anualmente regulamentou o Regime Especial de Atividades Não Presenciais em período excepcional de pandemia –REANP, propiciando ao estudante um meio para o cumprimento da carga horária e a tentativa da garantia de sua aprendizagem.

Os estudantes público alvo da EJA muitas vezes já passaram por reiteradas situações de repetência e/ou evasão escolar, gerada por desigualdades de permanência e acesso à educação. Neste novo contexto, é necessária atenção especial às especificidades de atendimento a esta modalidade de ensino, visando oportunizar a continuidade e conclusão dos estudos a todos, de modo a não perpetuar ou agravar as desigualdades já estabelecidas e garantir novas oportunidades a esses estudantes. (UBERLÂNDIA, Memorando Circular nº6/2020-SEE/DIEM-EJA).

Mediante essa situação, como mencionado anteriormente, redesenhei o tema da pesquisa. Optei por desenvolver uma pesquisa com enfoque qualitativo contemplando revisão bibliográfica e pesquisa documental, com o propósito de identificar e analisar experiência de Educação de Jovens e Adultos do 9º Período de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia- MG em tempos de pandemia, destacando atividades pedagógicas, conteúdos, apoio à escolarização e relação escola e estudante da EJA do 9º período, e impactos na escolarização. Essa opção foi ancorada, também, no entendimento de Larrosa de que “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (LARROSA, 2002, p.21).

Por conseguinte, foram estabelecidas questões orientadoras da pesquisa:

### **Questão central**

Quais experiências de Educação de Jovens e Adultos ocorreram em uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia-MG, em tempos de pandemia, no ano de 2020, e seus efeitos na/para a escolarização dos/as alunos/as do 9º período da EJA?

### **Questões Complementares**

- Quais atividades pedagógicas foram desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020?

- Que tipo de planejamento foi desenvolvido no período de março a outubro de 2020?
- Que papel a escola assumiu mediante uma situação de transformação drástica do ensino presencial para remoto?
- Quais as dificuldades de permanência e continuidade dos estudos em tempos de pandemia de alunos/as da EJA?
- Quais os procedimentos avaliativos foram utilizados, no período de março a outubro de 2020?
- Quais os conteúdos e apoio à escolarização à Educação de Jovens e Adultos estão presentes na experiência de EJA em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020?
- Como foi estabelecida a comunicação entre escola e alunos/as da EJA, no período de março a outubro de 2020?
- Qual é a porcentagem de alunos/as que concluíram os estudos?  
Foram definidos os seguintes objetivos da pesquisa:

### **Objetivo Geral**

Analisar as experiências de Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia e seus efeitos na/para a escolarização dos/as alunos/as do 9º período da EJA de uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia.

### **Objetivos Específicos**

- Identificar e analisar atividades pedagógicas utilizadas na Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020<sup>3</sup>.
- Identificar e analisar os conteúdos e apoio à escolarização à Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020.
- Analisar a relação escola e estudante da EJA do 9º período.
- Identificar e analisar as dificuldades de permanência e continuidade dos estudos dos/as alunos do 9º período da EJA, em tempos de pandemia.

---

<sup>3</sup>As datas citadas assim se referem às turmas de EJA que tem estudos semestrais. Dada a relevância seria de fevereiro a julho. Porém, com a Pandemia as normativas para finalização se deram posteriormente.

- Identificar e analisar estratégias de avaliação, utilizadas na EJA, durante a pandemia, no período de março a outubro de 2020.
- Descrever e analisar os PETs - Planos de Estudos Tutorados disponibilizados para os/as alunos, no período de março a outubro de 2020.

Para o desenvolvimento da pesquisa, realizamos revisão bibliográfica, identificando, selecionando e analisando teses, dissertações e artigos, publicados nos últimos 5 anos, a partir dos descritores: educação de jovens adultos, pandemia e exclusão. As publicações identificadas sobre Educação de Jovens e Adultos e Pandemia, experiências de educação, durante a pandemia que se deu no decorrer do ano de 2020, são artigos científicos. A revisão bibliográfica compreendeu os anos de 2016 a 2021 e os resultados são expostos na tabela e quadro apresentados na seção 1. Para expor essa trajetória investigativa e seus resultados, este relatório está estruturado em 4 seções, além da introdução, das considerações finais, dos anexos e apêndices.

Na primeira seção, “Metodologia da pesquisa: os caminhos da pesquisa”, apresentamos e justificamos a escolha da trajetória da pesquisa, expondo sobre a abordagem, métodos de produção e análise dos dados e o local da pesquisa.

Na segunda seção, são apresentadas reflexões acerca das políticas públicas voltadas para a EJA e os resultados da revisão bibliográfica realizada. Além disso, são revelados o cenário e os sujeitos, quem são os alunos da EJA, quais motivos levam os estudantes a se tornarem alunos da EJA, e como esta modalidade de ensino é composta e organizada.

Na terceira seção descrevemos e analisamos as leis, decretos e normativas sobre como se deu o ensino remoto da EJA em tempos de pandemia. Abordamos como se deu o colapso da pandemia em nossa cidade e como ela afetou diretamente a educação e quais foram as providências educacionais tomadas tanto a título de município como das demais esferas.

Na quarta seção apresentamos os resultados da análise dos documentos oferecendo uma compreensão e interpretação da experiência da EJA em tempos de pandemia e seus efeitos para escolarização de jovens e adultos.

Por fim, com base nos resultados da investigação, tecemos considerações possíveis e proposições com base nos resultados da revisão bibliográfica e da análise documental, com a finalidade de contribuir, especialmente, para processos de ação reflexiva com os profissionais da Escola Caminho Suave, local do estudo.



## **SESSÃO I-METODOLOGIA DA PESQUISA: os caminhos da pesquisa**

Tendo em vista as questões e objetivos da investigação, a opção foi por desenvolver revisão bibliográfica e pesquisa documental, com ênfase na abordagem qualitativa. Para Bogdan e Biklen (1994, p-67), na pesquisa qualitativa,

O investigador passa uma quantidade de tempo considerável no mundo empírico recolhendo laboriosamente e revendo grandes quantidades de dados. Os dados carregam o peso de qualquer interpretação deste modo, o investigador tem constantemente de confrontar as suas opiniões próprias e preconceitos com eles. Os dados recolhidos proporcionam uma descrição muito mais detalhada dos acontecimentos do que mesmo a mente mais criativamente preconceituosa poderia ter construído antes do estudo ser efetuado.

Desse modo, a pesquisa qualitativa, de acordo com os autores é uma metodologia árdua e que precisa diligentemente ser revista durante todo o processo da pesquisa. As impressões pessoais, os preconceitos e as tendências ideológicas devem estar claros na mente do pesquisador para que ele se comprometa com a verdade em todas as fases da investigação.

### **1.1 Revisão Bibliográfica.**

A pesquisa é o ato de analisar e emparelhar diversas ideias e teorias estudadas para a construção e sistematização de um tema ou uma problematização. Assim se faz a revisão bibliográfica baseada em diferentes autores/as. Tem o intuito de ampliar e melhorar o estudo no campo educacional tanto na prática como na teoria-didático-social.

Decidimos pela revisão bibliográfica para nos ajudar a constituir e compreender o objeto de estudo e consideramos como ensina Lima e Miotto, que

Não é raro que a pesquisa bibliográfica apareça caracterizada como revisão de literatura ou revisão bibliográfica. Isto acontece porque falta compreensão de que a revisão de literatura é apenas um pré-requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 38)

A partir desse entendimento sobre revisão bibliográfica, foram desenvolvidos levantamentos, seleção e análises de artigos, teses e dissertações, vinculadas ao objeto de pesquisa. A busca dos artigos se deu no GOOGLE SCHOLAR e das dissertações e teses, publicadas nos últimos cinco anos, no catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, conforme



mencionado na Introdução deste relatório.

Os descritores utilizados, que dialogam de maneira direta com o objeto e problematização da pesquisa, são: “educação de jovens e adultos”, “pandemia” “e exclusão”.

## **1.2 Pesquisa Documental**

Para Cellard (2012), o documento é um testemunho da história. Existem documentos públicos e privados. Os documentos não podem ser modificados pelo seu analista, e é fundamental recordar que o conteúdo se vincula ao contexto ao qual o documento foi constituído. Assim, o pesquisador deve compreender as particularidades, o contexto e a forma de organização da época vivenciada pelos escritores, para que não haja modificações. Deve, ainda, verificar a confiabilidade do documento escrito, sua origem e se quem o escreveu fez parte da história ou apenas a relatou.

O documento tem cunho autoral e isso deve ser de conhecimento do pesquisador para interpretá-lo. Ler nas entrelinhas, fazendo a interpretação de quem escreve o que se escreve e para quem se escreve. Identificar e analisar a confiabilidade do documento escrito, sua origem, quem o escreveu, se fez parte da história ou apenas a relatou, conhecer os instrumentos utilizados pelo autor ou autores. Todo documento possui uma natureza distinta, a mesma pode sofrer modificações para atender aos leitores que pretende atingir.

Assim, o documento pode ser verídico, confiável, mas pode ser questionado de acordo com seus contextos e suas áreas (jurídico, médico e outros). O pesquisador deve ser confiável e honesto em relação aos documentos. Quanto aos conceitos, à temporalidade, o sentido do texto e os termos usados devem ser contextualizados, em função da não existência de termos mais pertinentes na época ou só criados e usados posteriormente. O pesquisador deve fazer a análise do documento contemplando suas diferentes dimensões e observar se há ligação e pertinência em relação ao seu objeto de estudo. Então, é necessária a leitura e releitura do mesmo, fazendo as comparações necessárias para a construção de um texto, cabe a imaginação e perspicácia não fugindo de sua essência. É fundamental destacar, ainda, que a variedade de fontes deve ser analisada sem deixar de lado a criticidade.

O pesquisador analisa o documento em toda a sua estrutura e dimensões para verificar se há ligação e pertinência com seu objeto de estudo. Ele organiza as etapas desse processo, por meio de análise preliminar e análise, para relatar compreensões e interpretações sobre o documento. Então, são necessárias a leitura e a releitura do documento, fazendo as comparações

necessárias, buscando compreensões e interpretações. A variedade de fontes deve ser analisada sem deixar de lado a criticidade e a possibilidade de entrecruzar os resultados das análises de cada fonte.

### **1.3 Corpus da pesquisa**

Nesta subseção será apresentado o corpus da pesquisa, constituído de legislações que dizem respeito à educação de um modo generalizado e aquelas específicas da Educação de Jovens e Adultos, tanto nos períodos anteriores como as elaboradas especificamente em virtude da pandemia. Além das legislações, os materiais didáticos e anexos elaborados para o ensino remoto em tempos de pandemia.

#### **1.3.1 Leis, decretos, resoluções, deliberações, pareceres e ofícios**

- **Lei-LDB- 9.394/96** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

É a legislação que regulamenta o sistema educacional tanto público como privado do Brasil, desde a educação básica ao ensino superior. Ela dá providências e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Sua criação tem como foco o direito e garantia de permanência na educação para toda população em todos os níveis de forma gratuita e com qualidade. Determina o dever para com a educação da União, do Estado e dos Municípios. Ela vincula o processo formativo com o desenvolvimento da vida individual e social, estabelece-se o direcionamento no sentido de lutar para que o poder público viabilize e estimule a permanência do trabalhador na escola.

- **LEI 14.040 de 18 de agosto de 2020.**

Contém deliberações e normas a serem adotadas e que viabilizem a educação excepcionalmente em tempos de calamidade pública do estado. O Conselho Nacional de Educação indica as diretrizes dispostas na lei. Ela estabelece e delibera sobre as dispensas dos dias letivos e mantém o cumprimento da carga horária mínima anual estabelecida nos dispositivos legais, bem como a reorganização do calendário escolar, as atividades não presenciais e a utilização da TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação para efeito do cumprimento da carga horária anual.

- **Deliberações do comitê extraordinário COVID-19 nº46 de 14/05/2020.**

Esta deliberação trata do teletrabalho no Sistema Estadual de Educação enquanto durar o estado de calamidade pública em todo o território nacional em virtude da pandemia. Permanecendo suspensas as aulas e atividades presenciais de educação escolar básica em todas as unidades de ensino da rede pública estadual. Cabe ressaltar que a rede municipal de Uberlândia delibera de acordo com a Secretaria Estadual de Educação por não possuir regime próprio educacional.

- **Pareceres CNE/CP nº5/2020**

Autoriza a reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de computar atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Em decorrência deste cenário os CNE- Conselho Nacional de Educação- e o CME – Conselho Municipal de Educação - emitirão resoluções e/ou pareceres com orientações pertinentes aos seus respectivos sistemas de ensino em relação à reorganização do calendário e de atividades não presenciais.

- **CNE/CP nº11/2020.**

Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. É preciso definir diretrizes e medidas sensatas que possam apoiar e proteger os direitos de aprendizagem, sua continuidade e a implementação do calendário escolar-2020/2021 e o retorno presencial.

- **Resoluções de CEE/MG nº474/2020**

Nesta resolução consta que, excepcionalmente neste período, podem ser adotadas atividades pedagógicas não presenciais, a ser desenvolvida com os estudantes, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais. A reorganização do calendário escolar visa a garantia da realização de atividades escolares para fins de atendimento aos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo ao

disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária.

- **Resolução SEE nº 4.329/2020 e nº 4.336/2020**

Altera a RESOLUÇÃO SEE Nº4.310 de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre as normas para a oferta de Regime Especial de Atividades Não Presenciais, e institui o Regime Especial de Teletrabalho nas Escolas Estaduais da Rede Pública de Educação Básica e de Educação Profissional, em decorrência da pandemia Coronavírus (COVID-19), para cumprimento da carga horária mínima exigida.

- **Decreto Municipal Nº14. 045 de 03 de maio de 2013.**

Dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos – EJA –Ensino Fundamental do 6º ao 9º período, nas Escolas Municipais de Uberlândia.

- **Decretos Municipais nº18.550 de 19 de março de 2020 e suas alterações em nº18.553 de 20 de março de 2020 e alterações em nº18.583 de 13 de abril de 2020.**

Dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao novo coronavírus no âmbito da administração pública. Considerando a declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde- OMS, e a recomendação dos ministérios públicos Estadual e Federal. Nestes decretos fica declarado o estado de calamidade pública no município de Uberlândia em decorrência da Pandemia do novo CORONAVIRUS – COVID-19.

- **Resolução da SME 001/2020**

Considera os decretos e ofícios e segue o REANP para as todas as instituições, durante o período de emergência e de medidas de prevenção ao contágio e enfrentamento da pandemia. Dispõe sobre a regulamentação para a oferta de regime especial de atividades não presenciais e institui o regime especial de trabalho remoto nas escolas da rede municipal de ensino. Em decorrência da pandemia do novo CORONAVÍRUS - COVID-19, será disponibilizado o PET – Plano de Estudo Tutorado para que os estudantes obtenham o cumprimento da carga horária mínima exigida para progressão anual. No decorrer do ano, também, foi instituído o Programa

de TV Escola em Casa no canal aberto 4.1- TV-Universitária e atualmente no canal 8.2, uma parceria com a TV Integração.

### **Ofício Circular- 3962 19/08/2020 complementado em 4555/29/09/2020**

Orientações quanto a comprovação e validação das atividades Pedagógicas não Presenciais devido a pandemia provocada pela Covid-19. Adota os procedimentos quanto ao cumprimento da carga horária dos estudantes do 9º período e sua validação para aproveitamento e promoção dos mesmos. Orientações quanto aos procedimentos necessários para o fechamento semestral e conclusão do 9º período -1º semestre/2020 da Educação de Jovens e Adultos.

#### **1.4 Registros escolares**

- **PPP-** Projeto Político Pedagógico

Documento que reflete a proposta política pedagógica da escola, produzido por toda a comunidade escolar em consonância com as diretrizes da secretaria de educação e das leis vigentes da educação, e deve ser atualizado permanentemente.

- **Regimento Escolar**

Documento obrigatório que estabelece as normas e a constituição escolar, contemplando todas as relações sociais e administrativas que envolvam a escola e o seu bom funcionamento.

- **DCM-** Diretrizes Curriculares Municipais

É um documento curricular que constitui um direcionamento teórico e metodológico norteador do trabalho didático e pedagógico dos professores junto aos seus alunos. Podemos considerá-lo como um direcionamento para as atividades e práticas do currículo escolar.

#### **1.5 Atividades escolares**

- **PETs** - Planos de Estudos Tutorados

Atividades impressas elaboradas por professores em conformidades multidisciplinares com foco na leitura, na escrita e nas habilidades matemáticas em consonância com as Diretrizes Curriculares do Município de Uberlândia. Serão analisados ao todo 20 PETs.

- **PET FINAL**- Plano de Estudo Tutorado Final

Tem como finalidade avaliar o aproveitamento dos estudantes e computar a carga horária que ainda falta para concluir o período, caso ele não tenha conseguido fazer os PETs anteriormente.

- **ANEXOS III**

Compreende o registro das atividades por ano e modalidade de ensino. O anexo III refere-se à EJA documento dos alunos com vistas ao acompanhamento de seus avanços e sua carga horária mensal.

- **ANEXO V**

Este documento consiste em um formulário criado pela Secretaria Municipal de Educação para registro do trabalho realizado pelo professor de forma remota.

## **1.6 Local da Pesquisa**

A instituição escolhida como local da pesquisa foi a Escola Municipal Caminho Suave situada em um bairro periférico no setor Oeste da cidade Uberlândia, Minas Gerais. A escolha se deu devido o oferecimento dessa modalidade de ensino na instituição e autorização para a realização da pesquisa. Enquanto pesquisadora obtive acesso aos documentos relativos à EJA em tempos de pandemia, apesar do distanciamento social.

A Escola Municipal Caminho Suave, situada no do Setor Oeste de Uberlândia, é uma

escola Pública Municipal de Uberlândia, sendo assim gerida pela prefeitura e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação -SME.

O prédio escolar possui dois andares divididos em salas de aulas e outros ambientes de ensino e aprendizagem, uma construção antiga que está sendo reformada no ano de 2021.

A estrutura física comporta adaptações para pessoas com deficiências, como rampas de acesso para cadeirantes, piso tátil, banheiros com barras de apoio. Na entrada fica a sala de Direção, 02 salas para analistas pedagógicos, 01 secretaria para atendimento ao público com um ambiente para copiadora e arquivo de documentos e 01 sala dos professores. Possui 19 salas de aula, sendo 04 salas no 1º piso, adequadas com mobiliário para Educação Infantil (1º e 2º períodos); 01 biblioteca, com uma sala no interior para atendimento dos professores aos alunos no horário de módulo, caso haja necessidade; 1 sala de AEE- Atendimento Educacional Especializado dividida em 3 ambientes para atendimento às crianças especiais, 01 banheiro com adaptações de acesso dentro do ambiente para utilização das crianças e profissionais; 1 cantina com depósito e 01 banheiro para as funcionários/as do setor, 2 banheiros para funcionários no 1º piso e 01 no 2º piso, 04 banheiros sendo 02 em cada piso e com 04 Box cada para os alunos/as, 01 refeitório coberto com bebedouros adaptados e pias de higienização, 01 laboratório de ciências com professor laboratorista para atendimento do 6º ao 9º anos do Fundamental-II, 01 laboratório de informática com 21 máquinas atuais para atendimento de alunos com os professores da turma, desde 2017 não há mais o professor do laboratório de informática e da biblioteca, o auxílio nesses espaços é realizado por um oficial administrativo destinado a esta função, cabe ressaltar que na EJA a pedido da gestão escolar e com a justificativa de que o turno conta com apenas um oficial administrativo para o atendimento na secretaria e comunidade, foi permitido a escola permanecer com a laboratorista até o ano de 2020, após este período deveria se adequar ao moldes estipulados pela SME, o trabalho sendo desenvolvido pelos oficiais. A EJA por ter um quantitativo menor de turmas utiliza o laboratório com o auxílio aos professores oferecido pela professora eventual, o analista pedagógico e o vice gestor do turno; 01 quadra de esportes coberta com 02 vestiários, jardim e espaço gramado e arborizado.

A referida instituição situa-se em um bairro da cidade que surgiu de um loteamento feito inicialmente com o objetivo de receber a população: ex-moradores habitantes das margens do Rio Uberabinha e outras áreas vulneráveis dos demais pontos da cidade. O Bairro atualmente possui uma infraestrutura melhor em relação aos equipamentos sociais e rede de comércio, um número significativo de unidades escolares, posto policial, posto de saúde e um comércio amplo e diversificado.

A escola tornou-se um importante espaço de socialização na sua relação com os moradores do bairro. No ano de 2020 a escola era liderada por uma administradora e três vice-diretores que desempenhavam suas atividades com um corpo de funcionários de 113 pessoas entre professores, especialistas e funcionários administrativos para atender aproximadamente 1068 alunos, sendo 160 alunos 1º e 2º períodos da Educação Infantil, com média de 762 alunos do 1º ao 9ºano do Ensino Fundamental I e II, 116 do 6º Período ao 9º Período na Educação de Jovens e Adultos-EJA e 34 estudantes do Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos- PMAJA. A escola mantém ainda o Atendimento Educacional Especializado – AEE, para crianças com necessidades especiais.

A maioria dos alunos da escola são considerados de baixa renda, apesar disso, apenas 20% são atendidos pelo programa bolsa família. Em média 15% das famílias residem atualmente em assentamentos nas proximidades do bairro. Muitas famílias residem em moradias geminadas e pagam aluguéis.

O conhecimento dessa realidade periférica e seu entrelaçamento com a expansão capitalista em nosso país é essencial para o estudo proposto, pois a segregação socioespacial produzida faz parte de um contexto que afeta diretamente o público que busca a EJA como tentativa de estabelecer uma relação com o ensino formal.

As condições das habitações e seu entorno nos espaços periféricos é um fenômeno que deixa estudiosos perplexos, como descreve Souza (2012) “Atualmente, a favelização e a periferização, expressões espaciais mais marcantes da reprodução da pobreza urbana, impressionam não somente por sua magnitude [...], mas igualmente por sua complexidade” (p. 193). Essa exclusão no espaço é reproduzida na educação escolar de jovens e adultos. O público que busca/retomar os estudos são, geralmente, frutos desses espaços segregados e vivenciam a desigualdade em todas as esferas da vida. Sobre os estudantes que integraram a experiência de EJA em tempos de pandemia analisada, estes fizeram parte do 9º período da EJA em 2020, uma turma com 30 alunos matriculados e suas respectivas idades estão elencadas no quadro a seguir:

**Quadro I- Quantidade de alunos por idade da turma de 9º período EJA - EMCS**

Idade	Nº alunos	Idade	Nº alunos	Idade	Nº alunos	Idade	Nº alunos	Idade	Nº alunos
-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------	-------	-----------



16	3	20	2	28	1	34	1	41	2
17	6	22	1	29	2	36	1		
18	3	24	2	32	1	37	1		
19	1	26	1	33	1	40	1		

Fonte: Elaboração própria – conforme dados das fichas de matrícula.

### **1.7 Análises dos Dados.**

Para a análise e interpretação dos dados, foram utilizadas as elaborações de Cellard (2012) sobre as etapas de desenvolvimento da pesquisa documental. Assim, a análise documental foi precedida por uma análise preliminar: contemplando cinco dimensões: o contexto, a autenticidade, a natureza, os autores e seus conceitos - chave e a lógica interna do texto.

Os resultados produzidos, por meio da análise de cada documento, foram examinados de forma articulada, com vistas a compor compreensões sobre as questões de estudo e serão expostos no decorrer do texto.

### **1.8 A Educação de Jovens e Adultos no município de Uberlândia**

A modalidade EJA no município de Uberlândia é regulamentada pelo decreto 14.045 de 2013, com o intuito de proporcionar ao aluno do Ensino Fundamental em defasagem idade/ano de escolaridade a oportunidade de reestruturar com qualidade sua aprendizagem por meio da aceleração dos estudos. Este decreto estipula que a EJA seja oferecida aos jovens com idade mínima de 15 anos completos e a mesma se faz em regime presencial dividida em quatro períodos semestrais, abrangendo o Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano/período (Art. 3º). Cada semestre ou período possui uma carga horária de 100 dias letivos. Para aprovação do ano escolar ou semestre escolar o aluno deve obter 60% da nota e 75% de frequência em cada componente curricular. Para os jovens não alfabetizados é desenvolvido o PME A - Programa Municipal de Educação de Jovens e Adultos, o PME A foi idealizado em 1989 - ano Internacional da Alfabetização, proclamado pela Organização das Nações Unidas - ONU. O programa foi implantado no município de Uberlândia na década de 1990, em consonância com o contexto nacional e sob a meta da ONU de erradicação do analfabetismo até o ano 2000.

Inicialmente, foi estruturado para atender trabalhadores que almejavam concluir seus estudos e que precisavam de uma carga horária e planejamentos diferenciados. O programa se destacava por ser informal, porém, procurava não perder a qualidade pedagógica e a concordância com as particularidades de seus estudantes. Em 2020 recebeu uma nova nomenclatura e passou a ser instituído como PMAJA<sup>4</sup> - Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos. O programa de alfabetização compõe-se de regulamentações com qualidade pedagógica, formalidade de carga horária e planejamentos, respeitando sempre a individualidade dos alunos e o seu processo de aprendizagem. De acordo com o PME- Plano Municipal de Educação:

[...] é um objetivo de o programa respeitar as individualidades de cada indivíduo no processo de aprendizagem, em consonância com o Plano Municipal de Educação (PME). De acordo com a Diretriz II do PME: “é importante que o Fomento, a Expansão e a Promoção da Qualidade do Ensino Fundamental, dentro da estratégia quatro, sejam garantidos, inclusive no PMAJA neste nomeado PME” (pela 1ª vez citado no plano), respeitando o tempo de aprendizagem, as diferenças e individualidades de cada estudante. Além disso, é destacado, no item 6, a ampliação da alfabetização na EJA, com vistas a oferecer qualidade de ensino por meio de políticas públicas adequadas a jovens e adultos. (UBERLÂNDIA, DCMs,2020, p. 50).

Atualmente, o programa funciona em 13 escolas municipais de Uberlândia e em espaços organizados como entidades religiosas, organizações não governamentais, escolas estaduais, empresas, centros de convivência, entre outros. É um programa de cunho público e equivale às séries iniciais do Ensino Fundamental- 1º ao 5º ano.

---

<sup>4</sup>Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos - PMAJA da educação não formal nas escolas municipais de Uberlândia.

Parágrafo único. O programa de que trata o caput deste artigo será ofertado no ensino fundamental, do 1º (primeiro) ao 5º (quinto) ano da Rede Pública Municipal de Ensino de Uberlândia. (Uberlândia -MG, 2020)

## **SESSÃO II- POLÍTICAS PÚBLICAS, LEGISLAÇÃO E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

Nesta seção são abordados aspectos das políticas públicas, legislações e programas voltados para a EJA e sua evolução desde a sua implantação. Posterior a essa abordagem serão incluídos resultados da revisão bibliográfica com as reflexões e análises produzidas a partir dessa revisão. Essa abordagem contempla dimensões macro e micro da EJA, desvelando políticas públicas, ações, cenários e quem são os alunos da referida modalidade.

A EJA é uma modalidade de ensino que tem como objetivo principal reinserir jovens e adultos que outrora não tiveram acesso à educação em uma sala de aula convencional. Essa modalidade de ensino é desenvolvida, frequentemente, por meio do ensino noturno considerado um declínio de escolaridade. A maioria dos/as alunos/as que não tiveram acesso à educação na idade “certa” por muitas adversidades, sendo elas: as graves condições sociais e econômicas, a idade fora da faixa etária escolar, ou se tornaram adultos cedo demais e não se reconhecem mais como parte integrante do Ensino Fundamental II anual. Assim, pode ser chamada de processo de juvenilização estes alunos que marcados por uma exclusão social em várias esferas, buscam ainda muito jovens a EJA. O número de matrículas de jovens que a partir dos 14 anos tem buscado essa modalidade de ensino tem tido um aumento significativo. (OLIVEIRA; COSTA, 2020).

Além de buscarem a EJA por iniciativa própria, muitos estudantes são transferidos para o Ensino de Jovens e Adultos por indisciplina, a grosso modo, uma transferência da responsabilidade escolar para escola noturna.

Após situações de baixo desempenho acadêmico, normalmente acompanhadas por um histórico de indisciplina, os alunos são encaminhados à EJA pelos próprios dispositivos conformadores dos processos de subjetivação adotados nas escolas, tanto na esfera do trabalho docente quanto discente ou administrativo. (CONCEIÇÃO, 2015, p.13).

O fato de haver muitos estudantes jovens na EJA, uma modalidade criada, sobretudo para atingir trabalhadores ou idosos, ocorre, também, devido às divergências estruturais vivenciadas no ensino regular. Outro agravante é a convivência com alunos de faixas etárias bem inferiores e infantilizadas, os alunos se sentem fora do contexto escolar.

Para agravar a situação desse público existe também a questão estrutural da desigualdade, acesso ao mercado de trabalho e a uma renda, fatores que somados acarretam a

exclusão do meio escolar. (FILHO, CASSOL, AMORIM, 2021). Acerca desse processo, outro autor complementa, “[...] é resultado também desse processo de escolarização degradada, que perpetua a exclusão escolar. Os/as alunos/as têm acesso ao espaço físico, mas não, a uma educação de qualidade, que os/as considerem como sujeitos de direitos”. (FURTADO, 2015, p. 55 apud FILHO; CASSOL; AMORIM, 2021, p.722).

Estudantes cada vez mais jovens na EJA preocupam educadores e gestores não somente por manifestar a falência do ensino regular e a questão da desigualdade. Esses alunos jovens junto a outros mais velhos e evidentemente com maior experiência de vida pressionam a contínua revisão das atividades pedagógicas. Atividades que devem contemplar, ou pelo menos deveriam contemplar um público tão diversificado e heterogêneo. É mister que sem a valorização das histórias pessoais, sociais, experiências individuais, coletivas, culturais e a questão etária, as atividades pedagógicas não serão bem-sucedidas e não serão envolventes o suficiente para fazer com esse público permaneça na escola e mais, tenha estímulo para estudar. Ensinar e aprender como uma via de mão dupla que acontece todo o tempo. Consideração simples, mas poderosa para se caminhar a uma revolução qualitativa na EJA. Como os autores comentam:

[...] a educação é um ato inacabado haja vista que somos seres inconclusos e, constantemente, estamos ensinando e aprendendo ao mesmo tempo. Só ensina e aprende quem está aberto ao outro e, conseqüentemente, ao diálogo; e não por haver diálogo pautado na superioridade de um sobre o outro [...] (LOPES; AMORIM, 2018, p. 108).

Em geral, os alunos são oriundos de famílias pobres e com graves vulnerabilidades sociais. Uma parcela significativa desse público provém o sustento de suas famílias, portanto, pertencem à classe trabalhadora. A EJA é uma modalidade de ensino que possui uma especificidade singular. Ela é ofertada aos jovens com idade mínima de 15 anos completos ou àqueles que não tiveram acesso à escola na idade regular, tratando-se de uma defasagem idade/série. Consiste numa reestruturação da escolaridade por meio da aceleração dos estudos em menor tempo e supostamente sem perder a qualidade do ensino.

Um estudo elaborado por Oliveira e Costa (2020) descreve que a juvenilização está ligada diretamente a uma necessidade de entrar logo mundo do trabalho, uma vez que tais jovens se tornam essenciais para prover o sustento de suas famílias. Outro elemento que potencializa esse fenômeno é a menor duração dos períodos escolares, o que torna possível concluir os estudos em um período de tempo menor. Jovens que foram reprovados ou mesmo abandonaram os estudos por um tempo e veem na EJA uma forma de recuperar o tempo perdido,

o que significa que este processo “[...] consequências das gravíssimas deficiências do sistema escolar e que explicam a defasagem existente entre idade e série; a dificuldade de acesso; a ausência de motivação para permanecer na escola; a busca por certificação” (PEREIRA; OLIVEIRA, 2018, p. 531).

Quanto à dimensão pedagógica, os jovens são profundamente afetados quando entram na EJA. Isso porque existe um descompasso entre o que se ensina e a vida desses jovens que entram no mercado de trabalho. Essa dissonância gera um estranhamento e alheamento dos jovens que não percebem sentido prático nos conteúdos convencionais do currículo da EJA. Além disso, outros entraves como horário das aulas e a dificuldade para viabilizar trabalhos em grupo contribuem para que o ensino regular seja defasado pelo ensino noturno (OLIVEIRA COSTA, 2020).

Com base nesses estudos, a juvenilização demanda políticas públicas e ações educativas que valorizem as juventudes plurais. Trata-se de um desafio que impõe novas estruturas de currículos e processos formativos que de fato visualizem e favoreçam esses jovens. O público da EJA tem características próprias, geralmente são compostos por turmas com grande diversidade de faixa etária, etnias e gênero.

Segundo o Censo escolar 2020, o público predominante na EJA são alunos com menos de 30 anos e representou em 2020, 61,3% das matrículas. Dos estudantes com menos de 30 anos a maioria é do sexo masculino, cerca de 56,8%, já nas matrículas com mais de 30 anos a maioria é do sexo feminino, em torno de 59% (INEP, 2020).

Em relação ao critério cor/raça a maioria dos estudantes são pretos ou pardos, representando 74,9% dos matriculados no Ensino Fundamental e 68,1% do Ensino Médio. O Censo Escolar estabelece esses dados relativos à cor/raça com base nas declarações no ato da matrícula (INEP, 2020).

Na instituição Caminho Suave o número de alunos atendidos pelo programa chegou a 35 alunos matriculados e a escola possui uma única turma do programa. O PMAJA segue as normativas e orientações da EJA, ambos não estão contemplados na BNCC.

Em 2001, é publicada uma Proposta Curricular Nacional para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, voltada apenas para os anos iniciais do Ensino Fundamental (“Primeiro Segmento” – 1º ao 5º ano). O documento é publicado por uma ONG Ação Educativa. Em 2002 é publicada outra proposta para o “Segundo Segmento” (anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano). Desde então, não houve mais nenhuma proposta nesse sentido, somente os Planos Curriculares Nacionais (PCNs) para a EJA disponíveis no site do MEC. Mais recentemente, muitas discussões sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos estão articuladas à BNCC, algumas no sentido de criticar

a ausência de Diretrizes específicas para o segmento na nova Base. A falta de um currículo específico para a modalidade tem trazido alguns questionamentos por parte de certos profissionais e pesquisadores da área, uma das preocupações é a flexibilidade curricular que pode trazer padrões incoerentes com a proposta educativa da EJA. Nesse sentido, o MEC orienta que as redes e sistemas de ensino adequem seus currículos, pensando nas especificidades demandadas por essa categoria escolar (UBERLÂNDIA, DCMs, 2020, p.53).

Ao atrair o adulto para a escola é necessário garantir sua permanência e uma expectativa para que logre as séries seguintes. O horário de funcionamento noturno da EJA é um dos empecilhos para a escolarização da maioria dos alunos trabalhadores que por vezes acabam abandonando os estudos pelo cansaço. Para superar essas dificuldades, são necessárias uma gama de elementos que associados contribuam na aprendizagem dos estudantes e evidentemente diminua a evasão escolar. Uma comparação exemplar é citada por Di Pierro:

Dois pequenos países insulares localizados no Caribe – Cuba e Haiti – são exceções às tendências dominantes na configuração das políticas de EPJA na região e representam seus casos extremos. Enquanto Cuba praticamente extinguiu o analfabetismo e garantiu 9,5 anos de escolaridade média à população com idade superior a 15 anos, o Haiti – em que mais da metade da população vive em situação de pobreza extrema – apresenta uma taxa de analfabetismo juvenil e adulto em torno de 49%, e o orçamento destinado à alfabetização mal cobre os salários dos funcionários responsáveis pela administração governamental do setor. A persistente e bem-sucedida política cubana de EPJA é impulsionada pelo governo central, mas entendida como elemento de uma sociedade educadora. (DI PIERRO, 2008, p. 384).

Destaco a diferença entre esses dois países para levantar a questão de como a postura macro em termos de princípios norteadores da nação são absolutamente eficazes não somente na erradicação do analfabetismo, mas, na garantia de uma escolarização contínua. A postura educadora adotada pelo governo foi iniciada há cerca de 50 anos e apesar de seu início ter se dado com uma campanha massiva de alfabetização, Cuba não parou por aí e continuou investindo nos outros anos de escolarização.

A EJA se destaca por ser constituída por um público de alunos com histórias de vidas peculiares, histórias que se entrelaçam com as suas realidades educativas e/ou, a não participação em espaços de educação escolar. Cria-se então uma nova oportunidade de estabelecer um vínculo com a escola a qual procura favorecer seus anseios e que traga em seu pilar características próprias, com revisão de conteúdos que sejam engajados com a sua realidade, visando interligar e dar sentido à vida e a escolarização por meio de metodologias específicas. Sobre isso, Paulo Freire (2009, p. 165) salienta: “somente na medida em que os

homens criam o seu mundo, que é mundo humano, e o criam com seu trabalho transformador, eles se realizam. A realização dos homens enquanto homem está, pois, na realização deste mundo”. Tal concepção implica na total relevância de uma proposta educativa crítica e autocrítica que contribua para os educandos compreenderem os processos de desigualdades sociais e lhes ajude a superar a condição inicial.

A EJA possui um ritmo próprio e visa flexibilidade para que o aluno possa efetivamente fazer parte da sala de aula, ao propor por meios legais que o aluno da EJA tenha uma educação com diretrizes claras garantindo não somente a oferta, mas a permanência do mesmo na escola. Cabe à parte pedagógica a estruturação metodológica do funcionamento do ensino como meio de fortalecimento da dignidade e a valorização social dos alunos e das diversidades. A parte pedagógica deve pautar-se sempre no bem-estar dos estudantes e na importância do processo educativo na e para sua vida, tendo como foco o reconhecimento do aluno como sujeito construtor de conhecimentos.

Os conteúdos devem permear e articular com as experiências dos estudantes, dando sempre ênfase em problematizações voltadas para o cotidiano dos alunos da EJA. A EJA mais do que qualquer outra modalidade de ensino requer um trabalho diferenciado voltado não apenas para os conteúdos previstos a priori no currículo escolar, mas construindo de maneira mais acessível e articulada um conhecimento advindo dos saberes prévios dos estudantes, suas vivências e questionamentos para que seja fomentado o desenvolvimento das habilidades básicas escolares expressas na leitura, na escrita, na matemática, nas ciências e nas artes, levando em conta seu raciocínio lógico e capacidade de conexão do conteúdo escolar ao seu cotidiano.

A Base Nacional Comum Curricular– BNCC norteia o trabalho do Ensino Fundamental II – EF II e faz seus direcionamentos quanto às dimensões curriculares, o qual é seguido pela EJA, embora esse documento em suas duas versões tenha desconsiderado as especificidades próprias desta modalidade.

Na introdução, a BNCC afirma ser necessário adequar os currículos às mais diferentes realidades e modalidades de ensino. (BRASIL, 2017, p. 17). No entanto, ao longo do texto que disserta acerca dos componentes do EF, as competências listadas não diferenciam crianças de adultos. Não há sequer menção à necessidade de elaborar diretrizes específicas para as diferentes modalidades, enfim, a EJA é simplesmente ignorada. A expressão “jovens e adultos”, para termos noção do tamanho da negligência da BNCC, surge apenas nos componentes de Língua Portuguesa e Educação Física. (BRASIL, 2017). Outra observação pertinente refere-se

ao fato de que a adoção da Base do Ensino Fundamental II para a EJA, como mostra Souza, revela uma “dupla exclusão: exclusão quando deixa a EJA de fora da política pública e exclusão quando se adota uma base que despreza suas particularidades e especificidades” (SOUZA, Parecer, 2021, p. 3).

Nesse documento, impera a homogeneização do ensino, e os adultos e jovens são ignorados, inclusive são invisibilizadas suas experiências de vida, culturas e saberes, que poderiam contribuir sobremaneira para uma EJA atraente, emancipadora e cidadã. Além disso,

A análise levada a efeito neste trabalho possibilitou a observação de que a BNCC está permeada por uma visão mercantilista e excludente da educação, com suporte em conceitos que nortearam a educação brasileira no passado e causaram impactos negativos à democratização do conhecimento e a emancipação dos trabalhadores. (JORGE; GARCIA, 2021, s.p.)

As considerações das autoras sobre o resultado da análise feita da BNCC mostram que o documento possui uma visão mercantil, excludente e não contém elementos de superação da educação reproduzida majoritariamente no Brasil. Tal crítica e reconhecimento são o mínimo necessário se queremos pensar EJA de outra maneira: libertária e inclusiva.

Os alunos têm expectativas de que por meio do ensino noturno sejam criadas oportunidades de mudança de vida, de melhoria no currículo e de atender às exigências para obtenção de emprego. Mas, como já mencionado, nesse processo de escolarização é possível identificar as marcas da história de exclusão social e escolar, situação de extrema pobreza, currículos escolares sem vínculos com o mundo do trabalho, impossibilidade de frequentar a escola, dentre outras marcas. Quintanilha alerta para o fato de que:

Atualmente, percebemos o aumento expressivo de jovens frequentando a EJA, diferente do passado, onde a maioria eram os idosos. Grande parte desses jovens já passou pela escola anteriormente e carregam consigo as marcas do fracasso. Uma leitura possível dessa realidade é que, apesar da ampliação do acesso, a escola continua excluindo as classes populares do seu interior, seja através de reprovações consecutivas ou de total dissonância do que se pratica na escola com os fatos cotidianos, reais e concretos. (QUINTANILHA, 2010, p.176).

Refletir sobre a prática pedagógica no âmbito do ensino de jovens e adultos requer um esforço de elaboração coletiva e estudos bibliográficos amplos, além da necessária reflexão acerca de temas como: segregação socioespacial, cidadania, racismo estrutural, educação inclusiva, desigualdades sociais e econômicas, entre outros.

Além dos inúmeros obstáculos enfrentados por nossos alunos da EJA, a construção de estratégias para melhorar o ensino noturno de modo significativo, esbarra em mais um



empecilho institucional: os currículos escolares. Estes através de suas reformas têm sido compreendidos ao longo de décadas como um “guia curricular” (SILVA e SAUL, 2009), composto por uma bagagem conteudista e prescritiva, cujos compartimentos devem ser introduzidos pelos professores aos seus educandos.

Esse procedimento consiste exatamente no que Paulo Freire intitula como educação bancária, ou seja, os alunos são reduzidos a um receptáculo onde professores irão depositar conteúdos que foram pré-estabelecidos, de cima, pelas secretarias de educação. Com essa realidade em mente, faço a seguinte indagação: como é possível à educação formar pessoas críticas, conscientes e com possibilidade de mudar a si e o mundo a sua volta com um ensino monocrático, pretensamente neutro e que na maioria das vezes está totalmente descolado da realidade individual de cada ser (aluno)? A essa pergunta, de forma brilhante, Paulo Freire responde com um enfático não, ou melhor, em suas próprias palavras:

[...] gostaria de sublinhar um equívoco: o de quem considera que a boa educação popular hoje é a que, despreocupada com o desvelamento dos fenômenos, com a razão de ser dos fatos, reduz a prática educativa ao ensino puro dos conteúdos, entendido este como o ato de esparadrapar a cognoscitividade dos educandos. Este equívoco é tão carente de dialética quanto o seu contrário: o que reduz a prática educativa a puro exercício ideológico. (FREIRE, 2005, p. 108-109).

Freire nos mostra dois equívocos relacionados tanto à abordagem conteudista, quanto à abordagem ideológica. Tais equívocos reduzem a prática educativa e não contribuem para emancipação do educando, ao contrário, formata os alunos a simplesmente se tornarem parte de um sistema opressor, mantê-lo e não se contrapor a ele. Paulo Freire vai além e salienta que, na reprodução desse tipo de educação, o sonho do oprimido é se transformar no opressor. (FREIRE, 2005). Sendo assim, uma das condições básicas é pensar uma prática curricular que supere as determinações alienantes e ideológicas, destacando as características necessárias ao currículo para que, através do mesmo, possamos vislumbrar uma prática educacional crítica e emancipatória. Assim, o currículo escolar da EJA deve ser concebido de diferentes formas para atender as especificidades de seu alunado.

As diretrizes curriculares municipais foram pautadas sob essa perspectiva; buscaram ressaltar e valorizar as experiências escolares, e, mais, considerar o contexto sócio-cultural dos educandos. Observamos essa preocupação em um trecho do documento:

Nestas Diretrizes, partiu-se do princípio de currículo para além de um documento orientador que indica concepções teóricas e metodológicas no processo educativo, representando o conjunto de experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais,

contribuindo para a construção da identidade de nossos estudantes. Assim, Moreira e Candau (2008, p.17) afirmam que “a participação do educador no processo de reelaboração curricular é fundamental. Ele é um dos grandes artífices, da construção de currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. (UBERLANDIA, DMCs,2020, p.18).

Nesse contexto, é fundamental analisar a legislação e as políticas públicas de EJA, bem como os significados das mesmas para materializar as condições do desenvolvimento dos processos de escolarização de jovens e adultos.

## **2.1. OS ALUNOS DA EJA, LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: o vínculo entre paradoxos**

Isso é reflexo da nossa atualidade  
 Esse é o espelho derradeiro da realidade.  
 Não é areia, conversa, xaveco  
 Porque o sonho de vários na quebrada é abrir um boteco  
 Ser empresário não dá, estudar nem pensar  
 Tem que tramar ou ripar para os irmãos sustentar  
 Ser criminoso aqui é bem mais prático  
 Rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático.  
 Será instinto ou consciência  
 Viver entre o sonho e a merda da sobrevivência.  
 (RACIONAISMCS–A VIDA É DESAFIO, 2002).

A escolha da epígrafe, uma letra dos Racionais, deu-se por dois motivos distintos, mas que se entrelaçam: o hip-hop surgiu no Brasil tendo como base as periferias brasileiras. Assim como nos Estados Unidos o movimento hip-hop emergindo das periferias das grandes cidades como forma protesto, denúncia, luta pela vida e luta pela arte. (BORRI, 2015). Enfim, o hip-hop como uma manifestação genuinamente periférica foi o primeiro motivo que inspirou a escolha do trecho acima, visto ser a EJA, uma modalidade de ensino composta, sobretudo, por estudantes da periferia.

O outro motivo refere-se à constituição histórica e social dos pares dialéticos centro-periferia. Tal constituição no Brasil possui raízes de heranças coloniais que incluem expropriação, desigualdade, dominação e processos migratórios que retiraram milhares de camponeses de suas terras, principalmente a partir de 1970. As cidades foram crescendo, tornando-se metrópoles e a grande parcela das pessoas que se fixavam nos centros dessas cidades se aglomeravam nos cortiços ou ia se acomodar em regiões mais afastadas, periféricas. Eram em sua maioria pobres e negros que vinham tentar na cidade a construção de uma vida

melhor, já que o campo os havia sido tomado. (BORRI, 2015). Portanto, como uma encantada com a EJA e com o anseio de que possa se construir educação emancipadora e emancipatória, a epígrafe vem também carregada de denúncia. As periferias e o seu sentido fazem referência, como nos diz o autor, ao que está longe ou desprovido de poder,

[...] como adjetivo ao que está territorialmente longe do centro (sendo que centro aqui simboliza poder político e econômico). A perspectiva crítica, que vem se tornando tendência, entretanto, é qualificar como periférica não apenas a localização geográfica, mas considerando o modo de vida frente às dificuldades que enfrentam (sobrevivência) a criação de uma cultura particularizada. Assim, é usual a referência de que “o centro da cidade é periferia” ao se denunciar as milhares de pessoas vivendo nas ruas por diversos motivos. (FUZIWARA, 2014, p.90 apud BORRI, 2015, p.71).

Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a periferia não é simplesmente um lugar geográfico na cidade, mas que é acima de tudo um espaço onde se encontram, aglomeram pessoas desprovidas de direitos, estigmatizadas, excluídas sócio-historicamente e violentadas. Pensar numa gradativa ascensão da qualidade do ensino de jovens e adultos, passa pelo entendimento dos seus lugares, suas periferias e seus espaços vividos.

### **2.1.1 A EJA: ela existe para quem?**

A EJA, como mencionado anteriormente, é uma modalidade que atende jovens e adultos que não tiveram acesso em idade própria aos níveis de Ensino da Educação Básica; busca garantir a estes jovens e adultos direitos educacionais, acesso e/ou permanência à escolarização.

É notável que estes estudantes buscam aprendizagem e melhor qualificação em tempos diferenciados no ambiente de trabalho. Assim, tentam transpor as barreiras que os impediram de ter acesso à escolarização nos primeiros anos de vida. Lutam contra as marcas que lhes foram imputadas em suas trajetórias de vida por interrupções, em virtude de questões sociais, culturais e/ou econômicas.

Mas, a preocupação com o analfabetismo não é algo antigo no Brasil e nem mesmo em nível planetário. Apesar de que, no século XIX no Brasil, era conveniente para elites agrárias que os analfabetos soubessem ler para que pudessem votar devido à lei Saraiva que entrava em vigor a partir 1885, a alfabetização era algo sistematizado de forma muito incipiente.

A partir da 2ª Guerra Mundial a questão da alfabetização assume outras proporções e o governo brasileiro em nome de um projeto de fortalecimento do Estado se vê impelido na tentativa de diminuir o analfabetismo no país. (COSTA, 2009). A partir de 1945, inclusive no

Brasil, a questão da alfabetização passa a ser tratada de forma mais contundente. No entanto, não era intenção do governo tornar a Educação Básica mais acessível e de melhor qualidade para ampliar a cidadania. A intenção era, nada mais nada menos, formar uma mão de obra semiqualficada para a indústria. O ensino não tinha um pressuposto crítico, reflexivo ou de produtor de menos desigualdade, apenas interessava à burguesia industrial recém-formada em sua maioria, pelos barões do café, produzir uma massa que soubesse ler para se tornar massa operária em suas fábricas. (PAIVA, 1987)

No cenário internacional, em meio a Guerra Fria<sup>5</sup>, as organizações supranacionais como a ONU, passaram a estimular e cobrar dos governos políticas voltadas à educação. Contudo, é necessário sermos realistas, pois o cenário brasileiro no contexto da Guerra Fria era,

No Brasil, podemos observar uma pesada influência da grande potência do Norte no processo de democratização ocorrido ao final da II Guerra Mundial e um rápido retorno às raízes autoritárias assim que ficaram evidentes os sinais de que o mundo experimentava um retrocesso democrático. Dessa forma, devemos considerar que o fechamento político ocorrido no Brasil, durante o governo Dutra, possui tanto raízes exógenas quanto endógenas. (MUNHÓZ, 2002, p.44)

É contraditório supor que as políticas públicas voltadas ao ensino iriam ganhar estímulo, qualidade e recursos em governos autoritários. O fato é que não houve uma propagação da educação de forma qualitativa e sim quantitativa (MUNHÓZ, 2002). As forças exógenas atuaram de forma significativa nesse processo. O papel da UNESCO, como uma força exógena, precisa ser destacado nesse contexto como uma das atuações mais relevantes para se promover o ensino entre os jovens e adultos. A quarta república brasileira inaugurada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1947 introduziu programas voltados à alfabetização de adultos (PAIVA, 1987). Cabe enfatizar novamente que o interesse era atender às elites e não as camadas populares, como observado nas palavras do autor:

[...]a educação dos adultos convertia-se num requisito indispensável para ‘uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância’, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme o pronunciamento de Lourenço Filho: devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que

---

<sup>5</sup>Expressão utilizada para designar a geopolítica mundial após o fim da II Guerra Mundial, o termo ‘fria’ designa uma guerra sem armistício. Representou até 1989 o contexto bipolar liderado pelas duas maiores potências desse período: Estados Unidos e União Soviética. (MUNHÓZ, 2002)

todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral. (PAIVA, 1987, p. 179).

Alfabetizar para formar trabalhadores, ou, nas palavras de Marx, um exército industrial de reserva<sup>6</sup>. Não importava a qualidade do ensino, muito menos as características singulares presentes em aluno jovem, adulto ou idoso. Desde o presidente Dutra, vários programas governamentais foram implementados na segunda metade do século XX, quase todos, sem nenhum êxito<sup>7</sup>. Contudo, cabe dar ênfase a um programa, sobretudo porque voltaremos a ele, deste trabalho, intitulado Programa Nacional de Alfabetização criado em 1964 e baseado no método de Paulo Freire. Esse programa tinha como premissa o fato de considerar os alunos como sujeitos ativos capazes de produzir e criar suas próprias concepções sobre o conhecimento e sobre o mundo. A pedagogia era intitulada por Paulo Freire como pedagogia revolucionária e primava pela consciência profunda do aluno como sujeito do conhecimento. O modo como ele próprio definia essa pedagogia libertária:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 1983, p. 44)

É possível observar nas palavras de Freire o papel desse tipo de pedagogia no despertar contínuo e crescente da consciência do estudante sobre a realidade que o envolve e que o oprime.

O maior projeto/experiência de alfabetização de jovens e adultos conhecido como as “40 horas de Angicos” realizado no sertão nordestino é nos dias atuais uma das experiências mais estudadas por diversos pesquisadores e educadores. Sua importância reside no fato de que emancipação e democracia como foco da educação nortearam todo o trabalho desenvolvido. A proposta totalmente revolucionária, ocorrida em plena ditadura militar, em tempo recorde

---

<sup>6</sup>**EIR** - termo criado por Karl Marx na sua obra crítica da economia política, disserta sobre o desemprego estrutural do sistema capitalista. O **exército** industrial de **reserva** refere-se à mão-de-obra ou força de trabalho que excede àquelas necessárias ao provimento da indústria. (FELIX, 2019).

<sup>7</sup>a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, governo de Juscelino Kubitschek); o Movimento de Educação da Base (em 1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB); o Programa Nacional de Alfabetização, utilizando os métodos de Paulo Freire (1964, governo de João Goulart); O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL – 1968/1978); a Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar (1985, governo de José Sarney); o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania – PNAC (1990, governo de Fernando Collor de Mello); a Declaração Mundial de Educação para Todos (assinada em 1993 pelo Brasil em Jomtien, Tailândia); o Plano Decenal de Educação para Todos (1993, governo de Itamar Franco); o Programa Alfabetização Solidária (1997, governo de Fernando Henrique Cardoso); e, finalmente, o Programa Brasil Alfabetizado (2004, governo de Luís Inácio Lula da Silva).

trabalhou de forma objetiva e subjetiva com cerca de 300 pessoas que não tinham tido até então, nenhum contato com a alfabetização. A experiência única extrapolou as fronteiras geográficas da pequena cidadezinha nordestina de Angicos. Sua relevância epistemológica, social e política constituíram uma filosofia da educação totalmente nacional. As “40 horas de Angicos” colocou em prática o pensamento das obras de Paulo Freire, onde ele mesmo orientou vários estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que ministraram a alfabetização aos mais de 300 trabalhadores. Em Angicos foram selecionadas palavras que faziam parte do mundo vivido por aqueles trabalhadores. Palavras que tinham muito significado em seu mundo.

A primeira, *belota*, denomina os enfeites das redes e dos utensílios dos vaqueiros. Antes, porém, da introdução, discussão e início da leitura e da escrita das palavras, o processo iniciava-se com a problematização da leitura de mundo na “aula de cultura”, com a utilização de fichas que continham desenhos de aspectos da cultura local e ainda sem palavras escritas, que tinham o objetivo de provocar o debate visando ao entendimento de que somos todos sujeitos de cultura, todos produtores de conhecimentos. (SILVA; SAMPAIO, 2015, p.940)

Em alguns dos encontros da equipe de coordenadores Paulo Freire esteve presente e todos podiam discutir/trocar experiências em que avaliavam a aula anterior e propunham soluções aos desafios surgidos. (SILVA; SAMPAIO, 2015).

Nenhum dos métodos ou programas anteriores valorizou a vida, o pensamento e a história dos seus alunos como esse. Uma preocupação genuína para com a liberdade do indivíduo. Seria possível para um país, em pleno ano de 1964 no governo de João Goulart, à sombra da ditadura militar, um programa que apregoava ideais revolucionários e libertários, vingar? Costa (2009, p.69) nos responde a essa indagação; “Vendo seus interesses ameaçados, as elites impediram que Freire continuasse seu trabalho educativo/político, reflexivo/libertador, acusando-o de subversivo.” O que veio em seguida, em plena ditadura foi a implantação do MOBREAL, citado anteriormente, como um programa alienador sem qualquer pressuposto ou base de criticidade e autonomia. Adotava a base de implementação da alfabetização trazida por Paulo Freire, ou seja, a partir do espaço vivido do estudante, contudo retirava da mesma todo conteúdo crítico-reflexivo. Os resultados foram péssimos e a formação de professores no período de duração do MOBREAL muito precária. (COSTA, 2009).

Adentrando mais diretamente na base legal as políticas do Estado em relação à educação de jovens e adultos, faremos a trajetória do macro para o micro, ou seja, abordar primeiro as principais legislações federais, para posteriormente abordarmos as políticas públicas específicas do município de Uberlândia.

Na esfera federal, as legislações atuais de políticas para educação de jovens e adultos

estão dispostas da seguinte maneira:

**Quadro 2- Legislações Federais sobre Educação de Jovens e Adultos**

Artigo 208 da CF	Descreve a educação, incluindo a de jovens e adultos, como direito subjetivo público, para pessoas que não frequentaram o ensino regular em “idade apropriada”. Certamente, a educação de jovens e adultos citada na CF constitui o mais significativo parâmetro legal para que as políticas públicas da EJA possam se apoiar.
Lei nº 9394/96	A Lei nº 9394/96 intitulada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça o dispositivo constitucional e torna oficial a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade educacional, além de estabelecer uma relação entre educação básica e profissionalização, o que representou mais um avanço legal significativo. Porém, cabe ressaltar que essa lei foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, um governo que dentre outras características estava fortemente voltado à economia internacional, privatizações (inclusive de vários segmentos educacionais) e neoliberalismo. [...] o papel da escola, nesta perspectiva, consiste na efetivação da submissão técnica e ético-política da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia brasileira. (NEVES, 2002, p. 172). Apesar de a LDB ser citada como um avanço, o ensino de jovens e adultos continuou sendo marginalizado.
Lei 11.494/07 <sup>8</sup>	Conhecida como FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério passou a contabilizar as matrículas na EJA para o repasse de recursos.

Fonte: Elaboração própria (2021)

A Constituição Federal em seu artigo 208 descreve os pressupostos que irão amparar as legislações subsequentes sobre a EJA:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:  
 I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;  
 § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (BRASIL, Constituição, 1988).

A Carta Magna torna o acesso ao ensino, obrigatório e gratuito, mesmo se o estudante estiver fora da “idade própria”<sup>9</sup>. É importante salientar a profundidade deste termo e as

<sup>8</sup>A lei 11.494/07 foi revogada pelo novo Fundeb, Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020 e entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

<sup>9</sup>As aspas colocadas na expressão pretendem remeter ao fato de que embora exista uma padronização para as

implicações legais advindas dele. Como nos sugere a autora:

O reconhecimento expresso do direito ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo autoriza a possibilidade de, constatada a ocorrência de uma lesão, o mesmo ser exigido contra o Poder Público de imediato e individualmente. Quanto a este aspecto, parece não haver muita polêmica. Ocorre que, como estamos diante de um direito social, o seu objeto não é, simplesmente, uma prestação individualizada, mas sim a realização de políticas públicas, sendo que sua titularidade se estende aos grupos vulneráveis. (DUARTE, 2004, p.115).

Além de poder exigir seu direito à educação de forma individualizada, o fato do mesmo ser subjetivo, amplia para o caráter coletivo da Lei, o que de imediato remete à obrigatoriedade de se formular políticas públicas eficazes àquelas pessoas que estão à margem da sociedade em algumas ou várias situações de vulnerabilidade.

Para entrar no que esses dispositivos legais versam sobre quem são o público para quem essas leis foram formuladas, destaca-se a LDB nº 9394/96 em seu artigo 37 onde é possível encontrar um primeiro demarcador para situar quem seriam os sujeitos que compõem as classes de EJA:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (BRASIL, 1996).

Uma condição bastante objetiva para definir as características dos alunos da EJA está bem clara nos artigos citados: a idade e a não oportunidade em tempos adequados à escola. Essas características são especificidades de educandos que foram tolhidos dos seus direitos por motivos variados, mas que na maioria das vezes refere-se à sua condição de vulnerabilidade social. A lei deixa claro que a EJA é uma modalidade de ensino da Educação Básica. É possível que os alunos deixem a escola e retornem posteriormente, buscando um lugar social de maior

---

idades escolares, o contexto individual e social é muito mais complexo e múltiplos elementos devem ser considerados para aquele indivíduo ou classe de indivíduos não terem frequentado a escola na suposta “idade própria”.



equidade e menos desigualdade.

Um adendo deve ser colocado sobre a criação da Emenda 14, aprovada pouco tempo depois da LDB. Essa Emenda modificou o texto das Disposições Constitucionais Transitórias em seu artigo 50 retirando o compromisso de erradicar o analfabetismo em dez anos. Ao invés do compromisso com a erradicação do analfabetismo e universalização do Ensino Básico, criou-se um sistema de cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal. Estava, portanto, criado o FUNDEF e a partir dele as matrículas na EJA não seriam mais contabilizadas para se realizar o repasse de recursos para o FUNDEF. O resultado, obviamente, foi um desestímulo na oferta dessa modalidade de ensino que já era observado nitidamente cerca de dois anos depois de aprovada a emenda. (HADDAD, DI PIERRO, 1999). A situação precária imposta pela Emenda 14 e pelo veto presidencial ao artigo 2º da LDB só começa a ser revertida com a criação do FUNDEB em 2007 que passou a contabilizar novamente as matrículas na EJA para fins de repasse de recursos públicos.

Enfim, o documento normativo construído pelo conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury representou um grande salto para a Educação de Jovens e Adultos quando propõe que a mesma seja reparadora, equalizadora e qualificadora. A reparação se dá mediante o resgate de um direito civil, a educação, como um direito anteriormente negado. A equalização diz respeito ao aumento de possibilidades de acesso e obviamente de permanência na escola até então praticamente inexistentes. O atributo qualificador diz respeito a uma aprendizagem que possa ser ao longo da vida atualizada e renovada. (SOARES, 2002).

A parte destinada à EJA no PNE- Plano nacional da Educação, Lei n. 10.172/01, reconheceu que era totalmente insuficiente atuar na escolarização tomando como base apenas a dinâmica demográfica e elaborou ações que chegassem aos públicos jovens/adultos e idosos. Em suas diretrizes prevalece a concepção de educação continuada, mas a parte significativa e inovadora do PNE foi a priorização dada ao direito dos jovens e adultos ao ensino público e gratuito. Foram vinte e seis metas anunciadas no capítulo sobre a EJA e algumas delas merecem destaque nesse relatório: 1) alfabetização de dez milhões de pessoas no período de cinco anos e erradicação do analfabetismo em dez anos; 2) ofertar o ensino fundamental relativo às séries iniciais a 50% da população jovem e adulta no período de cinco anos; 3) ofertar até o final de década de 2010 o ensino fundamental séries finais a toda população a partir de 15 anos; 4) quadruplicar no período de dez anos o suporte para atendimento da EJA relativa ao nível médio; 5) introduzir o ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais para adolescentes infratores. (DI PIERRO, 2008).

Diante da configuração do Estado cada vez mais neoliberal, especialmente no que se refere às políticas econômicas e sociais, o cumprimento das metas do PNE (2014-2024) foi afetado, configurando mais perdas para a educação, pois os interesses do mercado claramente prevaleceram sobre os sociais. Neste contexto, a Lei 13.005 de 2014, que aprovou o PNE e deu outras providências, foi duramente atacada, pois as metas para a educação foram abandonadas. Apesar de constar entre as 20 metas do plano para o referido decênio metas para a EJA, somente as metas 9 e 10, as duas sozinhas não são capazes de lidar com o desafio histórico do estigma da EJA como sinônimo de fracasso escolar.

A escola como lócus do ensino formal da sociedade moderna é em sua forma e conteúdo, essencialmente neoliberal. O neoliberalismo é um sistema teórico/prático de políticas econômicas que incentivam a livre iniciativa, livre mercado e propriedade privada (HARVEY, 2005). O mesmo postula uma ilusão de qualidade de vida advinda exclusivamente de realizações mercantis. Evidentemente essa qualidade de vida não é para todos porque se assim fosse essa premissa confrontaria os princípios de altíssima competitividade, busca incessante pelo lucro e fundamento na suposta meritocracia. Em outras palavras, o acesso ao bem estar, qualidade de vida, serviços de qualidade no estado neoliberal não é para todos, não pode ser para todos.

As perspectivas neoliberais mantêm esta ênfase economicista: a educação serve para o desempenho no mercado e sua expansão potencializa o crescimento econômico. Neste sentido, ela se define como a atividade de transmissão do estoque de conhecimentos e saberes que qualificam para a ação individual competitiva na esfera econômica, basicamente, no mercado de trabalho (GENTILI, 1995, p.193)

A educação deverá formar para o mercado de trabalho. Parece algo simples e, visto superficialmente, até mesmo igualitário. Obviamente, no mundo capitalista não existe trabalho para todos e todos os trabalhos não são iguais. Isso quer dizer, ancorado na boa e velha suposta meritocracia, alguns terão trabalho outros não, alguns terão bons trabalhos, a maioria não. Isso para reduzir o nível da discussão à educação que prepara para o mercado. Nessa perspectiva, a qualidade da educação remete à fixação de um perverso processo que diferencia e segmenta a oferta da educação. A exclusão por meio do ensino torna-se ainda mais grave quando se considera o neo-economicismo<sup>10</sup> que tem tomado conta das políticas neoliberais. Este descarta

---

<sup>10</sup> O “neo-economicismo” na Educação é favorecido pelas agências multilaterais que têm redefinido e concentrado diferentes categorias. Essa perspectiva está balizada pela teoria do capital humano e cada vez mais afastada pela ideia de desenvolvimento humano. O foco do neoeconomicismo é encarar a educação como parte da engrenagem do desenvolvimento econômico. Além disso, essa forma de encarar a educação como negócio traz como grave problema a negação das desigualdades sócioeconômicas e educacionais (GENTILI, 1995)

o mínimo de um Estado de bem estar social e qualquer possibilidade de garantia por parte do Estado de direitos sociais como saúde e educação.

Desde os anos 1980, como afirma Santos (2020), com a gradual e avassaladora imposição do neoliberalismo que as bases produtivas supostamente se tornaram mais frágeis e o capitalismo é comandado pelo sistema financeiro. Esse aspecto do capital contemporâneo serviu e serve como desculpa para que os Estados digam que vive a crise o tempo todo e essa mentira torna-se justificativa para estabelecer cortes nos serviços públicos: a educação é um deles. Afinal, como indica o autor:

Além das razões que teve o capital para expandir os direitos sociais e econômicos, estas lutas populares e democráticas são as que nos permitem explicar, em grande parte, a existência de um conjunto de instituições públicas onde tais direitos deveriam (ao menos hipoteticamente) materializar-se. A escola pública é algo mais do que uma simples e conspiratória armadilha do capital para estender seu poder sobre as massas. Esse é um dos núcleos de sentido que o neoliberalismo pretende desintegrar: a própria ideia dos direitos sociais e a necessidade de uma rede de instituições públicas destinadas a materializá-los. (GENTILI, 1995, p. 199)

A escola pode ser um espaço de redenção da classe trabalhadora como também pode, como tem sido continuamente sucateada, a ponto de as instituições públicas de ensino serem absolutamente desacreditadas. Esse discurso faz parte de um processo ideológico mais amplo de diminuição dos recursos em serviços públicos. Com as mudanças no modo de funcionamento e estruturação do ensino em virtude da pandemia, as escolas públicas ficaram ainda muito mais vulneráveis a esse descrédito da educação pública e de qualidade.

Neste contexto, é importante mencionar outro ponto crucial que está contido na meta 20 do plano, “Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio” (MEC, 2014, p.61). Especialistas sugerem que apesar desse investimento ser maior do que o investimento de vários países desenvolvidos há que se levar em conta a realidade demográfica do Brasil e o quanto o valor que chega individualmente por aluno é baixo.

O analfabetismo no Brasil não é, pois, apenas um problema residual herdado do passado (suscetível de tratamento emergencial ou passível de superação mediante a simples sucessão geracional), e sim uma questão complexa do presente, que exige políticas públicas consistentes duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento econômico, social e cultural. (HADDAD e DI PERRO, 2020, p.31)

---

No âmbito do município de Uberlândia, a lei nº 12.209 de 26 de junho de 2015, aprovou o Plano Municipal de Educação- PME - com validade de 10 anos. A diretriz IV contendo 10 subitens contemplam a EJA desde a garantia das condições de acesso, oferta da EJA nos turnos matutino e vespertino à criação de salas em comunidades carentes, associações, empresas, assentamentos, entre outros. Após essa conceitualização da EJA dentro de um contexto nacional e municipal cabe adentrar na análise das propostas curriculares existente para tal modalidade de ensino.

### **2.1.2. OS CURRÍCULOS DA EJA: análise crítica.**

Não poderíamos apresentar reflexão sobre os currículos da EJA desvinculada da necessidade de reafirmar a nossa opção por uma concepção de educação que começa e se estrutura pelo diálogo. Nessa perspectiva, diálogo é princípio e método do processo educativo emancipatório com fomento da compreensão crítica. Assim, as elaborações de Freire, ao escrever sobre a organização reflexiva do pensamento, fundamental para educação, nos ajudam a acrescentar elementos na reflexão sobre a superação da compreensão recorrente da compreensão mágica da realidade<sup>11</sup>, que, a nosso ver, pode estar presente nos discursos de docentes e estudantes.

O que teríamos que fazer, então, seria, como diz Paul Legrand, ajudar o homem a organizar reflexivamente o pensamento. Colocar, como diz Legrand, um novo termo entre o compreender e o atuar: o pensar. Fazê-la sentir que é capaz de superar a via predominantemente reflexa. Se isto acontecesse, estaríamos levando-o a substituir a captação mágica por uma captação cada vez mais crítica e, assim, ajudando-o a assumir formas de ação também críticas, identificadas com o clima de transição. Respondendo às exigências de democratização fundamental, inserindo-se no processo histórico, ele renunciará ao papel de simples objeto e exigirá ser o que é por vocação: sujeito. (FREIRE, 1979, p. 39).

O referido autor também indaga sobre como fazer o mencionado anteriormente e, ao elaborar possíveis respostas. Argumenta que “Somente um método ativo, dialogal e participante poderia fazê-lo” (FREIRE, 1979, p. 39). Mas, como ensina Freire, “mas quem dialoga, dialoga com alguém sobre alguma coisa”. (1979, p. 40). Assim, o diálogo pode colocar em movimento a elaboração de propostas curriculares com os/as alunos/as da EJA, partindo da e problematizando a realidade concreta, valorizando saberes e culturas dos estudantes e dos seus grupos de convivência.

Nessa perspectiva, é importante continuar indagando e refletindo coletivamente com

---

<sup>11</sup>O referido autor trata do tema em relação aos processos de formação de alfabetizandos/as.

os/as alunos/as da EJA: Como pensar uma proposta curricular que fomente a superação das determinações alienantes e ideológicas? Quais as características necessárias ao currículo para que, através do mesmo, possamos vislumbrar uma prática educacional crítica e emancipatória? Obviamente, não esgotaremos o assunto nessa breve reflexão, contudo, sinalizamos importantes contribuições de Paulo Freire à (des)construção de uma proposta curricular tradicional. A educação tradicional é pautada principalmente na racionalidade científica cartesiana que privilegia a razão em detrimento da emoção, a objetividade ao invés da subjetividade, a simples operação ao invés do prazer do discernimento sem fomento à criticidade, elemento fundamental para a transformação das situações de opressão. Em suma, os currículos tradicionais têm suas origens em premissas da ciência tradicional e portanto de teorias tradicionais, não trazem em seu bojo elementos críticos que questionam as origens hegemônicas do próprio conhecimento, por exemplo. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985).

A etimologia da palavra crítica remete a um verbo de origem grega *krinein*, termo que possui múltiplos sentidos e um dos principais significa “desmembrar para distinguir” chegar aos fundamentos ou à origem. (LEÃO, 1977). Dito de outro modo, significa não ficar na superfície ou na aparência das coisas, fato que nos obscurece e funciona como mecanismo ideológico, função política clara do ensino tradicional. Para desenvolver a criticidade é necessário o estabelecimento de relações dialógicas. O diálogo é uma categoria central à emancipação do Ser.

[...] existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo *pronunciado*, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo *pronunciar*. Não é no silêncio que os temas se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. (FREIRE, 1987, p. 78).

Entendemos esse processo descrito como algo profundo e que vai além da relação social em si, ou seja, ainda que exista seres humanos se relacionando, isso não implica necessariamente que essa relação seja mediada pelo diálogo. O diálogo pressupõe o compromisso com o outro, respeito, consentimento, desejo de sair de si através de um movimento em direção ao próximo. Tais características requerem disponibilidade para estar em relações não hierarquizadas e são elas que Paulo Freire designa como construtoras de emancipação, absolutamente necessárias não só a uma construção curricular mais crítica e ampla, como a todas as relações humanas. (GUEDES, 2007).

Um currículo escolar que considere eticamente todas essas dimensões inerentes ao diálogo será um currículo verdadeiramente com potencial de formar cidadãos, educandos

emancipados e emancipadores, preparados para lutar por uma vida com justiça social. Freire não admite uma concepção de diálogo que não seja essa de comprometimento de uns com os outros em vista da promoção da vida.

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não *sloganizar*. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade[...]. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o ‘pronunciam’, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (FREIRE, 1983, p. 43).

Não adotar uma postura invasiva, manipuladora e não ser taxativo imprimindo rótulos<sup>12</sup> requer um diálogo amoroso, onde um sujeito é capaz de se colocar no lugar do outro, por esse motivo falamos da alteridade na construção sempre contínua e inacabada do currículo. O diálogo em Paulo Freire propõe ir à raiz dos problemas, sem *sloganizar*, ou seja, sem construir rótulos superficiais. Esse “mesmo diálogo deve existir com base numa ética da alteridade, sobre a mesma, o autor esclarece” [...] encontra-se um caminho profícuo para a Ética da Alteridade, ou seja, uma forma de pensar a realidade desde a justiça: “[...] justiça em todos os sentidos, justiça para com o que não é nós, justiça para nós como justiça para com o outro que nós” (SOUZA, 2004, p. 51 apud LOVISON, CAMARA, 2008, p.16). Uma relação dialógica baseada na justiça. Afirimo que as contribuições de Paulo Freire para a construção curricular são inúmeras e serão retomadas na seção três, por hora, essa reflexão ressalta a importância dessas categorias: diálogo, alteridade e justiça. Sem a prática/teoria desses conceitos não há como a EJA ser fomentadora de emancipação.

As especificidades do público da EJA demandam uma organização curricular flexível, contextualização organizada e problematizadora dos conteúdos. Assim sendo, não pode ser um “currículo tradicional” do ensino regular (Ensino Fundamental I e II), a modalidade da EJA requer uma qualidade do ato educativo, mas coerente com as pesquisas e propostas filosóficas da área e necessidades formativas dos alunos da referida modalidade. Podemos sugerir a Escola Cidadã e a metodologia freiriana (SILVA, 2004). A modalidade se difere nos currículos buscando uma proposta de trabalho pedagógico organizada em Eixos Temáticos, distribuídos em temas e subtemas, com abordagem interdisciplinar e contextualizada, considerando as vivências dos educandos e suas experiências quanto aos temas e conteúdo, valorizando a importância do ritmo dos alunos e características de estudantes. A sua idade, as condições socioeconômicas e outros fatores que corroboram para a singularidade como aluno da EJA. A

<sup>12</sup>O termo *slogan* tem sua etimologia no gaélico e significa grito ou mesmo grito de guerra, atualmente é sobretudo utilizado pela publicidade na guerra entre empresas. (MESQUITA, 2002).

relação da vida cotidiana do sujeito e os temas podem ser sistematizados objetivando a valorização e o conhecimento prévio dos educandos, sua cultura e o seu cotidiano, tendo como eixo estruturante o diálogo. Uma formação voltada para o humano, social e profissional na busca de contribuir para torná-los cidadãos críticos com consciência ética e acima de tudo participativos, conscientes de seus direitos e deveres, mas capazes de se constituírem autônomos de suas aprendizagens e saberes. Podemos ressaltar que uma grande porcentagem dos educandos almeja uma melhor qualidade de vida construída por meio da escolarização.

### 2.1.3 Produções acadêmicas sobre a EJA

Em relação à continuidade da busca de compreensão sobre a temática tratada nessa pesquisa tornou-se necessária a identificação e análise de teses, dissertações e artigos, utilizando os seguintes descritores: Educação de Jovens e Adultos, pandemia e exclusão.

Nessa perspectiva, realizamos uma busca no portal de periódicos da CAPES e o quantitativo das teses e dissertações encontradas, nos últimos cinco anos, seguem descritas na tabela abaixo. A referida tabela apresenta resultado da consulta realizada ao Banco de Teses da CAPES, a respeito da quantidade de produções publicadas no período de 2016 a 2021. Na busca realizada, quando incluída a palavra pandemia entre os descritores, não foi identificada nenhuma tese ou dissertação. Em relação aos artigos, identificamos e analisamos os publicados em 2020 e 2021, com uso dos descritores: EJA, pandemia e exclusão.

**Tabela I- Quantitativo de trabalhos acadêmicos encontrados e analisados<sup>13</sup>**

Ano	Nível	Descritores	Total de pesquisas encontradas	Total de trabalhos analisados
		Educação de Jovens e adultos, Exclusão		

<sup>13</sup>As dissertações e teses selecionadas seguiram os seguintes critérios: abordagem teórico-metodológica crítica em relação ao objeto, no caso a educação de jovens e adultos. Além disso, buscou-se trabalhos que contemplassem o desenvolvimento de metodologias para compor um salto qualitativo na educação de jovens e adultos.

2016-2017	Doutorado	44	112	2
	Mestrado	68		
2018-2019	Doutorado	23	72	1
	Mestrado	49		
2020-2021	Doutorado	0	26	1
	Mestrado	26		
<b>Total</b>			<b>210</b>	<b>4</b>

Fonte: Elaboração própria (2021)

O Quadro III apresenta os títulos e autores de teses e dissertações que compõem juntamente com os livros e artigos o arcabouço teórico deste relatório.

**Quadro III- Títulos e autores dos trabalhos analisados**

<b>Autor/Autora</b>	<b>Título</b>	<b>Nível</b>	<b>Instituição/Ano</b>
Cláudia Silva Santana	Avaliação mediadora no processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.	Mestrado	Universidade do Estado da Bahia – UNEB/2018
Taise Caroline Longuinho Souza	Direito à educação do jovem na EJA: a intervenção didática em direitos humanos.	Mestrado	Universidade do Estado da Bahia – UNEB/2017
Volmir José Brutscher	Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire	Doutorado	Universidade Federal da Paraíba/2017
Letícia Fernanda Gonçalves	As TDICs na EJA: contribuições em teses e dissertações da CAPES.	Mestrado	Universidade Federal de São Carlos/2021

Fonte: Elaboração própria (2021) (Bibliografia completa na parte final no item Referências)

### 2.1.3.1-Diálogo sobre EJA e avaliação

A dissertação de Cláudia Silva Santana (2018) objetivou a compreensão das avaliações de aprendizagem na EJA de uma escola pública do estado em Salvador-BA. Nesta pesquisa, o papel do professor foi de suma importância para orientar as observações e procedimentos metodológicos associados às políticas da EJA nesse Estado. Os resultados indicaram que as avaliações aplicadas/desenvolvidas com o público nessa escola estão ganhando contornos cada vez mais qualitativos, fruto da valorização e diálogo com os estudantes.

A escolha desse trabalho se deu devido ao caminho teórico e metodológico escolhido pela pesquisadora. Sua abordagem parte do princípio de que os estudantes da EJA são sujeitos e como tal, é necessário ofertar uma educação de qualidade, desde o modo como se dá a relação



professor-aluno, aluno-escola e a própria avaliação precisa ser ressignificada. Não é utopia ter como inspiração uma educação que aconteça ao longo de toda a vida, como ela mesma sugere:

A Educação Permanente passa a ser nossa inspiradora para seguirmos defendendo na pesquisa uma forma mais justa de avaliar no contexto da EJA, pois “não basta saber ler que Eva viu a uva. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho” (FREIRE, 1991), que a uva foi plantada na terra e que a terra é fonte de vida, pois permite que as plantas, quando cuidadas, cresçam e produzam a clorofila que oxigena o ar e conseqüentemente os nossos pulmões; saber que merendando a uva e não um hambúrguer você terá mais saúde e poderá viver mais, pois a carne do hambúrguer é produzida pela indústria de alimentos rápidos que provocam doenças, etc. Chegamos até ao hambúrguer para chegar até à indústria, à economia, ao emprego, ao termo Educação ao longo da vida. (SANTANA, 2018, p. 37-38).

A referida autora, no capítulo 2, descreve e avalia o papel desempenhado pelo professor nas salas da EJA e o quanto esse papel é essencial no processo educativo. Segundo Santana (2018) o professor deve abandonar os esquematismos tradicionais de ensino, como por exemplo, passar o conteúdo, dar um exercício e fazer uma avaliação sobre o tema. Ao abandonar as práticas tradicionais os professores precisam estar com a mente aberta às mudanças, inovar, aprender com as frustrações, com os equívocos inerentes a esse percurso de realizar coisas novas. (SANTANA, 2018).

No capítulo 3, a pesquisadora questiona o modelo de avaliação aplicado na EJA. Ela aponta para a necessidade de haver uma avaliação da avaliação. Nesse modelo tradicional de avaliação os prejuízos podem ser muito grandes.

Um objeto, um fruto, uma verdura, um móvel são classificados em bons ou ruins, já o ser humano é avaliado por seus atos corretos ou incorretos. As pessoas boas são as que vivem corretamente, as pessoas más são as que estão sempre errando, fazendo algo que não deveriam fazer. O aluno bom é aquele que tira boas notas nas avaliações, são os alunos fortes. O mau aluno não se dá bem com as notas, por isso, é um fracassado. Segundo determinadas religiões, a Católica, por exemplo, Deus avalia os seres humanos e o professor, o “deus” da sala de aula, avalia os seus alunos. Separando-os como separam em uma colheita, as sementes boas das ruins. (SANTANA, 2018, p. 50).

Esse juízo de valor que separa pela nota obtida nas avaliações os alunos bons dos alunos maus, mesmo que os professores tentem “recuperar esses alunos” tidos como ruins, algo é definitivo, ele já foi classificado como mau, nada se pode fazer a respeito disso. Considerando que estamos lidando com estudantes adolescentes, jovens, adultos e mesmo idosos, o prejuízo ainda é maior, pois afinal, quantos desafios, problemas e dificuldades enfrentaram até se acharem em um banco de sala de aula novamente? Claudia Santana expõe algo elementar e

muito precioso:

[...] cremos que os alunos das escolas públicas que chegam, no noturno, cansados depois de todo um dia de trabalho (domésticas, garis, operários, vigilantes, porteiros), jovens e adultos, que não tiveram a oportunidade de terminar o ensino fundamental ou médio, esforçando-se para estar em sala todos os dias, merecem que estudemos, pesquisemos e coloquemos em prática uma forma mais coerente e uma maneira mais prática de avaliá-los. Não cabe mais uma atuação, junto a esses alunos, de escritura no quadro para que eles copiem o conteúdo, o professor expõe (quando expõe), copia a atividade, responde e corrige. Esta prática, hoje, ainda pode ser encontrada em todas as disciplinas no cotidiano da EJA e com vários professores. Avaliações sempre objetivas, pois acreditam que esses alunos não têm a capacidade de dar a resposta que está nos seus gabaritos e não aceitam as que estão fora dos padrões do mesmo. (SANTANA,2018, p. 51).

Uma postura tradicional, avaliações tradicionais, de fato isso não cabe mais na educação de jovens e adultos. Afinal, não podemos esquecer o que Paulo Freire (2005) nos diz que educar é um ato político e avaliar também é um ato político. “Entre professor e aluno é preciso haver diálogo, aproximação, envolvimento, engajamento, encantamento entre ambos, é preciso observar os alunos ao fazerem atividades significativas, processuais, formativas para diagnosticar o que aprenderam ou não.” (SANTANA,2018, p.69). É preciso rever continuamente tais práticas, para melhorá-las e conseqüentemente melhorar a escola que este estudante está inserido. A autora defende também que a formação continuada e a gestão participativa deve estar ao alcance do professor para contínuo aprimoramento e participação efetiva no cotidiano da escola, seja esse pedagógico ou não.

O contexto da pandemia e do conseqüente uso do ensino na modalidade remota tornaram mais evidente a precariedade/fragilidade de nossos modelos de avaliação na EJA, e, tomando como referência as premissas levantadas por Santana (2018) acerca da avaliação, percebemos que as maneiras de avaliar precisam ser revolucionadas, uma vez que a pandemia potencializou a urgência de transformar práticas avaliativas.

### **2.1.3.2-Diálogo sobre EJA e Direitos Humanos**

O trabalho de Taise Caroline Longuinho Souza disserta sobre o papel da intervenção pedagógica, dando ênfase nos direitos humanos, contribui ao desenvolvimento da cidadania entre os estudantes da EJA e sua repercussão no exercício da democracia. A pesquisa foi referenciada sob a perspectiva de uma escola emancipatória que identifica o processo educacional como o caminho para a um Estado Democrático de Direito pleno.

Sua escolha se deu a partir da ênfase dada pela pesquisadora nos direitos humanos e exercício da cidadania. Nossa prática na EJA tem demonstrado que, quanto mais conscientes de direitos e deveres estão os estudantes, mais atuantes se tornam para si próprios, comunidade ou sociedade em geral. (SOUZA, 2017). Assim:

Educar em direitos humanos é a tônica para a qual a práxis pedagógica está direcionada hodiernamente. Na EJA o movimento é o mesmo, essencialmente reforçado no sentido de que cidadãos de fato e de direito são o fundamento da existência desta modalidade de ensino. Na prática exercem funções e atribuições sociais elementares a todos os processos que colaboram com a existência da comunidade: produzem renda, escolhem representantes políticos, opinam em situações das mais diversas, ainda que inconscientemente. Esse é motivo suficiente para um alinhamento entre todas as práticas e os direitos humanos, atribuindo à educação em direitos humanos a tarefa de assegurar que haja uma ponderação clara sobre direitos fundamentais e comprometimento político de cada sujeito. (SOUZA, 2017, p.61).

O comprometimento político descrito pela autora refere-se ao compromisso consigo próprio e com o outro em que o sujeito consciente de suas ações tem ciência que suas atitudes/escolhas produzem consequências. A autora embasa a educação em DH a partir de três perspectivas distintas: a ideia de sujeitos enquanto sujeitos que possuem direitos, a partir da consideração de suas realidades socioeconômicas, políticas, culturais etc., também a formação do que a mesma chama de empoderamento desses sujeitos, para que dimensionem a sua importância e valor em sua comunidade e sociedade, a contribuição para consolidar uma sociedade democrática de fato onde exista uma real aplicação dos Direitos Humanos. (SOUZA, 2017).

Sem pretender tirar o mérito da pesquisadora quanto à importância da educação em direitos humanos para contribuir na politização e aumento da autoconsciência dos estudantes, consideramos pertinente salientar uma importante crítica não realizada pela autora. Uma sociedade democrática só existe de fato, nos moldes burgueses como a conhecemos, em um modo de produção capitalista. Pensar a escola, democracia e direitos humanos sem considerar essa significativa limitação imposta pelo Capital são no mínimo, um equívoco. Ora, a escola enquanto instituição do próprio sistema capitalista existirá baseada nos moldes desse sistema e quais são eles? (NAVES, 1997). Mais-valia se explica em lucro, renda, dividendos, exploração, concorrência, mercado, funcionalidade, utilidade. São esses atributos requeridos da escola porque são eles que sustentam a sociedade capitalista e não é do interesse dos grandes capitalistas que essa ordem seja quebrada ou invertida. Como nos explica o autor:

De fato, para que uma forma política democrática se constituísse, era necessário que o trabalhador direto estivesse completamente separado das

condições materiais da produção, de tal sorte que pudesse apresentar-se no mercado como vendedor de sua força de trabalho enquanto mercadoria. Portanto, era necessário que ele se apresentasse como alguém dotado de capacidade jurídica, como um sujeito de direito capaz de exprimir a sua vontade e, assim, celebrar um contrato de compra e venda. (NAVES, 1997, p. 58)

Portanto, o capitalismo retirou da maior parte da humanidade as condições para obter os seus meios de produção para que pudéssemos vender nossa força de trabalho. O papel da escola é formar o indivíduo para compor essa massa de trabalhadores, é o papel da democracia e também dos direitos humanos, caso não tomemos cuidado. A escola forma com o mínimo de consciência crítica possível acerca dessa realidade e esse mínimo existe para se estabelecer como máximo. (NAVES, 1997).

Contudo, não queremos dizer que a formação em direitos humanos não seja importante, ela é essencial, mas torna-se parcial e mais limitante sem esse componente crítico da realidade tão decisivo no papel representado pela escola. Quanto aos Direitos Humanos consideramos essencial sua aplicação, na perspectiva corroborada por Paulo Freire:

Críticos seremos, verdadeiros, se vivermos a plenitude da práxis. Isto é, se nossa ação involucra uma crítica reflexão que, organizando cada vez mais o pensar, nos leva a superar um conhecimento estritamente ingênuo da realidade. Esta precisa alcançar um nível superior com que os homens cheguem à razão da realidade. (FREIRE, 2005, p. 148-149)

Vários aspectos são convergentes entre nossa abordagem e da pesquisadora; por exemplo, ela se norteia pela premissa de que a EJA deve ser considerada de maneira contextualizada, a partir da realidade individual e coletiva dos estudantes, sempre pautada nas vivências, valores, desejos, sonhos, realizações. Para que isso se efetive, a linha defendida pela mesma de intervir pedagogicamente na EJA com atividades práticas e teóricas que produzam a reflexão pode fomentar a emancipação dos estudantes. Deve promover também condições para que os estudantes consigam enxergar em suas vidas uma aplicabilidade prática do conhecimento científico e de fato colocá-los em seu cotidiano. Essa intervenção pedagógica necessariamente requer da escola uma postura de enxergar o aluno como sujeito de direito. Portanto,

Entendemos que a escola tem seu sentido na tessitura da dialogicidade, da escuta sensível, da formação de opinião fundamentada em conhecimentos descobertos à medida em que interagem educando e saberes, da construção de valores e da afirmação de posicionamentos, que devem estar pautados nas relações fraternas e harmônicas entre os homens, na convivência colaborativa, e na cultura de paz. Por outro lado, identificamos nesses estudos que lhes é apresentado o caminho para a sua formação pessoal, social e cidadã, quando a formação em EDH é articulada ao trabalho pedagógico. Trata-se de uma oportunidade educativa vivenciada por meio de oficinas que compõem a intervenção didática em EDH. (SOUZA, 2017, p. 121).

A estratégia da utilização de oficinas didáticas em EDH foi conduzida pela pesquisadora durante seu estudo e os resultados foram positivos. A autora destacou que as intervenções pedagógicas associando formação em direitos humanos, ludicidade e estímulo dos estudantes em relação ao protagonismo na sociedade tiveram um potencial gradativo de mudança na formação dos alunos enquanto sujeitos-cidadãos.

### **2.1.3.3 Diálogo sobre EJA e o Poder**

O trabalho de Volmir José Brutscher analisa os discursos da educação popular na atualidade sob uma perspectiva das categorias de saber e poder. Utiliza o método dialético como metodologia e procura entender as relações entre os conceitos citados na perspectiva de Paulo Freire e Michel Foucault. O autor busca referências e entrelaçamentos entre os dois estudiosos com o objetivo de contribuir à renovação da educação popular. Volmir elabora o trabalho partindo da tese que o estudo das relações de saber e poder geram provocações que conduzem a mudanças qualitativas, tanto nos níveis macro (projetos) quanto micro (cotidiano escolar). Essas mudanças, evidentemente, consideram em primeira instância os atores que o mesmo denomina de “sujeitos sociais populares”. (BRUTSCHER, 2017).

O primeiro conceito/ideia que nos interessa trabalhar na tese de Brutscher é extraído pelo pesquisador da obra de Foucault em que o filósofo analisa o poder contido entre a junção de ideias eruditas enterradas e saberes considerados desqualificados do ponto de vista científico. A junção de ambos os saberes chamada por Foucault de saberes sujeitados faria com que se insurgisse um histórico de lutas capaz de sustentar-se como um saber-poder das classes populares (BRUTSCHER, 2017). Sobre a natureza de tal insurreição o autor utiliza Foucault para nos explicar,

Contudo, a insurreição dos saberes ou a genealogia dos saberes não é tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos da ciência, mas, “acima de tudo, contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico” (2010, p. 10). É contra os efeitos de poder do discurso considerado científico que a genealogia trava o seu combate e que Foucault sintetiza em duas palavras: “a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir [...] os saberes dessujeitados que daí se desprendem.” (2010, p. 11) (BRUTSCHER, 2017, p.56).

Acreditamos que essa ideia de saberes dessujeitados é fundamental para pensar

caminhos para uma revolução na Educação de Jovens e Adultos. As relações de poder estabelecidas na sociedade são muito mais complexas do que a suposição simplista de que poder é aquele exercido pelo aparelho estatal. Além dessa visão não ser realista, desconsidera a possibilidade desses saberes/poderes serem apropriados pelos sujeitos supracitados como saberes sujeitos. Baseado em Foucault, Brutscher esclarece:

Nesse momento, a constatação já é de que o exercício do poder passa, para além dos mecanismos de repressão, por uma rede produtiva que envolve prazer, saber, discurso e tecnologias que fazem circular os efeitos de poder. Foucault reconhece a importância e a eficácia do poder do Estado, mas insiste que é preciso se dar conta dos mecanismos e de poder que não, necessariamente, passam pelos aparelhos estatais, apesar de, muitas vezes, acabarem sustentando e reproduzindo a eficácia do poder estatal (2017, p.58)

O autor sustenta que as relações de poder, além de complexas, podem se apresentar extremamente sutis e esse poder pode assumir várias formas, atuar em vários níveis e se manifestar de maneira coletiva e de maneira individual. Todos nós de um modo ou outro somos detentores de um dado poder e não é exclusivo das reproduções políticas ou econômicas. (BRUTSCHER, 2017).

Por isso, para se apropriar de tal poder é preciso vencer o drama da fatalidade histórica e a falta da consciência de classe. (FREIRE, 2003). Segundo essa perspectiva, quanto mais priorizarmos o incentivo pedagógico e político à autonomia, consciência de si, consciência de classe em nossos estudantes, mais eles estarão aptos para assumirem sua própria história.

Não resisto à tentação de [...] chamar a atenção para a relação entre níveis profundos de violência de classe, de exploração de classe, cansaço existencial, anestesia histórica, fatalismo diante de um mundo considerado como imutável e ausência de consciência de classe entre dominados e violentados. Por isso, à medida que começam a se comprometer com a luta política, aprendendo a vivê-la, a enfrentá-la em seus diferentes aspectos, mobilizando-se, organizando-se para a transformação da sociedade, vão se assumindo como classe para si, “superando o fatalismo que os anestesiava” historicamente. (FREIRE, 2003, p.46).

Essa afirmação de Freire conduz, a nós educadores e gestores, a trabalhar em prol da conscientização crítica de nossos estudantes, sem isso, dificilmente haverá mudanças reais em suas histórias.

#### **2.1.3.4 Diálogo sobre EJA e TICs**

A dissertação de Letícia Fernanda Gonçalves discute o problema das lacunas entre a velocidade de atualizações das Tecnologias de Informação e Comunicação e sua utilização no ensino. Enquanto as instituições de ensino buscam alternativas para amenizar essas lacunas, os meios de comunicação e as redes de computadores encarregam-se de disseminar milhares de informações no mundo. Frente a essa questão, faz-se necessário que o professor busque acompanhar a evolução e exerça a função de mediador do conhecimento num momento em que a informação se confunde com a formação e exerce influência de forma determinante nas relações sociais. Nesse sentido, é possível que o uso das tecnologias dentro da sala de aula por parte dos professores exerça uma forte influência no desenvolvimento da autonomia dos alunos sendo um instrumento facilitador desta mediação. Diante do potencial apresentado pelo uso da tecnologia como aliado dos professores no processo de ensino aprendizagem, a autora faz uma análise de teses e dissertações que abordam essa temática com enfoque nas TDICs aplicadas à EJA. A autora relata um pouco de sua experiência:

Como professora, não ainda na modalidade da EJA, mas de Ensino Fundamental, percebo a falta de importância que nós ou até mesmo a escola damos às tecnologias. Atualmente, com a pandemia, tivemos que nos reinventar em questões de dias para conseguirmos ministrar as famosas aulas on-line. Percebemos, ainda hoje, o quanto é difícil aceitar que utilizaremos as tecnologias para sempre. Alguns colegas de profissão são experts nos ambientes virtuais e nas salas de reunião, mas não percebem o quanto utilizam a tecnologia de maneira rotineira; outros aprendem diariamente e se encantam com tanta informação e rapidez. Percebemos que precisamos de formação de professores, como os autores mencionam, precisamos não só na EJA, mas em todas as modalidades, pois a tecnologia está cada vez mais presente no nosso dia a dia e não irá nos abandonar nunca. (GONÇALVES, 2021, p.82).

As tecnologias fazem parte da sociedade e a escola não escapa a essa realidade. No entanto, apenas a utilização das ferramentas com base em tecnologias digitais não é o suficiente na construção do conhecimento. Dessa forma, Gonçalves (2021) acrescenta que as estratégias, metodologias e atitudes que superem o trabalho educativo tradicional são extremamente importantes para que as aulas ao invés de inovadoras não se tornem apenas aulas tradicionais diferenciadas. Ao longo da pesquisa nas teses e dissertações Gonçalves (2021), inspirada em Paulo Freire, percebeu a importância da conscientização, do diálogo e do que ela chama de romper com um ensino elitista por meio de uma verdadeira militância na educação, pois, não é admissível que a EJA seja tratada de uma maneira como se fosse insignificante, como indicou a pesquisa da autora “Percebemos na dissertação, na análise dos núcleos, o quanto a Educação de Jovens e Adultos e seus sujeitos são deixados de escanteio por serem uma minoria que não teve acesso à educação, minoria que luta por políticas públicas, por acesso aos seus direitos.”

(GONÇALVES, 2021, p. 89). Afinal, a escola precisa priorizar ao máximo o exercício democrático e respeitar profundamente seus alunos e suas histórias de vida.

Em uma das teses analisadas, Gonçalves (2021) disse que se surpreendeu positivamente com capítulo escrito em uma delas, devido a uma indagação feita pelo autor: “O que te surpreendeu?” (GONÇALVES, 2021, p.89) fazendo a si própria essa mesma pergunta ela chega à conclusão que quanto mais pesquisa sobre a EJA mais ela se apaixona e mais se compromete com a mesma. A escola pode estar equipada com a melhor internet e os melhores equipamentos eletrônicos (o que está muito longe de ser real) mas se não houver um comprometimento efetivo por parte dos professores, a real potencialidade do ensino não se concretiza.

#### 2.1.4 Análise dos artigos: A pandemia e o ensino remoto no centro do debate.

Este tópico foi formulado para conter as análises dos artigos produzidos acerca da temática ensino de jovens e adultos. Os resultados da pesquisa mostrados na tabela a seguir são frutos da pesquisa no site *Google Scholar*. Podemos observar que foi incluída a palavra “pandemia” dentre os descritores e, por se tratar de artigos o número de trabalhos encontrados foi volumoso.

Elencamos, além dos descritores, três ênfases dadas pelos autores que consideramos centrais, tanto na formulação da EJA enquanto modalidade de ensino, quanto em sua estruturação. Os três enfoques são: políticas públicas, trabalho docente e estudantes da EJA. Para esta análise fizemos nova busca no *Google Scholar* agora destas três ênfases para melhor fundamentar o nossa revisão bibliográfica. Essas três dimensões são aqui avaliadas de forma separada, com o intuito meramente didático, pois sabemos que as três se entrelaçam e se determinam mutuamente.

**Tabela II- Artigos pesquisados e analisados**

Ano	Ênfase na abordagem do artigo	Descritores/ Títulos	Auto(a)r principal Total de pesquisas encontradas	Total de artigos analisados
		Educação de Jovens e adultos, Exclusão e pandemia		
2021	Políticas Públicas	Alfabetização de Jovens e Adultos na conjuntura atual: um diálogo reflexivo com as políticas públicas dos últimos dois anos	Mônica Clementino de Menezes	1
2018	Políticas Públicas	A Educação de Jovens e Adultos no contexto do	Rodrigo Coutinho Andrade	1



		atual plano nacional de educação		
2021	Políticas Públicas	Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais	Soraia Sales Baptista da Costa Machado	<b>1</b>
2021	Trabalho docente	A Educação de Jovens e Adultos em um cenário de pandemia: reflexões docentes.	Alberto Lopo Montalvão Neto	<b>1</b>
2021	Estudantes	Educação de Jovens e Adultos (EJA) em tempos de pandemia da covid-19: reflexões sobre o cenário exclusão e abandono	Gilvan Santos de Sousa	<b>1</b>
<b>Total</b>			<b>1610</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração própria (As bibliografias completas dos artigos analisados constam no item Referências). Foram analisados três artigos sobre políticas públicas, três sobre o trabalho docente e três com o enfoque nos estudantes da EJA.

#### 2.1.4.1-Enfoque nas Políticas Públicas

O artigo de Mônica Clementino de Menezes aborda o ensino de jovens e adultos sob uma perspectiva de classe. Segundo os autores a classe dominante nacional é “[...] advinda de uma burguesia, conversadora, retrógrada, pautada na ideia de “antipovo” e “antidireito”, que segrega e exclui, e, ao mesmo tempo, está subordinada e dependente da cultura e das ideias hegemônicas do capital internacional.” (MENEZES; CUNHA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2021, p. 8). Essa elite, exclusivamente voltada aos próprios interesses e subordinada aos países hegemônicos e capital internacional, não tem nenhum interesse na educação, muito menos na qualidade da educação das classes trabalhadoras. É fundamental compreender que no atual momento político prevalecem políticas ultraconservadoras, com viés fascista que não só negam a ampliação de direitos da população como também coordenam um movimento de retirada de direitos adquiridos. (MENEZES; CUNHA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2021). Dentre os direitos retirados das classes populares, a educação, evidentemente, ganha destaque. Os autores enumeram uma sequência de políticas públicas que se configuram como um verdadeiro ataque ao ensino público.

No que tange a EJA, houve interrupção do processo de alfabetização de adultos e foram reprimidos os movimentos e as pessoas que lutavam por este campo do saber, pois “com o golpe, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA)

foi cancelado e os mentores passaram a ser perseguidos. [...] o objetivo do governo eleito era alfabetizar, em 1964, 5 milhões de brasileiros” (BOCCHINI, 2014). O golpe parlamentar-jurídico e midiático de 2016, que culminou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente pelo povo, não foi diferente do de 1964, no se refere à usurpação de direitos, à precarização da existência humana para as camadas pobres do país. (MENEZES; CUNHA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2021, p.9).

Segundo os referidos autores, a precarização da existência humana e da educação ficaram mais evidentes com o ensino remoto. Os índices são preocupantes, para se falar somente das condições materiais para participar de uma aula ou atividade de forma remota. Cerca de 79% dos estudantes afirmaram ter acesso à internet, porém, destes, cerca de 46% possuem apenas o celular para acessar as aulas. (MENEZES; CUNHA JÚNIOR; NASCIMENTO, 2021). Essas características são algumas das consideradas pelos autores para afirmar a falta de políticas públicas voltadas à educação, o que faz repercutir na EJA maiores índices de evasão, abandono e analfabetismo. (no caso da Alfabetização de Jovens e Adultos).

O artigo de Rodrigo Coutinho Andrade (2018) aborda o quanto as políticas públicas voltadas à EJA acabaram caracterizando algo paradoxal. Enquanto de um lado, aumenta o número de estudantes adolescentes e jovens, observado pelo número de matrículas dessas faixas etárias, de outro, a população acima de 29 anos que não possui escolarização mínima diminui. (ANDRADE, 2018). Como o próprio pesquisador infere “[...] apontamos a insuficiência das políticas educacionais para a meta em questão no curto prazo, assim como o programado para o término do PNE, ratificando o caráter precário da modalidade de ensino e a continuidade do analfabetismo ao longo dos próximos anos.” (ANDRADE, 2018, s.p.). O autor analisa mais especificamente dados relativos à meta 9 do PNE, e destaca que ainda nos encontramos distantes do cumprimento das políticas públicas voltadas ao público jovem e adultos em sua íntegra.

O artigo de Soraia Sales *et al* oferece contribuições valiosas, tendo em vista os objetivos desta pesquisa. O tema abordado no texto foi as experiências da chamada “comunidade de práticas em EJA” com o respaldo/apoio da Universidade do Estado da Bahia e do Programa de Mestrado Profissional sobre EJA. Os círculos de cultura, no qual as comunidades de prática estão inseridas, são formados por profissionais capacitados no âmbito teórico e prático para formularem questões e soluções sobre determinada problemática.

Segundo Cabelleira (2007), a noção de comunidade de práticas reflete sobre questões centrais como a formação social, autônoma e autogerida de pessoas que têm objetivos e preocupações em comum. Os autores abordam a importância da formação de professores pelo

Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos do Mestrado Profissional (MPEJA). Cabe ressaltar que a dissertação de Claudia aqui analisada também foi seu trabalho de conclusão no Mestrado Profissional no Ensino de Jovens e Adultos (MPEJA). A autora associa o programa de mestrado profissional à comunidade de práticas e reconhece influência mútua.

#### **2.1.4.2 Enfoque no trabalho docente**

Os autores deste trabalho ressaltam que o ensino remoto trouxe uma série de dificuldades, como exemplo: preparar aulas, o não acesso aos materiais pelos estudantes vulneráveis, falta de suporte em casa, prejuízos advindos do isolamento para estudantes surdos. (NETO, 2021). Além disso, os autores consideraram que os PETs da SEE/MG, apesar de trazerem conteúdos e propostas relevantes pressupõem uma autonomia do estudante que, na prática precisava ser desenvolvida. Podemos dizer que essa mesma realidade se aplica aos estudantes da EJA, ainda que se trate de alunos jovens e/ou adultos. Sobre esse impacto gerado pelo ensino remoto e suas repercussões no ensino os autores comentam:

Isso aponta para o fato de que há uma necessária e insubstituível relação professor-aluno no âmbito da sala de aula, visto que as formas de interação e de diálogo para a mediação da aprendizagem são restringidas pelo processo de ensino vigente, o que pode acarretar prejuízos qualitativos para diversos estudantes, que trazem consigo múltiplas realidades sociais. (NETO et al., 2021, p. 354)

Para minimizar os prejuízos qualitativos para os estudantes da EJA, que, diga-se de passagem, já são inúmeros, os autores abordam que na escola, local da pesquisa, os professores criaram os próprios materiais, buscando ao máximo em termos de conteúdo, imagens e exercícios aproximar do cotidiano do aluno.

#### **2.1.4.3 Enfoque nos estudantes**

Como registrado ao longo da pesquisa, inúmeros alunos de camadas desfavorecidas foram profundamente impactados de modo negativo desde o início da pandemia. O trabalho de Souza e Menezes (2021) foi centrado na perspectiva dos estudantes e como as classes menos favorecidas, as mais afetadas. Os autores comentam que, dentre os estudantes da escola analisada, alguns perderam o emprego ou sofreram redução de salários. Obviamente, esses

acontecimentos impediram que esses alunos tivessem acesso à internet ou aparelhos eletrônicos para poderem participar do ensino remoto.

Os pesquisadores registram o relato de uma estudante de 17 anos do município de Porto Seguro: “O fechamento da escola foi muito ruim, pois a gente ficou sem pai, sem mãe, a gente não recebeu nada da escola nem uma cesta básica, nem uma atividade. Fiquei sem nada para fazer em casa, foi chato viu!” (SOUSA; MENEZES, 2021, p. 8). Claramente podemos observar a sensação de abandono contida na fala da aluna, fato que não foi exceção e sim a regra no período pandêmico, incluindo a EMCS.<sup>14</sup>

A pesquisa desenvolvida por Sousa e Menezes (2021) foi realizada através de um questionário enviado e respondido por 10 alunos por meio do *WhatsApp*. Esses alunos utilizam o *WhatsApp* como principal meio de interagir e participar das aulas virtuais. O critério utilizado para seleção de participantes foi os estudantes que estivessem trabalhando neste momento de pandemia e optaram pelo ensino remoto ofertado pelo estado do Mato Grosso. Todos os estudantes encontram-se cursando o Ensino Fundamental 2º Segmento EJA, estão devidamente matriculados e participam assiduamente das aulas virtuais. Fizeram parte da pesquisa indivíduos do sexo feminino e masculino, com faixa etária entre 17 e 56 anos. Os estudantes que optaram por esse atendimento possuem celulares e tem o *WhatsApp* como principal ferramenta para participar das aulas virtuais.

A pesquisa conclui que a escola em questão somou amplos esforços para a participação efetiva do maior número de estudantes possível, no entanto, como relatam os autores [...] “a escola sozinha sem o apoio de instâncias públicas governamentais, pouco pode fazer” (SOUSA; MENEZES, 2021, p. 8). Informam, também, que em outra pesquisa realizada a realidade exposta foi exatamente a mesma: invisibilização, marginalização e obviamente inviabilização, pois ficaram literalmente inviabilizados de participarem com dignidade da escola.

---

<sup>14</sup>Diligentemente aplicamos enormes esforços para minimizar essa sensação de exclusão e abandono, evidentemente obtivemos alguns bons resultados, apesar disso, o peso da exclusão e o impacto trazido pela nova realidade são profundos e não foram eliminados.

### **SEÇÃO III- EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PANDEMIA.**

Nesta seção, inicialmente, traçamos um perfil dos estudantes do 9º período da EJA e apresentamos também quem são os profissionais que estão vivendo a experiência de exercer o ofício de professor ou de analista pedagógico desses alunos em tempos de pandemia.

Em seguida, analisamos os decretos, leis e ofícios que normatizaram o ensino remoto da EJA em tempos de pandemia e implicaram as experiências desta modalidade de ensino. Apresentamos e analisamos dados sobre como se deu o colapso da educação em Uberlândia-MG, decorrente da pandemia, como essa pandemia afetou diretamente a educação e quais foram as providências educacionais tomadas, tanto a título de município, como das demais esferas; providências estas que atravessaram as experiências da EJA nesse contexto pandêmico como serão reveladas no decorrer desta seção.

Em análise à formação dos servidores da escola nos atemos aos 100 profissionais que atuam na escola conforme gráfico apresentado no PPP de 2020 possuem formação superior de acordo com suas áreas de atuação, no entanto, não há formação específica para o trabalho com o alunado da EJA. Cabe ressaltar que os profissionais da EJA são 01 por área, assim sendo 10 professores – português, matemática, geografia, história, ciências, inglês e arte, de desenvolvimento do projeto em ensino religioso, de educação física e atividades complementares. Portanto, a Escola Caminho Suave conta com 10 profissionais, sendo uma eventual no turno e as demais áreas assim determinadas:

Parágrafo único. As aulas de Ensino Religioso e Educação Física serão trabalhadas através de aulas ou projetos, fora do horário estabelecido para as aulas diárias.

Art. 7º Na organização curricular do 6º ao 9º período serão observados os componentes das seguintes Áreas de Conhecimento:

I - Língua Portuguesa;

II - Matemática;

III – Ciências da Natureza;

IV - Geografia;

V - História;

VI - Arte;

VII - Língua Estrangeira Moderna - Inglês;

VIII - Educação Física;

IX - Ensino Religioso. (UBERLÂNDIA, 2013)

Outra consideração pertinente a ser feita se refere ao rodízio de professores contratados, que não gera vínculo com a escola e com os alunos. Para o final do ano de 2020 e início de 2021 o quadro se reverteu, 90% dos profissionais são efetivos no turno. Suas formações são as

mesmas exigidas para o Ensino Fundamental-II, e regente-I com licenciatura em pedagogia ou áreas afins para o PMAJA. A unidade escolar conta ainda com 63% de seus profissionais com pós-graduação lato sensu, 3% de mestres e 2% de doutores. Ainda há 32% que relatam terem feito apenas a graduação. Quanto aos professores da EJA todos possuem formação nos componentes curriculares que lecionam com especializações na própria área, mas, nenhum possui Pós-Graduação Lato sensu ou Stricto sensu em Educação de Jovens e Adultos.

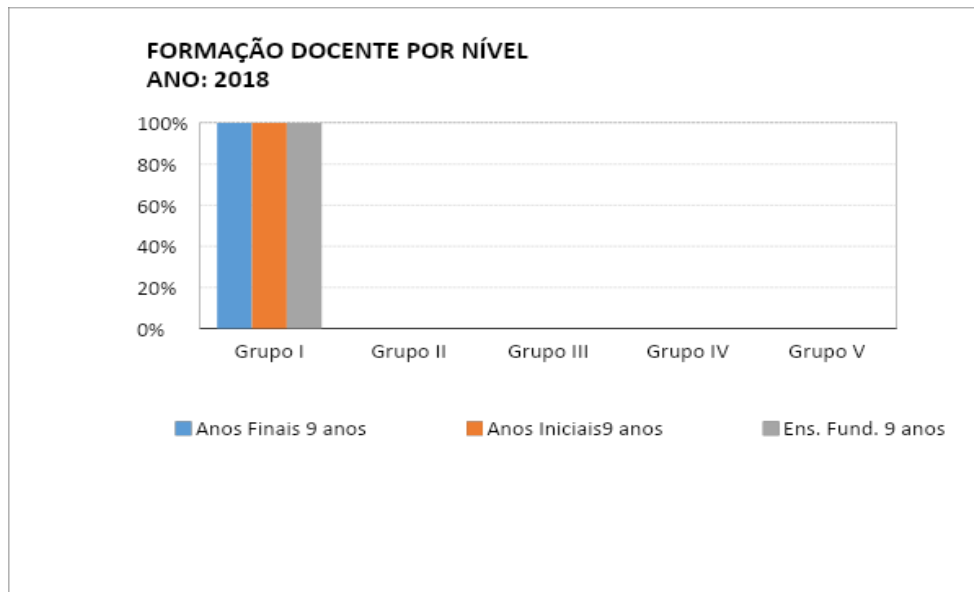
De acordo com PPP da escola, os docentes se enquadram no grupo I em todas as faixas etárias de ensino e modalidade oferecida na escola.

O MEC/INEP organiza as possíveis situações em cinco grupos de perfis de regência:

1. Docentes com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído.
2. Docentes com formação superior de bacharelado na disciplina correspondente, mas sem licenciatura ou complementação pedagógica.
3. Docentes com licenciatura em área diferente daquela que leciona, ou com bacharelado nas disciplinas da base curricular comum e complementação pedagógica concluída em área diferente daquela que leciona.
4. Docentes com outra formação superior não considerada nas categorias anteriores.
5. Docentes que não possuem curso superior completo.

Para melhor visualização da formação acadêmica dos profissionais da Escola Caminho Suave, elaboramos o Gráfico 1.

**Gráfico 1- Formação docente por nível**



Fonte: PPP da Escola Municipal Caminho Suave, p. 102.

Conforme argumentam Bezerra e Medeiros (2021), a pandemia acirrou as desigualdades sociais no Brasil de maneira acentuada. Tais desigualdades sempre foram a marca da sociedade brasileira desde o período colonial. Mas, atualmente, essa desigualdade histórica<sup>15</sup> associada à crise produzida pelos efeitos do Covid-19 introduziu no setor econômico um quadro de recessão crescente. De acordo com o Boletim do DIEESE, elaborado em maio de 2020, estimou-se que aproximadamente 17 milhões de pessoas estariam desempregadas até o final desse ano. Para agravar o fato, estudos apontam que para milhares dessas pessoas o desemprego torna-se algo permanente, o que evidentemente joga essas pessoas cada vez mais para a informalidade. (BEZERRA; MEDEIROS, 2021).

O Boletim do DIEESE também sinalizou que o aumento da pobreza no país teve um forte crescimento. O DIEESE utiliza para realizar o cálculo da pobreza o número de solicitações do Bolsa Família, esse número em 2020 superou os 14 milhões de pedidos. (DIEESE, 2020).

Um cenário de desemprego em massa e pobreza aliada à insegurança alimentar se torna ainda mais desfavorável àquelas pessoas que buscaram antes ou no período de início da pandemia o retorno aos estudos formais. Como os autores indicam,

Em tempos de pandemia e de acirramento de desigualdades sociais, acentua-se a invisibilidade e a desumanização dos sujeitos liminares, ou sujeitos subalternos - como podem ser considerados os sujeitos da EJA, devido às múltiplas exclusões a que são submetidos. Grupos subalternos são aqueles que sofrem algum tipo de subordinação aos grupos hegemônicos. (FANTINATO;

<sup>15</sup>“A desigualdade sócio-econômica no Brasil é histórica e estrutural porque remonta ao período colonial e à exploração empreendida desde o pacto colonial”. (ANDRADE, 1989)

FREITAS; DIAS, 2020, p.104).

A pesquisa realizada pelo CEPES/UFU chegou ao resultado de mais de cinco mil vagas perdidas no mercado de trabalho nos primeiros meses de 2020 em Uberlândia, depois de constatado o quadro de pandemia. A realidade amplamente contingencial como foi o caso da pandemia do novo coronavírus, mas, em contexto de retirada do papel do Estado na promoção das políticas sociais, aprofunda as desigualdades e torna àqueles que não possuem acesso ao ensino regular na infância e adolescência, como é o caso dos alunos da EJA, invisíveis. Invisíveis para o Estado, governos e sociedade.

Neste contexto de pandemia não só os alunos sofrem as degradações de um governo autoritário, os professores e demais profissionais da educação sentem na pele o descaso com a educação e a desvalorização de suas categorias. No Estado, na União e nos Municípios observamos que não há uma única fala a respeito de como lidar com a calamidade pública. Não há ações de cooperação. Os estados e municípios são totalmente desamparados pelo governo federal e cada Ente federado toma medidas próprias e algumas diversas em relação à pandemia. A administração municipal de Uberlândia, por exemplo, instituiu o toque de recolher na cidade. Determinou também o funcionamento do comércio por escalonamento de áreas. Em meio a esta crise sanitária, política, econômica e social encontram-se a escola, professores e alunos, por isso, dedicamos uma parte desta seção para narrar e analisar um pouco mais sobre quem são os alunos e os profissionais da educação da EJA.

### **3.1- Quem são e onde estão os alunos:** a quem são destinadas as estratégias pedagógicas?

[...] a produção de conhecimento não se dá fora de um contexto histórico-social, onde uma série de linhas de forças se entrecrocamos na realidade; relações de forças essas das quais o trabalho intelectual tem que dar conta. Através dessas observações, queremos deixar claro que a ambicionada cientificidade, que é o modo específico de legitimação do trabalho intelectual, é relativa na própria medida em que o real é um movimento que se faz através de contradições que, por sua vez, atravessam a própria prática do intelectual. (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 1)

Considera-se necessário dedicar uma parte deste texto, especificamente, para discorrer sobre quem são os alunos da EJA e, ainda, quais as singularidades dos estudantes da Escola Municipal Caminho Suave. Como mencionado, a instituição escolhida como local da pesquisa fica situada num bairro no setor Oeste da cidade de Uberlândia, Minas Gerais.

A EMCS situa-se em um bairro da cidade que surgiu na década de 1980 (MOURA; SOARES, 2009) de um loteamento feito inicialmente com o objetivo de receber a população



marginalizada: ex-moradores habitantes das margens do Rio Uberabinha e outras áreas vulneráveis dos demais pontos da cidade. O bairro atualmente possui uma infraestrutura um pouco mais equipada, com um número significativo de unidades escolares (três escolas municipais, duas particulares e uma estadual)<sup>16</sup>. O público-alvo destas unidades escolares são crianças, adolescentes jovens e adultos. As unidades se dividem em: uma EMEI- Escola Municipal de Educação Infantil creche com atendimento de 0–3 anos, uma EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental I atendimento de 1º período ao 5º ano, uma EMEF- Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II atendimento de 1º período ao 9º ano manhã e tarde e noite com atendimento da EJA de 6º ao 9º períodos e, ainda, uma turma de PMAJA, uma Escola Estadual para o fundamental II com prioridade ao Ensino Médio, e um posto policial<sup>17</sup>, um posto de saúde<sup>18</sup> e um comércio amplo e diversificado. Apesar dessa aparente melhora na infraestrutura, pode-se inferir que o bairro, de modo geral, insere-se num contexto urbano de segregação socioespacial cuja lógica é apresentada por Campos:

A perversidade destes "projetos de habitação popular" é tamanha que eles cada vez mais são feitos de maneira que não haja modificação possível por parte dos moradores. Os blocos de apartamento construídos como parte das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em algumas favelas do Rio, por exemplo, foram idealizados para serem "antipuxadinhos" (puxadinho é o aumento popular de imóveis construídos originalmente sem essa previsão de expansão, como é uma "autoconstrução" é condenado pela arquitetura dominante), e fez-se ampla propaganda elitista sobre esse fato. Mas existe uma lógica e um objetivo nessa perversidade: a expulsão dos pobres das áreas valorizadas e sua compactação em áreas segregadas. (CAMPOS, 2010 apud PEREIRA, 2017, p.20).

Campos utiliza a expressão “apartheid urbano” para designar esse processo de segregação realizado pelo setor imobiliário avalizado pelas elites da cidade (PEREIRA, 2017). O loteamento do bairro ocorreu exatamente nesse contexto e, embora não seja objetivo desta pesquisa formular uma análise espacial é essencial situar o contexto socioespacial em que nossos alunos moram e onde se localiza a escola.

Desde o início da existência da EJA, os jovens e adultos apresentam, grosso modo, as mesmas características: pobres, desempregados, na economia informal, negros, nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais [...] Trata-se de trajetórias coletivas de negações de direitos, de exclusão de marginalização; consequentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos de coletivos sociais, historicamente

<sup>16</sup>Pesquisa realizada em <<https://www.escol.as/cidades/3067-uberlândia>>

<sup>17</sup> Pesquisa realizada em <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/32bpm/conteudo.action?=983&tipoConteudo=itemMenu>>

<sup>18</sup><https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/saude/unidades-de-atendimento-em-saude>>

negados. Afirmações genéricas ocultam e ignoram que EJA é, de fato, uma política afirmativa e, como tal, tem de ser equacionada. (ARROYO,2007, p.29).

De acordo com o Regimento Escolar da Instituição, a escola tornou-se um importante instrumento de socialização em decorrência da sua relação com a população do bairro. O espaço físico foi por diversas vezes utilizado para realização de eventos sociais e de formação democrática e acolhedora. Uma das atitudes que muito contribuiu para uma mudança na educação foi o estabelecimento de um diálogo de vivências sobre um pensar voltado para mudanças da situação da EJA. As Rodas de Conversa são proporcionadas em forma de diálogo aberto nas quais os participantes sentem-se seguros para expor seu pensamento diante dos colegas e é bom que todos estejam em círculos e possam se ver em outra situação que não haja interferências externas como celulares e outros. São bate papos informais, dinâmicas e ações em geral para o fortalecimento e união de forças da equipe gestora e pedagógica da escola.

Nestes tempos de pandemia as Rodas de Conversas foram propiciadas aos estudantes pelos professores e equipe gestora, por meio do aplicativo do *Google Meet*, pelo qual foram feitos bate papos quanto à atual realidade na qual todos estamos inseridos e vivenciando. No entanto, não se obtinha com esta prática uma participação significativa, apesar disso, foi realizada em diversos momentos. Nas Rodas de Conversa estavam sempre presentes os professores, analistas, vice gestor, gestor e, em média, de 8 a 10 alunos/alunas. As aulas neste período remoto ocorriam por meios tecnológicos, não obtinham participação significativa. Esta defasagem na participação se deu, por vários motivos que serão abordados no decorrer deste texto como, por exemplo, pela falta de acesso aos meios tecnológicos viáveis para tal função, ou ainda o não conhecimento das novas linguagens usadas com estas ferramentas. Se é difícil tanto para os professores como para os alunos alfabetizados mudanças tão drásticas, imagina para aqueles que por muito tempo haviam sido excluídos da escola. A seguir temos o número e percentual dos estudantes que participaram das aulas ministradas pelo *Google Meet*, de acordo com os registros dos professores e analistas da EJA referentes ao 1º semestre de 2020.

**Tabela III–Participação dos estudantes da EJA nas aulas online**

	6º período (N/%)	7º período (N/%)	8º período (N/%)	9º período (N/%)
Participaram da aula online	02	03	01	05
Participaram parcialmente	03	03	04	07

Não Participaram	18	22	30	18
Total de alunos matriculados	23	28	35	30

Fonte: Elaboração própria (2021)

E, neste tempo pandêmico, mais uma vez vem à tona a exclusão de jovens e adultos da educação escolar. Não basta apenas ter um celular, é necessário que o mesmo tenha condições tecnológicas, comporte os aplicativos necessários para o ensino remoto. Sobre essa questão é elucidativa a pesquisa realizada por Fantinato, Freitas e Dias (2020) que nos traz elementos importantes para pensarmos a profunda desigualdade manifestada também no não acesso às tecnologias, aos aparelhos eletrônicos e recursos financeiros para imprimir as atividades elaboradas pelas escolas.

Professores meus trabalhos já estão impressos. Vou organizar e já mando para vocês. Peguei um dinheiro emprestado e foi tudo pro trabalho 70\$ ... Espero que vale apenas e tal que conseguimos concluir o 3º (terceirão)" (Estudante D)." (FANTINATO, FREITAS E DIAS, 2020, p. 118 )

Enfim, ausência de recursos financeiros para custear acesso à internet, aparelhos celulares novos, impressão de atividades escolares, etc. Todos esses itens não estão inseridos na vida de estudantes com tantas adversidades: pobreza, desemprego, baixa remuneração, responsabilidade pelo sustento das famílias e ausência de políticas públicas com vistas a garantir direitos sociais (educação, saúde e assistência social).

Mas, a essa discussão deve ser agregada a reflexão sobre o fato de que o ensino remoto, retirou condições de acesso e permanência dos alunos da EJA na escola. Isso porque reduziu a mediação do professor e retirou o espaço de convivência, denominado escola. Fantinato, Freitas e Dias mostram que

[...] essa distância física imposta na relação educacional que tem gerado certa "desumanização" de todo o processo. Estamos nos referindo à humanidade presente nas salas de aula, à relação, conflituosa ou amistosa, entre professor e estudantes, em cada aula presencial, em cada turma. Essa dinâmica própria, imperfeita e humana, para os estudantes da EJA se mostra fundamental, inclusive para a sua permanência na escola (Xavier, 2019). A falta desta aproximação pode ser verificada em diversas postagens, tais como na de uma estudante, após receber uma atividade teórica do professor de educação física. É muito fácil né professor? Colocar aí e dizer: "Oh eu estou à disposição... qualquer dúvida..." Não procura nem saber se a gente tá vivo, se a gente tá morto. Se a gente tá doente, se não tá. É muito fácil vocês trabalhar assim. Não olha pra cara da gente. [...] (FANTINATO, FREITAS E DIAS, 2020, p. 119).

Em decorrência das intervenções pontuais, a educação antes da pandemia ia tomando uma forma ampliada de convivência no ambiente educacional da Escola Caminho Suave. Alguns dos projetos, desenvolvidos e registrados no PPP, em prol desta movimentação de convivências, foram os recreios com leituras e músicas; passeios a pontos turísticos, culturais e históricos da cidade. Aqui, cabe ressaltarmos que vários desses estudantes nunca tinham ido ao museu ou ao shopping, até a escada rolante tornou-se uma aventura. Estes projetos ocorreram nos anos de 2018 e 2019 e tornaram-se relevantes para a EJA. Tornaram-se um diferencial, fomentando o entusiasmo dos alunos para participar das aulas e, com o desenrolar dos trabalhos, essas aulas se constituíram mais leves e compartilhadas por todos. (Caderno da analista pedagógica, regimento e PPP, 2019)

Aos alunos e alunas que frequentam as turmas de EJA, os desafios são ainda mais amplos e complexos. Lutar para fazer deste espaço um lugar onde possa conviver, aprender e participar, onde consiga pertencer, e de onde historicamente esteve excluído; encontrar forças para vencer as adversidades cotidianas do cansaço físico e mental; resgatar em si mesmos a crença de que podem aprender, mesmo que o dia-a-dia no processo de aprendizagem lhes indique que não são capazes; vencer as diferenças culturais, linguísticas e sociais que são verdadeiros abismos entre sua realidade existencial e os espaços educativos; travar batalhas constantes para assegurar o seu direito de ter escola, de estar e permanecer nela.(CUNHA JUNIOR, 2020,p. 04).

Vale mencionarmos também as parcerias em 2018/2019 com grupos relevantes para a realidade da escola, como a Comissão da OAB da Igualdade Racial, Congadeiros, palestrantes de renome como *Jeremias Brasileiro*<sup>19</sup> que, além da palestra, fez uma noite de autógrafos de livros doados aos alunos sobre a valorização da cultura afro-brasileira. Parcerias com oficinas temáticas de valorização pessoal e autoestima, noite da beleza com cortes de cabelos e outros trabalhos desenvolvidos em parcerias com “salões de beleza e esticas”, “noite de músicas” para comemorações em datas específicas como dia das mães, sessões de fotos para retratar a beleza das alunas/professoras no dia das mulheres, pequenas apresentações de noites de autógrafos do projeto viabilizado pelo programa municipal de incentivo à cultura da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Uberlândia por intermédio da lei de incentivo fiscal, o projeto coordenado pelo professor Antônio Bosco de Lima da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, que gerou a criação de um livro de poemas com autoria de vários alunos. Os projetos buscam promover a noção de cidadania, solidariedade e aprendizagem e em sua grande maioria são planejados e executados pelos professores em parceria com a gestão escolar. Estão previstos

---

<sup>19</sup>Jeremias Brasileiro é professor Doutor em História Social pela Universidade federal de Uberlândia e atua no Grupo de Trabalho – “o Afro nas Artes Cênicas”.

tanto no regimento como no PPP como forma de promoção dos alunos como cidadãos e valorização da igualdade de oportunidades e cultura de um ambiente escolar, voltado às diversidades e interação dos estudantes. (PROJETO EJA, cadernos dos analistas, 2018).

Como citado anteriormente, a grande maioria dos projetos são de cunho pedagógico, elaborados pela escola e como são propostas incluídas no projeto político pedagógico a interação entre alunos, professores e comunidade escolar sempre pensadas para cada momento com o objetivo de propiciar, aos estudantes, oportunidades para além do previsto nos currículos. “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE, 2019, p.47). É com esta perspectiva que os educadores da EJA se propõem a transformar a rotina escolar em um lugar de crescimento intelectual, mas principalmente humano.

Outro projeto de destaque e valorização do sujeito foi o Recitar em 2019, incorporado na EJA pelas professoras de português e de informática, sendo desenvolvido com os alunos nas aulas de português com o intuito de elevar a autoestima. Projeto de livros de receitas com os alunos tanto da EJA (6º a 9º período) e o do PMAJA também em parceria com a professora do laboratório de informática. Utilizados como forma de aprendizagem e prática da escrita, trabalharam o conhecimento a partir de suas vivências, receitas cotidianas que podem ser utilizadas para desenvolver conteúdos curriculares, quantidade nas questões matemáticas, as reações químicas do fermento nas ciências e os nomes dos produtos na escrita. Em 2020, este projeto infelizmente foi suspenso em virtude da pandemia, além disso, a professora de português se aposentou e os alunos não estavam tendo aulas presenciais para as pesquisas no laboratório, não sendo possível a sua utilização.

Dantas e Silva (2014), ao abordarem o conceito de autoestima como forma de melhorar o processo de formação de alunos da EJA se utilizam de teóricos para definirem o conceito e suas confluências. Dentre as características principais da noção de autoestima estão: competência para lidar com os desafios básicos da vida, sentir-se merecedor ou não de felicidade e respeito, a forma como o indivíduo percebe seu valor e seu compromisso consigo próprio e em suas relações interpessoais (DANTAS, SILVA, 2014). Além disso, constitui uma característica instável do ser humano como afirma Pereira (PEREIRA, 2004 apud DANTAS, SILVA, 2014) “[...] a autoestima não é um dado definitivo. Ela é uma dimensão da personalidade de modo eminente instável. Confirmando essa dinâmica da autoestima [...]” (2004, p.3). Salientam que uma multiplicidade de fatores pode interferir na autoestima do aluno, não somente o fato de irem bem ou não nos estudos. Contudo, a desmotivação, aulas que não

instigam os estudantes, descoladas de suas realidades, como é muito comum na EJA, acabam influenciando negativamente no desempenho escolar desses estudantes e conseqüentemente na baixa autoestima (DANTAS, SILVA, 2014).

Ainda sobre a autoestima podemos constatar que o sujeito precisa que toda a comunidade escolar esteja engajada em mudanças significativas que lhes ofereçam segurança em suas vidas. A autoestima no ambiente escolar necessita ser um fator extremamente valorizado pelas escolas. (DANTAS, SILVA, 2014).

Os alunos são motivados por seus professores mediante os Projetos desenvolvidos na Escola Caminho Suave como mencionados anteriormente. Os professores procuram relacionar-se com a vida dos seus educandos de maneira a lhes propiciar um engajamento social com os outros, de modo a favorecer a valorização de si mesmo e dos seus grupos sociais. São projetos sociais e culturais que buscam fomentar a valorização das manifestações culturais de seus grupos sociais, discussão sobre a cultura como a desenvolvida pelo autor Jeremias Brasileiro, visita ao museu, conhecimento das manifestações culturais e um simples passeio ao shopping, como forma de favorecer o pertencimento e materializar direitos. Um ser imbuído de direitos e também deveres nos projetos da OAB- Igualdade Racial. Mas, todos os projetos devem ser intercalados e fazerem ligações com currículo da EJA para que o estudante entenda que a educação está para além das letras e desenvolva a sua autoestima e também se reconheça como sujeito de direitos.

O aluno da EJA faz parte de um público que historicamente vem sendo excluído, quer pela impossibilidade de acesso à escolarização, quer pela exclusão da educação regular ou pela necessidade de trabalhar. São alunos que, em sua maioria, estão inseridos no mercado de trabalho ou que ainda esperam nele ingressar e que visam à certificação para manter sua situação profissional ou para o próprio conhecimento, objetivando a melhoria da qualidade de vida, tiveram que romper barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender. (DANTAS, SILVA, 2014, p.32-33)

Dentro dessa abordagem da autoestima dos estudantes gostaríamos de enfatizar um problema significativo e próprio da EJA: as relações de gênero. Na sociedade contemporânea a mulher assumiu funções no mercado de trabalho (sendo esse mercado machista e que não valoriza o trabalho feminino da mesma forma que o masculino) sem ter deixado de ser a mulher-cuidadora (NARVAZ et al, 2013). Essa sobrecarga, trabalho formal/informal e doméstico, acaba por minar as possibilidades dessas alunas de permanecerem na escola. Evidentemente, o fato de historicamente terem exclusividade nos trabalhos domésticos afetam a autoestima da mulher estudante da EJA do modo negativo. Existe uma desigualdade de gênero histórica que

se manifesta em várias frentes na sociedade e a EJA é uma delas. É preciso considerar cuidadosamente essa dimensão e enfrentar essas desigualdades. Como observa os autores:

No campo da EJA, fatores ligados ao gênero têm interferido na participação feminina na escola. Sabe-se que a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares advindas do casamento e a maternidade é um dos principais motivos de evasão das mulheres adultas da escola, sobretudo se forem pobres, negras e habitantes das áreas rurais. A escolarização tem, contudo, contribuído positivamente para a redefinição da imagem que essas mulheres têm de si e do seu grupo de pertença, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia e a sua permanência na escola (FERREIRA, 2007; MENEZES, 2005; SILVA, 1999). Pesquisa realizada recentemente no município de Alegrete, no interior do Rio Grande do Sul, com alunos e alunas da EJA corrobora estes dados [...] (NARVAZ et al, 2013, p.100)

A pesquisa desenvolvida pelos autores aponta para uma mudança significativa que a escola imprime nas mulheres estudantes. Advém daí a importância em abordar de maneira incisiva, considerando inclusive a interseccionalidade para atender melhor essas alunas e oferecer a elas um ensino de qualidade. Haja vista que da turma observada nessa pesquisa das 16 mulheres matriculadas, 15 concluíram o 9º período em contraste com os estudantes do sexo masculino que dos 14 matriculados, somente 6 concluíram. Esse elemento se repete em outros graus de escolaridade.

A instituição, desde 2016<sup>20</sup>, também trabalha com os projetos das outras secretarias municipais e instituições, como o projeto Justiça na escola que cria para os alunos e suas famílias a oportunidade do contato com autoridades de relevância para sanar dúvidas e conhecer seus direitos e deveres. A Secretaria de Saúde por diversas vezes se utilizou dos espaços da escola para grandes campanhas de vacinação, nas quais são oferecidas nos espaços escolares o atendimento dos profissionais da saúde tanto para as crianças da comunidade como para os profissionais.

Na EJA torna-se viável o trabalho em conjunto, por meio de projetos, por contar com apenas cinco turmas, sendo uma turma de cada período (6º ao 9º) e uma de PMAJA. O trabalho coletivo busca envolver todos os estudantes, as temáticas e instrumentos diversificados de aprendizagem como palestras, filmes e outros.

Todavia, é importante mencionarmos que os projetos, citados neste trabalho, embora contenham elementos importantes para modificar aspectos da Educação de Jovens e Adultos não transformaram a referida modalidade de ensino, pois, são ações pontuais, não estruturam a

---

<sup>20</sup>Gilmar Machado foi prefeito de Uberlândia, no período de 2013 a 2016.

EJA.

No decorrer do ano de 2020, devido à pandemia e ao isolamento social, o único projeto da EJA realizado na escola se deu em março, sendo o projeto de valorização das mulheres com noite da beleza e seção de fotos por ter ocorrido antes dos primeiros decretos de suspensão das aulas no dia 18/03/2020.

Esses projetos e ações escolares buscaram amenizar o tão cansado dia de trabalho com a obrigação escolar, propiciando aos alunos um ambiente prazeroso para sua aprendizagem e socialização com os outros colegas e professores. Tais iniciativas tinham mais cunho social, criados de vivências e práticas dos estudantes e momentos de socialização. Com a crise pandêmica e o impedimento de realização destes projetos, muitos alunos se desmotivaram e abandonaram o ano escolar. Para os professores resgatarem estes estudantes apenas por meios digitais não é uma tarefa simples, pelo contrário, foram duras as experiências, pois, para os educadores também eram tempos novos e novas formas de ensinar se faziam necessárias, estavam aprendendo tanto quanto os alunos. Raros eram os professores que já detinham conhecimento tecnológico tão avançado para a prática.

Como mencionado, 20% dos alunos da escola são atendidos em programa bolsa família de acordo com os dados das fichas de matrículas. Cabe salientar que, com a pandemia, a crise econômica teve um aumento o que agravou ainda mais a situação das famílias dos alunos da EJA, isto foi percebido nos relatórios de cadastros para aquisição de kit alimentação escolar. Por meio do PNAE – Plano Nacional de Alimentação Escolar, que garante por meio de transferência de recursos financeiros destinados ao lanche dos estudantes da Educação Básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas para a aquisição de alimentos, foram destinados a esses alunos kits de alimentação. O objetivo é atender as necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula, no entanto, com a suspensão das aulas e devido a pandemia da COVID – 19 a SME em consonância com o PNAE disponibilizou Kits de alimentação para os estudantes, eventualmente cadastrados no Programa Bolsa Família e uma lista de cadastro reserva para os demais estudantes que tivessem interesse. Caso uma família cadastrada desistisse ou não tivesse interesse em receber, o Kit era repassado às famílias da lista de espera. No ano de 2021, os cadastros se deram para todos os estudantes. O único requisito para o cadastro era que o aluno fosse matriculado na rede municipal ou em unidades filantrópicas conveniadas. Cada estudante cadastrado no site da PMU recebe trimestralmente o kit alimentação no valor repassado pelo FNDE para o município de acordo com a modalidade de ensino de cada estudante até que os estudos voltem presencialmente. Sendo cada valor



especificado nos quadros a seguir:

**Quadro IV- Valores da verba federal por aluno/dia**

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Valor da verba federal por aluno por dia</b>
<b>Creche Integral</b>	<b>R\$ 1,07</b>
<b>Pré-Escola Parcial</b>	<b>R\$ 0,53</b>
<b>Fundamental</b>	<b>R\$ 0,36</b>
<b>EJA</b>	<b>R\$ 0,32</b>

Fonte: Adaptado <https://www.uberlandia.mg.gov.br>

**Quadro V- Valores do repasse para o Kit alimentação**

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Valor repasse FNDE/Aluno/dia letivo</b>	<b>Valor repasse FNDE/Aluno/trimestre</b>	<b>Composição Kit Alimentação por trimestre</b>
Creche Integral	R\$ 1,07	R\$ 64,20	Kit de gêneros alimentícios básicos Kit de hortifrutis Custo aproximado de R\$ 64,20
Pré-Escola Parcial	R\$ 0,53	R\$ 31,80	Kit de gêneros alimentícios básicos Kit de hortifrutis Custo aproximado de R\$ 64,20
Fundamental EJA	R\$ 0,36 R\$ 0,32	R\$ 21,60	Kit de gêneros alimentícios básicos Kit de hortifrutis Custo aproximado de R\$ 64,20

Fonte Adaptado: <https://www.uberlandia.mg.gov.br>

Em 2021, escola teve um cadastramento de 780 alunos. Os kits foram retirados nas escolas pelas famílias com cronograma e agendamento prévio para que todas as normas dos protocolos de prevenção e combate a COVID - 19 fossem seguidos. A logística de entrega foi organizada pelo PMAE- Programa Municipal de Alimentação Escolar em parceria com SME e as escolas. Os kits foram compostos por produtos alimentícios não perecíveis e perecíveis hortifrutis. A composição do KIT foi adaptada de acordo com o recurso financeiro destinado a cada modalidade de ensino pelo Governo Federal – FNDE. Sendo assim, cada modalidade de ensino foi beneficiada com um KIT específico de acordo com os valores demonstrados nos quadros acima. Neste contexto, os alunos da EJA também foram contemplados. Considerando que devido ao baixo valor do KIT, essa ação não impactou de maneira positiva a participação dos estudantes do ensino remoto.

Em média 15% das famílias residem atualmente em assentamentos nas proximidades do bairro. Muitas famílias moram em colônias e pagam aluguéis. O 9º período da EJA tem um

quantitativo de 30 alunos matriculados. Destes 14 são homens, 16 mulheres. São 4 brancos, 20 pardos e 6 pretos. 21 têm mais de 18 anos e 9 entre 16 e 17 anos. Outro dado importante se refere ao fato de que em Uberlândia não foi destinado recurso público para financiar auxílio emergencial para a população em situação de pobreza extrema.

A pretensão aqui não é a de se construir generalizações grotescas, homogeneizando os alunos, ao contrário, a intenção é exatamente encontrar as especificidades e singularidades de estudantes que são tratados em sua base legal de modo genérico. As legislações não conseguem abarcar as peculiaridades e idiosincrasias desses alunos. Tão pouco reconhecê-los como sujeito de direitos. Como descreve o autor:

A noção de sujeito está estreitamente ligada à de direitos. O sujeito, tal como o concebemos e defendemos hoje, não é uma figura secularizada da alma, a presença de uma realidade sobre-humana, divina ou comunitária em cada indivíduo. A história do sujeito é, ao contrário, a da reivindicação de direitos, cada vez mais concretos, que protegem particularidades culturais cada vez menos produzidas pela ação coletiva voluntária e por instituições criadoras de pertença e de dever. É esta passagem, que conduz dos direitos mais abstratos aos mais concretos, que leva à realidade do sujeito. (TOURAINÉ, 2007, p. 128).

O sujeito se constitui enquanto tal, na assimilação concreta de seus direitos, as formas abstratas podem ser úteis para se determinar parâmetros legais, mas totalmente insuficientes para chegar ao sujeito. São pessoas com histórias de vida únicas e muito massacradas por um sistema pautado na exploração, desigualdade e exclusão. Além disso, existe uma questão central que não pode ficar de fora dessa reflexão que é o fato de serem classificados como jovens e adultos. A questão da juventude, por si só, representaria uma grande dificuldade conceitual, visto que existem correntes de pensamento distintas na elaboração desse conceito (MARGULIS, 1996). Trazemos aqui uma conceituação mais ampla e que de certo modo busca escapar dessas compartimentalizações conceituais, Margulis nos convida a refletir que:

[...] la juventud no es sólo un signoni se reduce a los atributos juveniles de una clase. Presenta diferentes modalidades, según la incidencia de una serie de variables. As modalidades sociales de ser joven dependen de la edad, la generación, del crédito vital, la clase social, el marco institucional y el género.<sup>21</sup> (MARGULIS, 1996, p. 29)

De acordo com o autor, ser jovem depende de uma série de variáveis que vão para além de uma classe etária. Considerar essa multiplicidade de fatores interdependentes é fundamental

---

<sup>21</sup>A juventude não é apenas um significado, nem se reduz às características juvenis de uma classe. Apresenta diferentes nuances, de acordo com a incidência de uma série de variáveis. As formas sociais de ser jovem dependem da idade, geração, crédito vital, classe social, estrutura institucional e gênero. (Tradução própria)

para se pensar de modo mais aprofundado em suas características e construir um processo de ensino que não seja uma mera reprodução do “ensino regular”. Portanto, jovens e adultos são categorias abstratas que enquadram um determinado público. Devido à multiplicidade de fatores esse público busca o retorno à escola. Enquadrar essas pessoas em conceitos abstratos pode servir para girar um sistema hegemônico que reproduz desigualdades, mas tais conceitos são incapazes de nos fazer chegar ao estudante, reconhecer sua história em todas suas potencialidades e mazelas e conduzir esse estudante a um processo libertário. (MARGUILIS, 1996)

É fundamental abordar o 9º período da EJA, turma de 2020, nessa perspectiva. Então, mais que identificar/denunciar as mazelas sofridas por esses alunos é crucial encará-los enquanto seres participativos imbuídos de qualidades e potencialmente capazes de muitas conquistas. Pretende-se, sobretudo, identificar/salientar seus modos de vida, preferências, saberes e sabores dos quais gostam. As vivências concretas do seu dia a dia são uma bagagem de saberes e experiências que jamais podem ser desconsideradas. Caso a escola de modo geral e o professor na sala de aula não considerem todo esse contexto, além de desperdício de experiência, representa uma postura monocrática e autoritária. Pretende-se, desse modo, enfatizar suas histórias e não suas carências, faltas ou limitações.<sup>22</sup>

Nos estudos dos referenciais teóricos que compõem esse trabalho e nos documentos analisados é claramente percebido o componente da diversidade, inclusive nessa turma do 9º ano. Contudo, as características comuns dos alunos da EJA são mais facilmente perceptíveis: convívio com diversas faces da exclusão socioeconômica, exclusão no/do ambiente escolar, o fato de serem trabalhadores e, em muitos casos, fonte única ou principal de sustento de suas famílias, além da questão de buscarem na escola a realização de sonhos e projetos (HADDAD, 1999; GADOTTI, 2002). Agora, as características que os diferenciam, os tornam plenos, no sentido de um ser do/no mundo que produz saberes, é o que precisa ser olhado mais de perto, com um olhar que efetivamente os considerem. Como nos falam os autores, “A abertura do saber teórico torna possível um diálogo de saberes, no qual o saber científico entra em uma relação de "saber entre saberes", um "saber-com” (BARTHOLL, 2015, p.128). Ou seja, há sempre um saber inscrito no fazer. O saber material é um saber do tato, do contato, dos sabores e dos saberes, um saber com (o saber da dominação é um saber sobre)”. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 48).

---

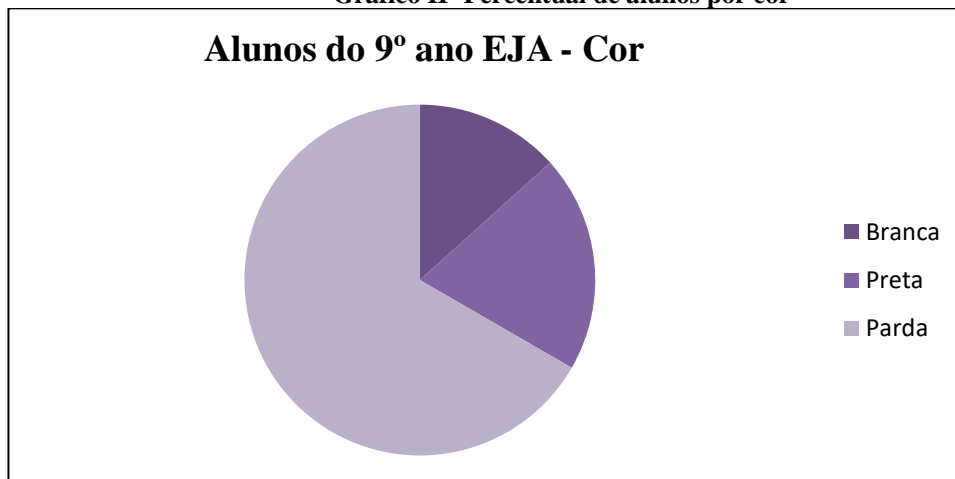
<sup>22</sup>Chamo de carência, falta ou limitação as circunstâncias que impõem uma vida pautada na exclusão, ou seja, essa suposta falta é uma questão estrutural de ordem econômica, histórica, política e social.

Na escola Caminho Suave existem estudantes trabalhadores, jovens e adultos que retomam os estudos com uma necessidade primordial de concluir o Ensino Fundamental. São estudantes que dependem desse certificado para continuarem a levar o pão para suas casas. Atualmente, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, até mesmo postos de trabalho subalternos exigem o Ensino Fundamental de seus empregados. Em seus olhos estão impregnados os anseios que refletem a urgência em tentar correr atrás do tempo perdido, frequentar a escola tem esse peso para essas pessoas. (SILVA, 2010).

Segundo o mesmo autor, o público da EJA quase que invariavelmente, possuem esse perfil, além de serem: pobres, pretos, pardos, moradores de periferia, em suma, excluídos historicamente.

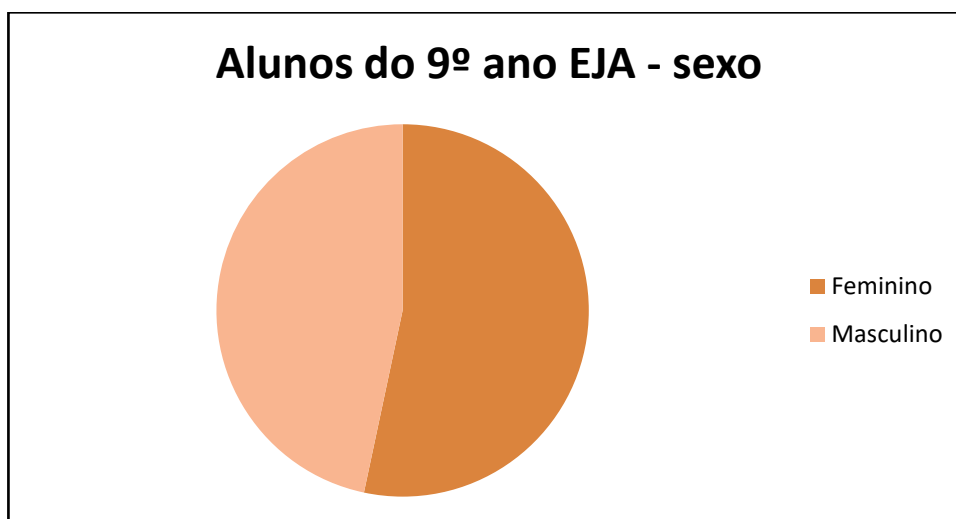
Na escola Caminho Suave os 30 alunos que compõem a experiência de EJA analisada, no ano de 2020 e constituíam a turma do 9º ano do Ensino Fundamental, se destacam nestas características como demonstram os gráficos seguir. Demonstramos os dados retirados das fichas de matrículas que são autodeclarações dos estudantes ou de seus responsáveis. Mediante estes dados foi feita tabulação em linguagem gráfica, também para facilitar a visualização do perfil dos alunos.

**Gráfico II- Percentual de alunos por cor**



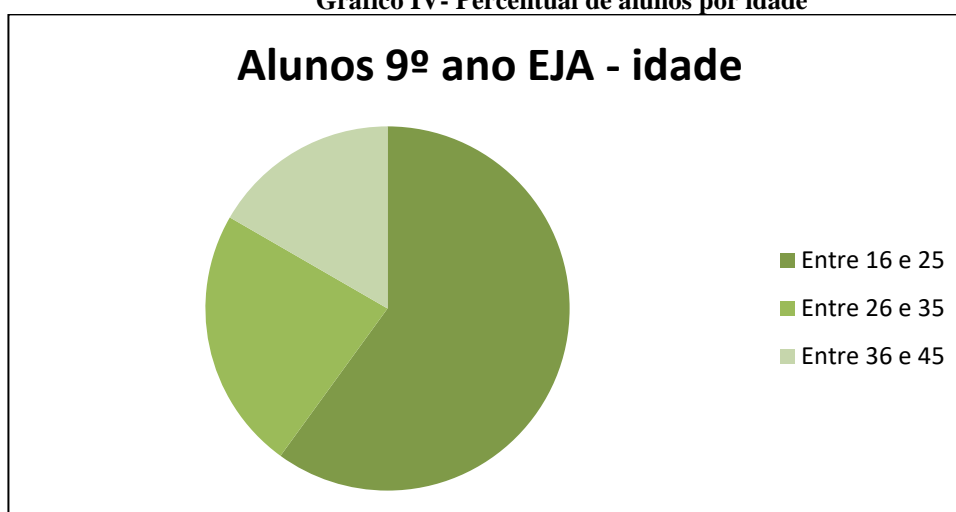
Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de matrículas

**Gráfico III- Percentual de alunos por sexo**



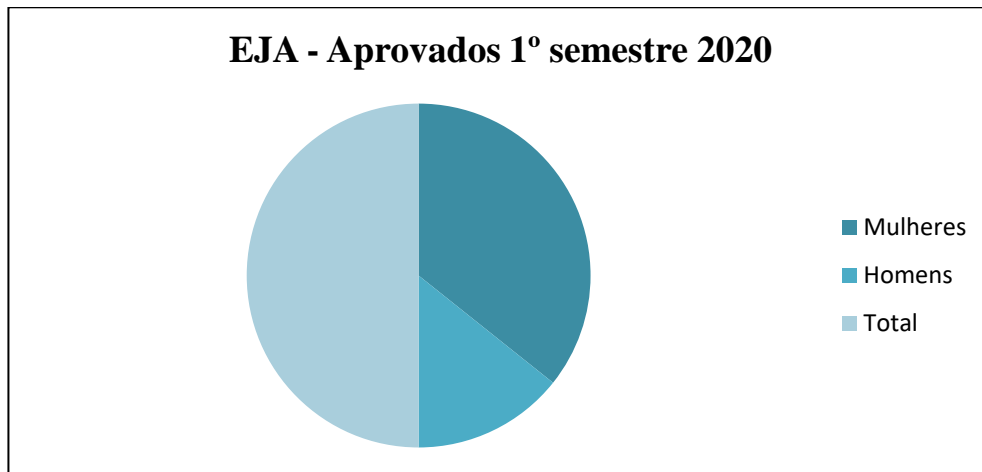
Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de matrículas

Gráfico IV- Percentual de alunos por idade



Fonte: Elaboração própria com base nas fichas de matrículas

Gráfico V- Percentual de alunos aprovados por sexo



Fonte: Elaboração própria com base nas fichas

Como observado, a maior parte dos alunos da turma em questão são pardos e pretos. Em relação ao sexo, as mulheres predominaram, tanto no início do semestre, quanto na conclusão do semestre escolar. Este elemento discrepante é um fato, pois das 16 mulheres inicialmente matriculadas, 15 concluíram a série, mas dos 14 homens matriculados, apenas 6 chegaram a concluir o 9º período. Outro elemento que precisa ser considerado em todas as perspectivas pedagógicas e estratégias é o fato de que dos 30 alunos da turma, 18 deles possuíam a idade entre 16 e 25 anos, um público predominantemente jovem, não apenas nas perspectivas etárias, sociais e familiares; devemos levar em conta toda essa bagagem multidimensional, para não se tornar inviável as condições da escola em estabelecer um processo de ensino-aprendizagem apropriado a estes estudantes.

Em tempos de pandemia esta faixa etária de alunos poderia, conforme estudos, ser considerada da era digital, no entanto as condições sociais e econômicas são desfavoráveis aos estudantes, afetando assim as aulas remotas. Cabe lembrar que o público da EJA é composto por sujeitos pobres e trabalhadores e com pouco acesso à cultura digital e às novas TICs devido ao seu custo elevado, levando-se em conta que neste período de crise sanitária os empregos foram afetados e estes trabalhadores perderam em muitos casos sua única fonte de renda gerando inúmeras preocupações nos alunos e agravando ainda mais a falta de condição de participar dos processos de escolarização. Os PETs impressos para muitos eram o único meio de acesso às atividades escolares. Os alunos apresentavam dificuldades em fazer as atividades sozinhos, sem o auxílio do professor e não tinham condições de acesso remoto o que ocasionava a desistência da escola. Não apenas no 9º período, mas nos demais períodos também houve uma desistência grande no semestre escolar de 2020.

**Tabela IV- Quantitativo de alunos promovidos e abandono**

TEMPO	MATRICULADOS	PROMOVIDOS	ABANDONO	REMATRICULADOS
Alunos 1º semestre 2020	30	21*	9	9 **
Alunos 2º semestre 2020	19***	11---2*	8-----7*	2*

Fonte: Elaboração própria (dados da secretaria escolar da EMCS- 2020)

Esses dados foram construídos mediante as listas de matrículas dos alunos da EMCS e cabe um detalhamento de análise para uma melhor compreensão da tabela acima. Nota-se que o número de alunos matriculados no início do ano de 2020 totalizava 30 estudantes.

Destes 21\*computados como 70% da turma foram promovidos mediante aos estudos remotos, levando-se em conta os 19 dias de aulas presenciais em fevereiro e, também, em função dos PETs finais, que contabilizaram carga horária total necessária para a promoção do aluno neste período. O critério de promoção era a carga horária.

Em decorrência da análise dos dados sobre os alunos que abandonaram a escola, no 1º semestre de 2020, no total de 9\*\*, todos foram rematriculados. As rematrículas da EJA neste período ocorreram por meios automáticos. No entanto, todos os estudantes foram comunicados das rematrículas e lhes foi ofertada nova oportunidade para escolarização ainda com ensino remoto. Como podemos observar mediante as matrículas do 2º semestre, a quantidade de participantes e ingressantes na EJA, devido às novas matrículas, é de apenas 10\*\*\* alunos. Em síntese, a tabela mostra o resultado desse período sem contato adequado, o que tornou difícil o incentivo aos alunos a educação escolar, e como a pandemia impactou a escolarização de jovens e adultos.

É importante destacarmos que dos 09 alunos rematriculados no 2º semestre de 2020, apenas 2 retomaram os estudos remotos e foram promovidos. Os outros 7\*abandonaram no 2º semestre e destes somente 02 iniciaram o 1º semestre de 2021, estes dois retornaram presencialmente no início do ano escolar em 2021 e devido à nova da fase de pandemia e suspensão das aulas e retorno do ensino remoto, apenas 01 acompanhou as atividades com busca e entrega de atividades, preenchimentos de formulários sendo aprovado para o Ensino Médio. O outro aluno novamente abandonou os estudos.

De acordo com INEP, a quantidade de alunos que abandonou a Escola Caminho Suave, foi de 86 alunos, considerando todos os matriculados nas modalidades de ensino da EMCS, em 2020. Destaca-se que, deste quantitativo, 67 são alunos da EJA. Esse levantamento se refere ao 1º semestre da EJA em 2020 e neste momento, a totalidade de estudantes da EJA era 116 alunos. Consta no relatório, elaborado pela referida escola que 10 alunos fizeram o pedido de históricos escolares. Esses alunos buscaram o termo de conclusão para darem sequência aos estudos no Ensino Médio, documento obrigatório para matrícula.

Devido às condições socioeconômicas, as impressões dos PETs diretamente do Portal Escola em Casa no site da PMU não eram viáveis para muitos estudantes, que não têm as ferramentas necessárias como computador e impressora.

Assim sendo, a alternativa era buscar os PETS na escola e realizá-los em casa sem auxílio presencial do professor. Com o fato do único contato ser remoto e nem todos estarem em condições de igualdade para esta fase, essa nova realidade gerou um grande impacto na escolarização desses alunos. A falta das ferramentas, rede de internet móvel ou *wi-fi* residencial lhes impossibilitavam o contato com os professores. Em relação aos professores, ocorreu o desgaste emocional e o aumento de trabalho. A inexperiência em lidar com novas ferramentas tecnológicas como opção de trabalho, a angústia quanto à contaminação e as incertezas do momento tão delicado precarizaram o trabalho docente. Mesmo para aqueles que possuem facilidade de utilizar meios digitais este processo não foi tranquilo. Ministras aulas virtuais ou gravações de explicações não eram ações simples e presentes no cotidiano escolar.

Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos, com o ensino remoto por meio de PETs, também aconteceu como experiências crivadas de muitas dificuldades em meio à pandemia reveladas no decorrer deste texto. A equipe gestora, o analista pedagógico e os professores se colocaram à disposição dos alunos em suas redes sociais e em seus contatos pessoais. Foram criados grupos de *WhatsApp* para facilitar a comunicação com os estudantes. Os alunos que possuíam um celular e acesso à rede de internet puderam dialogar via *WhatsApp* com seus professores, tirar dúvidas e diminuir um pouco a distância, contudo essa não era a realidade de todos. Tomamos como exemplo um depoimento de uma aluna da EJA de uma Escola Municipal em Porto Seguro/BA, pois é semelhante à realidade dos alunos da Escola Caminho Suave, registrada durante busca ativa. Esse depoimento foi retirado de um trabalho publicado sobre a EJA e pandemia:

Essa pandemia dificultou muito nossa vida, embora a gente perceba que o professor tenha boa vontade de explicar as atividades, nem todo os alunos tem acesso à internet, assim nem todos vão conseguir aprender e passar de ano.



(Pausa) eu mesma não tenho internet, nem celular, pego as atividades aqui na escola não consigo fazer tudo sem a explicação do professor, principalmente matemática. Como vai ser esse ano pra gente que não pode assistir as aulas porque não tem celular, nem computador? Vai passar sem saber nada diretora? (Mary, entrevistada em: 04/04/2021) (SOUSA; MENEZES, 2021, p.12)

Como podemos observar a desigualdade aumentada e evidenciada pela pandemia é abissal e sem recursos financeiros ou políticas públicas destinados a suprir a falta de aparelhos e/ou internet a margem de atuação dos professores ficava reduzida.

Para os alunos que tinham necessidade dos PETs impressos a escola disponibilizou a entrega em horário estratégico somente para os alunos da EJA, das 17h às 19 horas, assim os estudantes trabalhadores poderiam se encaminhar, após o trabalho, até a escola seguindo todas as normas de segurança como uso de máscara e distanciamento social para retirar o seu trabalho escolar e devolver o que havia feito anteriormente para apreciação dos professores. Ainda assim, o índice de participação dos alunos era de 20%, não apenas no 9º período que é o nosso foco de trabalho, mas, nos demais períodos da EJA. Outro aspecto que deve ser exposto na experiência de EJA em tempos de pandemia refere-se ao tipo de participação dos 20% mencionados, tendo em vista continuar compondo respostas, ainda que provisórias, para os impactos na escolarização desses Jovens e Adultos. Esse aspecto será abordado quando tratarmos dos resultados das análises dos PETs.

Neste momento de pandemia, o trabalho presencial era desenvolvido na escola pela equipe gestora – diretor, vice-diretor, cada um trabalhando no seu turno de trabalho não gerando aglomeração. Os analistas pedagógicos – equipe de secretaria, serviços gerais e os professores voluntários<sup>23</sup> com revezamento. Para motivar os alunos a cumprirem as atividades, foi realizado a busca ativa, efetivada por meio de ligações, contado por mensagens de *WhatsApp*, mensagens no *Facebook* da Escola Caminho Suave, visitas propiciadas pela PMU e visitas com entregas de recados nas casas dos estudantes por funcionários da escola, dando-lhes pequenas instruções.

### 3.2- A periferia está no centro<sup>24</sup>: experiência na Escola Municipal Caminho Suave

Saberes-sobre de dominação constroem-se olhando, de forma distante e distanciada para um "objeto de pesquisa": Os oprimidos, como objetos, como quase 'coisas', não têm finalidades. As suas, são as finalidades que

<sup>23</sup>Consistiu em uma equipe de professores, parte do quadro de servidores da própria escola, que se dispuseram a trabalhar de forma voluntária e presencial na escola, uma vez que o trabalho presencial dos docentes estava suspenso.

<sup>24</sup>Subtítulo escolhido a partir da música do rapper Gog de Brasília.

lhes prescrevem os opressores. (FREIRE, 2014, p. 65).

Existe um estranhamento recíproco entre os alunos da EJA e a escola em seu sentido formal. De um lado, esses estudantes são carregados com uma forte bagagem de baixa-estima e um sentimento de que são rejeitados pelo ambiente escolar formal, assim como, também, nutrem uma profunda rejeição por esse ambiente e por tudo o que ele representa. No outro polo, a escola por sua vez, não os acolhe com a devida atenção, prefere pensar que os alunos não se encaixam em seus esquemas ritualísticos. Essa rejeição dos alunos da EJA para com a escola precisa ser abordada com compromisso e seriedade, se quisermos compreender o aluno, pois apesar de não reconhecerem a escola como um espaço que lhes pertence, eles atribuem a capacidade de mudar minimamente suas vidas exatamente através dela. (NASCIMENTO, 2004) (DAYRELL, 1999) (CARRANO, 2007).

### **3.3 No meio do caminho havia uma pandemia**

No final do ano de 2019, a população de diversos países começava a debater sobre um novo vírus surgido na China e a descoberta de que continha uma alta capacidade de contaminação. Aproximadamente três meses depois, no mês de fevereiro de 2020, o vírus foi detectado no Brasil e rapidamente começou a se espalhar. “Em 11 de março do mesmo ano, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou a evolução da transmissão e disseminação desse vírus pelo globo, como sendo uma Pandemia [...] (OMS, 2020).” (SOUZA, SOUZA, SOARES, 2021).

O primeiro caso em Uberlândia, de acordo com o boletim diário<sup>25</sup> ocorreu no dia 17 de março de 2020 e no mês de abril os primeiros registros de óbito foram confirmados. A evolução é sintetizada pelo estudo:

Em relação a evolução do número de casos, ao final do mês de março de 2020, Uberlândia registrou 13 casos positivos, em abril 150, em maio 1.247, em junho 6.871, em julho 12.640, em agosto 20.259, em setembro 29.020, em outubro 35.569, em novembro 38.642, em dezembro 39.169. (SOUZA, SOUZA, SOARES, 2021, p.810)

O município de Uberlândia é o mais desenvolvido economicamente da macrorregião do Triângulo Mineiro e o segundo maior do Estado em termos populacionais e econômicos, atrás apenas da capital Belo Horizonte. No último Censo Demográfico realizado, Uberlândia contava

---

<sup>25</sup>Boletim informativo criado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia para divulgar informações diárias sobre a evolução (exemplo: óbitos, casos confirmados, casos descartados) do Covid-19 no município.

com uma população de 699.097 habitantes. (IBGE, 2010). Dentre todo esse contingente populacional, a maior parte reside nas áreas urbanas do município, o que de acordo com o Censo de 2010, corresponde a 96% dos habitantes. Desde o início da pandemia, a prefeitura municipal tem realizados coleta de dados sobre a disseminação do vírus no município. Na página oficial da prefeitura municipal na internet<sup>26</sup> são disponibilizados boletins diários para acompanhamento, por exemplo, de internações em UTI, enfermarias, óbitos, dentre outras.

Como podemos observar a partir do mês de abril de 2020, os casos aumentaram exponencialmente o que significou um colapso na saúde, com 100% dos leitos públicos e privados ocupados. (SOUZA, SOUZA, SOARES, 2021).

Em um contexto tão avassalador, o que aconteceu com a Educação de Jovens e Adultos? Cabe observar e pensar como tem sido cada reflexão que se pode fazer dentro do contexto social escolar. A nosso ver, a sociedade está doente e diante desta doença a escola também vivencia o caos de aprendizagem, fazendo aqui uma análise do ponto de vista de uma escola pública e que se faz inferências a uma classe baixa renda ou de grande vulnerabilidade social, na qual há um mínimo de crianças, jovens, adultos e idosos, uma pequena porcentagem que tem acesso aos meios digitais. A sociedade em tempos de instabilidade decorrente também, da crise sanitária, almeja uma saída para a educação, mover-se e modificar-se e em tudo se render às tecnologias como ferramenta primordial de ensino e aprendizagem.

A escola, como instituição de uma sociedade capitalista, sempre esteve em desníveis sociais gritantes, e ter o acesso à educação não assegura à criança ou ao adolescente um ensino de qualidade, ainda que esta seja determinada por lei sobre direitos e garantias constitucionais. Com a perspectiva capitalista neoliberal, a partir da década de 1990, essas desigualdades se acentuaram. “O papel que o sistema educacional exerce para a manutenção da desigualdade social pode ser analisado com mais clareza, a partir do impacto do neoliberalismo na acentuação da tensão existente entre Educação pública e privada.” (GUZZO; FILHO 2005, p. 41)

Estar na educação nestes tempos requer que nós, como seres humanos, tenhamos equilíbrio, confiança e ética para desempenharmos nosso papel o melhor que pudermos, sem deixar de exigir que o Estado cumpra seu papel de promotor de direitos sociais.

Componho o quadro de profissionais da educação há alguns anos como professora, atuação na biblioteca, educação infantil e fundamental, vice gestora e gestora. Dizer que a educação caminhava bem e de repente se viu obrigada a mudar é um discurso contraditório da

---

<sup>26</sup>Disponível em <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/saude/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/>>

realidade escolar. A educação em escolas públicas requer movimentos de luta contra os descasos, foi menosprezada pela falta de políticas públicas adequadas a sua atuação como instituição de democratização do acesso e produção de conhecimentos. A escola, em geral, é um trampolim de geração eleitoreira, área onde surgem os maiores projetos de mudanças advindos de escalas de cima para baixo. Ou seja, aqueles a quem a educação geralmente interessa (profissionais e discentes) pouco são consultados apenas notificados de que as mudanças serão feitas.

Nestes tempos sombrios de incertezas, a escola se viu cercada por acontecimentos ainda que sendo ela o lugar que “transmite”<sup>27</sup> o conhecimento, não conseguiu explicar. Educadores e educandos caminhando em caminhos dantes percorridos em busca do conhecimento, num lugar chamado escola onde os prédios são antigos, mas cheios de vida, nos sentimos imobilizados.

A dinâmica escolar até março de 2020 era assim: nos seus corredores, quadras e salas, barulho de sons diferenciados, falas, explicações, risadas, pisadas, gritos e correrias. Chegava-se ao ponto de não se definir de onde vinha tanta energia de alunos agitados e cheios de euforia a transitar pelo pátio da escola em busca de mais uma curiosidade advinda de sua idade, ou apenas a larga e esperta maneira de fugir um pouquinho da sala de aula. Não obstante, professores encontravam-se ora agitados e enfurecidos com a indisciplina de sala de aula, de alunos inquietos por suas curiosidades ou apenas rebeldes de um tempo notável de sua idade. Por vezes, também, ora amáveis e a gargalhar em sua *toca sagrada a sala dos professores*, local destinado às trocas de experiências boas e não tão agradáveis, uma busca incessante pelo cumprimento de uma carga horária de trabalho ou a conclusão do desenvolvimento de um conteúdo. Era neste ambiente incomparável que a roda da vida, as trocas de experiências, conhecimentos, carinhos e até mesmo correções mais acirradas, porém necessárias para a educação e para a vida que se construíam os saberes e sabores de uma aprendizagem coletiva.

De repente, não mais que de repente sem aviso prévio, em uma semana que se iniciava normalmente, com apenas 19 dias letivos de aulas presenciais recaiu sobre este espaço antes atordoado por vários sons, sussurros e vibrações um silêncio profundo e ensurdecedor e uma dúvida drástica se abateu a todos. **O que houve? O que fazer? Como fazer? Parar, mas quando voltaremos?** Bem foram indagações soltas aos ventos e respostas insustentáveis, pois ninguém tinha a certeza de nada. Não houve oportunidade de preparar a parada assim como

---

<sup>27</sup>A escola tradicional forjada no Brasil no século XIX e ainda predominante no século XXI estabelecia como meta a transmissão do conhecimento sem considerações críticas e nem do sujeito como preconiza por exemplo, a teoria construtivista. (LEÃO, 1999)

fazemos quando vamos rumo as nossas tão almeçadas férias. Momentos em que sabemos e temos o controle do “tempo” em forma de datas, dias e horas, tempo de ir, mas com um retorno breve, prescrito e demarcado para se iniciar.

Naquele dia os acontecimentos foram intensos. Não houve “tempo” para organizar a saída e programar a volta. Uma interrupção abrupta que pegou desprevenidos os profissionais da educação e os jogou adiante sem muito explicar. Deparamos com as portas fechadas procurando compreender o que estava acontecendo em um breve discurso e sucintas explicações que mencionava um vírus que veio de um lugar que não se sabe ao certo, mas, que gerou um caos intenso sem uma certeza, porém, produzindo um novo conhecimento ou uma recordação. Cercados por novas palavras ou velhas, mas, até então pouco usadas a palavra **PANDEMIA**.<sup>28</sup> Abateu-se sobre aquele prédio antigo e necessitado de reformas, um silêncio ensurdecedor que chegava a doer, pois não se tinha ali uma perspectiva de volta e recomeço. **O que se fazer? E quando fazer? E como fazer?** São perguntas que não querem calar no cotidiano escolar.

A educação escolar parou. Qual educação que parou? Até então se pensou em todas. Isto foi um equívoco de percepção, pois, apenas a educação pública parou. A educação privada, bem, esta está em outro patamar, em poucos dias os alunos, as escolas e seus professores se encontravam conectados por meio das TICs, isolados socialmente, mas com as grandes ferramentas tecnológicas encontrando seus lugares e afazeres. Tudo estruturado e encaixado. Nós da escola pública, como dependemos das políticas públicas, começamos a nos adequar muito mais lentamente. Quando nos estruturamos minimamente, mais dúvidas foram surgindo: **o que ensinar? A quem ensinar? Como e quando ensinar?** Ensino a distância ou ensino remoto, como pode ser definido?

A Escola Municipal Caminho Suave se viu em meio às incertezas. Os professores em isolamento social se viram longe das indisciplinas dos alunos, não lhes perturbavam mais os sentidos e não lhes provocavam irritações com a tarefa não respondida ou o livro esquecido. Mas, como simplesmente parar a escola e a aprendizagem escolar? Onde ela se encaixa e o ano letivo como ficará?

Ao pensar nos alunos, os professores se viram em meio ao início das mudanças. Precisavam mover-se e colocar a mão na massa. A calma deu lugar a histeria e novamente as perguntas: **o que? Como? Quando? A quem? E por quê?** Os professores se viram

---

<sup>28</sup>Descreve uma situação em que uma doença infecciosa ameaça simultaneamente muitas pessoas pelo mundo. (Não possui ligação com a gravidade da doença, mas pela abrangência geográfica)

atordoados. E foram se encaixar em um mundo que não era mais o seu de quadro, giz ou pincel. Agora era chegada a hora das tecnologias e para quem teve resistência ou ainda tem ao diário eletrônico, se engajar completamente em um mundo digital não é tarefa fácil.

As primeiras mudanças se deram nas reuniões, que antes eram acaloradas, cheia de abraços, dinâmicas, debates e sem contar com lanches recheados de guloseimas. Com a pandemia as reuniões iniciais se restringiam a 40 minutos em um aplicativo, sem falar que muitos profissionais, nas primeiras reuniões não conseguiam acessar.

Uma parte considerável de professores, pouco utilizava um e-mail, alguns ainda possuíam o antigo do Hotmail ou Yahoo, a partir de então se viram diante do *gmail* ou *e-mail* institucional, *Drive*, *Google Meet*, *Google* sala de aula, *Google* formulários, dentre outras centenas de aplicativos. Antes eram arquivos salvos em disquetes, CDs ou mais recentemente, *pen-drives*, agora eram desnecessários: chegou a nuvem para adequar tudo e salvar. Você pode utilizá-lo de onde estiver basta logar ao seu gmail, via internet, são os meios tecnológicos agindo em seus papéis sem uso de papéis literalmente. O bate papo via *WhatsApp* não era um simples aplicativo passou a ser a ferramenta mais utilizada pelos professores para obterem contato com seus alunos.

Houve uma demanda em decorrência de tais mudanças, os aparelhos não eram de simples uso pessoal, mas, agora ferramentas de trabalho. Cada dia uma nova palavra acrescentada ao vocabulário e uma nova ferramenta tecnológica sendo produzida. E a sala que era de estar agora se tornou *Home Office*, professores que usavam pouco o *WhatsApp* agora teriam que se tornarem *youtubers*, sequer sabendo bem o significado desta palavra.

O professor deveria estar voltado para uma necessidade de mudança e uma maior disponibilidade de tempo para atualizar e utilizar as novas ferramentas necessárias à sua prática. Porém, o seu salário continua sem atualização e ou recuperação salarial sem grandes perspectivas. A era da informática e da aprendizagem atual tenta engajar o aluno e o professor, porém há de se pensar no aluno que não têm acesso às novas tecnologias e à internet. A experiência educacional continua provocando questionamentos e lamentos, pois, a educação que sempre teve exclusões de pretos e pobres com a pandemia e as aulas remotas houve mais excluídos, consideramos, também, os alunos da educação infantil e anos iniciais que não tinham acesso aos meios tecnológicos e até maturidade para estas aulas. Assim sendo, eram excluídos.

Outro importante aspecto do trabalho docente que acabou sendo acirrado pela pandemia é o controle exercido sobre seu trabalho. Este controle possui não só um caráter administrativo, como também pedagógico (ABREU; LANDINI, 2003) e porque não dizer ideológico como nos

indicam os autores:

Além dos severos cortes nos recursos destinados às políticas sociais nos últimos cinco anos, percebe-se progressivo avanço de movimentos de direita não somente no País, como também em grande parte do mundo. Neste momento, a direita tem conseguido operar por incorporações tradicionais, fazendo ressuscitar velhos jargões e apostando no medo das classes médias com o estímulo ao ódio social, como a homofobia, o machismo, o racismo. A maior expressão desse fenômeno na educação fica visível em projetos como o Escola sem partido e campanhas contra a chamada “ideologia de gênero”, no Brasil, ou Conmishijos no te metas, no Peru, entre outras manifestações em diferentes países, em favor do homeschooling, da choiceschool e da militarização das escolas (OLIVEIRA, 2020). Esses programas e campanhas convocam as famílias a garantir uma vigilância ideológica do trabalho escolar, ao mesmo tempo que atacam a autonomia docente. (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2020, p.722)

Com a autonomia do professor continuamente minada o que tem se instalado é um sentido de alheamento, inutilidade e passividade (OLIVEIRA; PEREIRA JÚNIOR, 2020). Além disso, o Brasil possui os menores salários para professores dentre os países parceiros e membros da OCDE<sup>29</sup> como indicado pelo próprio INEP:

Em 2018, o valor do piso nacional foi de R\$ 2.455, equivalente a R\$ 32.738 anual, incluindo férias e 13º salário (USD 13.983 PPP). Ao comparar o piso do magistério no Brasil com a remuneração estatutária inicial da carreira de professores dos anos finais do ensino fundamental dos países-membros e parceiros da OCDE, verifica-se que o Brasil possui a menor remuneração inicial legal da carreira docente entre os países. (INEP, 2021, p.26)

Concomitante a essa mistura de sentimentos e crescente precariedade dos salários dos professores, constatou-se que não se pode neste momento lecionar ou ministrar aulas como sempre foi feito, quadro branco e pincel havia sido uma grande conquista, data show e notebook era a maior tecnologia na sala de multimídia com o telão para apresentações de filmes, documentários e palestras, o laboratório de informática que a escola possui antes usado para pequenas aprendizagens, agora era essencial em tudo. Programas de construção de aulas, tarefas online e correções virtuais. Textos compartilhados, a chamada era digital realmente chegou, e ao que parece, veio para ficar. Usar o número telefônico pessoal como ferramenta de trabalho, certo, bem não é, mas foi uma das primeiras atitudes que se tomou para auxiliar as mudanças na educação. Os professores foram sobrecarregados de afazeres, porém, neste momento era a força para lutar em busca de adequações que não sabia de onde vinha. Se surtaram com certeza nestes 3 meses pelo menos umas 20 vezes. A equipe gestora era orientada a conduzir os

---

<sup>29</sup>O Brasil pode compor sua participação em vários órgãos da OCDE, adotar os parâmetros legais da OCDE, além de participar como convidado nas reuniões ministeriais da organização desde 1999, o país se enquadra na categoria de parceiro-chave. Disponível em <<https://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm>>

trabalhos em conjunto com professores e pessoal administrativo, registrando em planilhas, anexos e analisando todos os fatos e intercorrências cotidianas no ano de 2020, início da pandemia.

A suspensão das atividades presenciais foi uma decisão acertada do Poder Público. Em março de 2020, as aulas nas escolas da Rede Municipal de Ensino foram suspensas por tempo indeterminado, pela Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia, diante de tais acontecimentos, por meio da resolução SME nº001/2020. Essa resolução delibera sobre o ensino remoto nas escolas públicas da Rede Municipal de Ensino, especificando que as aulas ficam disponibilizadas na internet e rede de televisão aberta. Cabe ressaltar que o fato das aulas terem sido transmitidas pela TV não fez com que um número significativo de alunos assistisse essas aulas pela TV, não gerou grande alteração no auxílio a responder as atividades e o impacto positivo foi pequeno. Diante de tais acontecimentos, por meio das leis e decretos, a carga horária a ser cumprida pelo educando passa a ser pautada em horas substituindo os dias letivos. A realização de todos os Planos de Estudos Tutorados pelo aluno garante ao mesmo uma carga horária de 800 horas.

Ademais, conforme o art. 3º da referida resolução, as escolas municipais devem ofertar aos estudantes um Plano de Estudos Tutorado (PET), o qual deverá possibilitar aos alunos a resolução de “questões e atividades escolares programadas, de forma autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada, e possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal das atividades escolares realizadas pelo estudante em cada “componente curricular”. (UBERLÂNDIA, 2020)

O Plano de Estudos Tutorado deve ser disponibilizado aos estudantes e responsáveis preferencialmente via internet e as atividades realizadas devem ser devolvidas à escola para a correção. Contudo, nos casos em que o aluno não possua acesso à internet, a escola disponibilizou quinzenalmente o PET impresso ao estudante, conforme dispõe o parágrafo único do art. 3º da referida Resolução. Com a suspensão das aulas o ensino remoto é a forma com a qual tem sido possível manter o distanciamento social no período de pandemia. No entanto, não relatamos ser o melhor, porém, o único ainda viável meio de ensino. Os meios de Tecnologias permitem os processos de aprendizagem ou contato do estudante com a escola, ainda que tenha sido em um ritmo diferente. Uma parte dos estudantes conseguia acompanhar a nova rotina e participar assiduamente das aulas online, “cinco alunos eram frequentes e outros sete menos frequentes” (registro feito pelos professores às analistas), em uma turma de trinta



alunos. No entanto, o ensino remoto tem sido prejudicial ao aprendizado uma vez que uma porcentagem significativa de alunos não tem acesso a instrumentos básicos necessários para o acompanhamento do ensino na modalidade remota.

Segundo dados do PNAD de 2018, a cada quatro pessoas no Brasil apenas uma tem acesso à internet. (ALVES; SILVA; BESSA, 2020). Foi nesse contexto de desigualdade tecnológica, fruto de inúmeros fatores cujo predomínio é o da desigualdade socioeconômica que a educação introduziu, com muitas dificuldades e incertezas, as aulas remotas. Além das inúmeras dificuldades em introduzir o ensino remoto, desde falta de equipamentos eletrônicos, falta de acesso à internet, capacitação dos professores em relação às tecnologias utilizadas nas aulas ou fora delas, existe também aquela dificuldade que coloca em questão a própria vida humana. Isso porque,

[...] as relações de produção capitalistas inviabilizam a priorização da vida no contingenciamento da Covid-19, a impossibilidade de isolamento social é um dos fatores que faz com que a doença adquira grandes proporções. Outros fatores que também agravam a dispersão da doença devido às próprias relações capitalistas, segundo a mesma autora, são a falta de investimentos para o desenvolvimento rápido de vacinas e de medicamentos, falta de acesso ao sistema de saúde pública de qualidade, a fragilidade da medicina preventiva, escassez de leitos, a falta equipamentos tanto hospitalares quanto de proteção individual e de vigilância sanitária. (LIMA; PIRES; SOUZA, 2020, s.p.)

Essas dificuldades citadas pelos autores, além de extremamente profundas tornam-se agravadas quando analisamos o contexto histórico e atual educacional do país. Houve uma significativa diminuição de recursos públicos, cerca de 1,4% menos para a educação básica entre os anos de 2015 e 2018 (INEP, 2021).

Os registros sobre a realidade vivenciada na EMCS no primeiro semestre de 2020 mostram que a experiência da EJA foi marcada por essas mesmas dificuldades elencadas pelos autores. Poucos equipamentos, equipe docente sem o devido preparo para atuar no ensino remoto, apesar da elaboração e desenvolvimento de minicursos de capacitação que, em curto prazo, minimizaram essas lacunas, estudantes sem acesso à internet e/ou equipamentos eletrônicos, falta de verbas e apoio do poder público. Além disso, é importante destacar a inadequação do ensino remoto para os alunos da EJA, para além das dificuldades de acesso às tecnologias, como exposto no decorrer deste texto.

## SEÇÃO IV–AS PISTAS DA EXPERIÊNCIA DA EJA: análise documental

Nesta seção constam resultados da análise de documentos da unidade escolar em questão e das diversas leis que respaldaram a educação em tempos de pandemia. Os resultados desta análise, orientada pelas formulações de Cellard sobre pesquisa documental, é ancorada, também, na base teórica sobre EJA e pandemia. O Referido autor destaca que:

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. (CELLAR, 2012, p. 295)

Segundo Cellard (2012), o documento é testemunho da história, e existem documentos públicos e privados. Os documentos podem estar incompletos, mas não podem ser modificados. Quanto ao contexto no qual o documento foi constituído o pesquisador deve compreender suas particularidades e a forma de organização da época para não modificar documento. O pesquisador deve conhecer a fonte pesquisada para ser fiel à sua interpretação “[...] quando a análise se refere a um passado remoto ou recente. No último caso, contudo, cabe admitir que a falta de distância possa complicar a tarefa do pesquisador” (CELLARD, 2012, p. 299). No entanto, o pesquisador deve ter um conhecimento do contexto relatado, “[...] deve possuir um conhecimento íntimo da sociedade, cujos depoimentos ele interpreta.” (CELLARD, 2012, p.300)

Tendo como referências elaborações de Cellard, desenvolvemos análise preliminar, contemplando as seguintes dimensões: o tipo de documento, a conjuntura política, econômica, social e cultural da produção do documento, autoria, autenticidade e confiabilidade (origem social, procedência relação entre os autores e o que eles descrevem) natureza do texto conceitos-chave e lógica interna dos conceitos. Em seguida, reunimos e articulamos os resultados de cada uma das dimensões analisadas, considerando as questões orientadoras do estudo e a base teórica escolhida para ancorar as análises e interpretações dos resultados produzidos. E, para melhor expor acerca do contexto de produção dos documentos, tomados como fontes desta pesquisa, e suas implicações na redação e aprovação dos mesmos, optamos por apresentar os resultados das análises desses documentos em duas subseções, tendo como critério o momento de produção dos documentos: antes ou durante a pandemia do coronavírus.

### 4.1 Análise da LDB e Decreto municipal 14.045.

As duas legislações supracitadas referem-se aos documentos legais estudados nesta pesquisa, elaborados antes do período pandêmico. Primeiramente, exporemos sobre o momento histórico vivenciado pelo país que de certa forma contribuiu para a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases, marcado por lutas pela democratização do Brasil e direitos sociais. O chefe do executivo era Itamar Franco (1992-1995), que assumiu a presidência após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, em dezembro de 1992.

O debate para a inclusão da EJA na LDB em meados de 1993 girava em torno da criação de um programa que ultrapassasse a simples alfabetização (MACHADO, 1998). Voltando um pouco na história, após o fim da ditadura, reformas e movimentos sociais culminaram na elaboração da CF de 1988. Essa fase recém-democrática ainda frágil devido ao longo período ditatorial trazia consigo vários problemas herdados, tais como dívidas externas, internas, setores públicos sucateados e inflação exorbitante. O processo de democratização do país veio acompanhado de abertura econômica que reverenciava o Consenso de Washington e inseria o Brasil na chamada Nova Ordem Mundial. (SANTOS, 2015)

Na década de 1990, o neoliberalismo ganhava maior corpo e o sistema educacional público ficava cada vez mais sucateado. Setores educacionais lutavam por uma educação de maior qualidade marcada por direitos à qualidade e permanência, atentos às diferentes necessidades dos educandos e foi nesse contexto que a LDB de 1996 foi promulgada<sup>30</sup>. No entanto, prevalecia o quantitativo sob o qualitativo como indica o autor:

Essa combinação institucional conduziu ao processo de transição que abria as portas do Brasil para o mercado econômico mundial neoliberalista, que exigia uma internacionalização da economia de todos os países. Durante essa invasão neoliberalista foram adotadas políticas voltadas para o bom desempenho dos governos com base em análises quantitativas e pouco qualitativas. (SANTOS, 2015, p.74)

As políticas econômicas neoliberais não apoiam a educação pública sólida e de qualidade, ainda assim fruto de muito esforço/luta houve a formação de uma nova Comissão Nacional composta por educadores para discutirem especificamente a EJA, paralelo e concomitante às discussões que dariam origem ao Plano Decenal de Educação para Todos que iria de 1993 a 2003 (MACHADO, 2000). O resultado do trabalho dessa comissão foi a criação

---

<sup>30</sup>É importante salientar que desde o surgimento da LDB até seu texto final aprovado em 20 de dezembro de 1996 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, prevaleceu um clima conturbado permeado por jogos políticos de interesses diversos. De um lado é inegável sua contribuição para diminuir o analfabetismo e iniciar uma tendência de universalização da educação básica, de outro, não podemos esquecer o alinhamento de alguns desses interesses às políticas internacionais neoliberais. (JUNG,FOSSATTI, 2018)

de um documento chamado - Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Esse documento foi de certa forma, um importante contrapeso em favor da EJA, num cenário em que políticas educacionais eram voltadas quase que exclusivamente para as crianças. O ministro da educação, Murílio de Avellar Hingel na abertura do Encontro Latino-Americano Sobre Educação de Jovens e Adultos fez a seguinte declaração: “No Plano Decenal de Educação para Todos, a prioridade não poderia deixar de ser a criança. É a criança o objetivo maior das preocupações do Plano, uma vez que o atendimento integral às necessidades da criança há de ser a garantia da formação plena, de forma que problemas que ainda afligem a sociedade brasileira, como o problema do analfabetismo, sejam estancados na sua origem, na sua própria razão de ser.” (HINGEL, 1993, p.11-12)

Apesar do ministro da educação não se manifestar naquele momento em favor da EJA houve certa mobilização, sobretudo de parcelas da sociedade que atuavam na EJA para que o documento (Plano Decenal de Educação para Todos) não se restringisse às crianças e principalmente não retirasse do Estado sua obrigação com a educação de jovens e adultos. A maior evidência de que as mobilizações surtiram um efeito positivo em favor da EJA pode ser encontrada em uma das pautas do documento:

[...] ampliar a oferta de educação básica para os jovens e adultos excluídos do sistema regular de ensino, mantê-la enquanto não tiver sido assegurada a todos a efetiva oportunidade de acesso e progressão com sucesso à escola fundamental na idade própria;- propor à escola redimensionar o seu atendimento a jovens e adultos, encontrando modos que, sem renunciar à sua função recíproca de preservação, transmissão e produção do conhecimento, possam efetivamente ir ao encontro dos limites impostos pelas condições concretas de vida da população trabalhadora. (HINGEL, 1993, p.18)

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso as políticas educacionais seguem dispersas e sem continuidade. O viés político do governo era claramente neoliberal, sendo realizada uma série de privatizações e um ataque evidente aos direitos sociais e trabalhistas garantidos na Constituição de 1988 (BARBOSA, 2017). A educação brasileira nesse período foi afetada pelas políticas neoliberais. A perspectiva neoliberal para a educação é aquela que precisa dar retorno imediato dos investimentos feitos (racionalidade estritamente de mercado). A formação para a cidadania é substituída para a formação para o mercado de trabalho, na busca incessante do capitalismo por lucros e baseada na suposta meritocracia. E os investimentos na educação foram ainda mais reduzidos nesse período o que propiciou um abismo ainda maior na formação integral do sujeito.

Os primeiros avanços em relação ao debate sobre a melhoria da educação de jovens e adultos que haviam ocorrido até então se desmoronam com a Lei Darcy Ribeiro (Lei Nº

9394/96) e o Programa Alfabetização Solidária – PAS (MACHADO, 2000).

O lugar que a Educação de Jovens e Adultos passou a ocupar na LDB foi de mera coadjuvante, sendo restrita a exames e supletivos, além de reduzida a idade para prestar os mesmos, o que acabou sendo um incentivo para os adolescentes abandonarem o ensino regular (MACHADO, 2000). E foi assim que uma das principais legislações que respaldam a EJA na educação brasileira foi promulgada, num cenário de indiferença, negligência e descaso para com essa modalidade de ensino.

Mas, consideramos importante elucidar os pontos fundamentais sobre a EJA presentes na LDB porquê de algum modo significaram certo avanço. Constatamos por meio da análise deste documento que a seção sobre ensino de jovens e adultos contempla apenas a quem será destinado essa modalidade de ensino, sua gratuidade e o fato de que o Poder Público estimulará a permanência desse estudante na escola. Todavia, esta última parte precisava ser pormenorizada na lei.

A continuidade e o fortalecimento dessas políticas neoliberais, no Brasil, podem ser percebidos em tempos de pandemia, relacionados, também, ao crescimento da extrema-direita e uso do marketing negacionista da doença, que em muitos casos visavam lucros. Esse grupo menosprezou a doença, nomeou a doença como “gripezinha” e aprofundou a parceria com outros setores com vistas à continuidade da redução do Estado na promoção do direito à saúde, educação e assistência social.

Nesse processo de implementação das políticas neoliberais, a trajetória da EJA passa por diversas mudanças. Em 2020, a título de ilustração, a permanência e a continuidade do estudante da EJA não se diferiram muito de tempos atrás, uma vez que desde que instituída, vários elementos, como trabalho, cansaço, família, estrutura excludente da própria escola e do Estado contribuíram para a não permanência desse aluno na escola.

No ano de 2013, no município de Uberlândia, foi instituído o Decreto municipal 14.045/13. Esse decreto dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos no município de Uberlândia e revoga outros dois decretos anteriores vigentes desde 2010. Possui 16 artigos que dissertam sobre a EJA, considerando e reestruturando com qualidade a aprendizagem dos alunos com defasagem idade/ano de escolaridade, a oportunidade de aceleração, por meio da EJA, dos estudos, estabelece as especificidades desta clientela desde a duração dos períodos escolares, documentos necessários à matrícula, idade mínima de ingresso e componentes curriculares.

O artigo 1º direciona o disciplinamento da EJA em âmbito municipal do 6º ao 9º período.

O artigo 2º regulamenta a idade mínima para ingresso, 15 anos completos, fator que indiretamente contribuiu para a juvenilização, comentada neste trabalho e considerada por vários autores como um problema. O artigo 3º trata do oferecimento semestral de cada ano de escolaridade, fato que permaneceu inalterado no período da pandemia, o 4º elenca os documentos a serem apresentados no ato da matrícula. O 5º artigo trata do aluno sem comprovação de escolaridade, mas com uma fala pertinente a escolaridade pretendida. Esse aluno pode ser submetido a uma avaliação diagnóstica para correspondência do seu grau de escolaridade de acordo com as suas vivências e experiências e todos os atos devem se manter registrados na escola. O artigo 6º discrimina a carga horária correspondente a cada período letivo, sendo estipulado um total de 100 dias letivos por semestre. Neste caso, no período da pandemia, a obrigatoriedade de 100 dias letivos por semestre ficou suspensa pela própria impossibilidade de haver ensino presencial. Os dias letivos foram substituídos pela carga horária de 800 horas que seria cumprida, uma vez que os alunos devolvessem os PETs. O artigo 7º elenca os componentes curriculares que farão parte de cada período, a saber: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Geografia, História, Arte, Ensino Religioso e Educação Física; e ainda aborda o ensino na EJA, como valorização de experiências e vivências dos educandos quanto às áreas de conhecimento. No parágrafo 1º do artigo nº 8 consta:

Os conteúdos das áreas do conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida dos educandos em seus aspectos, tais como, saúde, sexualidade, vida familiar social, meio ambiente, trabalho, tecnologia e cultura, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar. (UBERLÂNDIA, 2013)

Os artigos 8º e 9º descrevem sobre a verificação do rendimento escolar e a distribuição da pontuação (100 pontos divididos em dois bimestres- 50 pontos por bimestre), respectivamente. O artigo 10º define a frequência e aproveitamento mínimo para aprovação, frequência mínima de 75% e aproveitamento mínimo de 60% em cada componente curricular.

No artigo 11º é definida a possibilidade de reclassificação. A mesma pode ocorrer caso o aluno tenha frequência inferior a 75%, mas aproveitamento acima de 60% em todos os componentes. Relativo aos objetivos desse trabalho, nesse décimo primeiro artigo reside um problema: com a prerrogativa da reclassificação e um sistema de avaliações bastante deficitário em vários aspectos, o estudante acaba se ausentando muito da escola, pois haverá a possibilidade, mesmo ausente, de ser aprovado para o próximo período. Não estamos dizendo que a reclassificação em si mesma é um erro, torna-se um grande equívoco na medida em tomando o contexto educacional de forma ampla, ou seja, trabalho, cansaço, aulas pouco

atraentes, conteúdos descolados da vida cotidiana do aluno, enfim poderíamos enumerar vários outros fatores que colocam em xeque esse ponto do decreto. Isso não significa que esse procedimento deva ser extinto na EJA. Mas, se houver uma reformulação radical na EJA contemplando formação continuada, processos avaliativos dinâmicos e repensados com frequência, aulas atrativas com foco exclusivo em seu público, projetos interdisciplinares e parceria com outros segmentos da sociedade, poderia se continuar utilizando da reclassificação, caso ela realmente fosse necessária. Na pandemia, não houve nenhum caso de reclassificação, pelo fato de que não se computava a presença do aluno de forma física e sim a entrega dos PETs. Sendo assim a realização dos PETs mensais ou PET Final viabilizava a contemplação da carga horária do aluno não o levando a uma reclassificação por falta. As elaborações de Ribeiro e Skliar nos ajudam a refletir sobre a lógica presente na exigência apenas da contemplação da carga horária, por meio dos PETs, como critério de promoção ou retenção do aluno.

Afinal, “não podemos perder o ano”, discurso talvez recheado da subjetividade capitalística que nos faz confundir vida e trabalho! A lógica do não perder o ano revela: parece pulsar, nos discursos e argumentos educativos vigentes, não razões pedagógicas, mas, antes, mercadológicas, embasadas no lucro, nos dividendos, na fábrica. Educar parece, de novo, ter a ver com a possibilidade de seguir um modelo, obedecer a um dado sistema e responder de modo específico a questões pré-fabricadas, independentemente do quão diferente você seja, pense ou sinta. (RIBEIRO; SKLIAR, 2020, p. 19)

Mas, retomemos a análise Decreto Municipal 14.045/13, rememorando que nele consta que “os conteúdos das áreas do conhecimento deverão estar articulados com as experiências da vida dos educandos [...]”. Essa ideia do ensino na EJA articulado com a realidade dos educandos é primordial, mas sozinha é insuficiente. De acordo com o PPP da escola observamos, por exemplo, que existe pouca capacitação adequada dos professores para atuarem na EJA, como especializações ou formação continuada<sup>31</sup>. A formação de cada professor da EJA se dá por meio de sua Graduação em áreas específicas o que o capacita para as aulas de Ensino Fundamental II não contemplando especificidades de EJA.

Alves (2010), em seu artigo “A qualificação para educar jovens e adultos, de certa forma tem deixado a desejar”, afirma que ainda permanece a ideia, por parte de leigos e até de pessoas ligadas à educação, de que basta ter a experiência de ensinar a crianças e será possível desenvolver em salas de jovens e adultos as mesmas metodologias e avaliações.

Ora, o principal elo entre o ensino e os estudantes é o professor, este precisa ser

---

<sup>31</sup>Como exemplo de formação e pesquisa podemos citar a NEJA- Núcleo de Educação de Jovens e Adultos presentes em diversas universidades brasileiras. As atividades do NEJA funcionaram de forma remota no ano de 2020.

continuamente motivado a investir na própria formação para tornar a sala da EJA um lugar pleno de trocas de experiências. A própria concepção do trabalho Inter e transdisciplinar, em geral é uma barreira para os professores.

Apesar da necessidade que vem sendo sentida de integração entre as disciplinas, a realidade do ensino no Brasil, em todos os níveis, é a convivência cotidiana com uma organização de ensino fragmentada e desarticulada, em que os currículos escolares são constituídos por compartimentos estanques e incomunicáveis, que produzem uma formação humana e profissional de alunos e professores insuficiente para o enfrentamento das práticas sociais que exigem formação mais crítica e competente. (PIRES, 1998, p.173)

Poderíamos pensar que a fala da pesquisadora acima expôs essas dificuldades de interação entre as disciplinas por se tratar de um momento distante ainda no século passado. Contudo, trabalhos mais recentes, como é o caso da pesquisa sobre os desafios enfrentados à uma abordagem interdisciplinar no ensino de Ciências e Matemática, descrevem basicamente as mesmas barreiras. (ÁVILA, MATOS, THIELE, RAMOS, 2017). Enfim, mesmo a legislação tratando com superficialidade e o processo educacional com jovens e adultos, nem mesmo o que está posto na superfície consegue ser efetivado de uma maneira plena no chão da escola. A Educação de Jovens e Adultos requer um contexto escolar mediado por equipes pedagógicas e professores que sejam capazes de pensar além dos conteúdos dos currículos tradicionais e colonizadores.

E preciso, sobretudo, e aí vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (FREIRE, 2019, p.24)

O fragmento supracitado de Paulo Freire nos permite inferir que qualquer que seja as legislações destinadas a compor o corpo da educação deve ter como premissa a criação de possibilidades e não encarar o estudante como um número ou como receptáculo de conhecimento. Neste caso, podemos afirmar que as legislações analisadas colocam aberturas para que a EJA seja desenvolvida nessa perspectiva freiriana, mesmo as bases legais sendo genéricas e com lacunas.

#### **4.2. Sob a luz da EJA: análise das bases legais elaboradas no contexto de pandemia**



#### **4.2.1 Lei Federal 14.040/2020, de 18 de agosto.**

A lei em questão, um documento Público Oficial, estabelece normas educacionais excepcionais para período de calamidade pública, que deverão ser adotadas, nos estabelecimentos de ensino em virtude da pandemia do novo coronavírus. Isso porque, no ano de 2020, o mundo vivenciou uma crise epidemiológica considerada uma pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 denominada COVID-19, sendo uma infecção respiratória aguda que provocou internações graves e mortes atingindo até o dia 01/09/2021, três mil e sete mortes na cidade de Uberlândia.

Nesta fase foi implementado o ensino remoto educacional no país. Foram necessárias as tomadas de medidas que resguardassem a continuidade da escolarização, e, neste intuito, o governo fez publicações, deliberações e normativas a títulos nos três poderes que sustentassem a base legal para o funcionamento da área educacional.

Nos primeiros meses de 2020, foi identificada uma queda nas atividades econômicas em virtude do isolamento social iniciado em março no Brasil. As medidas para garantir isolamento social consistiram em fechamento de comércios, trabalho Home Office, redução da jornada de trabalho, diminuição de exportações, dentre outras. Cabe ressaltar que o Brasil no início de 2020 ainda sentia (sobretudo as classes populares) os efeitos de uma crise econômica iniciada em 2014 e parcialmente superada em 2017. A partir dos meses de abril e maio de 2020, a recessão econômica aumentou e embora tenha se implantado, como medida governamental, o auxílio emergencial, este foi claramente insuficiente para alavancar a economia. Devido aos critérios de inclusão e os meios tecnológicos de cadastros, há brasileiros que não foram contemplados e ainda ditos como invisíveis aos olhos do governo, esta foi uma afirmativa do próprio governo federal.

A educação brasileira que até então, enfrentava sérios problemas que a tornava extremamente precária, ficou em situação ainda mais vulnerável e, por um lado, as escolas não estavam equipadas para comportar o ensino remoto, de outro não havia capacitação dos professores para lidar com essa nova realidade. (SILVA; SILVA, 2020)

A Lei Federal 14.040 de 18 de agosto de 2020, elabora diretrizes em caráter excepcional durante o estado de calamidade pública da pandemia. Delibera sobre a não obrigatoriedade dos dias letivos, validando somente a carga horária mínima anual do aluno como requisito de cumprimento do ano escolar. Devemos supor que a EJA esteja inserida, como a educação especial, por exemplo, no guarda-chuva da educação básica, isto se torna definido

posteriormente pelo próprio município em seus ofícios e decretos. Para Valquíria “Percebe-se que há uma preocupação muito maior com o cumprimento do calendário escolar que com a vida das pessoas.” Se estamos em uma democracia a vida humana e a experiências de vida com dignidade devem ser os principais elementos no que chamamos de estado democrático de direito.

Lendo a experiência do ensino remoto, a partir da análise de documentos que compõem o corpus da pesquisa, no 1º semestre de 2020, observamos claramente que a preocupação era com o cumprimento da carga horária para que o ano letivo não fosse perdido e não com a vida dos estudantes, professores e profissionais da escola, de modo geral. Não é de modo algum suficiente decretar a carga horária como parâmetro para cumprir o ano escolar e não estabelecer pormenorizadamente os recursos pedagógicos e financeiros para o alcance do direito à aprendizagem. Além disso, é urgente abandonar essa lógica de não perder o ano.

#### **4.2.2 Pareceres CNE/CP nº5/2020, e nº11/2020**

A primeira observação em pauta em relação à EJA no parecer nº5/2020 é a recomendação para se observar as singularidades do ensino de jovens e adultos, ao criar metodologias a serem utilizadas no ensino remoto. A preocupação é pertinente e legítima, caso não tivesse sido recomendada de uma maneira isolada, sem o adequado suporte tecnológico instrumental para que as escolas pudessem efetivamente considerar essas singularidades.

A descrição do que seja a singularidade é pormenorizada no documento, “Isso significa observância aos pressupostos de harmonização dos objetivos de aprendizagem ao mundo do trabalho, a valorização dos saberes não escolares e as implicações das condições de vida e trabalho dos estudantes.” (BRASIL, 2020, p.32).

No ensino presencial adequar objetivos educacionais ao mundo do trabalho era algo realizado de maneira superficial, antes da pandemia, dentre os vários motivos, ausência de formação específica para se trabalhar com esse público. O texto que é trazido em seguida é extremamente pertinente, por abordar a necessidade de diálogo com os alunos e o desenvolvimento de projetos que tornem o ensino remoto atrativo para a EJA:

Recomenda-se que, respeitada a legislação e observando-se autonomia e competência, as instituições dialoguem com os estudantes na busca pelas melhores soluções, tendo em vista os interesses educacionais dos estudantes e o princípio normativo de “garantia de padrão de qualidade”. Pedagogia de projetos, incremento de apoio à infraestrutura das aulas e acesso à cultura e às artes, pode ensejar estímulos às atividades, considerando-se ainda as especificidades do ensino noturno (BRASIL, 2020, p.32)

No que compete às definições do Ensino de Jovens e Adultos, o parecer nº9/2020 não trouxe nada de diferente sobre essa modalidade, basicamente, compilou o texto da EJA contido no parecer nº5/2020 sem trazer nenhuma outra recomendação. Ademais, o parecer nº11/2020 cita a EJA apenas para inferir que devido ao seu calendário ser semestral, tal característica deveria ser considerada no retorno de suas aulas presenciais. Os pareceres relatam quanto a reorganização do calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia-COVID-19. O calendário escolar dispensa a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias letivos de efetivo trabalho escolar desde que cumprida a carga horária mínima anual de 800 horas computadas por meio da entrega dos PETs. O parecer cita a necessidade de propostas que prezem pela educação sem, contudo, contemplar ações que colaborem para a superação das desigualdades no processo de escolarização, o que no caso da EJA é acentuado.

Salientamos, ainda, que os elementos analisados no processo de ensino-aprendizagem remoto, como as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em virtude de sua condição de adaptação e de aprender de um modo mais autônomo; as diferenças entre os estudantes que possuem acesso ou não à internet causam impactos diferentes aos estudantes.

#### **4.2.3 Resoluções do CEE/MG nº474/2020**

As atividades pedagógicas que devem ser excepcionalmente realizadas no período em que perdurar a pandemia é o assunto dessa resolução do Conselho Estadual de Educação (CEE). Enfatiza que as atividades adotadas não presenciais em regime remoto podem ser mecanismos de auxílio à continuação da educação. No que se refere à EJA não há nenhuma recomendação específica nesse documento. O mesmo enfatiza a necessidade de se utilizar todos os tipos de tecnologia disponíveis como observamos no artigo 11:

Utilizar, para a programação da atividade escolar obrigatória, todos os recursos disponíveis, desde orientações com textos, estudos dirigidos e avaliações, bem como outros meios remotos diversos. Recomenda-se a utilização das mais diversas estratégias de comunicação (individuais ou integradas), como material impresso, rádio, tv, internet e satélite, dentre outras possibilidades. As aulas remotas não excluem a interação, a exemplo da utilização de mídias sociais em grupos, tais como WhatsApp, Facebook, Instagram, bem como da mediação, por meio dos chats, fóruns, wikis e outras ferramentas disponíveis, além da interatividade com a plataforma virtual de ensino e aprendizagem, utilizada em smartphones, computadores desktop, tablets ou notebooks. (MINAS GERAIS, 2020)

A recomendação acima referida poderia minimizar consideravelmente os impactos

gerados pela súbita implantação do ensino remoto, caso de fato houvesse recursos disponíveis como ela cita. Entretanto, observamos uma contradição entre o proposto e a realidade posta dos estudantes do 9º período da EJA da Escola Caminho Suave. É possível afirmar, com base na análise de documentos, que tanto para a escola como para os educandos o ensino remoto pode ser uma forma de aprofundamento da exclusão escolar. A “[...] utilização de atividades remotas na EJA contribuíram para a invisibilização de seus sujeitos e a ampliação de seus problemas já existentes” (FANTINATO; FREITAS; DIAS, 2020, p. 110). Como observado a prevalência de atividades autoinstrucionais, a retirada do espaço de convivência da escola e a redução da mediação dos professores fortaleceram processos de exclusão.

Pondera-se que por não ser possível ao estudante o acesso aos meios eletrônicos.

No contexto de pandemia de Covid-19, os desafios a serem superados tornam-se ainda mais evidentes, visto que ainda não conseguimos promover políticas que possa garantir o total acesso, permanência e conclusão de estudos dos jovens e adultos dessa modalidade de ensino. Construir políticas públicas que assegurem o acesso e permanência de alunos e alunas da EJA continua sendo o primeiro passo para a garantia de direitos constitucionais que ainda não se efetivaram. (CUNHA JUNIOR, 2020, p. 6)

Isso porque a realidade dos alunos da EMCS é a de quem não possui minimamente os equipamentos necessários para uma participação efetiva em videoaulas, tarefas etc. O alto índice de alunos promovidos do ano escolar que a referida escola obteve da turma<sup>32</sup> do 9º período foi fruto, sobretudo, de medidas estratégicas (exemplo: busca ativa<sup>33</sup> dos professores da EJA par estes alunos) tomadas pela rede municipal e pela escola, um exemplo isolado, não obtivemos recursos financeiros específicos destinados ao ensino remoto.

Os modos de atuação nestes tempos impactaram o processo de ensino-aprendizagem, pois, o ensino remoto no período da pandemia aprofundou as desigualdades dos educandos, tais como: as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em virtude da possibilidade de adaptação e acesso à tecnologia causada pelo caos econômico que afetou diretamente os alunos da EJA. Ter acesso a ferramentas e habilidades com elas para aprender

<sup>32</sup>A participação era computada pelos respectivos professores de cada componente curricular, além de registradas pela secretaria da escola, que tem uma lista com os nomes dos alunos por turma endereço e telefone para facilitar o contato.

<sup>33</sup>A busca ativa escolar é uma estratégia inicialmente elaborada pela UNICEF envolvendo uma campanha de comunicação ampla através de uma rede que envolve familiares, escola, meios de comunicação, TICs, órgão públicos com o intuito de identificar/contactar e envolver o aluno no ambiente escolar. Durante a pandemia, a busca ativa tornou-se uma estratégia essencial no relacionamento escola/estudante. A EMCS adotou essa estratégia desde o primeiro mês do ensino remoto e o resultado para a turma estudada foi de 100% de contato com a turma e a assiduidade da participação ficou próxima aos 95%. . Leia mais sobre busca ativa em <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/busca-ativa-de-estudantes-e-prioridade-para-redes-municipais-de-educacao-em-2021>>

de um modo autônomo; e as diferenças entre os estudantes que possuem acesso ou não à internet são problemas potencializados pela crise da pandemia na educação.

No percurso educativo dos jovens e adultos desse segmento, as questões relacionadas ao uso das diversas tecnologias e seus códigos, configura-se como mais um desafio para a superação da exclusão desses sujeitos de um contexto social onde, cada vez mais os usos das linguagens tecnológicas estão presentes nos nossos cotidianos. Agregar mais esse desafio em um percurso marcado por desistências frustrações, perdas e traumas nos move para a busca de interlocuções com aqueles e aquelas envolvidos nesse campo por meio de investigações que nos possibilitem desvelar seus interesses e necessidades quanto ao ensinar/aprender novos e outros conhecimentos. (CUNHA JUNIOR 2020, p.5)

Para as escolas, a permanência dos educandos foi um desafio constante. Ainda que as unidades escolares tenham, por meio da busca ativa, efetivado o contato com os alunos e tentado manter a permanência dos mesmos, em virtude de evitar sua evasão, este não é um processo simples. Porém, o 9º período teve como resultado positivo 70% de conclusão dos estudantes em relação as atividades. Ressalta-se que o maior índice de abandono escolar neste período se deu pelo alunado da EJA, 67 alunos de acordo com o censo escolar, haja vista que neste contexto lembramos que a EJA é de 6º ao 9º período, sendo que, em nosso estudo verificou-se o índice de 30% de abandono. Vale ressaltar que, da turma analisada, a aprovação se deu em sua maioria por mulheres, sendo 93% de aprovação das matrículas efetivadas.

Enfim, caso essas determinações para utilização de recursos para o ensino remoto tivessem sido articuladas com o apoio formativo e financeiro necessário a resolução teria sido colocada em prática de uma maneira menos excludente, no contexto de medida emergencial e provisória. Mas, o estudo mostrou, também, a inadequação do ensino remoto para a EJA, considerando as especificidades dos estudantes dessa modalidade de ensino.

#### **4.2.4 Resolução SEE nº 4.329/2020 e nº 4.336/2020**

A resolução nº4.329/20 dispõe sobre o regime de Teletrabalho para os servidores lotados e em exercício nas escolas públicas do Estado Minas Gerais.

Art. 21 - O Regime Especial de Teletrabalho, no âmbito do Sistema Estadual de Educação, aplicado ao servidor que estiver lotado e em exercício nas unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino, passa a ser regido pelas regras próprias estabelecidas na DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 43, DE 13 DE MAIO DE 2020 que dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do

Estado e na DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 46, DE 14 DE MAIO DE 2020 que altera a Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 43, de 13 de maio de 2020, que dispõe sobre o regime de teletrabalho no âmbito do Sistema Estadual de Educação, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em decorrência da pandemia Coronavírus – COVID-19, em todo o território do Estado, pelos termos e condições desta Resolução e Anexos, bem como Orientações Complementares expedidas pela Secretaria de Estado de Educação. (MINAS GERAIS, 2021)

Os servidores seguirão como parâmetro para controle de suas atividades de trabalho o Anexo IV (Plano de Trabalho Individual) e o Anexo V (Relatório de Atividades). Em relação a esses documentos, cabe ressaltar, que eles salientam as mudanças em relação ao trabalho do professor na pandemia. O anexo IV consiste em uma planilha onde deverá ser preenchido o nome do aluno (a) e responsável pela entrega dos PETs impressos. O Anexo V é composto pelos seguintes itens: dados da escola e do servidor, carga horária trabalhada, local de realização das atividades, atividades entregues com data do início e finalização da atividade, fontes de comprovação e habilidades/objeto de conhecimento trabalhados.

Estudiosos, como Fantinato et al (2020), Jorge e Garcia (2021), Andrade (2021) concluíram e argumentaram, de maneira enfática, sobre o aumento da precariedade do trabalho docente, em função da precariedade da própria formação docente, inclusive em termos das tecnologias utilizadas e que passaram a ser fundamentais no ensino remoto (MONTENEGRO, MATOS, LIMA, 2021). Para Zaidan e Galvão (2020) uma análise conjuntural da educação face à pandemia deverá levar em conta estes e muitos outros aspectos, mas atemo-nos aqui à superexploração do trabalho docente, que somado aos acontecimentos, encontramos que nem todos possuem os meios tecnológicos favoráveis ou formação adequada. Em continuação as autoras relatam que:

Professoras e professores experimentaram uma mudança brusca em suas rotinas, que se caracteriza pela penetração insidiosa do trabalho em todos os espaços e momentos de seu cotidiano, não importando que seus empregadores (o governo ou os donos de escola) não lhes tenham garantido estrutura para o teletrabalho, que inclui conexão com a internet, a energia elétrica, o equipamento, não raro compartilhado por diversos membros da mesma família, condições ergonômicas, entre outras. A superexploração adquire nuances particulares, a depender do contexto público ou privado, mas estes têm em comum o descaso pela necessidade de os docentes desenvolverem familiaridade com as ferramentas, a preparação de videoaulas, que são apenas alguns dos componentes da capacitação para esse tipo de trabalho. (ZAIDAN, GALVÃO, 2020, p.283)

A resolução nº 4.336/2020 voltada para o estudante, trata da realização dos PETs para

todos os componentes curriculares. O objetivo de realização dos Planos de Estudos Tutorados é computar a carga horária do estudante. O ensino remoto é considerado como alicerce neste momento decorrente da crise sanitária causada pela pandemia, na tentativa de atenuar os prejuízos futuros das aprendizagens educacionais, em prol de práticas educativas a escola assume o papel de transformação da educação presencial para remota e tem como objetivo ações pedagógicas que viabilizem aos estudantes o contato com a escola por meio de PETs ou instrumentos tecnológicos. Neste aporte tenta garantir ao estudante a sua escolarização mediante as práticas educativas por meio dos PETs. A entrega desse material se dará no mês seguinte a realização de cada PET ou, caso haja impossibilidade de realizar essa entrega, o aluno poderá devolvê-los no retorno às aulas presenciais. Não houve neste documento nenhuma indicação sobre análise/avaliação dos conteúdos apreendidos pelo ensino remoto.

De acordo com o documento, “é importante ressaltar que apesar de existir uma série de recursos e modalidades de ensino de forma on-line e não presencial há alguns anos, o ERE- Ensino Remoto Emergencial não pode ser considerado equivalente a EAD. Visto que trata de uma forma de educação idealizada momentaneamente para amenizar os impactos da pandemia, ou seja, uma “ação pedagógica conjuntural.”

Os PETs elaborados eram sucintos em termos de conteúdo e este documento demonstram que o Anexo IV e Anexo V no caso da SME o Anexo III para os alunos da EJA, foram elaborados para detalhamento do trabalho do professor e validação da carga horária trabalhada em regime de teletrabalho.

O PET é o material didático produzido mensalmente e sua realização garante a validação da carga horária do aluno. Cabe ressaltar que foram nestes documentos que a SME se baseou para a elaboração de suas próprias instruções e modelos, a análise mais detalhada será retomada no item 4.3.1 no qual analisaremos os PETs e seus anexos.

A resolução SEE nº 4.329/2021 conseguiu contemplar a demanda criada pela pandemia sobre a necessidade de se estabelecer o trabalho remoto. No entanto, algumas lacunas deixaram o trabalho remoto suscetível a interpretações diversas e sem as devidas regulamentações. Podemos exemplificar tal fato pela incongruência entre as atividades que deveriam ser executadas pelo professor, como exemplo: atender individualmente os estudantes, pais/responsáveis pelo Google Classroom, WhatsApp, atender as demandas da escola, elaborar os PETs, fazer e disponibilizar as correções dos PETs, ministrar aulas online, gravar videoaulas, preencher diários etc. e sua carga horária de trabalho. A realização de todas essas atribuições, frequentemente, ultrapassava a carga horária que deveria ser efetivamente trabalhada.

#### **4.2.5. Decretos Municipais nº18. 550 de 19 de 03 de 2020 e suas alterações em nº18. 553 de 20 de março de 2020.**

O decreto nº 18.550 estabelece medidas de enfrentamento ao coronavírus a serem realizadas pela Administração Pública Municipal. Um dos pontos que nos interessa mais diretamente para fins dessa pesquisa é a determinação, no caso das escolas municipais, do regime de teletrabalho para seus professores e o ensino remoto para os alunos, como uma forma de prevenção à doença, resguardando a vida com o distanciamento social. Porém não abandonando a educação escolar, propondo por meio de decretos e resoluções os moldes de funcionamento da educação municipal.

A portaria estabelece que a suspensão das aulas inicialmente se dê por 60 dias, no princípio da pandemia procura manter a refeição diária para os alunos que dela necessitar, mas, como foi alvo de críticas por aglomerações de servidores e não havendo adesão dos alunos esta medida foi revogada na mesma semana.

Na escola municipal, local da pesquisa, tanto o teletrabalho quanto o ensino remoto, foram implantados com muitas dificuldades. A equipe pedagógica precisou participar de reuniões e formação online e, ainda assim, muitas das questões e dúvidas surgidas relativas ao teletrabalho foram sanadas concomitantemente às práticas, inclusive com os erros cometidos até que se tornou um hábito, uma nova rotina.

O Decreto nº 18.553 declara oficialmente estado de calamidade pública<sup>34</sup> e de emergência no município de Uberlândia. Acrescenta-se mais medidas de enfrentamento ao novo coronavírus, sobretudo a dispensa de licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde para atendimento/funcionamento dos sistemas de saúde do município, suspensão do atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais em funcionamento no município de Uberlândia, resguardando, porém, os que são considerados de utilidade como: farmácias, mercados com restrições e protocolos, lojas de conveniência e posto de combustível. Explica no decreto que as medidas a serem tomadas para o enfrentamento dessa situação de emergência serão definidas pelo secretário municipal de saúde e será prioridade de todos os órgãos da Administração Pública Municipal. No mês de abril/2020 é declarada em novo decreto

---

<sup>34</sup>O estado de calamidade é instaurado pelo governo mediante circunstâncias atípicas que causam danos severos à vida como, por exemplo, desastres naturais. A Emenda Constitucional nº106 de 07/05/2020 instituiu o estado de calamidade em razão da emergência na saúde provocada pela pandemia do novo corona vírus. A EC encontra-se na íntegra disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc106.htm)>



o estado de calamidade pública no município em decorrência da pandemia e estabelece o sistema de horários de funcionamentos e revezamento e modos de atendimento para cada setor do comércio.

Como dito no início deste subitem foram inúmeros percalços enfrentados pela educação municipal, evidentemente, a escola local da pesquisa é parte deste contesto. Como foi algo absolutamente novo e inesperado e o decreto estipulava teletrabalho e ensino remoto a princípio por 60 dias, as incertezas e questionamentos eram constantes. Ressalta-se a ausência de articulação do decreto e sua aplicação, o que interpretamos como negligência e a falta de políticas públicas eficazes articuladas em conjunto de todos os entes federados e que estejam voltadas para a educação em seu cotidiano, desde a formação dos profissionais, a estrutura pedagógica e tecnológicas das escolas abrangendo ainda políticas públicas sociais para que não se tenha na sociedade a ampliação da desigualdade social.

#### **4.2.6-Resolução da SME 001/2020**

Esta resolução é um documento jurídico e estabelece normas educacionais do regime de trabalho remoto para a rede Municipal de educação em Uberlândia no período de calamidade pública, em decorrência da pandemia. Institui a oferta de regime especial de trabalho remoto como exigência para o cumprimento da carga horária mínima exigida. Tal medida é relevante mediante o agravamento da COVID- 19. A resolução 001/2020 da Secretaria Municipal de Educação regulamentou como seriam as atividades não presenciais e o trabalho remoto. O intuito deste documento foi garantir o cumprimento das 800 horas, carga horária mínima a ser exigida no período em que perdurar a pandemia assegurada pelo parecer CNE nº 05/2020 que trata da reorganização do calendário escolar e o cumprimento da carga horária mínima anual exigida em função da pandemia. E, para tanto, se faz necessária a organização e orientação de como se dará o trabalho em cada modalidade de ensino e para o profissional que esteja ligado à rede de ensino.

Para avançar no combate a crise sanitária, ou adequar-se ao contexto de sua incidência, leis, decretos, resoluções, portarias entre outros normativos de regulamentação vem sendo alterados para embasar as tomadas de decisões por parte dos agentes públicos. (CUNHA JUNIOR, 2020, p.2)

Assim sendo, nesta resolução, que se baseou nas leis citadas anteriormente no texto, tais como os pareceres, fica estabelecido as normas excepcionais para o ano letivo da educação

básica do Município de Uberlândia: “Art. 2º- As escolas municipais, em observância ao disposto nesta Resolução, organizarão as atividades escolares não presenciais, considerando o Decreto nº 18.550 de 19 de março de 2020, e suas alterações.” (UBERLÂNDIA, 2020, p.5)

Nesta resolução ficam estabelecidas as normas do ano letivo da educação básica, dispõe sobre o calendário escolar e as possibilidades de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima em razão da pandemia. Normatiza a oferta de teletrabalho como forma de suavizar os danos causados pela pandemia que gerou o distanciamento social. Foram propostas atividades que contemplaram o plano curricular de cada unidade escolar, inclusive EJA e ensino fundamental, durante o período de suspensão das aulas nas escolas. Tais atividades se darão por meio dos PETs que se classificam como planos de cunho pedagógico que auxiliam os professores na elaboração das Atividades dos alunos em consonâncias com as diretrizes curriculares e a BNCC, e os PETS como atividades pedagógicas para os alunos elaboradas pelos professores mediante o seu Plano de Estudo Tutorado. Foi instituído o Portal Escola em Casa como suporte para os estudantes na utilização das tecnologias e as videoaulas transmitidas por meio de um canal aberto de televisão.

A resolução, de maio de 2020, traz esta organização de como se dará o processo de escolarização em tempos de pandemia em seus artigos.

Art. 1º Normatizar a oferta de regime especial de atividades não presenciais, e implementação do regime especial de trabalho remoto no âmbito da Rede Municipal de Ensino, para o cumprimento da carga horária mínima exigida no Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos - EJA (Regime Semestral), prevista no Plano Curricular de cada unidade escolar, durante o período de suspensão das aulas nas escolas de ensino fundamental e educação infantil, e efetivação das medidas de prevenção e enfrentamento ao novo coronavírus COVID-19.

Art. 2º As escolas municipais, em observância ao disposto nesta Resolução, organizarão as atividades escolares não presenciais, considerando o decreto nº18.550 de 19 de março de 2020 e suas alterações.

§ 4º As atividades disponibilizadas por meio do Programa Escola em Casa, a partir de 06 de abril de 2020, e as videoaulas transmitidas pela rede de televisão aberta, iniciativas da Secretaria Municipal de Educação, farão parte do Plano de Estudos Tutorado –PET destinado aos estudantes da rede municipal de ensino. (UBERLÂNDIA, 001/2020)

Cabe explicar que este parágrafo deixa claro que apesar da resolução ser de maio os alunos se encontravam em contato com a escola por meio de PETs, elaborados com sugestões e atividades de professores que enviavam voluntariamente para a escola e esta os reportava ao CEMEPE. A equipe do CEMEPE formatava e disponibilizava os PETs recebidos na plataforma do Portal Escola em Casa ou eram impressos na escola a cada 15 dias, de segunda a quarta feira,

trabalho realizado pela equipe gestora, oficiais administrativos, ASAS-agentes serviços administrativos-serviços-gerais - e professores ditos novamente como voluntários convidados pela equipe gestora. Os professores eram convidados pela gestão escolar e pelo CEMEPE a serem voluntários, apesar de fazerem parte do quadro de funcionários da rede municipal de ensino. Esses professores encontravam-se em período de suspensão das aulas com o intuito de uma futura reposição presencial. Os professores também faziam suas reposições com os alunos não defasando ainda mais o quadro de servidores que neste período de pandemia estava afetado. O trabalho que os professores voluntários desenvolveram foi de suma importância no trabalho remoto, especialmente no início da pandemia.

Art. 3o Para o desenvolvimento das atividades não presenciais de que trata o art. 2o, as Escolas Municipais deverão ofertar aos estudantes um Plano de Estudos Tutorado, elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares do Município de Uberlândia, com os Planejamentos Semestrais e com o Programa Escola em Casa, organizados para o atendimento em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

I - o Plano de Estudos Tutorado é um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma autoinstrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada, e possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal das atividades escolares realizadas pelo estudante em cada componente curricular. (UBERLÂNDIA, rês 001/2020)

Em conformidade com a resolução cabe ao gestor escolar a responsabilidade de organizar todo o contexto escolar com vistas ao cumprimento das resoluções e virtude das experiências e saberes dos estudantes, em conjunto com sua equipe.

Art. 5o Cabe ao Diretor Escolar, conforme os meios de comunicação disponíveis, e em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação, estabelecer as formas de envio e recebimento das atividades, aos estudantes ou aos seus responsáveis, a serem realizadas no período de suspensão das aulas presenciais. (UBERLÂNDIA,001/2020)

Quanto ao registro e acompanhamento de carga horária dos alunos e profissionais se deram em formulários que contemplam, para os alunos os componentes curriculares, carga horária semanal e mensal cumprida e demais observações que possam ser pertinentes; porém, os formulários dos professores contemplam seus planejamentos mensais. A resolução trata das competências profissionais de cada setor e como se fará seu acompanhamento e registro em Anexos tanto dos estudantes como de seus profissionais aqui nos referimos apenas aos Anexos III e V que são exclusivos para o estudante e professores da EJA, no anexo III serão registradas atividades dos PETs e computada sua carga horária válida dos alunos, para os professores no

anexo V caberá o registro de seu trabalho remoto.

Art. 6º Os formulários de registro das atividades do Plano de Estudos Tutorado e cumprimento da carga horária de acordo com o nível de ensino (Anexos I, II e III) deverão ser arquivados, quando do retorno às atividades presenciais, na pasta do estudante para comprovação das atividades realizadas, do cumprimento do plano curricular e da carga horária anual que o estudante tem direito.

Parágrafo único. O formulário de que trata o caput deste artigo deverá ser assinado pelo Diretor escolar, pelo Analista pedagógico e Professor responsável, mediante seu correto preenchimento, para os fins de validação e controle, após o retorno às atividades presenciais na unidade escolar.

Vejamos o detalhamento das atribuições dos professores nesta resolução:

Art. 10 Compete ao Professor, além das atribuições da legislação vigente:

I - Planejar e elaborar as atividades não presenciais a serem entregues ao analista pedagógico para análise e orientação, conforme o planejamento semestral validado pelos profissionais das unidades escolares;

II - Elaborar as atividades de acordo com os conteúdos apresentados no Programa Escola em Casa, disponível no link <http://portalescola.uberlandia.mg.gov.br/home>, e nas videoaulas gratuitas transmitidas pela rede de televisão aberta;

III - manter contato com o Analista Pedagógico, com os estudantes e seus responsáveis, para esclarecimentos referentes às atividades não presenciais;

IV - Elaborar o Plano de Estudos Tutorado para efeito da comprovação do currículo e da composição da carga horária anual estabelecida;

V - Realizar a correção dos Planos de Estudos Tutorado entregues pelos estudantes ou seus responsáveis, após realizados;

VI - Registrar as atividades escolares realizadas durante o período do regime especial de atividades não presenciais, conforme orientações da Secretaria Municipal de Educação;

VII - cumprir a carga horária semanal de trabalho preferencialmente de forma remota;

VIII - responsabilizar-se pelo acompanhamento, orientações e registro das atividades não presenciais da totalidade de seus estudantes. (UBERLÂNDIA, 2020, p. 6)

Além dessas atribuições, foi instituído o Portal Escola em Casa para utilização das tecnologias como suporte as atividades dos PETs e as videoaulas transmitidas por meio de um canal aberto de televisão. As atividades inicialmente eram elaboradas apenas pelo CEMEPE, os professores enviavam aos analistas que estruturavam e remetiam ao CEMEPE. No primeiro momento os alunos retiravam as atividades pelo portal no site da prefeitura na plataforma “ESCOLA EM CASA”, os alunos que não tinham condições de imprimir podiam buscar as atividades nas escolas quinzenalmente agora em dois dias da semana, terça e quarta. Assim, além da plataforma do programa “ESCOLA EM CASA” disponibilizada no site da PMU, o governo Municipal fez uma parceria com a rede de televisão universitária na busca de ampliar o número de alunos com acesso à programação educativa e criou-se a transmissão do programa

de TV com a videoaula.

Do ponto de vista do professor, a nosso ver, realização de todas essas atribuições tornou-se exaustiva. O teletrabalho por vezes requeria um quantitativo maior de horas de trabalho desses profissionais, para sua elaboração, bem como da equipe administrativa e gestora. A grande demanda de trabalho para algo, como dissemos várias vezes, absolutamente novo e com forte conotação burocrática.

#### **4.2.7 Ofício Circular 3962-19/08/2020 complemento 4555-29/09/2020**

É um documento interno da SME-inspeção escolar destinado as escolas que possuem a modalidade de ensino EJA 9º período. Ele orienta as escolas quanto ao aproveitamento escolar do aluno e conclusão do semestre excepcionais para período de pandemia e calamidade pública. Este ofício orienta que os alunos que não entregaram os PETs de forma física ou virtual serão considerados como desistentes.

O documento orienta o registro que será feito pelos professores de todas as atividades efetuadas pelo estudante no período de ensino remoto e a considerar o período presencial antes da pandemia para aproveitamento e promoção especificamente dos estudantes da EJA que estavam no 9º período, no 1º semestre de 2020.

De acordo com os dados sobre as dificuldades de permanência nos estudos houve por parte dos alunos um “abandono escolar”, este fator é de suma importância em especial na Educação de Jovens e Adultos e se iguala a dificuldade de aprendizagem, sendo considerado um problema crítico de evasão na EJA. São inúmeros os contra tempos para este acontecimento, tais como: desemprego, a sobrecarga de trabalho na vida adulta, mudanças de horário de trabalho, demandas familiares. E, sobretudo, o descaso de políticas públicas apropriadas a esta modalidade. Esse público requer políticas que auxiliem não apenas o seu ingresso, mas sua permanência e a isso cabe reformulação em especial de horários e conteúdos significativos.

Paulo Freire nos ajuda a refletir sobre a situação de “evasão e abandono”, pois nos leva a pensar e a entender quais condições o ensino está submetido.

A luta hoje tão atual contra os alarmantes índices de reprovação que gera a expulsão de escandaloso número de crianças de nossas escolas, fenômeno que a ingenuidade ou a malícia de muitos educadores e educadoras chama de evasão escolar, dentro do capítulo do não menos ingênuo ou malicioso conceito de fracasso escolar. No fundo, esses conceitos todos são expressões da ideologia dominante que leva a instâncias de poder, antes mesmo de certificar-se das verdadeiras causas do chamado “fracasso escolar”, a imputar a culpa aos educandos. Eles é que são responsáveis por sua deficiência de aprendizagem. O sistema, nunca. É sempre assim, os pobres e miseráveis são

os culpados por seu estado precário. São preguiçosos, incapazes. (FREIRE, 2003, p. 125).

Para amenizar “o abandono escolar” que alunos foram levados mediante a crise dos acontecimentos, têm-se a proposta de uma busca ativa por meios eletrônicos, bilhetes e visitas a todos os estudantes afastados do cotidiano escolar. Para que assim todos tivessem a chance de interagir com a escola neste contexto de pandemia. Entretanto, os alunos não encontrados ou que não cumpriram, por meio dos PETs, a sua carga horária, a situação foi registrada como abandono nos relatórios finais.

Quando nos reportamos a EJA tratamos dos homens e mulheres proletários daqueles e daquelas que experienciam/experenciaram a exclusão social em seus diversos aspectos, mas, prioritariamente, quanto a negação de direitos e dentre eles, as condições de acesso e permanência nos espaços escolares. (CUNHA JUNIOR, 2020, p.4)

Todavia, é primordial que os alunos sejam valorizados por suas experiências e saberes trazidos de seu cotidiano, ainda que em tempos de pandemia e ensino remoto, valorizar seu esforço para se adaptar ao novo modelo educacional a ele colocado. Com habilidade de se conectar por meios remotos na busca da construção de sua aprendizagem, portanto, é necessário aceitar e considerar seu crescimento como ser humano e que foi posto frente à necessidade de uso das novas metodologias e estruturas, como forma de ter acesso ao ensino, que não pertenciam ao seu cotidiano, utilizar as tecnologias como ferramenta para construção dos conhecimentos. A experiência dos alunos e organizações em casa, em muitos momentos, evidenciam aprendizagem e devem ser valorizadas.

As práticas utilizadas e desenvolvidas pelas escolas mediante o uso das tecnologias ou acesso aos PETs impressos foram utilizadas, também, na EJA no período pandêmico com isolamento social. Os planejamentos buscaram nortear o trabalho dos profissionais para auxiliar os estudantes. Neste sentido, o papel da escola foi o de trabalhar para que os estudantes de alguma forma dessem continuidade ao processo de escolarização, valorizando experiências que se deram neste contexto de inovações e reconhecendo seus esforços mediante aos limites e angústias relacionadas com a dura realidade do ano escolar de 2020 e da vida dos alunos da EJA.

#### **4.2.8 DCM**

As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia (DCMs) consistem em um direcionamento político teórico e metodológico de toda uma trajetória que já acontece e que

ainda está por vir. O início da elaboração desse documento foi no ano de 2016 e sua formulação completa deu-se no ano de 2020, atendendo o determinado na BNCC. A intenção deste documento não é oferecer respostas prontas e irrefutáveis sobre a Educação Escolar, pois se trata de um universo dotado de grande complexidade, não cabendo apenas um ponto de vista. Dos 6 (seis) volumes que compõem os DCMs, o que trata especificamente da Educação de Jovens e Adultos é o volume 6. Este volume procura articular as necessidades e especificidades da EJA, orientados pela perspectiva de Paulo Freire com o objetivo de formar sujeitos livres na Educação de Jovens e Adultos.

Neste contexto de pandemia este documento norteia o trabalho dos professores quanto ao processo de escolarização dos alunos em suas práticas e metodologias.

Art. 3o Para o desenvolvimento das atividades não presenciais de que trata o art. 2o, as Escolas Municipais deverão ofertar aos estudantes um Plano de Estudos Tutorado, elaborado em consonância com as Diretrizes Curriculares do Município de Uberlândia, com os Planejamentos Semestrais e com o Programa Escola em Casa, organizados para o atendimento em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). (UBERLANDIA-2020)

Por meio das atividades denominadas PETs, foram feitas as práticas pedagógicas, articuladas ao programa escola em casa (imagens a seguir) e as videoaulas, compondo assim um contexto único de conteúdos articulados para os estudantes, oferecendo a eles mais de uma possibilidade de ensino.

**Imagem 1- Página inicial do Programa Escola em Casa (parte superior) - site da PMU**



Imagem 2- Página inicial do Programa Escola em Casa (parte inferior) - site da PMU



Foram as DCM, os planejamentos e Planos de Estudos dos Professores com os analistas que tornaram possíveis as elaborações dos PETs, de acordo com os conteúdos por ano de escolaridade. O planejamento foi desenvolvido no decorrer do ano de 2020, nos meses de março a outubro, sendo que este período foi considerado levando-se em conta o início das suspensões das aulas até o momento de escrituração do 9º período. Por se tratar de uma turma semestral sua finalização se fez com o PET final de agosto para conclusão e finalização do semestre.

#### 4.3 PPP- Projeto Político Pedagógico e Regimento escolar



O PPP é um instrumento que tem por finalidade dialogar e propor mudanças na realidade educacional reflete a proposta política pedagógica da escola. Foi reformulado por meio de planejamento democrático e participativo em conjunto com a comunidade escolar e em consonância com a secretaria de Educação. De acordo com Eça e Coelho (2021), o PPP é uma construção coletiva e política, traz em si desafios e ao mesmo tempo abre possibilidades de construção e reconstrução do contexto escolar.

No ano de 2019, por meio dos itinerários avaliativos da SRE, as reformulações foram iniciadas e a finalização ocorreu no ano de 2020. Os Itinerários Avaliativos são diretrizes elaboradas e inseridas em uma plataforma digital com o objetivo de fazer análises de dados e promover discussões que subsidiem um plano de ação melhor e mais consolidado nas escolas estaduais. A SME, por meio de suas escolas, também utiliza os itinerários para elaboração de seus regimentos internos e PPP.

As mudanças no PPP 2020 foram significativas, além de ter sido acrescentada uma minuta de adendo que respalda o ensino não presencial nas escolas municipais, causado pela pandemia do COVID-19, que desestruturou toda a educação. Neste período de pandemia o PPP perpassou por mudanças para adequações ao novo contexto escolar incluindo a EJA. Para tanto foi acrescentado ao mesmo uma minuta regulamentando o regime de estudos remotos por meio dos PETs, viabilizando o cumprimento da carga horária mínima exigida nos planos curriculares.

Os fatores externos como o isolamento, medidas de distanciamento, ensino remoto e teletrabalho tiveram fortes influências, sendo assim, respaldado pelo adendo para deixar claro na construção do PPP como seriam as aulas em tempos de pandemia e sua funcionalidade.

Art.1ºO presente Adendo define as formas de organização do Regime Especial de Atividades Não Presenciais a ser ministrado pela Escola Municipal CAMINHO SUAVE do município de Uberlândia- MG e a realização do Regime Especial de Trabalho Remoto pelos servidores municipais em efetivo exercício e lotados na unidade escolar, instituídos pela Resolução SME n. 001, de 27 de maio de 2020. (ADENDO,2020,p.01).

Lembrando que a modificação do nome da escola mesmo que na citação se deu para resguardar todos os sujeitos e local de pesquisa.

Assim como nos demais documentos, por ser um documento elaborado pela comunidade escolar demonstra uma gestão democrática e participativa, pois, compreende-se que é necessária a junção entre comunidade e gestão, pois, se trata de uma construção dos direitos, deveres e da história da escola e dos seus indivíduos. A comunidade participou de forma mais efetiva no ano de 2019 da construção do PPP por ser presencial. No ano de 2020, a

participação online dificultou e reduziu drasticamente a participação desta comunidade.

No PPP constam todas as modalidades de ensino da unidade escolar, a EJA é uma delas e aos seus alunos é garantido o acesso e continuidade de estudos. Aos alunos, como consta no PPP, deve ser assegurado os direitos fundamentais, considerando suas especificidades, sendo indicadas a utilização de metodologias, materiais didáticos e atividades pedagógicas distintas a cada ano de escolaridade.<sup>35</sup>

No título IV do Adendo que trata das modalidades da Educação Básica e suas especificidades no capítulo I respalda a EJA

Art. 39. Na oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do 6º ao 9º período, os professores da Escola Municipal CAMINHO SUAVE, considerando a diversidade etária dos estudantes e suas especificidades nessa etapa de escolarização, deverão estruturar os PET, seguindo orientações da Secretaria Municipal de Educação/CEMEPE.

Art. 40. Todos os PET produzidos devem estar de acordo com a matriz curricular correspondente. (ADENDO 2020, p. 16).

De acordo com Paulo Freire (2005), o processo de constituição da identidade dos sujeitos envolvidos na EJA, em específico dos educandos e educadores são fundamentais, pois, possibilita a compreensão de como esses sujeitos se constituem no espaço educativo. E olhar como ocorre a ação e reflexão no mundo e sobre o mundo. Assim sendo, os educadores/professores de jovens e adultos devem permear seu trabalho pela construção dos sujeitos autônomos e valorização das suas identidades. Um trabalho que busque levar o aluno a se reconhecer como parte integrante e construtor de sua história, produtores e detentores de culturas produzidas antes da escola ou fora da escola, em processo permanente de construção dos saberes e aprendizagens. São as experiências e vivências que o jovem e o adulto têm que lhes ajudam a construir sua escolarização, mediada por professores críticos e envolvidos com a visão de educação crítica e libertária.

Deste modo, o educador deve desenvolver sua prática pedagógica de maneira significativa, valorizando as experiências e conhecimentos prévios, utilizando no trabalho uma abordagem interdisciplinar de forma a garantir a qualidade no processo de ensino aprendizagem e contribuir para a permanência do estudante acolhido e engajado no ambiente escolar por perceber sentimento de acolhimento e pertença do mesmo. Essas prerrogativas são essenciais e estão salientadas no PPP.

---

<sup>35</sup> O PPP deixa claro que a EJA e o PMAJA têm suas peculiaridades educativas e nele constam as três funções dessa modalidade de ensino: reparadora dos direitos que lhe foi de alguma forma negado, a equalizadora relaciona à igualdade de oportunidade e a qualificadora como educação permanente de direito.

Para o ano de 2020, tais pontuações se fazem ainda mais necessárias. A minuta de adendo do PPP e regimento resguardam ao estudante o direito à educação em tempos de pandemia e as atribuições dos cargos da escola e o trabalho remoto como atividade laboral executada, no todo ou em parte, em local diverso daquele estabelecido para a realização do trabalho presencial, mediante a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que permitam a execução remota das atribuições inerentes ao cargo, emprego ou função. A reorganização e estruturação do ano escolar letivo bem como o cumprimento da carga horária mínima obrigatória; o alcance dos objetivos educacionais de ensino e aprendizagem previstos na proposta pedagógica, com qualidade, para o Ensino Fundamental e para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, ofertado até o final do período letivo. Fica a escola desobrigada do quantitativo de dias letivos de efetivo trabalho desde que cumprida a carga horária mínima estabelecida pela lei vigente em tempos excepcionais.

Para estes tempos as atividades desenvolvidas são Pets, como mencionado, consistem em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas de forma autoinstrucional e buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares de forma tutorada. O PET possibilita ao professor o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante em cada componente curricular.

O Regimento é um documento Político Pedagógico regulador da escola sua atualização foi feita em 2016, sendo apenas acrescentada a minuta em 2020, nele contém suas normatizações externas e internas.

Art. 12 A Educação de Jovens e Adultos deve pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço para que seja (m):

I – rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;

II – providos o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;

III – valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;

IV – desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;

V – promovida a motivação e a orientação permanente dos estudantes, visando maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho [...]. (REGIMENTO. 2016, p16).

Esse regimento é ancorado na base legal, registra deliberações e atribuições da educação acerca do quadro de funcionários e estudantes, trata da funcionalidade e a normatização das

etapas educacionais desta instituição. Garante aos educandos e educadores seus direitos e deveres perante a instituição e a comunidade. Ele se estrutura em títulos, capítulos e sessões dos princípios da educação. O Regimento regulamenta e constitui direitos e deveres para toda sua comunidade escolar. Delibera sobre a Educação Básica e suas etapas atendidas na instituição e como ela se constitui em quais modalidades. Traça seu perfil e estabelece o cumprimento de normas e regras para o bom funcionamento legal da escola. O PPP e o Regimento Escolar sofreram alterações no ano de 2020 devido a pandemia causado pelo corona vírus SARS-CoV-2.

De acordo com a análise do regimento, as mudanças e adequações para este ano de 2020 impactaram na EJA, indicando um novo caminho escolar para estes estudantes. As práticas pedagógicas foram reestruturadas para o atendimento remoto. Toda a escolaridade dos alunos se deu por meio de PETs e isto afetou a permanência e participação dos estudantes. A exigência do uso das tecnologias se tornou as novas formas de exclusão destes estudantes. A escola ainda que tentasse assumir o papel de mediadora da situação foi também afetada e houve dificuldades para oferecer aos alunos o suporte necessário para as aulas remotas, sem a presença do Estado como ente indutor de inclusão escolar.

#### **4.3.1 PETs e PET FINAL**

O Plano de Estudos Tutorado (PET) consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da escola, resolver questões e atividades escolares programadas, de forma auto instrucional, buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares, de forma tutorada e, possibilitar ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante, em cada componente curricular. (PPP,2020, p.96)

Diante do cenário de pandemia se fez necessária as aulas remotas iniciadas em abril do ano de 2020. Como medida de prevenção a saúde e contenção as contaminações ao vírus o isolamento e o distanciamento social se fizeram necessário, levando a então suspensão das aulas. Mediante publicações em resoluções e decretos foi estabelecido o regime de teletrabalho e as atividades não presenciais que se deram por meio dos PETs ofertados ao aluno.

No contexto pandêmico do ano de 2020, o Brasil passa por uma situação de crescente agravamento da doença e o aumento no número de mortes. Há neste período, no Brasil, uma crise política nos ministérios da saúde, educação e justiça, três órgãos que neste momento têm os olhos dos brasileiros voltados a elas devido à relevância e responsabilidade dessas instituições. A troca de ministros em meio à crise aprofunda a mesma e deixa sem credibilidade

o governo que continua negando a gravidade da pandemia e a importância da vacinação.

A conjuntura nacional, econômica, política e social é afetada de maneira drástica. O Ministério da Educação gera instabilidades, em julho, com a nova troca de ministro na educação, toma posse Milton Ribeiro, que em discursos divulgados em redes nacionais demonstra desinteresse por uma educação para todos declarando a exclusão de crianças especiais das escolas é uma continua implementação de políticas neoliberais excludentes. Exclui de forma grotesca em seus discursos os “menos favorecidos e deficientes”, marcados por frases pejorativas e pela defesa de que a universidade não é lugar para todos. Este foi um período político de ansiedade para a maioria dos brasileiros que aguardam temerosos e ansiosos por uma vacina, mas as crises políticas ainda não são sanadas e impedem os avanços ou manutenção da garantia dos direitos à saúde e à educação.

A crise da pandemia reforça uma crise civilizatória mais ampla da modernidade ocidental, capitalista e colonial. A modernidade vista como etapa derradeira de progresso e evolução, tem invisibilizado práticas cotidianas de violência e opressão, ofuscando outras possibilidades emancipatórias de transformação. Nesse sentido, a pandemia reforça e intensifica injustiças sociais, sanitárias e ambientais pré-existentes, tornando mais evidentes ideologias e manipulações que escondem certos interesses. O momento é crítico para o agravamento de vários problemas de saúde pública em grupos vulneráveis, mas também pode trazer à tona reflexões e potencialidades de transformação. (PORTO-GONÇALVES, 2020, p.5)

Como exemplo podemos citar os dados referentes ao final do ano de 2020 que trazia o número de mais de 5 milhões de crianças e adolescentes que não estavam na escola. O maior contingente de estudantes fora da escola, de acordo com os dados do UNICEF, estavam as crianças entre 6 e 10 anos. A pesquisa realizada pela UNICEF traz outro número preocupante fruto da desigualdade histórica no Brasil: a maior parte dos alunos que estão fora da escola são pretos, pardos ou indígenas. (UNICEF, 2021).

Na instituição, local da pesquisa, o índice de abandono teve seu maior percentual na EJA. De acordo com o Censo escolar de encerramento, como mencionado anteriormente, o índice de abandono, composto pelos alunos que deixaram de frequentar as aulas em 2020, foram 86 alunos, destes, 67 eram alunos da EJA. O que afasta essa realidade do recomendado pela UNICEF, a aprovação automática do aluno, o direito a reclassificação, a busca ativa feita pelos professores em parceria com a escola, a entrega de kits de alimentação que viabilizava de certa maneira o contato com a família, o mesmo movimento como os alunos da EJA e do 6º ao 8º período não teve o mesmo efeito positivo ocorrido mais efetivamente no ensino regular.

A EJA oferece a esses adultos oportunidades para a melhoria da vida, mas, para que isso ocorra, os adultos precisam ter acesso à educação de qualidade,

não apenas para compensar a falta de certificados escolares, pois a conclusão de sua escolaridade formal não garante que adulto tenha o conhecimento e as habilidades necessárias para prosperar em nossas sociedades modernas e complexas. (MACHADO,2021, p.3)

Levamos em conta que o trabalho e a dificuldade de realização de tarefas sem a mediação dos professores fomentam processo de exclusão para os alunos da EJA, por conseguinte, este período de pandemia causa nas pessoas e nos diversos setores em especial da educação, efeitos diferentes, sentimentos e sensações, medos, angústias, solidão e abandono. As famílias pobres estão tentando sobreviver e nesse momento para aqueles que foram historicamente excluídos da escola mais uma vez isso se repete.

Nesse contexto, os PETs foram formulados em dois volumes, sendo um PET de atividades, voltados para os estudantes e um PET contendo os conteúdos a serem trabalhados de acordo com os planos dos professores.

Os PETs são atividades que foram aplicadas aos estudantes em todos os anos de ensino. São documentos que após o período letivo podem ser descartados, não há exigência de arquivamento na escola. Assim, apenas os PETs com as diretrizes são arquivados por um tempo para conhecimento.

Os professores baseavam-se nas DCMs para definir conteúdos e atividades. Os PETs podem ser encontrados na Plataforma Escola em Casa também criada como sustentação e possibilidade educativa e de acesso ao estudante.<sup>36</sup> Os PETS eram entregues de forma impressa a cada 15 dias na escola de maneira a possibilitar neste momento e contexto atingir aos estudantes.

II - Planejar e elaborar as atividades não presenciais a serem entregues ao analista pedagógico para análise e orientação, conforme o planejamento semestral validado pelos profissionais das unidades escolares;  
V - Elaborar o Plano de Estudos Tutorado para efeito da comprovação do currículo e da composição da carga horária anual estabelecida. (ADENDO,2020, p. 7)

O PET é um documento pedagógico que trata de atividades dos componentes curriculares para os alunos do 9º período da EJA e sua complementação de carga horária. Por meio deste documento, o aluno tem a oportunidade de complementar, caso esteja faltando carga horária para o seu aproveitamento semestral e aprovação para o semestre seguinte, neste caso, o ensino médio. O aluno que não obteve carga horária no decorrer do semestre por meio dos

---

<sup>36</sup>Disponível em:<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/escolaemcasa/>. Acesso em: 11 dez. 2021

PETs semanais também pode fazê-lo como validação da sua carga horária total do semestre. Os demais alunos que ainda assim não completarem carga horária seria considerado como abandono sem aprovação no semestre e conduzido para os semestres seguintes.

IV -comprovar nos PET enviados para os estudantes a carga horária cumprida;  
V- o professor de cada componente curricular, deverá elaborar um PET FINAL que terá duas finalidades:

1-avaliar o aproveitamento do estudante.

2- Computar a carga horária que falta para o estudante concluir o período;

VI- para computo das 416h40min, a escola deverá levar em consideração, além de toda a carga horária trabalhada de forma presencial, a carga horaria prevista nos PET e no PET FINAL[...].

Assim, os PETs Finais são atividades com o objetivo de auxiliar o estudante no complemento de sua carga horária semestral com o intuito de sua aprovação para o semestre seguinte, neste caso o ensino médio.

Para a elaboração do PET dos alunos, os profissionais da educação deveriam considerar o exposto a seguir.

Art.18. A Escola, para desenvolver o Regime Especial de Atividades Não Presenciais, deverá ofertar aos estudantes um PET organizado de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), as Diretrizes Curriculares Municipais, com os Planejamentos Semestrais e com o Plano de Curso da unidade de ensino.

§1º - O PET consiste em um instrumento de aprendizagem que visa permitir ao estudante, mesmo fora da unidade escolar, resolver questões e atividades escolares programadas de forma autoinstrucional e buscar informações sobre os conhecimentos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares de forma tutorada. O PET possibilita, ainda, o registro e o cômputo da carga horária semanal de atividade escolar vivida pelo estudante em cada componente curricular. (PPP,2020)

§2º-O

PET será disponibilizado a todos os estudantes matriculados no Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos - EJA, por meio de recursos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e, em casos excepcionais, será providenciada a impressão dos materiais e assegurado que sejam disponibilizados ao estudante. (ADENDO, 2020,p-09)

Nessa perspectiva, foram estruturados e, desde o primeiro exemplar elaborado para a primeira semana do mês de abril até o último PET FINAL do 9º período, que finalizou essa etapa da EJA no mês de agosto, foi disponibilizado 1 PET por semana, totalizando 4 PETs por mês, sendo assim, 20 PETs semestrais. O CEMEPE enviou às escolas orientações quanto à estruturação e formulação dos PETs, formatação gráfica como espaçamento, tipo de letra, margens, notas de rodapé, citação e referências do utilizado nos referidos PETS. A quantidade de questões por área ou conteúdo de cada PET estava relacionada com o número de aulas de

cada disciplina, para que não ficasse muito extenso. Porém, como mostrou a análise, os PETs, frequentemente, foram compostos de tarefas formuladas pelo CEMEPE e pelos professores da escola, e isto gerou uma quantidade excessiva de atividades semanais, chegando a 25 páginas por PET. Esse fato aumentou a dificuldade para a realização do proposto, considerando que se tratava de atividade autoinstrucional o tempo que o aluno da EJA tem para dedicar-se ao estudo é relativamente pequeno.

As atividades dos PETs iniciadas em abril de 2020, eram elaboradas pelo CEMEPE em conjunto com as escolas. Os professores voluntários elaboravam as atividades e enviavam aos analistas pedagógicos da escola que estruturava e remetia ao CEMEPE para a composição dos PETs. No mês de abril de 2020, os alunos retiraram as atividades pelo portal no site da prefeitura na plataforma “ESCOLA EM CASA”. Os alunos que não tinham condições de imprimir podiam buscar as atividades nas escolas quinzenalmente em dois dias terça e quarta. Assim, além da plataforma do programa “ESCOLA EM CASA”, disponibilizada no site da PMU, o governo Municipal estabeleceu uma parceria com a rede de televisão universitária na busca de ampliar o número de alunos da educação e criar a transmissão do programa de TV com a videoaula, que contribui como suporte na resolução das atividades dos alunos. A TV Universitária de Uberlândia é uma emissora Educativa da Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia afiliada da TV Cultura, cujo propósito é o de divulgar atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Uberlândia e regiões do entorno. As vídeo aulas das SME eram gravadas no CEMEPE e disponibilizadas no canal de TV. A ideia era articular o novo e inesperado com as matrizes curriculares, foi necessário estabelecer essa articulação, no entanto, o conteúdo propriamente dito foi abordado muito superficialmente devido ao pouco tempo de hora aula por ano escolar na tv.

No processo de análise dos PETs, elaboramos um quadro geral (Apêndice 2), contemplando as seguintes dimensões do referido documento: autoria, período de realização, área, tema, tipos de questão, quantidade de questões, metodologias e procedimentos, recursos e estratégias pedagógicas e referências. Esse quadro ancorará a exposição e reflexão registradas a seguir sobre o que foi mais recorrente em relação à escolha dos temas e das metodologias, das estratégias, dos procedimentos pedagógicos e das referências.

O PET do mês de abril, elaborado com componentes curriculares, para o 9º período da EJA procurou estabelecer uma conexão entre o conteúdo programático da disciplina e as características/informações sobre o recente advento da pandemia. A ideia era articular conhecimento sobre a pandemia com as matrizes curriculares. Entendemos que foi necessário



estabelecer essa articulação. Foram abordados os seguintes temas: interpretação textual, sustentabilidade, saúde e doença, epidemias, pandemia, linguagens não verbais. Adotados metodologias, estratégias e material de apoio ao ensino, tomando como referências a Revista Nova Escola<sup>37</sup>, livro didático<sup>38</sup>, Jornal “EL país<sup>39</sup>”, Portal da Prefeitura de Uberlândia<sup>40</sup>, Revista Veja, Portal da UNESCO e Blogs<sup>41</sup> (Apêndice II). Quanto as estratégias, metodologias e recursos utilizados no PETs do mês de abril, com base na análise dos documentos, elaboramos o quadro a seguir para melhor visualização.

**Quadro VI- Relação de metodologias, estratégias e recursos dos PETs do mês de Abril/2020**

Metodologias e estratégias	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de conhecimentos de vivências anteriores dos alunos.</li> <li>• Utilização de imagens de tirinhas.</li> <li>• Vídeos disponíveis no <i>youtube</i>.</li> <li>• Utilização de dicionários, buscar empréstimos na escola ou na internet.</li> <li>• Utilização de texto sobre Covid como base para compreensão de gráficos.</li> <li>• Relacionar os conhecimentos de quantidades e idades.</li> <li>• Atividades autoinstrucional, incluindo exemplos.</li> <li>• Sugestão do uso de material como calculadoras</li> <li>• Utilização de texto para os conteúdos.</li> <li>• Identificar modelos de estrutura da matéria.</li> <li>• Iniciativas para solução de problemas ambientais da cidade ou comunidade; análise de ações de consumo consciente.</li> <li>• Nomear os estados físicos da matéria.</li> <li>• Trabalho com outra doença para estabelecer diferenças.</li> <li>• Relação do tema com mapas</li> <li>• Apresentação de informações sobre o assunto (jornal estrangeiro EL país)</li> <li>• Ler o texto e elencar dúvidas, elaborar perguntas, pesquisar e escrever as respostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilustração gráfica (gráfico, figura)</li> <li>• Textos</li> <li>• Indicação de links para consulta.</li> <li>• Letras de músicas</li> <li>• Paródias</li> <li>• Crônicas</li> <li>• Tirinhas Calvin</li> <li>• Sugestões de vídeos; Utilização de dicionário em inglês.</li> <li>• Textos com representações gráficas.</li> <li>• Expressões numéricas e sequência lógica para resolução.</li> <li>• Textos informativo da Pandemia atual.</li> <li>• O que é Covid-19; Sintomas, transmissão e prevenção;</li> <li>• Panfletos explicativos</li> <li>Ilustrações ciclos da água</li> <li>• Utilização de quadrinhos</li> <li>• Quadro explicativo</li> <li>• Gravuras ilustrativas de análise de partilha da África; A escravidão feminina, gravura e texto</li> </ul>

<sup>37</sup>A Nova Escola é uma empresa da área de Educação que desenvolve produtos, conteúdos e serviços com o objetivo de dar suporte ao professor. Encontrada no site <<https://novaescola.org.br/quem-somos>>

<sup>38</sup> Material pedagógico básico contendo informações, textos, atividades, ilustrações, referências que auxiliam tanto professor quanto aluno no processo de ensino-aprendizagem.

<sup>39</sup>O EL PAÍS é um jornal espanhol que nasceu no auge do processo de democratização desse país. Atualmente possui versões em outros países, inclusive no Brasil cujo site está aqui disponibilizado <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532\\_309244.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html)>

<sup>40</sup>Site da Prefeitura Municipal de Uberlândia onde é possível encontrar os programas, secretarias, serviços diversos e informações/notícias sobre a cidade. Disponível em <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/>>

<sup>41</sup>Trata-se de uma página que é atualizada rotineiramente com novos conteúdos, pode ser de um domínio particular ou público.

<ul style="list-style-type: none"> <li>•Textos explicativos atividade industrial.</li> <li>•Interferência europeia e os impactos na África, Ásia e na América; Estruturas Sociais.</li> <li>•Ações afirmativas no combate à violência, desigualdades e preconceitos.</li> <li>•Identidade nacional e as desigualdades sociais entre elites e população pobre.</li> </ul>	
--	--

Fonte: elaboração própria (2021)

De acordo com o quadro VI, as metodologias mais frequentes nos PETs do mês de abril consistiram na utilização de textos, associados às imagens, às charges, aos gráficos e mapas. Outro elemento recorrente em todos os componentes curriculares foram textos e charges, contendo informações sobre a pandemia, o vírus, propagação e comparação a outras doenças. Dentre os recursos didáticos mais frequentes estavam os textos com imagens, gráficos, infográficos, charges e quadrinhos.

A partir dos PETs do mês de maio, houve um aprimoramento e evolução na estruturação. As metodologias que envolveram a escolha dos textos, imagens e questões se colocavam de acordo com o ano de escolaridade e o público-alvo. Os autores utilizados estavam identificados nas referências e todos eles são professores/estudiosos dos respectivos componentes curriculares. As referências apareceram nas atividades de acordo com a áreas.

Os quatro PETs do mês de maio, um para cada semana, foram elaborados pelos professores do 9º período. São atividades didáticas pedagógicas voltadas para o planejamento das práticas educativas dos educandos. Foram utilizadas como estratégias pedagógicas, tirinhas, charges, trechos de reportagens e textos. Esses recursos tornaram as atividades mais atrativas e com a finalidade de favorecer a interpretação do conteúdo trabalhado. A semana dos dias 25/05 a 29/05 da disciplina de Matemática, como pode ser observado a seguir, utilizou o Boletim Municipal Diário, criado pela PMU para trazer informações sobre o Covid-19 e ajudar a combatê-lo para trabalhar com os estudantes fração e porcentagem. A construção dessa e outras questões, além de autoinstrucionais, construindo um caminho entre a Matemática e a realidade vivenciada.


Nos PETs dos meses de maio, junho, julho e agosto as principais metodologias e estratégias foram o estabelecimento de relações entre textos e imagens e/ou charges/tirinhas. Como os PETs são autoinstrucionais, as imagens contribuíram significativamente para ajudar na compreensão/interpretação dos textos. As atividades e questões desses meses foram mais bem formuladas, pois, estavam mais contextualizadas tanto em relação ao conteúdo quanto às

questões do cotidiano do estudante. Apresentava discussões críticas e seus significados para o estudante e sua vida frente à nova realidade: trabalho remoto, ensino remoto, saúde, pandemia etc. As referências bibliográficas mais recorrentes foram a revista Veja, jornal El país, livros didáticos, site da PMU, sites especializados em educação. (Apêndice 2)

A quantidade de questões variou em cada componente curricular de acordo com sua carga horária semanal. Os PETs de Língua Portuguesa e Matemática, por exemplo, trouxeram uma média de 10 questões, já Ciências e Língua Inglesa trouxeram uma média de 4 a 5 questões. As referências utilizadas foram jornais, revistas eletrônicas, livros didáticos, dentre outras. (Apêndice 2)

A título de ilustração, vejamos as imagens a seguir.

**Imagem 3- PET de Matemática- mês de maio**



**EJA 9º Período - Semana de 25/05/2020 a 29/05/2020**

**Matemática – EJA 9º Período**

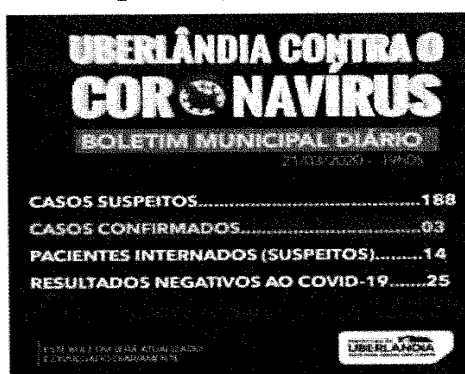
**Atividades**

**1) Leia o texto:**

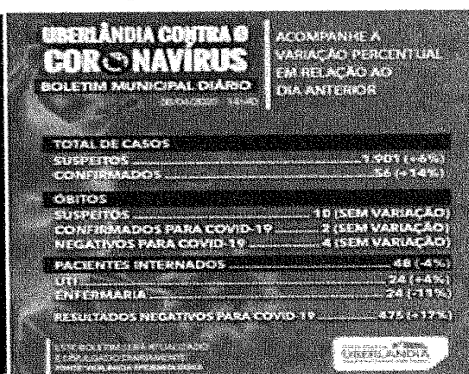
A Prefeitura Municipal de Uberlândia tem usado a informação à população com um dos instrumentos de enfrentamento à pandemia global do Corona Vírus e tem divulgado um boletim diário com a evolução do número de casos na nossa cidade.

Observe abaixo dois desses boletins, um referente ao dia 21/03/2020 e outro ao dia 08/04/2020, e responda as questões seguintes.

**Imagem 1: Boletim 21/03/2020**



**Imagem 2: Boletim 08/04/2020**



Fonte: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/>



- 4) A diferença entre o número de casos suspeitos apresentado no boletim do dia 08/04/2020 e o número de casos suspeitos apresentado no boletim do dia 21/03/2020 é de:
- a) 2089 casos                      b) 903 casos                      c) 813 casos                      d) 1713 casos
- 5) O quociente entre o resultado negativo para Covid-19 apresentado no boletim do dia 08/04/2020 e o resultado negativo para Covid-19 apresentado no boletim do dia 21/03/2014 é de:
- a) 15                                      b) 17                                      c) 19                                      d) 21
- 6) A razão entre o número de óbitos confirmados para Covid-19 e o número de óbitos suspeitos apresentado no boletim do dia 08/04/2020 é:
- a)  $\frac{1}{5}$                                       b) 2                                      c)  $\frac{1}{2}$                                       d) 5
- 7) O número de casos confirmados corresponde a qual porcentagem do número de casos suspeitos no boletim apresentado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia no dia 08/04/2020?
- a) 33,94 %                              b) 50 %                                      c) 2,5 %                                      d) 2,94 %

**OBSERVAÇÃO:** Responda as atividades propostas NO MATERIAL desta semana, se necessário, na(s) folhas(s) branca(s) anexa(s).

Os outros componentes curriculares seguiram um padrão semelhante ao demonstrado acima, ou seja, cabeçalho, um pequeno texto normalmente associado às imagens e as questões

abaixo das imagens.

Os PETs do mês de junho abordaram temas como; vacina, qualidade de vida, trabalho, consumo, relações comerciais e matemática. Os conteúdos de Artes e Educação Física não exploraram o contexto da pandemia no desenvolvimento dos conteúdos das referidas áreas.

As temáticas abordadas pelo componente curricular de Ensino religioso: princípios éticos e espirituais, função da religiosidade como conexão com algo maior.

A disciplina de Artes fez a conexão entre a arte e recursos tecnológicos contemporâneos como os *emojis*. Esses exemplos nos mostram estratégias pedagógicas, que partem das vivências atuais, profundamente imersas no mundo digital, para o ensino remoto, sendo que utilizaram os conteúdos conectados ao cotidiano de parte do grupo de estudantes, um cotidiano amplamente imerso nas tecnologias digitais com um componente de criticidade e relação entre áreas diferentes do saber, como exemplo, o fato dos emojis terem sido inspirados em ícones que eram usados na previsão meteorológica no continente asiático. Vejamos as ilustrações

**Imagem 5- PET de artes- mês de junho**

## AULAS ESPECIALIZADAS

### Videoaula nº 02

Tema: Identidade – quem sou eu? como me vejo, me percebo e me represento?

Componentes curriculares: Arte, Educação Física e Ensino Religioso

### Arte – 9º Período EJA

Na nossa segunda videoaula, aprendemos e pensamos sobre nós mesmos, através do autorretrato. Visualizamos imagens de diversos artistas que se autorretraram no decorrer dos tempos de diferentes formas e com diferentes materiais. E falamos também sobre outras formas que temos de comunicação e expressão:

Emoji (絵文字 lit. *pictograma*) é uma palavra derivada da junção dos seguintes termos em japonês: *e* (絵 "imagem") + *moji* (文字 "letra"). Com origem no Japão, os emojis são *ideogramas* e *smileys* usados em mensagens eletrônicas e páginas *web*.



Ah, e a história dos emojis também é bem curiosa! Sua criação é atribuída ao cientista da computação Shigetaka Kurita, que estava trabalhando na equipe de desenvolvimento do i-mode, primeiro serviço de internet móvel do mundo. O asiático se baseou nos ícones usados na previsão meteorológica para indicar se o dia está chuvoso ou ensolarado, tal como os símbolos empregados em mangás para expressar sentimentos e ações.

1) As imagens abaixo foram criadas por meio de aplicativos, elas representam ideias e emoções. Inspirados nessas imagens construa um autorretrato também! Para que seu trabalho fique ainda melhor assista o vídeo abaixo e alimente sua criatividade: <https://www.youtube.com/watch?v=x4WNJbVTozA&feature=youtu.be>



#### Referências:

EMOJI/história. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Emoji>. Acesso em 01/06/2020.

TECMUNDO. Você sabe qual é a diferença entre emojis e emoticons? Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/web/86866-voce-sabe-diferenca-entre-emoticons-emojis.htm>. Acesso em 01 de junho de 2020.

Os PETs do mês de julho utilizaram os mesmos recursos dos PETs dos meses de maio e junho: textos, poemas, charges e tirinhas para contribuir com o aprendizado e facilitar a interpretação dos conteúdos e questões. Ao analisar as atividades podemos identificar elementos que fazem os estudantes refletirem e questionar o momento atual vivenciado por eles, como exemplo, as referências feitas às recém-descobertas científicas sobre características de transmissão da Covid-19 e como eles se encontram neste contexto.

O PET final foi utilizado para complementar a carga horária dos estudantes que ao realizá-lo complementava e computava carga horária para sua aprovação. Em cada disciplina as questões eram acompanhadas por textos autoinstrucionais que além de subsidiarem o aluno na resolução das questões eram de certa forma um resumo do que haviam estudado nos PETs anteriores.

#### **4.3.2-ANEXOS III ANEXO V**

Formulário para registro da carga horária escolar do aluno, anexo III, destinado aos alunos da EJA e cada modalidade de ensino tem seu anexo específico, já a carga horária de trabalho do professor e registrada no anexo V, em tempos de pandemia. Para comprovação de sua validade eles foram publicados como modelos no diário oficial da PMU, na normativa 001/2020. De autoria da Secretaria de Educação Municipal Educação. “b) o registro do acompanhamento das atividades escolares realizadas pelo estudante, nos formulários constantes dos ANEXOS I, II, III e IV.” (SME,2020, p-06). Esses documentos encontram-se arquivados na escola. Retratam a carga horária dos estudantes em ensino remoto no ano de 2020.

Art. 6º Os formulários de registro das atividades do Plano de Estudos Tutorado e cumprimento da carga horária de acordo com o nível de ensino (Anexos I, II e III) deverão ser arquivados, quando do retorno às atividades presenciais, na pasta do estudante para comprovação das atividades realizadas, do cumprimento do plano curricular e da carga horária anual que o estudante tem direito. (SME,2020, p. 6)

Neste instrumento é feito o registro dos PETs, conteúdos, carga horária, período, assinatura dos responsáveis pela comprovação desta carga horária como professores, analistas e diretor escolar.

Parágrafo único. O formulário de que trata o caput deste artigo deverá ser assinado pelo Diretor escolar, pelo Analista pedagógico e Professor responsável, mediante seu correto preenchimento, para os fins de validação e controle, após o retorno às atividades presenciais na unidade escolar. (SME,2020, p. 6)

Quanto ao anexo V, é um documento público arquivado na escola, fonte de comprovação de carga horária do plano individual de trabalho do professor em trabalho remoto. Refere-se ao Plano Individual do professor relativo à jornada de trabalho remoto, relata seu trabalho em forma de descrição e planejamento quanto sua disciplina.

Art. 20 O servidor que desempenhar suas atividades no regime especial de trabalho remoto, deverá: I - cumprir diretamente todas as atividades designadas no plano individual de trabalho remoto que lhe for atribuído; III - elaborar relatório das atividades realizadas conforme designadas no plano individual de trabalho remoto.

Art. 21 Os formulários constantes dos anexos V e VI deverão ser assinados pelo Diretor escolar e pelo respectivo servidor, para fins de validação e controle, sem prejuízos à frequência do período correspondente ao trabalho remoto, após o retorno das atividades presenciais na unidade escolar. (SME,2020, p-7)

Cada setor da escola tem o anexo específico. Aqui analisamos somente os anexos dos professores da EJA. Neste período de aulas remotas não havia a assinatura de ponto de trabalho, com exceção daqueles servidores que, porventura, estavam trabalhando presencialmente em cumprimento às normas de segurança, em virtude da funcionalidade da escola e a continuidade de seu atendimento as demandas da escola e ao público com agendamentos (Anexo V).

Apesar de entendermos a necessidade em comprovar tanto a frequência do aluno como o trabalho dos professores, esses anexos por serem de preenchimento extremamente detalhado e, via de regra, repetitivos, eram fontes de insatisfação constante por parte dos professores. Boa parte do trabalho remoto do professor tinha que ser dedicado ao preenchimento desses anexos e isso acabou tirando o foco muitas vezes do essencial, estabelecer estratégias para chegar ao aluno.



## CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES POSSÍVEIS

Ah, meu Deus! Eu sei, eu sei  
Que a vida devia ser bem melhor e será!  
Mas isso não impede que eu repita  
É bonita, é bonita e é bonita  
(O QUE É, O QUE É? GONZAGUINHA, 1982)

É na concepção, de que a vida devia ser bem melhor, do que o que hoje se apresenta aos nossos olhos que nos colocamos com Gonzaguinha a pensar a vida como sendo uma criação de possibilidades de construção do novo amanhã representado na beleza de ser um eterno aprendiz.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino, cujos alunos têm realidades marcadas pela exclusão social e escolar. São alunos que buscam oportunidades que a eles foram negadas ou outras experiências que são opositoras àquelas que fomentaram a exclusão dentro do sistema escolar. Alunos que não tiveram acesso à educação escolar na idade “**certa**”. É para muitos um começo, para outros um recomeço.

No ano de 2020, a OMS, em função da pandemia causada pelo coronavírus - SARS-CoV-2, intitulada como COVID-19, decreta como medida de prevenção a saúde e contenção das contaminações pelo vírus, o isolamento e o distanciamento social. Por conseguinte, recomenda-se o fechamento das unidades escolares a suspensão das aulas presenciais. O Brasil passa por uma situação de agravamento da doença e aumento do número de mortes em decorrência da pandemia e da ausência de ações do Estado com base na defesa da vida de todos e todas. As aulas são suspensas e as atividades remotas iniciam em abril do ano de 2020, no município de Uberlândia-MG.

Neste contexto pandêmico, desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa, orientada pela questão: Quais experiências de Educação de Jovens e Adultos ocorreram em uma escola da Rede Pública Municipal de Uberlândia-MG, em tempos de pandemia, no ano de 2020, e seus efeitos na/para a escolarização dos/as alunos/as do 9º período da EJA? E como questões complementares: Quais atividades pedagógicas foram desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos em tempos de pandemia, no período de março a outubro de 2020? Que tipo de planejamento foi desenvolvido, no período de março a outubro de 2020? Que papel a escola assumiu mediante uma situação de transformação drástica do ensino presencial para remoto? Quais as dificuldades de permanência e continuidade dos estudos em tempos de pandemia de alunos/as da EJA? Quais procedimentos avaliativos foram utilizados, no período de março a outubro de 2020? Quais os conteúdos e apoio à escolarização de Jovens e Adultos, em tempos de pandemia, estão presentes na experiência de EJA, no período de março a outubro de 2020?

Como foi estabelecida a comunicação entre escola e alunos/as da EJA, no período de março a outubro de 2020? Qual é a porcentagem de alunos/as que concluíram os estudos?

No decorrer deste texto, apresentamos reflexões desenvolvidas a partir dos resultados da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, com a finalidade de refletir acerca das possíveis respostas para essas questões. Por conseguinte, retomaremos resultados mais recorrentes, expondo observações permitidas pelo processo investigativo. Mas, como há urgência de construir, coletivamente, possibilidades de devolver o direito à escolarização com qualidade social para jovens e adultos, registraremos proposições com base na reflexão sobre resultados da pesquisa, com a finalidade de contribuir para a constituição de processos de ação refletida com os profissionais da Escola Caminho Suave, local do estudo.

A primeira observação refere-se ao fato de que a ocorrência da pandemia do coronavírus, em tempos de crise civilizatória, provocou aprofundamento das desigualdades sociais, destruição de direitos relativos à educação, saúde e assistência social. Alunos da EJA pertencem aos grupos mais afetados por essa situação. A análise documental permitiu revelar experiências de EJA, as adversidades destes alunos, as atividades e estratégias utilizadas pelos professores e as decisões do Estado neste período de pandemia para tentar garantir a continuidade da escolarização dos alunos ou apenas “*não perder o ano*”. Mas, como verificamos o ensino remoto causou grandes prejuízos em relação ao direito à educação escolar e ao acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos. Como observado a prevalência de atividades autoinstrucionais, a retirada do espaço de convivência da escola e a redução da mediação dos professores, bem como a opção de administração gerencial da educação, acompanhada de ausência de políticas públicas intersetoriais de educação, saúde e assistência social aprofundaram e fortaleceram processos de exclusão escolar e social.

Os resultados da pesquisa, também, permitem afirmar que são necessárias políticas públicas, ancoradas em outras compreensões sobre a EJA e o papel do Estado na promoção de políticas sociais, que busquem excluir olhares e ações discriminatórias sobre essa modalidade de ensino e a argumentação de que esta modalidade de ensino é geradora do caos da educação, pois, é dada a ela a responsabilidade do alto índice de reprovação e evasão escolar.

Embora o PNE/2014/2024 e o PME/2015/2025 de Uberlândia vislumbram mudanças e ressaltam compromissos com a alfabetização dos jovens e adultos, estipulando objetivos, metas e prazos, o cenário para o cumprimento dos objetivos e metas da EJA são desoladores e não alimentam esperanças de melhorias, mas sim de estagnação, especialmente pela vigência da Emenda Constitucional 95/2016, uma reforma fiscal, que congelou e reduziu por vinte anos a

destinação de recursos financeiros para a educação, saúde e assistência social. Para que as políticas públicas da EJA sejam efetivadas é necessário ter governos compromissados com a garantia dos direitos sociais das classes vulneráveis, dispostos a implementar políticas de Estado.

A segunda observação, associada à situação descrita anteriormente, refere-se ao fato de que as experiências da EJA foram duras tanto para alunos quanto para os profissionais, marcadas por medo, angústia, perda de colegas ou familiares em decorrência da pandemia, muito tempo gasto em trabalho operacional, dentre outros sentimentos ou fatos. A atividade educativa foi modificada para amenizar as consequências das aulas não presenciais em prol da escolarização dos alunos. Cabe ressaltarmos que os meios utilizados para as aulas remotas por alunos e professores eram as tecnologias de informação, em contexto de falta de acesso ou dificuldade para utilizar essas tecnologias, bem como de aumento de recursos financeiros para sustentar ações de inclusão escolar e social.

Ao relatar sobre os resultados das análises das leis, decretos e pareceres que compunham o corpus da pesquisa, procuramos expor compreensão sobre cada contexto no qual foram elaborados e como se deu a implementação. A cada ofício elaborado novas mudanças e novas normas eram estabelecidas, prazos construídos afetando o dia a dia. Na continuidade das análises dos documentos empenhamos em entender quais as diretrizes quanto ao ano escolar: ensino remoto, atividades autoinstrucionais e verificação da carga horária.

Esse processo analítico permite afirmar que, em relação a base legal elaborada durante a pandemia, ausente de política de estado, não pressupõe ações integradas e o reconhecimento das especificidades e necessidades dos alunos da EJA. Dessa forma, fortaleceu a invisibilização e aumentou a retirada de direitos sociais desses alunos.

As legislações e os decretos são orientações e contêm lacunas para sua execução, em especial para EJA, mas, apesar dos decretos municipais, ainda houve uma gama de entraves para a escolarização dos estudantes da EJA. Estes são sujeitos que vivem às margens das políticas públicas, são vulneráveis socialmente e com inúmeros enfrentamentos relativos ao emprego e sobrevivência, o que corrobora para a não permanência na escola. Cabe lembrarmos que estes sujeitos, majoritariamente, são pobres e trabalhadores que foram afetados drasticamente pela crise econômica e a opção do governo federal foi por não acolher os cidadãos em estado de vulnerabilidades; demorou a oferta do auxílio financeiro emergencial, e, em Uberlândia-MG, o poder público municipal não concedeu auxílio emergencial às pessoas em extrema pobreza; fatos estes que alargaram ainda mais o pouco acesso aos alimentos e em

última instância à cultura digital e às novas TICs.

O processo educativo se deu neste contexto mediante as aulas remotas e ao uso das TICs- Tecnologias de Informação como um instrumento educacional de ensino e aprendizagem. Essas tecnologias não faziam e ainda não fazem parte do cotidiano de alunos e da maioria dos profissionais da educação, o que indica fragilidade desta ação. São práticas de atividades ainda pouco utilizadas no cotidiano escolar e que nesse período se colocaram como essenciais. Deixando assim de ser uma alternativa de ampliação para um meio possível de contato educativo no processo de ensino-aprendizagem. Salientamos que os sujeitos da educação tiveram dificuldade imensa de acesso aos meios, equipamentos programas e as suas funcionalidades. Todavia, houve, uma significativa ampliação do vocabulário e das vivências cotidianas, ligadas às tecnologias e suas estruturas de funcionamento.

Para que as atividades educativas se desenvolvessem e com o intuito de favorecer o acesso a todos os educandos, as normativas regulamentaram a utilização dos PETs como atividades remotas, organizados inicialmente pelo CEMEPE e com o auxílio dos assessores e, posteriormente, pelas escolas e seus professores. Sempre com um planejamento imbuído de intencionalidades, baseado nas diretrizes curriculares municipais e articulados com os conteúdos dos anos escolares e habilidades previstos na BNCC. A EJA perdeu o foco nestes tempos, pois esta modalidade demanda um trabalho metodológico de vivências, realidades e de mais humanidade do que conteúdo do currículo centralizado e regulado, considerando que por meio dos PETs ou dos atendimentos remotos dos alunos torna-se difícil a prática mediadora do professor perante seus alunos. Os conteúdos por vezes não abrangiam as especificidades dos diferentes educandos da EJA, o que é essencial, e mais uma vez o aluno da EJA é levado a deixar os estudos.

Para estes tempos duas palavras: a **ESPERANÇA** claro do verbo esperar e como diria Paulo Freire, e uma palavra para continuar em frente: **GRATIDÃO**. **ESPERANÇA** em dias melhores, pois, o observado, no período da investigação, foi um governo que opta por não construir alicerces não somente para a educação, mas para as áreas da saúde, assistência, etc. Um governo que teima em ir na contramão da ciência. Ciência esta que busca incansavelmente uma solução para uma tragédia que acometera o mundo. O presidente brasileiro de 2020 demonstra falta de compromisso com as vidas da maioria das pessoas. A dor da perda com o medo vivenciado se cruzavam, medo pelas nossas vidas, pelas vidas dos que amamos e pelas vidas até dos que não conhecíamos.

Por inúmeras vezes e por preocupações com o aumento de número de contaminações e

número de mortes, havia mais tristeza, devido às medidas de segurança não podíamos vivenciar o luto de entes queridos ou auxiliar e amparar amigos na sua dor e perda. Víamos estarecidos o contínuo despreparado do governo, a crise política nacional parecia maior que a pandemia da COVID- 19. Quanto a **GRATIDÃO** esta é para agradecer por nos tornarmos sobreviventes destes tempos que ainda vigoram, mas agora apresenta-se ameno. Relatamos que em 2020/2021 existe a vacina não com imunização total, mas preventiva.

De maneira algum este trabalho foi fácil, pelo contrário: o não saber como tudo estava ocorrendo, pois, a cada dia havia mudanças, trouxe expectativas para perguntas que não se tinha e ainda não temos respostas. Mas, analisar, nesta conjuntura, os documentos e, ao mesmo tempo, recordar cada acontecimento em sua totalidade não foi algo simples, porém, imprescindível, pois, possibilitou anunciar elementos do futuro no presente. Elaborar algo sobre tempos tão temerosos contribuiu para ressignificar e acolher a dor e a angústia em uma construção de algo melhor. A pandemia apenas amenizou, pensamos que isso deve servir de lição para todos.

Assim, como já mencionado, decidimos por apresentar proposições com base na reflexão sobre resultados da revisão bibliográfica e da análise documental, com a finalidade de contribuir, especialmente, para processos de ação refletida com os profissionais da Escola Caminho Suave, local do estudo. As nossas proposições são ancoradas no reconhecimento de que a EJA de qualidade social é um direito social e a materialização desse direito é urgente. Recorremos às elaborações sobre Resistência Propositiva Popular por entender que essas proposições têm ancoragem nesse tipo de resistência. Dessa forma, ações propostas, compreendidas como resistência propositiva popular, podem favorecer um salto qualitativo para a EJA.

Isso porque desejar um espaço educacional de maior qualidade para a EJA, tendo em vista o cenário precário apresentado no decorrer deste texto dissertativo, requer muito mais do simplesmente resistir. Por isso, neste tópico pretendemos sinalizar dimensões importantes da ação propositiva popular e como as mesmas podem nos orientar na luta por um ensino digno, emancipatório, para os jovens e adultos. Para tanto, entendamos o que ela propõe, retomando elementos que compõem a definição da resistência propositiva popular.

A resistência propositiva popular é materializada, por exemplo, nos movimentos marcados por diversidade temática, ações coletivas e, unicidade quanto ao compromisso com o fim da barbárie. Assim, é constituída por projetos políticos pedagógicos ampliados, associados à inscrição nos discursos sociais de outras narrativas sobre experiências e compreensões acerca das relações entre as pessoas, de modo a fomentar a produção do

conhecimento sobre mundo e o autoconhecimento, a recusa da valorização dos conhecimentos acadêmicos em detrimento dos conhecimentos produzidos pelos movimentos sociais e ou por diferentes grupos sociais, opondo-se à “nova razão do mundo” neoliberal e neoconservadora. (SOUZA; NOVAIS, 2021, p. 2)

Os autores identificam e analisam ações muito significativas como, intervenções construídas coletivamente, projetos políticos pedagógicos mais amplos e declaradamente opostos à razão neoliberal, valorização de todos os conhecimentos produzidos sem exclusividade do conhecimento acadêmico. Não resta dúvidas que levando em consideração o contexto histórico da EJA de profunda desigualdade é essencial resistir aos modelos conservadores, liberais e neoliberais que assolam a educação. Ocorre que, além disso, são necessárias elaborações teórico-práticas construídas coletivamente para orientar o processo educacional. Como advoga Wallerstein “Nada poderemos fazer para superar o caos atual se não concordarmos em que a única saída viável é um sistema histórico relativamente igualitário e plenamente democrático.” (2002, p. 170). Por conseguinte, precisamos nos apropriar das experiências de formulações e lutas desenvolvidas por educadores progressistas. Essa apropriação, deve considerar o tempo todo, a radicalidade da crítica ao liberalismo e neoliberalismo e o sentido profundo de classe como identidade, luta e cultura, bem como a necessidade de continuar fortalecendo a autoria coletiva dos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, o movimento de resistência propositiva popular se vincula ao campo da educação popular (SOUZA & NOVAIS, 2021) e se contrapõe ao projeto de educação majoritária vigente no Brasil, instigando outra formação com estudantes da EJA e profissionais dessa modalidade de ensino. Para contribuir com esse processo educativo e formativo, inseridos em Movimentos de Resistência Propositiva Popular, apresentamos a seguir proposições:

1. Fomentar ações educativas e formativas presenciais elaboradas com alunos e profissionais da EJA, afastadas da ideia de que o essencial é não perder o ano letivo.

- 1.1 Criação de espaços permanentes de diagnóstico com uso da escuta ativa sobre EJA. Análise coletiva dos resultados desses diagnósticos. Elaboração, implementação e avaliação, com docentes e alunos, de ações educativas e formativas com base nos resultados dessas análises e nas demandas de estudantes e profissionais da educação.

- 1.2 Elaboração coletiva de Projeto de Ensino-Aprendizagem Complementar e Interdisciplinar, com vistas a ensinar o não ensinado, aprender o aprendido pelo outro, mediado por professores e alunos monitores da EJA. Esse projeto pressupõe

que todos estudantes possam ser monitores e alunos, a partir dos saberes de cada um.

1.3 Valorização no currículo dos conhecimentos não escolares e das vivências dos alunos da EJA, e estabelecimento de parceria entre escola e aluno para que ambos possam atravessar tempos tão adversos sem grandes danos ou pelo menos com um pouco mais de dignidade.

1.4 Incluir na EJA estudos sobre o PNE/2014/2024, a Constituição Federal/1988, o PME/2015/2025, a Lei municipal 11.444/2013 e a EC/95/2016, com vistas solicitar a implementação de políticas de Estado em rede, Inter-área e interinstitucional, com financiamento público, visando garantir o direito à educação escolar para Jovens e Adultos.

1.5 Modificar o currículo desenvolvido na EJA, de tal sorte tornando-o flexível e materializando educação com conteúdo de caráter social, prático e teórico, visando os valores humanos e saberes plurais. Isso porque, a realidade da EJA e seu desafios em tempos ditos normais exigiam transformações, e, agora, com expectativas e estratégias de aulas remotas na pandemia ou pós-pandemia aumentam a necessidade dessas transformações.

Por fim, a nosso ver, é necessária a continuidade dos estudos sobre o tema. Ainda é cedo para decretar o fim da calamidade sanitária, em contexto de crise civilizatória. Nesse contexto, nosso trabalho cumpre papel importante quando retrata experiência de EJA em tempos de pandemia, analisando atividades que foram elaboradas para os estudantes, os PETs, e legislações, bem como seus efeitos na escolarização de alunos da EJA do 9º período. Esperamos que o trabalho possa ser utilizado como fonte de novas pesquisas sobre o que ocorreu no ano de 2020, especialmente na educação de EJA, e como foram elaboradas as atividades escolares e seus usos em tempos de pandemia. Este trabalho demanda a continuidade de novas pesquisas, principalmente, considerando a relevância de compreender para intervir na escolarização desigual de alunos da EJA.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max, 1985. **Dialético do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 254 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América-latina**. SP, Contexto, 1989.
- ANDRADE, Rodrigo Coutinho. A educação de jovens e adultos no contexto do atual plano nacional de educação. **Anais V CEDUCE**, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42260>>. Acesso em: 26/10/2021
- ALVES, Nelci Moreira. **O perfil do professor da EJA**: sua formação. Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD, Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA 2010, 25p.
- ALVES, Wanderleya Magna, SILVA, Francisco Vieira da, BESSA, José Cezinaldo Rocha. Projeto interdisciplinar e desenvolvimento da aprendizagem na EJA em tempos de COVID-19: uma análise crítico-reflexiva. Universidade de Santa Cruz do Sul. **Revista Signo**, vol. 46, nº85, p. 180-192, 2021.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e cidadania**. São Paulo: RAAB, n. 11, p.9-2, abr.2001
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 19-52.
- AVELINO, W. F.; MENDES, J. G.. A realidade da educação brasileira a partir da covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 56–62, 2020.
- BARTHOLL, Timo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base**: uma investigação militante em favelas cariocas / Timo Bartholl. – Niterói: [s.n.], 2015. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2015.
- BEILLEROT, Jacky. A pesquisa: esboço de uma análise. In: ANDRÉ, Marli. **O papel da**



**pesquisa na formação e na prática dos professores.** Campinas: Papirus, 2005. p. 71-90.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva, MEDEIROS, Silvana Márcia de Andrade. O acirramento da questão social em tempos de pandemia e as condições atuais das lutas dos trabalhadores: impasses insolúveis para a consolidação do sistema universal de saúde? **Revista Humanidades e Inovação.** Edição especial: Política de Saúde e Lutas Sociais em tempos de Pandemia da Covid-19, v. 8 n. 35, p. 157-167, 2021,

BORRI, Giovanna Teixeira. **Hip-Hop:** movimento político-cultural de resistência da juventude da periferia e sua inserção nos saraus. 2015, 127 f. Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **O que é educação.** 58ª reimpressão. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2013, Coleção Primeiros Passos.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Histórias do menino que lia o mundo.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

BRASIL. BNCC, **Base Nacional Comum Curricular.** 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)> . Acesso em: 18 nov. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 set. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica.** 2020: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p. : il.

BRASIL. LDB: **Lei Federal nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.040 de 18 de agosto de 2020.** Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm)

BRASIL. **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Seção 1, p. 1.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Org.). **Revista Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998, p. 71-80.

BRUTSCHER, Volmir José. Discursos da educação popular contemporânea: encontros com Michel Foucault e Paulo Freire, João Pessoa, 2017. 250 f. : il.-. **Tese (Doutorado) – UFPB/CE,** 252p.

CABELLEIRA, Denise Mross. Comunidades de Prática: Conceitos e Reflexões para uma Estratégia de Gestão do Conhecimento. XXXI Encontro da ENANPAD. Rio de Janeiro: **Anais do ENANPAD**, 2007.

CALHÁU, M. S. A Concepção do Aluno nos Programas de EJA no Brasil. **Acoalfa Revista Eletrônica USP**, V.3, p.76-92, 2007 Disponível em <http://www.acoalfaplp.net/org/> Acesso em: 01 set. 2021.

CAMPOS, Marcelo. **Irão as favelas se tornar as vedetes do urbanismo pós-moderno**. Disponível em: [www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/03/467548.shtml](http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2010/03/467548.shtml) Acesso em: 29 mai. 2021.

CARNEIRO, Maria Helena da Silva; SANTOS, Widson Luiz Pereira dos; MOL, Gerson de Souza. Livro didático inovador e professores: uma tensão a ser vencida. Ensaio **Pesquisa em Educação em Ciências**, v.7, n.2, p.119-130. 2005.

CARLESSO, Dariane e TOMAZETTI, Elisete Medianeira. As condições de (im)possibilidade da experiência em John Dewey e Jorge Larrosa: algumas aproximações. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.75-97, jul./dez. 2011.

CARRANO, P. Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”. REVEJ@-**Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 55-67, ago.2007. NEJA-FaE-UFMG.BeloHorizonte.Agostode2007.

CELLARD A. A análise documental. In: Poupart J, Deslauriers JP, Groulx LH, Laperrère A, Mayer R, Pires AP. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.p. 295-316.

COSTA, Antônio Cláudio Moreira. **Educação de jovens e adultos no Brasil: novos programas, velhos problemas**. Disponível em:< [http://www.utp.br/cadernos\\_de\\_pesquisa/pdfs/cad\\_pesq8/4\\_educacao\\_jovens\\_cp8.pdf](http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf)>. Acesso em: 26 mai. 2021.

CONCEIÇÃO, Letícia Carneiro da. “A alternativa para o menino indesejável”: vozes e sujeitos na biopolítica da juvenilização da EJA. PPGED/UFPA, **Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015**, UFSC, Florianópolis.

CUNHA JUNIOR, Adenilson Souza et. al. Educação de jovens e adultos (EJA) no contexto da pandemia de COVID-19: cenários e dilemas em municípios baianos. **Revista Encantar - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa**, v. 2, p. 01-22, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/9357>. Acesso em: 01/12/2021.

DAYRELL, Juarez. A Escola como Espaço Sócio-Cultural In DAYRELL, Juarez. (org.). **Múltiplos Olhares Sobre Educação e Cultura**. 1.reimpr.Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 136-161.

DEPARTAMENTO      INTERSINDICAL      DE      ESTATÍSTICA      E      ESTUDOS

SOCIOECONOMICOS. **Boletim de Conjuntura**, n. 22, mai., 2020a. Disponibilidade em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura022.html.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

DI PIERRO, Maria Clara. Educação de jovens e adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 134, p. 367-391, maio-ago, 2008. doi:10.1590/S0100-15742008000200006

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, n. 18 (2), p. 113-118. 2004

ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES. 1993, Olinda. **Anais**: Olinda: 1993.

FANTINATO, M. C. et al. "Não olha para a cara da gente": ensino remoto na EJA e processos de invisibilização em contexto de pandemia. **Latino americana de Etnomatemática**, v. 13, ed. 1, p. 104-124, 2020. Disponível em: <https://www.revista.etnomatematica.org/index.php/RevLatEm/article/view/598/501>. Acesso em: 11/07/2021. <https://doi.org/10.22267/relatem.20131.44>

FELIX, Gil; Sotelo Valencia, Adrián. A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência. **Astrolabio Nueva Época**, 23, pp. 1-26, 2019.

FILHO, Alcides Alves de Souza, CASSOL, Atenuza Pires, AMORIM, Antônio Amorim. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: Avaliação de políticas públicas e Educacionais**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 718-737, jul./set. 2021

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo, Cortez: 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. rev, São Paulo: Editora UNESP, 2003.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire, 5 anos depois**: um legado de esperança. Disponível em: <http://www.forumeducação.hpg.ig.com.br/ecopedagogia/PauloFreire5.htm>. Acesso em: 31 mai. 2021

GERMANO, José Wellington, **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 5.ed. São Paulo: Cortez. 2011.

GUEDES, Edson Carvalho. Alteridade e diálogo: uma meta-arqueologia da educação a partir

de Emmanuel Lévinas e Paulo Freire. 2007. 182f. **Tese (Doutorado)** – João Pessoa: UFPB/Centro de Educação, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A Geografia está em crise. Viva a Geografia! Comunicação apresentada no 3.º Encontro Nacional de Geógrafos, julho de 1978, originalmente publicada no **Boletim Paulista de Geografia** 55, novembro de 1978.

GONÇALVES, Leticia Fernanda. **As TDICs na EJA: contribuições em teses e dissertações da CAPES**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14744>.

GONZAGUINHA. **O que é o que é**. São Paulo, Continental, 1988, 4m17s.

GUZZO, Raquel Souza Lobo; EUZEBIOS FILHO, Antônio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. **Escritos educacionais**, Ibitité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005.

HADDAD, Sérgio. & DI PIERRO, Maria Clara. Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. São Paulo: **Ação Educativa**, 1999 (Paper).

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In.: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 135-163.

HINGEL, Murilo de Avellar. Discurso de Abertura. In.: MEC-INEP-SEF/UNESCO, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, (**Anais**), Brasília, 1994, 381p.  
Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002815.pdf> Acesso em 02 set. 2021.  
<http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/reciboEncerramentoAnoEscolar/Reciboencerramento.pdf>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS [INEP]. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018. Brasília: **INEP**, 2019. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/notas\\_e\\_statisticas\\_censo\\_escolar\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_e_statisticas_censo_escolar_2020.pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (**INEP**). Panorama da educação: destaques do educationatglance 2021. Brasília, MEC, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>. Acesso em set. 2021.

JORGE, Céuli Mariano Sandra, GARCIA, Regina de Oliveira. A invisibilidade da EJA na BNCC: reprodução da estrutura social excludente. Congresso Internacional Ensino Médio e Educação Integral na América Latina. **Santa Cruz do Sul**, v.1 n.1, mar. 2021.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. Duas décadas de LDB 9.394/96: gênese, (des)caminhos, influência internacional e legado. **Revista Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 21, n. 3, 2018, p. 53-65

LARROSA-BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. **Aprendendo a pensar**. Petrópolis: Vozes, 1977.

LOVISON, A. M., CAMARA, G. D. Outra mente que ser: revolvendo questões à luz da pedagogia do oprimido. **Revista Veritas**, Porto Alegre, v. 53, nº2, 2008, p. 7-17. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2008.2.4454>

LOPES, E. J.; AMORIM, R. M. (orgs.). **Paulo Freire: culturas, ética e subjetividades no ensinar e aprender**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

MACHADO, Maria Margarida. A prática e a formação de professores na EJA: uma análise de dissertações e teses produzidas no período de 1986 a 1998. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambu. **Trabalhos apresentados**. São Paulo: ANPED, 2000

\_\_\_\_\_. A trajetória da EJA na década de 90: políticas públicas sendo substituídas por solidariedade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 21, 1998, Caxambu. **Trabalhos apresentados**. São Paulo: ANPED, 1998.

MACHADO, S. S. B. da C.; COSTA, G. dos S.; MALLOWS, D.; COSTA, P. L. S. Indagações na/com a EJA no contexto de pandemia: uma experiência em círculos de cultura digitais. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 45, p. 1-20, 2021.

MALANCHEN J. **A pedagogia histórico-crítica e o currículo: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais** [tese]. Araraquara (SP): Universidade Estadual Paulista; 2014, 234p.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Proposições**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 45-62, Dec. 2014 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072014000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 mar. 2021.

MENEZES, Mônica Clementino de; JÚNIOR, Adenilson Souza Cunha; NASCIMENTO, Marinês Luz da Silva. Alfabetização de jovens e adultos na conjuntura atual: um diálogo reflexivo com as políticas públicas dos últimos dois anos. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, 2021.

MESQUITA, Roberto Melo. **Gramática da Língua Portuguesa**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais -SEE/MG, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Parâmetros curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa, (1996). Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação & Realidade**, v. 21 nº 1, p. 9-23.

MOURA, Gersa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos da Geografia**, p. 22-40, 2009.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). In: **Diálogos**. Maringá: UEM, 2002. v.2. n.6, p. 41-59.

NASCIMENTO, C.T.B. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

NAVES, Márcio Bilharinho. Democracia e dominação da classe burguesa, In: **Revista Crítica Marxista**, v.4, p. 58-66, 1997

NEVES, L. M. W. As massas trabalhadoras começam a participar do banquete, mas o cardápio é escolhido à sua revelia, ou democracia e educação escolar nos anos iniciais do século XXI. In: **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 163-174.

NETO, Alberto Lopo Montalvão et al. “A Educação de Jovens e Adultos em um cenário de pandemia: reflexões docentes.” *South American Journal of Basic Education, Technical and Technological*, 2021, 352-369p.

OLIVEIRA, Dalila Andrade, JÚNIOR, Edmilson Antônio Pereira. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. Belo Horizonte: **Relatório Técnico**, GESTRADO/UFMG, 2020. p. 719-734.

OLIVEIRA, Maria da Conceição Cédro Vilas Bôas de, COSTA, Graça dos Santos. A juvenilização da educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades curriculares. **Revista Práxis Educacional**, Edição v. 16 n. 42, 2020, out/dez, p. 48-77.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987

LIMA, Walkíria dos Reis, PIRES, Luciene Lima de Assis, dos Reis Lima, SOUZA, Paulo Henrique. A Educação de Jovens e adultos: o educando e o contexto da pandemia. **Itinerarius Reflectionis**, 16(1), p. 01–20, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5216/rir.v16i1.65616>

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade no ensino. **Interface**, v. 2, n. 2, 1998, p. 173-182.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana In: Ceceña, Ana Esther (org.). **De los saberes de ladominacion y de laemancipación**. Buenos Aires: Consejo, 2008. p. 37-52.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Mário Godoy Castanho, 2020.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Diário de classe**. 5ª. Edição. Ilustrações de Cláudia Scatamacchia. São Paulo: Moderna, 1992.

RACIONAIS MCS. **A vida é desafio**. São Paulo, Cosa Nostra: 2006. 1 CD

RIBEIRO, Tiago; SKLIAR, Carlos. Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. **Série-Estudos-Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB**, 2020, p.13-30.

SANTANA, Cláudia Silva. Avaliação Mediadora no Processo de Ensino e Aprendizagem de Jovens e Adultos. 2018. 146 f. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, 2018.

SANTOS, Elyane Thayara Souza. O Conselho Municipal de Educação de Uberlândia (2015-2019): participação na democratização do ensino municipal. 2020. 111 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.565>

SANTOS, Maria Clara Pereira. Uma análise introdutória sobre a LDB e sua relação com o neoliberalismo. In: **A gestão da educação brasileira políticas e programas**. Org. Alda Maria Duarte Araújo Castro, Maria Inês Sucupira Stamatto. – Natal, RN, EDUFRN, 2015, p. 65-100.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Nobel: 1998.

SANTOS, R. J. Pesquisa empírica e trabalho de campo: algumas questões acerca do conhecimento geográfico. **Sociedade & Natureza**, v. 11, n. 21/22, 10 dez. ,111-125, 2014

SAUL, Ana Maria; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. O legado de Paulo Freire para as políticas de currículo e para a formação de educadores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 223-244, jan./abr. 2009.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - **CEMEPE**. Diretrizes Curriculares Municipais da Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/DCMs-EJA.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - **CEMEPE**. Planos de estudos tutorados:

Educação Especial. Uberlândia/MG, 2020. Texto Digitado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - **CEMEPE**. Orientações aos profissionais para o trabalho junto aos estudantes público da Educação Especial. Uberlândia/MG, 2020. Texto Digitado.

SILVA, Alessandra Maria Inácio Dantas da; SILVA, Cleonice Duarte da. **A autoestima como mediação: uma proposta para diminuir a interrupção do processo formativo escolar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos-EJA**. Trabalho de conclusão de curso de especialização, UNB, 2014.

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas. **Tese de Doutorado**, São Paulo: PUC-SP, 2004, 405p.

SILVA, Francisco Canindé da; SAMPAIO, Marisa Narcizo. Cinquentenário das "40 horas de Angicos": memória presente na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. [online]. 2015, vol. 20, n. 63, p. 925-947. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782015000400925&script=sci\\_abstract&tlng=p](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141324782015000400925&script=sci_abstract&tlng=p) t. Acesso em: 06 jul. 2021.

SILVA, M.L; SILVA, R.A. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do COVID19**: Impactos e reflexões. Observatório socioeconômico da COVID-19. Universidade Federal de Santa Maria, 2020.

SILVA, Natalino Neves Da. **Juventude negra na EJA**: o direito à diferença. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010

SILVA, T. T. Currículo e identidade social. Trabalho apresentado na XVIII Reunião Anual da **ANPED**, Caxambu, 1995

SOARES, Leôncio. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Magda, **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 11.ed. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA, Josimar dos Reis de, SOUZA, Tatiana Silva, SOARES, Beatriz Ribeiro. Geografia e Covid-19: reflexões a partir da evolução da pandemia em Uberlândia, Brasil. **I Congresso Latino-americano de Desenvolvimento Sustentável Pós-pandemia**: Como será o mundo depois da crise? 26-28 de mai. 2021, 801-815p.

SOUZA, Gilvan Santos, MENEZES, Mônica Clementino. **Educação de Jovens e Adultos (EJA) em tempos de pandemia da covid-19**: reflexões sobre o cenário exclusão e abandono. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, Vol. 8, nº 12, 2021, 1 – 16 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**. Um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

SOUZA, Taise Caroline Longuinho. Direito à educação do jovem na EJA: a intervenção



didática em direitos humanos. 2017. 135f. **Dissertação (Mestrado)** Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2017.

SOUZA, Tiago Zânqueta; NOVAIS, Gercina Santana. COLONIALISMO E COLONIALIDADE NA EDUCAÇÃO: DA DENÚNCIA AO ANÚNCIO DA RESISTÊNCIA PROPOSITIVA POPULAR. **Revista Debates Em Educação**. Vol. 13 | Nº. 31 | Jan./Abr. | 2021.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A resistência propositiva popular nos contextos escolares e não escolares. In: **40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021, Belém. 40ª Reunião Nacional da ANPEd, 2021.

TOURRAINE, Alain. **Um novo paradigma, para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2007.

UBERLÂNDIA. **Decreto Nº 14.045, de 03 de maio de 2013**. Dispõe sobre o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos nas escolas municipais de Uberlândia e revoga os decretos nº12.346 de 21 de julho de 2010 e 12.610 de 22 de dezembro de 2010.

UBERLÂNDIA. **Decreto Nº 18.544, de 17 de março de 2020**. Institui o Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos - PMAJA da educação não formal nas escolas municipais de Uberlândia e revoga o decreto nº 12.623, de 5 de janeiro de 2011.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Educação. **Resolução 001 de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação para a oferta de regime especial de atividades não presenciais, e institui o regime especial de trabalho remoto nas escolas da rede municipal de ensino, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), para o cumprimento da carga horária mínima exigida. Disponível em: <http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/5877.pdf>. Acesso em: 03 agost. 2020.

UBERLÂNDIA. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Banco de Dados Integrados. Ano 2017. Ano Base 2016, vol. II. 2017. Disponível em: [http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/17810.pdf](http://servicos.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/17810.pdf). Acesso em: 30 set. 2021.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 Novais e Mendonça 200 na Educação. **CENPEC Educação 2021**. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/medi\\_a/14026/file/cenario-da-exclusaoescolar-no-brasil.pdf](https://www.unicef.org/brazil/medi_a/14026/file/cenario-da-exclusaoescolar-no-brasil.pdf). Acesso em 12 out. 2021. <https://portalescola.uberlandia.mg.gov.br/home>

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. “**COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada**”. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (orgs.). Pandemias e pandemônio no Brasil. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.

### APÊNDICE 1\_ Ficha de Análise Preliminar.

DOCUMENTO SEMANALISE	TIPO DE DOCUMENTO	CONTEXTO: CONJUNTURA POLÍTICA, ECONÔMICA, SOCIAL E CULTURAL DA PRODUÇÃO DO DOCUMENTO	AUTORIA	AUTENTICIDADE E CONFIABILIDADE (ORIGEM SOCIAL, PROCEDÊNCIA RELAÇÃO ENTRE OS AUTORES E O QUE ELES DESCREVEM)	NATUREZA DO TEXTO	CONCEITOS- CHAVE E LÓGICA INTERNA CONCEITOS – IMPORTÂNCIA E SENTIDO	COMENTÁRIOS
<b>Lei-LDB-9.394/96</b> - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	<p>Públicos. Oficiais. É um documento legal que regulamenta e normatiza a educação de forma geral e em suas especificidades aqui temos ênfase na EJA. É a legislação que regulamenta o sistema educacional tanto público como privado do Brasil, desde a educação básica ao ensino</p>	<p>A lei foi criada no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O viés político do governo era claramente neoliberal, tendo sido realizada uma série de privatizações é um ataque evidente aos direitos sociais e trabalhistas garantidos na Constituição de 1988 (BARBOSA, 2017). A educação brasileira nesse período foi bastante afetada pelas políticas neoliberais. A perspectiva neoliberal para a educação é que ela precisa dar retorno imediato dos investimentos feitos (racionalidade estritamente de mercado). A formação para a cidadania é substituída para a formação para o mercado e os</p>	<p>Governo Federal - MEC</p> <p>A autoria da Lei foi do então Senador Darcy Ribeiro designado também para ser o relator da mesma no Senado federal após</p>	<p>São documentos publicados nos diários oficiais e estão acessíveis em sites oficiais dos governos.</p> <p>Votado no Congresso. Sancionada pelo presidente e publicada no Diário Oficial.</p>	<p><b>Jurídico:</b> legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a educação e seu contexto. Educação de jovens e adultos, acesso à educação, trabalhadores, gratuidade.</p>	<p>São leis criadas para a regulamentação, instrução, diretrizes autorizações e organização da educação.</p>	<p>Constatamos por meio da análise deste documento uma abordagem superficial em relação à EJA, através de uma leitura é possível perceber no documento na seção em relação ao ensino de jovens e adultos em que é abordada contempla apenas a quem será destinado essa modalidade de</p>

	superior.	investimentos na educação foram ainda mais reduzidos nesse período.	dois anos de embates entre educadores, sociedade civil e o Congresso Nacional. Representou efetivamente um retrocesso para a educação pública e gratuita.				ensino, sua gratuidade e o fato de que o Poder Público estimulará a permanência desse estudante na escola. Esta última parte que precisava ser pormenorizada na lei, apenas é citada.
<b>LEI 14.040/2020</b>	Públicos. Oficiais. É um documento legal estabelece normas educacionais excepcionais para período de calamidade pública.	As análises se referem ao ano de 2020. Tendo como governo o presidente em seu primeiro mandato o então deputado Jair Messias Bolsonaro. Também em seu primeiro mandato o então governador de Minas Gerais Romeu Zema; Como prefeito o Odelmo Leão Carneiro em seu 3º mandato não consecutivo chegando ao 4º também em 2020 ano eleitoral. No ano de 2020 o mundo vivenciou uma crise epidemiológica considerada uma pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 denominada COVID-19 sendo uma infecção respiratória aguda que provocou internações graves e mortes atingindo até o momento 3mil mortes.	Governo federal MEC,	São documentos publicados nos diários oficiais e estão acessíveis em sites oficiais dos governos. Levam a assinatura dos atuais gestores de cada autarquia	<b>Jurídico:</b> legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a educação e seu contexto	Elaboram diretrizes em caráter excepcional durante o estado de calamidade pública pandemia. Delibera sobre o calendário e o cumprimento da carga horária mínima anual estabelecida e as atividades pedagógicas não presenciais.	O documento de deliberação da não obrigatoriedade dos dias letivos validando a carga horária do aluno.

<p><b>Pareceres CNE/CP nº5/2020</b></p>	<p>Públicos. Oficiais. É um documento legal estabelece normas educacionais excepcionais para período de calamidade pública.</p>	<p>Nesta fase foi implementado o ensino remoto educacional no país. Foram necessárias as tomadas de medidas que resguardassem a educação, neste intuito o governo fez publicações, deliberações e normativas a títulos nos três poderes que sustentassem a base legal para a o funcionamento da área educacional. Nos primeiros meses de 2020 foi sentida uma queda nas atividades econômicas em virtude do isolamento social iniciado em março no Brasil. As medidas consistiram em fechamento de comércios, trabalho home Office, redução da jornada de trabalho, diminuição de exportações, dentre outras. Cabe ressaltar que o Brasil no início de 2020 ainda sentia (sobretudo as classes populares) os efeitos de uma crise econômica iniciada em 2014 e parcialmente superada em 2017. A partir dos meses de abril e maio, a recessão econômica aumentou e embora tenha se implantado como medida governamental, o auxílio emergencial, este foi claramente insuficiente para alavancar a economia. A educação brasileira que até então, enfrentava sérios problemas que a tornava extremamente precária, ficou em situação ainda mais vulnerável e de um lado as escolas não estavam equipadas para comportar o ensino remoto, de outro não havia capacitação dos professores para lidar com essa nova realidade. (SILVA; SILVA, 2020)</p>	<p>Conselho Pleno e Conselho Nacional de Educação</p>	<p>Documento publicado e assinado pelos membros do conselho pleno e conselho nacional de educação respaldado pelo MEC</p>	<p>Trata de um parecer homologado e publicado no D.O.U. quanto a reorganização do calendário Escolar e da possibilidade de computo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19</p>	<p>Emergência, pandemia, COVID-19, reorganizar, normas excepcionais, minimizar impactos,</p>	<p>Excepcionalmente o calendário escolar aos dispensar da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias efetivo de trabalho escolar desde que cumprida a carga horária mínima anual.</p>
<p><b>CNE/CP nº11/2020.</b></p>			<p>Conselho Pleno e Conselho Nacional de Educação, Undime MEC.</p>	<p>Documento publicado e assinado pelos membros do conselho pleno e conselho nacional de educação auxiliado pela Undime, MEC</p>	<p>O parecer orienta a Educação para realização de aulas e atividades Pedagógicas Presenciais e não presenciais no contexto da pandemia.</p>	<p>Atividades pedagógicas presenciais e não presenciais, pandemia,</p>	<p>O documento salienta que vários elementos podem impactar o processo de ensino-aprendizagem remoto no período da pandemia. Alguns são fundamentais abordamos devido aos objetivos dessa pesquisa, tais como: as diferenças observadas entre os alunos de uma mesma escola em virtude de sua capacidade de adaptação, habilidades para aprender de um modo mais autônomo; as</p>

							diferenças entre os estudantes que possuem acesso ou não à internet. Em relação às especificidades da EJA, o parecer não traz nada a respeito.
<b>Resoluções de CEE/MG nº474/2020</b>	Público oficiais. Documento que reorganiza os calendários escolares do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais, devido à pandemia COVID-19, estabelece a possibilidade de carga horária mínima mediante algumas alternativas. Estabelece também as atividades escolares que podem ser desenvolvidas, bem como os critérios para sua validação.		Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais	Documento publicado no Diário Oficial do Estado/MG e assinado pelo presidente do Conselho Hέλvio de Avelar Teixeira.	<b>Jurídico:</b> legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a educação e seu contexto	Calendário escolar, pandemia COVID-19, carga horária mínima, critérios para validação de atividades, atividades a serem desenvolvidas.	Em virtude da pandemia do COVID-19 o documento em questão abre o precedente para redução da carga horária escolar anual conforme instrução no Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020.

<p><b>Resolução SEE nº 4.329/2020 e nº 4.336/2020</b></p>	<p><b>Público oficial</b> O documento 4.329/2020 institui o regime de Teletrabalho para os servidores lotados e em exercício nas escolas públicas do Estado Minas Gerais. Os servidores seguirão como parâmetro para controle de suas atividades de trabalho o Anexo IV (Plano de Trabalho Individual) e o Anexo V (Relatório de Atividades) A resolução nº 4.336/2020 voltada para o estudante, trata da realização dos PETs pelo mesmo de todos os componentes curriculares. A entrega desse material se dará no mês seguinte a realização de cada PET ou, caso haja impossibilidade de realizar essa entrega, o aluno poderá devolvê-los no retorno às aulas presenciais. O</p>		<p>Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.</p>	<p>Documentos publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.</p>	<p><b>Jurídico:</b> legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a educação e seu contexto</p>	<p>Teletrabalho, Anexo IV, Anexo V, validação da carga horária do servidor, validação da carga horária do aluno, PET.</p>	<p>Os documentos Anexo IV e Anexo V foram elaborados para detalhamento do trabalho do professor e validação da carga horária trabalhada em regime de teletrabalho. O PET é o material didático produzido mensalmente e sua realização garante a validação da carga horária do aluno. Cabe ressaltar que foram nestes documentos que a SME se baseou para a elaboração de suas próprias instruções e modelos.</p>
---	--	--	--	---	---	---	--

	objetivo de realização dos planos de estudo é computar a carga horária do estudante.					
<b>Decretos Municipais nº18.550 de 19 de 03 de 2020 e suas alterações em nº18.553 de 20 de março de 2020 e alterações em nº18.583 de 13 de abril de 2020.</b>	<p>Público. O decreto nº 18.550 estabelece medidas de enfrentamento ao coronavírus a serem realizadas pela Administração Pública Municipal. Um dos pontos que nos interessa diretamente para fins dessa pesquisa é a determinação, no caso das escolas municipais, do regime de teletrabalho para seus professores. Já o decreto nº 18.553 declara situação de emergência no município de Uberlândia e acrescenta medidas de enfrentamento ao novo coronavírus, sobretudo ligadas ao</p>	Prefeitura Municipal de Uberlândia Odelmo Leão Carneiro	Documento oficial publicado no Diário oficial do Município	E um decreto que dispõe acerca de medidas temporárias de prevenção ao coronavírus COVID-19. Em seu segundo decreto complementa com o a declaração de situação de emergência no município e define outras medidas para o enfrentamento a pandemia. No mês seguinte abril ele declara em novo decreto o Estado de calamidade Pública no Município em decorrência da pandemia.	Emergência, enfrentamento, distanciamento, recomendações, medidas, COVID-19	De acordo com o decreto fica estabelecido as restrições nos atendimentos a repartições públicas visando a redução da disseminação do vírus. Mantendo nas instituições escolares apenas o funcionamento administrativo com restrição de pessoal e horário distinto de trabalho para os servidores com revezamento.

	atendimento/função dos sistemas de saúde do município. O decreto 18583 fica declarado o estado de calamidade pública do município.						
<b>Resolução da SME 001/2020</b>	Públicos. Oficiais. É um documento legal estabelece normas educacionais do regime de trabalho remoto para a rede Municipal de educação no período de calamidade pública, em decorrência da pandemia.	Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia/MG.	Documento publicado no Diário Oficial do Município da Prefeitura Municipal de Uberlândia Assinado pela secretaria de Educação Tânia Maria Toledo.	Jurídico: legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a educação e seu contexto	Regime especial de atividades não presenciais, pandemia, carga horária mínima exigida.	A resolução traz o Anexo III e V para o estudante da EJA registrar suas atividades dos PETS e ter sua carga horária validada e outro para os professores fazerem o registro de seu trabalho os mesmos serão analisados.	
<b>Ofício Circular 3962/19//08/2020 complementen</b>	Oficiais É um documento legal orienta as escolas aproveitamento	Coordenador de Inspeção Escolar, secretaria de	Documento circulado internamente no âmbito da Secretaria municipal de Educação destinado	Ofício e legislações, orientações, normativas que regem, autorizam e deliberam sobre a	Comprovação, registro das Atividades pedagógicas não presenciais, carga	O documento orienta o registro dos professores de todas as atividades efetuadas pelo	



to 4555/29/09/ 2020	escolar do aluno e conclusão do semestre excepcionais para período pandemia é calamidade pública		educação.	as escolas com modalidade de ensino EJA 9º período que compõem a rede municipal de ensino de Uberlândia.	educação e seu contexto	horária, pandemia COVID-19, PET (Plano de Estudos Tutorado), Anexo IV.	estudante no período remoto e considerar o período presencial antes da pandemia para aproveitamento e promoção a especificamente dos estudantes da EJA que estavam no 9º período no 1º semestre de 2020.
DCM	Público oficiais As Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia (DCMs) consistem em um direcionamento teórico e metodológico de toda uma trajetória que já acontece e que ainda está por vir. A intenção deste documento não é oferecer respostas prontas e irrefutáveis sobre a Educação Escolar, pois se trata de um universo dotado de grande complexidade, não cabendo apenas um ponto de vista	O início da elaboração desse documento foi no ano de 2016 e sua formulação completa deu-se no ano de 2020. O cenário político do ano de 2016 (ano eleitoral) foi de mudança do chefe do executivo. O então prefeito Gilmar Machado (2013-2016) não foi reeleito e Odeldo Leão vence as eleições de 2016. Neste ano (2016) havia uma tentativa de tornar a educação municipal mais democrática e participativa. Houve avanços que inclusive resultaram no documento em análise. Apesar disso, prevaleciam no ensino políticas minimalistas, baixos investimentos, que impediram qualquer avanço das políticas públicas voltadas à educação. (SANTOS, 2020). De acordo com os dados divulgados pelo INEP no ano de 2006 (ano de implantação da EJA na rede municipal de Uberlândia) havia 4155 alunos, em 2016, ano que se iniciaram os trabalhos que culminariam nos DCMs haviam 1897 alunos. (UBERLÂNDIA, 2017)	CEMEPE – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Juliete Diniz.	Documento publicado no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Disponível em: <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/educacao/diretrizes-curriculares-municipais/</a>	<b>Pedagógico:</b> o documento elabora direcionamentos teóricos metodológicos acerca da educação escolar no âmbito da rede municipal de ensino do município de Uberlândia.	Ensino, jovens e adultos, construção, currículo.	Dos seis volumes que compõem os DCMs, o que trata especificamente da educação de jovens e adultos é o volume 6. Este volume procura articular as necessidades e especificidades da EJA orientados pela perspectiva de Paulo Freire com o objetivo de formar sujeitos livres na educação de jovens e adultos.

PPP	Público oficial. É um documento teórico metodológico da Escola pertence ao acervo pedagógico.	As análises se referem ao ano de 2020. Tendo como governo o presidente em seu primeiro mandato o então deputado Jair Messias Bolsonaro. Também em seu primeiro mandato o então governador de Minas Gerais Romeu Zema; Como prefeito o Odeldo Leão Carneiro em seu 3º mandato não consecutivo chegando ao 4º também em 2020 ano eleitoral. As políticas públicas voltadas à educação dos três governos citados são praticamente inexistentes. Prevalece a perspectiva neoliberal e os investimentos em educação representam uma ínfima parte do PIB. (AVELINO; MENDES, 2020) No ano de 2020 o mundo todo perpassou por uma crise epidemiológica considera pandemia causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 intitulada como COVID-19 sendo uma infecção respiratória aguda que provocou internações graves e mortes atingindo até o momento 3mil mortes. Nesta fase foi implementado o ensino remoto educacional no país. Foram necessárias as tomadas de medidas que resguardassem a educação, neste intuito o governo fez publicações, deliberações e normativas a títulos dos três poderes que sustentassem a base legal para a o funcionamento da área educacional.	Comunidade Escolar composta por pais, alunos, professores, funcionários administrativos.	É um documento Público arquivado nas escolas assinado por Diretora escolar vigente, o inspetor escolar, a coordenação da inspeção escolar, a secretaria municipal de Educação e aprovado pela superintendência Regional de Ensino.	Político Pedagógico. Finalidade de dialogar em função de mudanças e ações como propostas pedagógicas para a instituição. Neste período de pandemia o PPP perpassou por mudanças para adequações ao novo contexto escolar incluindo assim a EJA. Para tanto foi acrescentado ao mesmo uma minuta regulamentando o regime de estudos remotos por meio dos PETS viabilizando o cumprimento da carga horária mínima exigida nos planos curriculares.	Planejamento democrático e participativo na construção do contexto pedagógico e teórico metodológico. A participação de toda comunidade por meio de uma gestão democrática, bem como seu compromisso com a formação cidadã, processo ensino aprendizagem.	O PPP organiza e integra de forma conjunta com a comunidade escolar o processo democrático e participativo na construção de diretrizes pedagógicas da prática educativa. O PPP documento escolhido relata também a história da escola representa a propostas pedagógicas em todos os níveis de ensino e sua parceria com a comunidade e trabalho colaborativo. Trata da EJA como modalidade de ensino sem muita ênfase específica.
Regimento escolar	Público Oficial. É um documento teórico da Escola pertence ao acervo Estrutural da escola contem suas normatizações externas e internas. O documento	O documento sofreu alterações no ano de 2020 devido pandemia causado pelo coronavírus SARS-CoV-2 intitulada como COVID-19 sendo uma infecção respiratória aguda que provocou internações graves e mortes atingindo até o momento 3mil mortes. Nesta fase foi implementado o ensino remoto educacional no país. Foram necessárias as	Comunidade Escolar composta por pais, alunos, professores, funcionários administrativos e inspeção	É um documento Público arquivado nas escolas, assinado pela Diretora escolar vigente, o inspetor escolar, a coordenação da inspeção escolar, a Secretaria municipal	É um documento Político Pedagógico, estrutural que delibera sobre a funcionalidade e a normatização das etapas educacionais desta instituição. Garante aos	Institui normatizações, princípios e legislação dos fins das etapas educação Básica e seu atendimento na instituição. Direitos e deveres	O Regimento regulamenta e constitui direitos e deveres para toda sua comunidade escola. Delibera sobre a educação Básica e suas etapas atendidas na instituição e como

	estrutura de forma legal as leis e regimentos da instituição e suas deliberações e atribuições da educação sobre todo o quadro de funcionários e estudantes.	tomadas de medidas que resguardassem a educação, neste intuito o governo fez publicações, deliberações e normativas a títulos nos três poderes que sustentassem a base legal para o funcionamento da área educacional.	escolar e secretaria Municipal de educação.	de Educação e aprovado pela superintendência Regional de Ensino.	educandos e educadores seus direitos e deveres perante a instituição e a comunidade. Ele se estrutura em títulos capítulos e sessões dos princípios da educação.	da educação bem como seus objetivos, funcionalidades organização de toda comunidade escolar.	ela se constitui em quais modalidades. Traça seu perfil e estabelece o cumprimento de normas e regras para o bom funcionamento legal da escola.
PETs ABRIL	Os PETS se classificam como planos de cunho pedagógico que auxilia os professores na elaboração das Atividades dos alunos em consonâncias com as diretrizes curriculares e a BNCC. Os PETS são atividades pedagógicas para os alunos elaboradas pelos professores mediante o seu plano de estudo tutorado.	As atividades tiveram início em abril 2020. Ano em que se instalou uma crise epidemiológica considera pandemia causado pelo coronavírus SARS-CoV-2 intitulada como COVID-19. OMS decreta como medida de prevenção a saúde e contenção as contaminações ao vírus o isolamento social se fazendo necessário o distanciamento social. No contexto do ano de 2020 Brasil passa por uma situação de agravamento cada vez maior da doença e o aumento no número de mortes. Há neste período no Brasil uma crise política em seus ministérios o ministério da saúde, da educação e da justiça são três autarquias que neste período tem os olhos dos brasileiros votados a eles devido suas relevâncias e responsabilidades.	Assessoria Pedagógica do CEMEPE, Analistas Pedagógicas das Escolas e Professores da Rede Municipal.	São documentos publicados como modelos no diário oficial da PMU na normativa 001/2020 e podem ser acessados no portal da prefeitura no Escola em casa <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br">https://www.uberlandia.mg.gov.br</a> . Por serem atividades ficaram disponibilizadas no decorrer do ano escolar 2020. Sua confiabilidade está respaldada por se tratar de algo público, porém não arquivado.	São instrumentos de atividades educacionais que visam permitir aos estudantes em tempos de pandemia repor sua carga horária escolar fora da unidade escolar por meio dos PETs atividades autoinstrucionais.	PETs, atividades, coronavirus. COVID-19, Distanciamento, prevenção, vacina, pandemia, grupo de risco, elaborado	As atividades inicialmente eram apenas do CEMEPE os professores enviavam aos analistas que estruturavam e remetia ao CEMEPE. Primeiro momento os alunos retiravam as atividades pelo portal os alunos que não tinham condições de imprimir podiam buscar as atividades nas escolas quinzenalmente em dois dias da semana terça e quarta.
PETs MAIO	São atividades correspondentes a carga horaria semanal do estudante de acordo	A conjuntura política nacional também afeta de maneira grandiosa o ministério da educação e suas instabilidades e troca de ministros em meio à crise agravam a estabilidade do ministério.	Assessoria Pedagógica do CEMEPE, Analistas	Sua autenticidade está na confiabilidade e no nome de seus autores por serem produzidos por uma	São instrumentos de atividades educacionais que visam permitir aos estudantes em	Leitura, interpretação, charge, tirinhas, pandemia, questões,	No site da prefeitura na plataforma “ESCOLA EM CASA” onde podiam ser impressos. Para

	com sua disciplina.	O governo municipal providencia mediante a secretaria municipal de educação a abertura no site da prefeitura a plataforma “ESCOLA EM CASA” Como medida de auxílio aos estudantes.	Pedagógicas das Escolas e Professores da Rede Municipal.	equipe de assessoria pedagógica e professores.	tempos de pandemia repor sua carga horaria escolar fora da unidade escolar por meio dos PETs atividades autoinstrucionais	identifique.	os alunos que não tivessem condições os mesmos continuavam a serem disponibilizados na escola.
PETs JUNHO	Os PETs são instrumentos para a composição da carga horária de cada aluno. O que fará a validação de seu ano escolar não sendo apresentado em dias letivos, mas em horas.	Com o aumento de casos e contaminações das doenças as medidas de restrições se mantêm e a suspensão das aulas são prorrogadas como medida de proteção a vida.	Assessoria Pedagógica do CEMEPE, Analistas Pedagógicas das Escolas e Professores da Rede Municipal e atividades dos professores da escola.	Sua autenticidade está na confiabilidade e no nome de seus autores por serem produzidos por uma equipe de assessoria pedagógica e professores.	São atividades didáticas pedagógicas voltadas para o planejamento das práticas educativas dos alunos. Viabiliza sua aprendizagem num contexto de pandemia na busca da permanência e continuidade dos estudos de cada educando.	Videoaula, biodiversidade, probabilidade, isolamento social, cultura da paz, dança, movimento, tecnologia, memória	Assim além da plataforma do programa “ESCOLA EM CASA” disponibilizado no site da PMU o governo Municipal faz uma parceria com a rede de televisão na busca de ampliar o número de alunos da educação e cria a transmissão do programa de TV com a vídeo- aulas <a href="https://portalescola.uberlandia.mg.gov.br/home">https://portalescola.uberlandia.mg.gov.br/home</a>
PETs JULHO	O PETs é considerado a carga horária do aluno como instrumento para sua aprovação e lograrão para o ano seguinte	Em julho de 2020 mais uma troca de ministro na educação agora com Milton Ribeiro atual ministro, que em suas falas em redes nacionais demonstra uma apatia sobre a educação para todos. Exclui de forma grotesca em seus discursos os “menos favorecidos e deficientes” com frases pejorativas.	Assessoria Pedagógica do CEMEPE, Analistas Pedagógicas das Escolas e Professores da Rede Municipal e atividades dos professores da escola.	Sua autenticidade está na confiabilidade e no nome de seus autores por serem produzidos por uma equipe de assessoria pedagógica e professores. Gravações podem ser vistas por todos.	Tais atividades associam as vídeo aulas e os PETs, trazendo possibilidades para a aprendizagem de seus educandos de maneira autoinstrucional para viabilizar a sua conclusão.	Videoaula, cultura da paz, Globalização, diversidade, cuidados, identidade, trabalho, consumo	Ao analisar as atividades podemos identificar elementos que fazem os estudantes refletirem e questionar o momento atual vivenciado por eles. Como eles se encontram neste contexto. Como exemplos têm: Carlos Drummond de Andrade e Gabriel

							Pensador/Mauricio Pacheco.
PETs AGOSTO	Os PETs são compostos agora por conteúdos que estão nas aulas da TV todos os documentos estão interligados pelos planejamentos	Este foi um período político de ansiedade para os brasileiros que aguardam temerosos por uma vacina, mas as crises políticas ainda não são sanadas e impede estes acontecimentos.	Assessoria Pedagógica do CEMEPE, Analistas Pedagógicas das Escolas e Professores da Rede Municipal e atividades dos professores da escola.	Sua autenticidade está na confiabilidade e no nome de seus autores por serem produzidos por uma equipe de assessoria pedagógica e professores.	O PETs traz em seu contexto de atividades os conteúdos programáticos das diretrizes curriculares e da BNCC, no entanto os professores articulam suas prática pedagógica com a atualidade e contexto mundial ao qual está se passando o mundo todo. São aprendizagem	Tecnologia, trabalho, reciclagem, revisão, vida, memórias, populações, valorização humana, cidadania	Os PETs elaborados trabalharam com revisões.
PET FINAL	O PET final são atividades que permitiram ao estudante da EJA que, porventura não tenha conseguido realizar todas as suas atividades no decorrer do semestre, fazê-lo de forma a complementar a reposição da sua carga horária.	No atual momento a preparação política para as eleições municipais aconteciam no âmbito das cidades. Foi um momento de reinvenção para as escolas agora passam a atuar de maneira remota com seus estudantes.	Analistas Pedagógicas e Professores da escola.	Sua alteridade está nos seus autores por serem produzidos pelos analistas pedagógicos e professores da EJA.	É um documento pedagógico que trata de atividades dos componentes curriculares para os alunos do 9 período da EJA e sua complementação de carga horária.	Fenômeno, reação, atividade física, cidadania, consumismo, tecnologias, Covid-19, trabalho	Neste documento o aluno tem a oportunidade de complementar caso esteja faltando a sua carga horária para a seu aproveitamento semestral e aprovação para o semestre seguinte neste caso o ensino médio. O aluno que não obteve carga horária no decorrer do semestre por meio dos pets semanais também pode fazê-lo como validação da sua carga horária total do semestre. Os

							demais alunos que ainda assim não completarem sua carga horária seriam tidos como abandono do semestre e rematriculados para o semestres seguinte sem aprovação.
ANEXOS III	Documento formulário para registro da carga horária escolar do estudante da EJA em tempos de pandemia.	Deliberação devido a pandemia e a suspensão das aulas as atividades remotas programadas são registradas em anexos.	São documentos publicados como modelos no diário oficial da PMU na normativa 001/2020. De autoria da Secretaria de Educação Municipal e Inspeção escolar.	São documentos publicados como modelos no diário oficial da PMU na normativa 001/2020. Documento assinado por professores em seus respectivos conteúdos, analista pedagógico e diretor. O mesmo ficara arquivado na escola.	É um documento público arquivado na escola fonte de comprovação de carga horária do estudante e sua aprovação para o ano escolar seguinte.	Registro, PETs, conteúdos, carga horária, período, assinatura.	Estes documentos encontram-se arquivados na escola. E retratam a carga horária dos estudantes em ensino remoto no ano de 2020. Cada modalidade de ensino tem seu anexo próprio para os anos de escolaridade.
ANEXO V	Documento formulário para registro da carga horária escolar de trabalho do professor, em tempos de pandemia.	Implementação do ensino remoto educacional as deliberações e normativas e resoluções sustentassem a base legal para o cumprimento do horas trabalhadas pelo servidor municipal.	São documentos publicados como modelos no diário oficial da PMU na normativa 001/2020. De autoria da	São documentos publicados como modelos no diário oficial da PMU na normativa 001/2020. E assinados pelo docente da disciplina na instituição, analista pedagógico e diretor. O mesmo	É um documento público arquivado na escola fonte de comprovação de carga horária do plano individual de trabalho do professor em trabalho remoto.	Registro, Plano Individual, trabalho remoto, planejamento, período,	Refere-se ao Plano Individual do professor em sua jornada de trabalho remoto, relata seu trabalho em forma de anotações e planejamento quanto sua disciplina. Cada setor da escola tem o

			Secretaria de Educação Municipal e Inspeção escolar.	ficara arquivado na escola.			seu anexo específico. Aqui analisamos somente os professores da EJA.
--	--	--	--	-----------------------------	--	--	--

Apêndice II

**APÊNDICE 2\_ Estrutura do Formulário Orientador.**

**PLANO DE ESTUDO TUTORADO VOL 1, 2,3,4 e5**

**PLANOS DE ESTUDOS TUTORADOS –MÊSES DE ABRIL MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTOE PET FINAL**

<b>Período</b>	<b>Área e Autores/ CH-carga horaria</b>	<b>Objeto de conhecimento</b>	<b>Recursos</b>	<b>Tipos e Quantidade de questões</b>	<b>Metodologia/procedimentos</b>	<b>Fontes e Referencias Observações</b>
----------------	---	-------------------------------	-----------------	---------------------------------------	----------------------------------	---

VOLUME I ABRIL	PORTUGUÊS CEMEPE E PROFESSOR ES VOLUNTARI OS. CH-16aulas	Textos publicitários, recursos linguísticos imagens, tempo verbal, jogo de palavras, Construção de textualidade, diversos gêneros textuais, Estratégias de leitura, distinção de leitura, identificação. Hipótese e finalidade de texto. Relações e vivências com a pandemia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ilustração gráfica (gráfico, figura)</li> <li>• Textos</li> <li>• Indicação de links para consulta.</li> <li>• Letras de músicas</li> <li>• Paródias</li> <li>• Crônicas</li> </ul>	Média de 10 questões. Aberta. Identificação de resposta no texto contido no PET. Requer: definição de Estabelecimento de diferenças. Marcar opção correta.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema.</li> <li>• Apresentação de informações sobre o assunto (jornal estrangeiro EL país) -</li> <li>• Ler o texto e elencar dúvidas, elaborar perguntas, pesquisar e escrever as respostas.</li> <li>• Ampliação dos conhecimentos: perguntas e indicação de pesquisa para auxiliar a elaboração das respostas.</li> <li>• O tema é tratado associado ao conteúdo presente no currículo de cada ano.</li> <li>• Questões com enunciados contendo textos curtos sobre coronavírus e outros conteúdos do currículo. Diálogos entre exposto sobre corona vírus e conteúdo do</li> </ul>	Jornal “ EL país. Revista “Nova escola” Tema violência- <a href="http://caminhos02.blogspot.com/2018/01/Campanha-da-fraternidade-2018.html">http://caminhos02.blogspot.com/2018/01/Campanha-da-fraternidade-2018.html</a> . Acesso em 23/04/20 Diversão Alerta sobre fake News Incentivo aos estudos autônomos. Confiabilidade nas informações publicadas pela Revista Nova escola e indicação da mesma como fonte de leitura. Uma questão sobre conhecimento local acerca da pandemia. Não há dados sobre a situação do coronavirus em Uberlândia.
ABRIL	LINGUA INGLESA ASSESSORIA CEMEPE PROFESSOR ES DE ESCOLAS MUNICIPAIS CH-9aulas	Hipótese-leitura skimmig, scanning. Reconhecer assunto do texto, formular hipóteses. Frases afirmativas, negativa e interrogativa. Analisar a importância da língua, sentido global expressões usadas no convívio social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Músicas sugestões em internet</li> <li>• Tirinhas Calvin</li> <li>• Sugestões de vídeos</li> <li>• Utilização de dicionário em inglês.</li> </ul>	Média 4 questões, abertas com pergunta e resposta. Completar as lacunas. Frases pessoais. Utilização de dicionário. Marcar X. gráficos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de conhecimentos de vivências anteriores dos alunos.</li> <li>• Utilização de imagens de tirinhas</li> <li>• Vídeos disponíveis no yotub;</li> <li>• Utilização de dicionários podia buscar empréstimos na escola ou na internet.</li> <li>• Em análise o tema ficou complexo para a turma em análise.</li> </ul>	<a href="http://www.vagalume.com.br/phil-collins/another-day-in-paradise.html">www.vagalume.com.br/phil-collins/another-day-in-paradise.html</a> figuras e Tirinhas fonte-Bill Waterson.1996. <a href="https://www.youtube.com/watch?v=C-Mc6S1vrfM">https://www.youtube.com/watch?v=C-Mc6S1vrfM</a> . Analisamos que de acordo com os autores deste componente por serem professores de escolas localizadas em áreas menos vulneráveis o nível de dificuldade foi elevado. Isto compromete o demais estudantes.
ABRIL	MATEMÁTICA CEMEPE PROFESSOR ES	Operações com números naturais e racionais. Comparar ler e ordenar números naturais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Textos com representações gráficas.</li> <li>• Expressões numéricas e</li> </ul>	Média de 10 questões. Cálculos matemáticos a partir de gráficos Resolução de expressões seguindo os	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de texto sobre covid como base para compreensão de gráficos.</li> <li>• Relacionar os conhecimentos de quantidades e idades.</li> <li>• Explicação e modelo.</li> </ul>	Fonte de jornalismo investigativo- <a href="https://apublica.org/2020/04/brasil-tem-milhoes-em-grupos-de-risco-para-o-coronavirus/">https://apublica.org/2020/04/brasil-tem-milhoes-em-grupos-de-risco-para-o-coronavirus/</a> .>. UBERLANDIA-SME- Diretrizes Curriculares



	CH-16 aulas	Uso de reta numérica. Compreensão e análise de gráficos resolução com dados	sequencia logica para resolução. •Atividades com representações e modelos práticos.	modelos Utilização de contas, colocar V ou F. Dados numéricos Atividades de completar com símbolos maior e menor.	•Atividades com autoinstrucional incluindo exemplos. •Sugestão do uso de material como calculadoras •Utilização de texto para os conteúdos.	Municipais de Uberlândia-EJA-2020 Este foi um conteúdo que retratou uma elaboração com alto índice de instrução o que auxiliava o aluno em suas resoluções. As atividades nos PETs foram elaboradas por professores da EJA da rede.
ABRIL	CIÊNCIAS PROFESSOR ES CH-8aulas	Estrutura da matéria constituição do átomo e molécula simples. Preservação da biodiversidade. Sustentabilidade. Estados físicos da matéria.	•Textos informativo da Pandemia atual. •O que é covid-19; •Sintomas, transmissão e prevenção; •Panfletos explicativos •Imagens células e vírus covid-19 •Ilustrações ciclos da água	Questões identificadas sobre conhecimentos construídos da realidade. Complete os nomes componentes tipos de células. Quadros de completar. Cruzadinhas sobre os temas	•Identificar modelos de estrutura da matéria. •Iniciativas para solução de problemas ambientais da cidade ou comunidade •Análise de ações de consumo consciente; •Permanência das unidades estruturais; •Reconhecer substancias que não muda; •Nomear os estados físicos da matéria; •Trabalho com outra doença para diferenciar	Prefeitura de Uberlândia fonte. < <a href="https://abrilsaude.files.wordpress.com/2020/02/gripe-h1n2.jpg?quality=85strip-info">https://abrilsaude.files.wordpress.com/2020/02/gripe-h1n2.jpg?quality=85strip-info</a> > UBERLANDIA, <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/02/27/Prefeitura-reforça-cuidados-contra-transmissão-do-coronavírus/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/02/27/Prefeitura-reforça-cuidados-contra-transmissão-do-coronavírus/</a> Neste primeiro PETs em ciências os conteúdos se vincularam a trabalhar sobre o tema COVID em todos os períodos foi elaboração única com informações de anos nas atividades,
ABRIL	GEOGRAFIA ASSESSORIA/ PROFESSOR ES CH-8aulas	Corporações e organismos, integração mundial, globalização. Leitura e elaboração de mapas. Informações geográficas	•Ilustração gráfica (gráfico, figura) •Textos •Atualidades Covid-19 no mundo.	Trabalho interdisciplinar com português, textos da globalização e a relação do vírus. Questões abertas. Marcar X	• Relação do tema com mapas •Apresentação de informações sobre o assunto (jornal estrangeiro EL país) - •Ler o texto e elencar dúvidas, elaborar perguntas, pesquisar e escrever as respostas. •Textos explicativos atividade industrial. •Tipos de indústria	Jornal “ ELPais-2020. Ref.: PENA, Rodolfo F Alves. “industrialização e seus efeitos”; Brasil Escola. Disponível em: <a href="https://brasilecola.uol.com.br/geografia/industrializacao-seus-efeitos.htm">https://brasilecola.uol.com.br/geografia/industrializacao-seus-efeitos.htm</a> . Acesso em 03 de abril de 2020 <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_por_pa%C3%ADs">https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandemia_de_COVID-19_por_pa%C3%ADs</a> >.
ABRIL	HISTÓRIA ASSESSORIA /PROFESSOR ES/ANALIST	Povos Africanos e pré colombianos. Imperialismo, Escravidão no	•Utilização de quadinhos •Quadro explicativo	Questões abertas. Interpretação de texto e tirinha. Em todas a atividades	•Identificar aspectos específicos das sociedades africanas, interferências dos europeus.	UNESCO. Njinca a Mabande: Rainha do Ndongo e do Matamba Disponível em: <a href="https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000230931/PDF/230931por.pdf.multi">https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf000230931/PDF/230931por.pdf.multi</a> .

	A CH- 12aulas	Brasil XIX Experiências Republicanas Movimentos de resistência. Revolta da vacina.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Gravuras ilustrativas de análise de partilha da África.</li> <li>•A escravidão feminina, gravura e texto</li> </ul>	tem ilustrações e textos para que os alunos possam visualizar e compreender melhor o conteúdo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Contexto europeu e os impactos na África, Asia e na América.</li> <li>•Estruturas Sociais,</li> <li>•Ações afirmativas no combate a violência, desigualdades e preconceitos.</li> <li>•Identidade nacional e as desigualdades sociais entre elites e população pobre.</li> </ul>	Instruções para busca de material na escola caso não tenha acesso. <a href="https://escolaeducacao.com.br/imperialismo-e-neocolonialismo">https://escolaeducacao.com.br/imperialismo-e-neocolonialismo</a> > fonte: SCHMIDT, 1999. BOULOS, JUNIOR, Alfredo, história: sociedade&cidadania:9ºano ensino fundamental anos finais. São Paulo: Moderna, 2015. As atividades trazem sempre referencias de suas fontes.
ABRIL	ENSINO RELIGIOSO - CH-05 ARTE -CH-05 aulas ED. FISICA - CH-09 ATIVIDADE COMPLEMENTAR - CH -16 aulas			Na EJA estas disciplinas são trabalhadas em forma de projeto. Com exceção de Arte.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Neste período de abril foi feito para estas disciplinas conexões interdisciplinar entre as diferentes áreas possibilitando uma ligação e dando sentido aos conhecimentos.</li> </ul>	Cuidados com o corpo em ciências, Matrizes africanas em história. Tirinhas e Gravuras, imagens, músicas arte em geografia e história. Vivencias e relações das atualidades sobre a pandemia.
MAIO	PORTUGUÊS CEMEPE E PROFESSOR ES VOLUNTARI OS. CH-16aulas	Produções de textos orais efeitos de sentido, relação entre os textos. Construção da Textualidade recursos linguísticos.	Tirinhas, textos. Texto referente a pandemia. Relação história e português. Neste período os foram utilizados vários textos lavando ao pensamento do cotidiano e realidade social	Questões de marcar X Escolha da alternativa correta. Questões abertas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Ler em voz alta contos, humor suspense e terror, crônicas.</li> <li>•Deduzir o efeito de humor, ironia uso ambíguo de palavras;</li> <li>•Emprego do uso de figuras de linguagens</li> <li>•Conexão entre imagens e texto verbal.</li> </ul>	Fonte de tirinha <a href="http://comicsgarfield.blogspot.com/">http://comicsgarfield.blogspot.com/</a> >acesso em 03/12/2010. Texto revista veja. São Paulo: Abril, 18 de Fevereiro de 2004 SAVATER. Fernando. Ética para meu filho. São Paulo Matos Pontes. 1993.p.28,29. PIETRO, H. lá vem história outra vez: contos do folclore mundial. São Paulo. Cia das letrinhas 1997.
MAIO	LINGUA INGLESA ASSESSORIA CEMEPE PROFESSOR ES DE ESCOLAS MUNICIPAIS CH-9aulas	O inglês no cotidiano. Leitura de Skimming, scanning. Future tense/Planos futuros	Figuras com palavras em inglês do dia-a-dia. Textos e imagens com referências ao acontecimento da pandemia.	Escrever as palavras estrangeiras. Alternativas correta. Associação de palavras do cotidiano a palavras estrangeiras. Trabalhar associação das palavras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Reconhecer palavras estrangeiras no cotidiano</li> <li>•Identificar o assunto do texto</li> <li>•Uso de palavras cognatas</li> <li>•Formulação de hipóteses</li> <li>•Utilização de repertório linguístico estrangeiro</li> <li>•Análise de textos com a pandemia.</li> </ul>	UBERLANDIA. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares Municipais de Uberlândia – Ensino para Jovens e Adultos. Uberlândia 2020. CORONAVIRUS IN AFRICA. Welt Hunger Life, 2019 disponível em: <b>Erro! A referência de hiperlink não é válida.</b> Acesso 12/05/2020

MAIO	MATEMÁTICA CEMEPE PROFESSORES CH-17aulas	As 4 operações potencialização, radiciação com números naturais. Tabelas e gráficos de colunas e barras	Problemas de contextos diários com contas simples. Imagens e gráficos para análise	Resolução de problemas. Jogos de erros e probabilidade. Desenhos de figuras geométricas para identificação de quantidade. Textos explicativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resolução de problemas com números racionais positivos</li> <li>• Utilização da estimativa</li> <li>• Cálculos mentais</li> <li>• Uso de calculadoras</li> <li>• Análise de diferentes tipos de gráficos.</li> <li>• Identificação de variáveis</li> </ul>	só matemática. Virtuosa tecnologia da informação, 1998-2020 disponível em: <a href="https://www.somatematica.com.br/desafios.php">https://www.somatematica.com.br/desafios.php</a> >. Acesso em 15/04/2020 FONTE: <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/coronavirus/boletim-municipal-informe-epidemiologico/</a>
MAIO	CIÊNCIAS PROFESSORES CH-8aulas	Astronomia e cultura, Estrutura da matéria. Núcleo celular e divisão celular. Textos relevantes ao assunto com imagens.	Uso de tabelas para análise. Atividades adaptadas para estudantes com surdez. Imagens ilustrativas para demonstração do estado físico da matéria.	Questões de múltiplas escolhas tendo a tabela desenhada como referência. Questões abertas. Classificação de acordo com a tabela. Completar as colunas com palavras-chaves.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrição e estrutura do sistema solar;</li> <li>• Nomeação dos estados físicos da matéria;</li> <li>• Reconhecimento das variações de energias da matéria;</li> <li>• Discussão das ideias de Mendel hereditariedade.</li> <li>• Compreensão composição do núcleo Celular (DNA E RNA)</li> </ul>	CANTO. E. Ciências naturais: aprendendo com o cotidiano: Manual do Professor. 6ed. São Paulo: Moderna, 2018. Site para alunos com surdez: <a href="https://uoutu.be/hgRTqcu9u74">https://uoutu.be/hgRTqcu9u74</a> Gerwandsznajder, Fernando. Projeto Telaris: ciências 9º ano: ensino fundamental. Revista Superinteressante. em: <a href="https://super.abril.com.br/ciencias/a-chave-de-todos-os-seres/">https://super.abril.com.br/ciencias/a-chave-de-todos-os-seres/</a>
MAIO	GEOGRAFIA PROFESSORES CH-8aulas	intercambio históricos culturais, globalização e mundialização. Ocidente e Oriente. Integração mundial	Texto. Imagem representação da globalização crítica do autor Millôr	Complete as lacunas. Palavras-chaves. Questões abertas com base nos textos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar características de países e grupos europeus, asiáticos e Oceania</li> <li>• Aspectos econômicos e desigualdades</li> <li>• Análise de fatos política economia e cultura</li> <li>• Globalização e mundialização</li> <li>• Associar critério geográfico,</li> <li>• Comparação e diferenças globalização e mundialização</li> </ul>	JAKOB, A. O fim da política de filho único na China. <a href="https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-fim-da-politica-de-filho-unico-na-china/28/04/20">https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-fim-da-politica-de-filho-unico-na-china/28/04/20</a> Millôr Fernandes. Retirado de Versentini, Jose William, Geografia: o mundo em transição. São Paulo: Editora Ática, 2012.p323
	HISTÓRIA ASSESSORIA/ PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 12aulas	Iluminismo. Mundo contemporâneo Estudos sobre a Covid-19. Experiências republicanas. Independência e formação dos Estados Unidos da	Textos históricos. Interdisciplinaridade com português.	Questões alternativas F e V. Múltipla escolha. Marque X, complete de acordo com o Texto. Questões abertas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os principais aspectos do iluminismo</li> <li>• Produção do saber histórico</li> <li>• Aspectos sociais econômicos e políticos da emergência da República no Brasil</li> <li>• Contextualizar os diversos processos de independência Americana,</li> </ul>	O Iluminismo: Pensadores e Características: <a href="https://www.solhistoria.com.br/resumos/iluminismo.php">https://www.solhistoria.com.br/resumos/iluminismo.php</a> UBERLANDIA. SME-DCM-EJA 2020 BRASIL ESCOLA. Disponível em: <a href="http://brasilescola.uol.com.br/historiab/republicaoligarquia.htm">http://brasilescola.uol.com.br/historiab/republicaoligarquia.htm</a> > Obs: a escola caminho Suave e contemplada com atividades de seus professores em

		América				diversas disciplinas. Lembrando que neste período os professores faziam voluntariamente a escola teve uma participação considerável nesta etapa
<b>JUNHO</b>	PORTUGUÊS CEMEPE E PROFESSORES VOLUNTARIOS. CH-16aulas	Tema central Cultura da Paz. Textos de reflexão.	Utilização de tirinhas de textos. Figuras de linguagens. Uso de imagens para representação do texto. tirinhas	Questões alternativas F e V. Múltipla escolha. Marque X, complete de acordo com o Texto. Relacione as colunas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar argumentos principais,</li> <li>• Leitura e interpretação de letra da musica</li> <li>• Comparação de palavras.</li> <li>• Relacionando os textos</li> </ul>	Texto com imagem google imagens,2020, Cultura da Paz. A história da música de Martinho da Vila, “O pequeno burguês” <a href="http://www.drzem.com.br/2014/04/a-historia-da-musica-o-pequeno-burgues.html">http://www.drzem.com.br/2014/04/a-historia-da-musica-o-pequeno-burgues.html</a> >27/05/2020
<b>JUNHO</b>	LINGUA INGLESA ASSESSORIA CEMEPE PROFESSORES DE ESCOLAS MUNICIPAIS	Sentido global do texto. Produção, reconstrução, apreciação e replica	Textos para leitura. Caça palavras. Fabula Tirinhas. Texto cultura da paz.	Complete as frases. Numere as colunas. Marque v ou F. escolher as frases corretas. Caça palavras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analise de textos cartas, artigos, opiniões, charges, memes, reportagens.</li> <li>• Retirar o fato central dos textos, temas e subtemas. Tirinhas a crítica, ironia ou humor.</li> <li>• Leitura e interpretação de diferentes textos. Interpretação do dos valores sociais</li> </ul>	EMOJI//Historia.= <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/emoji">https://pt.wikipedia.org/wiki/emoji</a> > 01/06/2020 UBERLANDIA, Secretaria Municipal de Educação. Planejamento semestral: componente curricular – Língua Inglesa EF2. Uberlândia, 2020
<b>JUNHO</b>	MATEMÁTICA CEMEPE PROFESSORES	Probabilidade. leitura e intepretação de gráficos. Figuras planas.	Atividades de contas. Problemas diários. Leitura e raciocínio. atividade cotidiana	Resolução de problemas. Cálculos mentais. Expressões numéricas e potencias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Justificar a importância das unidades.</li> <li>• Resolução de problemas.</li> <li>• Rever figuras planas</li> <li>• Resolução de problemas com medidas de áreas.</li> <li>•</li> </ul>	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=a7Lx1srfpvk&amp;feature=uoutu.be">https://www.youtube.com/watch?v=a7Lx1srfpvk&amp;feature=uoutu.be</a> blog3 DANTE, Luiz Roberto. Matemática Projeto Telaris 9º Ano. 3ªed.São Paulo 2018. Ed Ática
<b>JUNHO</b>	CIÊNCIAS PROFESSORES	Composição de organismos, Experiências. Preservação da biodiversidade. Ideias evolucionais.	Tabelas, textos gravuras.	Leitura e interpretação. relação de dados. Marque X. Complete as frases.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer experimentos aleatórios</li> <li>• Analisar e apreciar diferentes formas.</li> <li>• Discussão escolhas e atitudes individuais e coletivas. Sustentabilidade</li> </ul>	Neste período os PETs contam com o auxílio das vídeoaulas que computam 30% das aulas. Texto pegada ecológica? O que é isso? GODOY, L.P. Ciências Vida e Universo <a href="http://buy3wordpress.com/2010/06/01/quanto-se-gasta-de-aguaa-por-dia-no-mundo/">http://buy3wordpress.com/2010/06/01/quanto-se-gasta-de-aguaa-por-dia-no-mundo/</a> .
<b>JUNHO</b>	GEOGRAFIA	Comparações e	Gráficos com	Justificativas e a	Fazer leituras de gráficos	Gilberto Gil – Musica Parabolicamara.

	PROFESSORES	observações internacionais. Integração mundial	comparações, para análise. Mapas, Charge. Musica	valorização da conciliação. Questões explicativas. Complete as palavras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise do consumo, cultura e mobilidade da população,</li> <li>• Analisar situações para compreender a integração</li> <li>• Relação trabalho e meio ambiente.</li> </ul>	
<b>JUNHO</b>	HISTÓRIA ASSESSORIA/ PROFESSORES/ANALISTAS/CH- 12aulas	republicanas, proclamação da republicas. Neocolonialismos	Questões de marcar X. questões abertas relacionadas ao texto.	Escolhas de alternativas. V ou F. Questões abertas. Analise de Gráficos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação do patrimônio nacional.</li> <li>• Solução de problemas ambientais individual e coletivo.</li> <li>• Estudo da legislação trabalhista.</li> <li>• Identificar mecanismos de inserção e exclusão</li> <li>• Contextualização dos aspectos culturais sociais, econômicos e políticos da Republica no Brasil</li> </ul>	BOULOS, JUNIOR, Alfredo, história: sociedade & cidadania: 9º ano ensino fundamental anos finais. São Paulo: Moderna, 2015. As atividades trazem sempre referências de suas fontes. <a href="https://querobolsa.com.br/enem/historia-geral/neocolonialismo">https://querobolsa.com.br/enem/historia-geral/neocolonialismo</a> >
<b>JUNHO</b>	Arte, Educação Física e Ensino Religioso	Arte e tecnologia Exercícios e atividades físicas. Saúde e qualidade de vida. Relações e narrativas pessoais. Qualidade de vida. Quem sou? papel dos membros da família.	Desenhos com atividades físicas. Fabula Tirinhas.	Questões abertas Atividades físicas. Questões para pensar e responder.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e produção visual. Transformações históricas.</li> <li>• Análise valorização humana.</li> </ul>	<a href="http://www.edbbrasil.org.br/litteratura-salesiana/files/OensinoReligiosoPPPII.pdf">www.edbbrasil.org.br/litteratura-salesiana/files/OensinoReligiosoPPPII.pdf</a> > DEQUINHA, A. - O Racismo - Luiz Fernando Verissimo. Arte e manhas da língua 2019. ENSINAR HOJE. Cidadania: Direitos e Deveres – texto e atividades. <a href="https://esinarhoje.com/cidadania-direitos-e-deveres-texto-e-atividades/">https://esinarhoje.com/cidadania-direitos-e-deveres-texto-e-atividades/</a> >
<b>JULHO</b>	PORTUGUÊS CEMEPE E PROFESSORES VOLUNTARIOS. CH-16aulas	Estratégia de leitura. Sentidos Globais. Condição de produção. Recursos linguísticos. Estilo	Biografias de autores. Poema. Fabulas. Texto mexicano	Relação da atividade com o cotidiano. Escrita de texto autobiografia. V ou F em relacionado ao poema. Fazer críticas com explicações. Exceto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar as notícias fator central,</li> <li>• Leitura autônoma. Características dos gêneros. Romances contos</li> <li>• Reconhecendo textos literários olhares e identidades. Estrofes, rimas, aliterações e figuras de linguagem</li> <li>• Ordenação lexicais, verbos e morfologia.</li> <li>• Textos argumentativos. Presença de valores culturais e humanos nos textos literários.</li> </ul>	<a href="https://www.google.com.br/search?sxsrf=acel00bdscaidriaae">https://www.google.com.br/search?sxsrf=acel00bdscaidriaae</a> > BANDEIRA, Manuel. In: Estrela da Vida inteira. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1973 Poema o Supertrabalhador Gabriel o Pensador/Mauricio Pacheco. <a href="https://farofafilosofica.com/2018/08/07/eu-etiqueita-por-carlos-drumond-de-andrade/07/07/2020">https://farofafilosofica.com/2018/08/07/eu-etiqueita-por-carlos-drumond-de-andrade/07/07/2020</a> SPOLIDORIO Janaina.
<b>JULHO</b>	LINGUA	Recursos de	Gráficos de	Marque as opções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar argumentos principais,</li> </ul>	UBERLANDIA, Secretaria Municipal de

	INGLESA ASSESSORIA CEMEPE PROFESSOR	argumentação. Escrita e argumentação	análise. Textos	corretas. Marque alternativa correta. Comparação de textos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expor e defender os pontos de vista</li> <li>• Utilizar os verbos</li> </ul>	Educação. Planejamento semestral: componente curricular-língua inglesa EF2. Uberlândia, 2020. < <a href="https://www.iied.org/">https://www.iied.org/</a> >05/07/2020
<b>JULHO</b>	MATEMÁTICA CEMEPE PROFESSOR ES CH-16aulas	Medidas e dispersões, relação entre os ângulos. Análise de Gráficos leitura e interpretação	Gráficos. Textos. Imagens. Contas matemáticas	Análise do gráfico com V ou F. Faça como modelo. Comparações e análises	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compreensão de valores e medidas</li> <li>• Relações simples entre os ângulos</li> <li>• Obter valores e medidas</li> <li>• Escolher e construir gráficos</li> </ul>	MORAES, P.R; CAMAPANAH, V.A. O planeta. São Paulo: Harbra, 1996
<b>JULHO</b>	CIÊNCIAS PROFESSORES S CH-8aulas	Modelos atômicos, Estrutura da Matéria. Evolução. Propriedades da Matéria.	Tabela periódica dos elementos em figuras. Imagens estado da água	Alternativas corretas, Cruzadinha e complete as frases	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descrever a estrutura da matéria</li> <li>• Diversidade de átomos</li> <li>• Conhecimento meio ambiente multidisciplinar.</li> </ul>	Espaço e meio ambiente. <a href="https://todamateria.com.br/propriedades-da-materia/25/06/20">https://todamateria.com.br/propriedades-da-materia/25/06/20</a> > FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. “exercícios sobre as mudanças de estado físico” Brasil Escola.
<b>JULHO</b>	GEOGRAFIA PROFESSORES CH-8aulas	Corporações e organismos. Globalização. Hegemonia Europeia. Organismos internacionais	Texto com relação a globalização em questão da paz. Charge	Proposições V ou F. alternativa correta. Questões abertas. Lei e julgue as alternativas. Utilização de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar organizações econômicas mundiais.</li> <li>• Compreender a integração mundial.</li> <li>• Hegemonia conflitos e intervenções.</li> <li>• Blocos econômicos</li> <li>• Influências culturais</li> <li>• Divisão em ocidente e oriente.</li> </ul>	Edelgard Bulmahn, Hans-Joachim Giessmann, Bodo Schulze, Andreas Wittkowsky. <a href="https://www.eea.europa.eu/pt/themes/households/intro">https://www.eea.europa.eu/pt/themes/households/intro</a> >
<b>JULHO</b>	HISTÓRIA ASSESSORIA/ PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 12aulas	Primeira Guerra mundial. Revolução Russa, crise de 1929 Primeira república	Mapas. Textos imagens Vladimir Lênin. Mapa Mundi	Questões abertas. Alternativa correta. Pesquisa. Múltiplas escolhas. Marcar X	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionar as dinâmicas do capitalismo</li> <li>• Desdobramentos mundiais revolução Russa</li> <li>• Compreender a história, processo de inserção e exclusão dos negros. Urbanização.</li> </ul>	<a href="http://br.pinterest.com/pin/1145241156717168827/">http://br.pinterest.com/pin/1145241156717168827/</a> > <a href="https://rosangela.blogspot.com/2015/03/atividades-da-p-71-9-ano:html">https://rosangela.blogspot.com/2015/03/atividades-da-p-71-9-ano:html</a> >
<b>JULHO</b>	Arte PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 4a	Contextos e práticas, processo de criação. Patrimônio cultural	Gravuras telas dos autores. Imagens de teatro	Questões interpretativas. Relação com sua vivência o que se conhece.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa e apreciação de formas de artes.</li> <li>• Diferenças em matrizes estéticas</li> <li>• Dimensões sociais</li> <li>• Relacionar as práticas artísticas as diferentes dimensões da vida.</li> <li>• Valorização do patrimônio cultural aspectos históricos sociais e políticos</li> </ul>	QUARTO de Van Gogh 3d. disponível em <a href="https://estoriadahistoria12.blogspot.com/2013/09/analise-da-obraquarto-em-arles-de.html">https://estoriadahistoria12.blogspot.com/2013/09/analise-da-obraquarto-em-arles-de.html</a> GENIOL <a href="https://www.geniol.com.br/palavras/caça-palavras/criador">https://www.geniol.com.br/palavras/caça-palavras/criador</a> > <b>IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</b> Grupo Galpão

<b>JULHO</b>	Educação Física PROFESSORES/ANALISTA CH- 2a	Ginastica condicionamento físico Dança de Salão Brincadeiras e Jogos. Brincadeiras	Caça palavras. Cruzadinhas. Textos. Propostas de atividades físicas.	Caça palavras Cruzadinhas referências musicais Complete as frases. Atividade praticas tabuleiro de jogos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comparações ente ginastica e conscientização</li> <li>• Diferentes tipos de ginasticas</li> <li>• Movimento pratica estilo musical</li> <li>• Importância dos Jogos</li> </ul>	Veja saúde, <a href="https://saude.abril.com.br/bem-estar/como-o-exercicio-melhora-imunidade">https://saude.abril.com.br/bem-estar/como-o-exercicio-melhora-imunidade</a> >11/06/2020
<b>JULHO</b>	Ensino Religioso PROFESSORES/ANALISTA	Direitos humanos. Intolerância religiosa	Textos. Poema Texto com diversidade religiosa	Questões abertas. Leitura e interpretação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização da pessoa e direto de existência.</li> <li>• Conhecimento direitos e deveres</li> <li>• Tradições religiosas e ancestralidade</li> </ul>	<a href="https://jus.com.br/artigos/51795/a-instituicao-familiar-na-legislacao-brasileira-conceitos-e-evolucao-historica">https://jus.com.br/artigos/51795/a-instituicao-familiar-na-legislacao-brasileira-conceitos-e-evolucao-historica</a> . Ancestralidade-NARLOCH, Rogerio Francisco redescobrimdo o universo religioso: ensino fundamental, volume 9/3ªedição. Petrópolis: vozes,2009. 89páginas, ilustrado. <a href="https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/">https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/</a> > 15/07/2020
<b>AGOSTO</b>	PORTUGUÊS CEMEPE E PROFESSORES VOLUNTARIOS. CH-16aulas	Variação linguística. Léxico morfologia. Denotação conotação. Tecnologia e cotidiano	Texto com ilustração. Conhecimento linguístico por região. Recomeço texto	Interpretação de imagens. Intepretação de mensagens de texto. Leitura interpretação do texto. Charge e tirinhas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regras e normas padrão, correção ortográfica pontuação.</li> <li>• Tecnologia no cotidiano</li> <li>• Ambiente virtual e escrita</li> <li>• Leitura interpretação</li> </ul>	<a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/escolae/mcasa/aceso-aos-ideos/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/escolae/mcasa/aceso-aos-ideos/</a> BRAGA, Rubem. Nascer no Cairo, ser femia de cupim. In: Ao de Ti, Copacabana.11 ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.p.159-161 <a href="https://brasilescola.uol.com.br/exercicios-portugues/exercicio-sobre-era-informacao.htm">https://brasilescola.uol.com.br/exercicios-portugues/exercicio-sobre-era-informacao.htm</a> Novo Português Hoje: a Comunicação viva/ Modestina Maria Amaral Lopes.../Et.al/-belo horizonte, MG.Ed Lê,1995,AV
<b>AGOSTO</b>	LINGUA INGLESA ASSESSORIA CEMEPE PROFESSOR	Língua materna variação linguística impactos culturais e expansão.	Ilustração para interpretação. Interpretação de frases de efeito de autores	Marque a opção de acordo com observação. Emojis interpretação e relação com sentimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer a língua suas variações e expansão</li> <li>• Considerar como língua materna</li> <li>• Comparação e conhecimento cotidiano</li> <li>• A internet e o cotidiano</li> <li>• Utilização do inglês e as tecnologias</li> </ul>	<a href="https://www.theguardian.com/education/galle">https://www.theguardian.com/education/galle</a> fonte: pt.wikipedia.org/wiki/oscar_Wllde fonte imagem: www, scientiamobile.com/iphone
<b>AGOSTO</b>	MATEMÁTICA CEMEPE PROFESSORES CH-16aulas	Frações significados, cálculos e porcentagens regra de três e operações.	Transformand o conteúdo. Porcentagem cotidiano. calcular juros simples	Problemas com porcentagem. Problemas do dia a dia. Utilização de regras para cálculos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer os números racionais.</li> <li>• Utilizar símbolos % regra de três.</li> <li>• Resolução de problemas números racionais</li> <li>• Cálculos de Juros</li> </ul>	<a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/escolae/mcasa/aceso-aos-ideos/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/escolae/mcasa/aceso-aos-ideos</a>

<b>AGOSTO</b>	CIÊNCIAS PROFESSORES CH-8aulas	Conhecimento científico. Inovação tecnológica, microrganismo e saúde. Seres vivos classificação	Textos. Modelos de técnicas biotecnologia	Questões interpretação Alternativa correta. Analisando a tabela periódica. Relação de letras e elementos caça palavras com elementos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relação da ciência e a tecnologia</li> <li>• Os avanços tecnológicos em descobertas de biotecnologia</li> <li>• Como se dá a produção e avanço de vacinas</li> </ul>	<a href="https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4526.pdf">https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4526.pdf</a> SOUZA, Y.L Biotecnologia Bio na rede – Caderno de Ciencias ] ano <a href="https://bionarede.com.br/wpcontent/uploads/2011/03/Cie09201101.pdf">https://bionarede.com.br/wpcontent/uploads/2011/03/Cie09201101.pdf</a>
<b>AGOSTO</b>	GEOGRAFIA PROFESSORES CH-8aulas	Paisagens naturais, desigualdade social. Econômica Mundial. Tecnologia e produção. sociedade urbana e industrial.	Atividades interpretação Texto trabalho e tecnologia. Exclusão digital versos socioeconômicos	Questões do ENEM. Assinale o conceito correto. Análise de conceitos. Análise de músicas. Imagens de símbolos de reciclagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Transformação do espaço e paisagens.</li> <li>• Industrialização e tecnologia;</li> <li>• Padrões econômicos mundiais.</li> <li>• Tecnologia e cotidiano</li> <li>• Espaços digitais</li> </ul>	<a href="https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br">https://exercicios.mundoeducacao.uol.com.br</a> <a href="https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-geografia/exercicios-sobre-era-informacao">https://exercicios.brasilecola.uol.com.br/exercicios-geografia/exercicios-sobre-era-informacao</a> GILBERTO GIL. Disco Quanta. Warner Music1997(adaptado)
<b>AGOSTO</b>	HISTÓRIA ASSESSORIA/ PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 12aulas	Povos indígenas, revolução industrial. Inovações tecnológicas.	Textos e contextualização. A tecnologias e guerras mundiais	Escolha de alternativas. Observação e análise de figuras. alternativa correta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção e avanços tecnológicos.</li> <li>• Análise das tecnologias revolução mundial</li> <li>• Relação da Guerra Mundial, queda Bolsa</li> <li>• Formas de trabalhos</li> <li>• Análise de conceitos globalização, aldeia global, redes fluxos</li> </ul>	BOULOS, JUNIOR, Alfredo, história: sociedade & cidadania:9ºano ensino fundamental anos finais. São Paulo: Moderna, 2015. As atividades trazem sempre referências de suas fontes. <a href="https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/407168">https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/407168</a> <a href="https://www.todamateria.com.br/crisede1929">https://www.todamateria.com.br/crisede1929</a>
<b>AGOSTO</b>	Arte PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 4a	Matrizes culturais Processos de criação contextos e práticas artes integradas	Mostra fotográfica e interferências. Mostra de museus em imagens	Interferência na imagem. Relação da arte e o aquecimento global	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos temáticos e teatro</li> <li>• Prática artística e vida. Processo de criação</li> <li>• Características da arte</li> </ul>	<a href="https://www.museofridakahlo.org.mx/es/frida-kahlo">https://www.museofridakahlo.org.mx/es/frida-kahlo</a> <a href="https://www.artworksforchange.org/portfolio/tomas-hirschsborn">https://www.artworksforchange.org/portfolio/tomas-hirschsborn</a> <a href="https://www.guiadasartes.com.br/locais">https://www.guiadasartes.com.br/locais</a>
<b>AGOSTO</b>	Educação Física PROFESSORES/ S/ANALISTA CH- 2a	Brincadeiras e jogos populares e eletrônicos. contexto comunitário e	Figuras para interpretação. Figuras demonstração de brincadeiras	Entrevistas. Relacionar as atividades e o cotidiano pessoal. Academias ao ar livre	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leitura corporal e jogos populares</li> <li>• Transformação dos jogos na história</li> <li>• Compreender e conhecer jogos populares diferentes lugares</li> </ul>	Google imagens. <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/academia_ao_ar_livre">https://pt.wikipedia.org/wiki/academia_ao_ar_livre</a>



<b>AGOSTO</b>	Ensino Religioso PROFESSORES/ANALISTA	regional. Ginásticas Relações e narrativas sentimentos e lembranças Crenças e convicções. Identidade e alteridade	Imagens de leituras. Textos e interpretação. Violência contra mulher cotidiano	Análise e escrita pessoal do contexto. Questões abertas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar a pessoa humana sentimentos e lembranças</li> <li>• Grupos e convivências</li> <li>• Diferentes formas de sagrado</li> <li>• Cuidado da vida, defesa do meio ambiente, cultura da paz.</li> </ul>	Fonte: Pixabay,2020 <a href="https://www.estrategiaconcurso.com.br/blog/realizacao-do-enem-2015-a-violencia-contra-mulher">https://www.estrategiaconcurso.com.br/blog/realizacao-do-enem-2015-a-violencia-contra-mulher</a>
<b>PET FINAL</b>	Professores da escola Caminho Suave. Todos os componentes curriculares.	Transformação da matéria. Práticas esportivas. Cidadania, intolerância religiosa. Divisão política do Brasil. Primeira Guerra Mundial. Verbos e tecnologia. Charge e interpretação de texto e imagem. Operações matemáticas simples e com juros	Textos. Gravuras. Mapas. Charge. Tirinhas. Globos terrestre. Charge e interpretação de texto e imagem.	A atividade continha 3/4 questões por área. Alternativas correta. Certo e errado marcar X. interpretação. análise de imagem. Múltipla escolha. Contas e resultados em opções. Questões abertas pessoal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relembrar o conteúdo que já foi dado.</li> <li>• Auxiliar ao estudante no complemento da carga horária.</li> <li>• Propiciar ao aluno relacionar o conteúdo ao cotidiano.</li> <li>• Conceitos de vivências e dia a dia.</li> <li>• Leitura e interpretação de imagens.</li> <li>• Informações com análise de referências</li> <li>• Textos simples de fácil compreensão.</li> <li>• Textos explicativos</li> </ul>	ALVES, LIRIA. Transformações da Matéria <a href="https://brasilecola.uol.com.br/quimica/tranformacoes-materia.htm19/08/20">https://brasilecola.uol.com.br/quimica/tranformacoes-materia.htm19/08/20</a> <a href="https://www.tskf.com.br/blog/pratica-de-esporte-entenda-todos-os-beneficios24/08/20">https://www.tskf.com.br/blog/pratica-de-esporte-entenda-todos-os-beneficios24/08/20</a> ENSINAR HOJE. Cidadania: Direitos e Deveres <a href="http://leilajinkings.blogspot.com.br/2009/04cri-se-do-capitalismo-no-traço-de-pedro-html">http://leilajinkings.blogspot.com.br/2009/04cri-se-do-capitalismo-no-traço-de-pedro-html</a> ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de; REIS. Artur Cezar Ferreira; CARVALHO. Texto: Política de Alianças e Paz Armada. UBERLÂNDIA, Secretaria Municipal de Educação. Planejamento semestral: componente curricular-lingual Inglesa EF2.Uberlândia, 2020. TAVARES, Ulisses. Diário de uma paixão. São Paulo: Geração Edditorial,2003. <a href="https://www.professoragraziella.com.br/atividade-de-matematica-sequencia-didatica-quadronuem">https://www.professoragraziella.com.br/atividade-de-matematica-sequencia-didatica-quadronuem</a> <a href="https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/&gt;15/08/2020">https://www.politize.com.br/intolerancia-religiosa/&gt;15/08/2020</a>

## ANEXOS

## Anexo I- Modelo do Anexo III

Digitalizado com CamScanner



## ANEXO III - RESOLUÇÃO Nº 001/2020

REGISTRO DAS ATIVIDADES DO PLANO DE ESTUDOS TUTORADO (PET) E CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA - EJA - 6º AO 9º PERÍODO				
Ano letivo: 2020 - Semestre: _____				
Escola Municipal _____		Diretor(a) _____		
Nome do(a) Aluno(a) _____		Matrícula: _____	Período de Escolaridade: _____	Turma _____
Turno: <u>Noturno</u>				
Registra-se, a partir das informações deste formulário, que o(a) aluno(a) da turma acima referida cumpriu, no regime especial de Atividades Não Presenciais, realizado durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais, conforme Deliberação do Comitê extraordinário Covid-19 Nº 04 - SES - MG, de 17/03/2020, as atividades escolares programadas e a respectiva carga horária, em conformidade com o plano curricular correspondente ao seu ano de escolaridade, com apoio do PLANO DE ESTUDOS TUTORADO (PET): BNCC/DCM.				
Componente Curricular	Carga horária semanal prevista	Carga horária semanal cumprida	Período de realização da Atividade Escolar	Observações
Língua Portuguesa				
Arte				
Língua Inglesa				
Educação Física				
Matemática				
Ciências				
História				
Geografia				
Ensino Religioso				
Atividades de Estudos Complementares				
TOTAL				

OBS.: As escolas municipais devem fazer o registro, em formulário próprio, dos alunos que não realizarem as atividades do Plano de Estudos Tutorado (PET)

Assinatura do Professor: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Analista Pedagógico: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Diretor(a): \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_

Uberlândia, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## Anexo II- MODELO DE ANEXO IV

Digitalizado com CamScanner



## ANEXO IV - RESOLUÇÃO Nº 001/2020

CONTROLE INTERNO DE DISTRIBUIÇÃO DO PLANO DE ESTUDOS TUTORADO (PET)			
ESCOLA MUNICIPAL _____		CÓDIGO INEP _____	
ANO DE ESCOLARIDADE: _____	TURMA: _____	TURNO: _____	PROF. REFERÊNCIA DA TURMA: _____
PROFESSORES DE AULAS ESPECIALIZADAS: _____		MATRÍCULA: _____	
MEIOS DE COMUNICAÇÃO _____		DATA DA ENTREGA: _____	
CONTROLE DE DISTRIBUIÇÃO DO PET IMPRESSO			
Nº	NOME DO(A) ALUNO(A)	RESPONSÁVEL	CPF
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			



**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PESQUISAS EDUCACIONAIS UBERLÂNDIA

# EJA

## 9º

# PERÍODO

# ABRIL

**Anexo IV- PET FINAL**



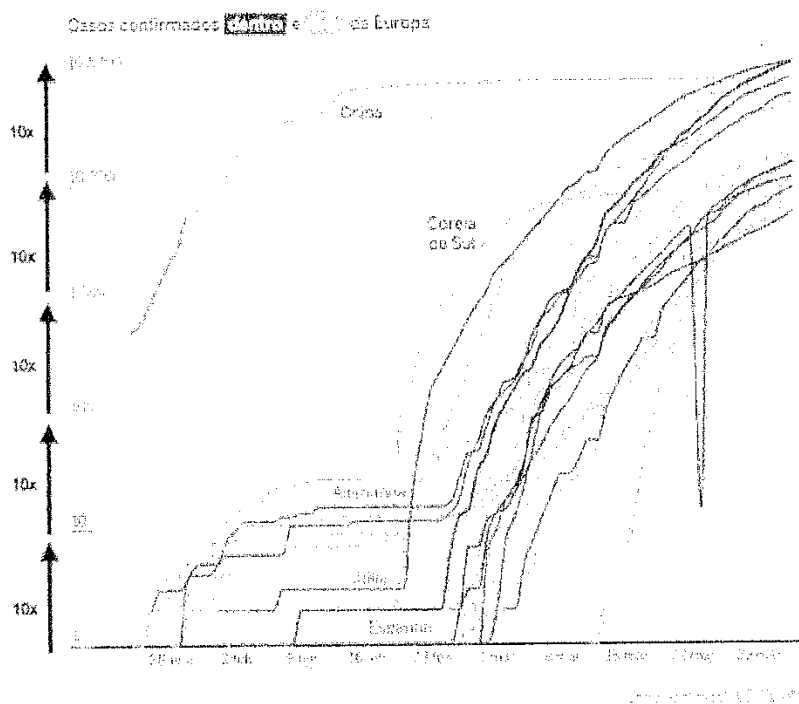


Em janeiro, o novo coronavírus (SARS-CoV-2) estava concentrado na China, e só alguns casos chegavam a outros países, através de pessoas infectadas que viajaram de avião ou navio. No final daquele mês, já eram 10.000 infectados na China e em outros 129 países. Mas em fevereiro foram registrados vários surtos na Coreia do Sul, Itália, Alemanha e Espanha. No Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro, mas os casos confirmados passavam de 1.500 menos de um mês depois. Em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde declarou que a COVID-19, provocada pelo novo coronavírus, é uma pandemia global.

### Os casos em cada país

O gráfico mostra os casos registrados nos países com mais infecções detectadas. A escala é logarítmica, isso significa que no gráfico abaixo, cada vez que as linhas vermelhas ou cinzas do gráfico sobem uma distância igual à marcada pelas setas azuis (localizada na barra vertical), o número de casos aumenta 10 vezes.

Figura 3. Gráfico de casos registrados nos países com maior índice de infecção









**CEMEPE**  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS ALBERTO DE  
MOURA

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

A China é o país onde o vírus apareceu e onde houve mais infecções até o momento. Mas outros países já possuem um número significativo de casos confirmados: Coreia do Sul, Itália, Irã, Japão, França, Alemanha e Espanha superavam a marca dos 200 doentes em 5 de março. Em 17 de março, o Governo espanhol confirmava mais de 490 mortes pela Covid-19.

O ritmo de cada país é diferente. Japão, Hong Kong e Singapura viram crescer as infecções de maneira paulatina desde janeiro. Em outros países, como Espanha, França e Alemanha, os casos dispararam seguindo a esteira da Itália, que soou o alarme na Europa.

É importante entender que falamos de casos confirmados. Ou seja, estamos medindo dois fenômenos ao mesmo tempo: o aumento real de infectados em cada país e a capacidade de detectá-los por parte de suas autoridades.

A evolução na Europa é um bom exemplo disso. Após a explosão de casos na Itália, observa-se um aumento em muitos países. Mas a razão disso não é só a existência de infecções; há também um aumento nas detecções porque os países reforçaram seus protocolos. “É provável que essa mudança tenha tido um grande efeito no número de casos. A transmissão da doença pode ser alta, mas não é plausível que seja tão alta a ponto de gerar os picos que vimos em muitos países”, diz Adam Kucharski, professor da London School of Hygiene & Tropical Medicine.

Na Espanha, os casos dispararam após 25 de fevereiro, quando o país começou a realizar exames de Covid-19 em pessoas com pneumonias de origem desconhecidas. Até então, o protocolo era aplicar o teste somente a indivíduos com sintomas que tivessem tido contato com casos confirmados ou que tivessem visitado as zonas de risco.

Fonte: Adaptado de El País, 2020 pelo CEMEPE.

### Levante as suas dúvidas:

3. Com relação ao novo corona vírus, ao COVID-19 e à pandemia, escreva as suas dúvidas sobre o assunto.

---



---



---



---

4. A partir dessa lista de dúvidas, selecione 02 (duas) perguntas e pesquise as suas respostas. Escreva abaixo as respostas das suas duas dúvidas que foram obtidas por você:

---



---



---



---



---



**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS ASSÉ TIASAR

8. Pesquise e responda aqui porque o isolamento social está sendo amplamente utilizado como principal medida de prevenção.

---



---



---

9. Na nossa cidade, quais são os serviços essenciais que devem continuar em funcionamento mesmo durante o isolamento social.

---



---



---

### Vamos nos divertir?

10. Convidamos você a selecionar uma música dentre as suas preferidas e criar uma paródia (recriar a letra original da música) sobre os conteúdos e conceitos que envolvem a pandemia e o COVID-19. Escreva a música selecionada seguido pela nova letra criada por você e caso se sinta confortável, cante para a sua família e/ou responsáveis.

Música selecionada: \_\_\_\_\_

Nova letra criada por você (Se precisar, utilize o verso desta página ou um outro papel)

---



---



---



---



---



---



---



---

### Referências:

EL PAÍS. O Mapa do Corona vírus: como aumentam os casos dia a dia no Brasil e no mundo.

Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924\\_318538.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/03/12/ciencia/1584026924_318538.html)

Acesso em 03/04/2020.

NOVA ESCOLA. Coronavírus. Como abordar coronavírus e outras epidemias com a turma?

Disponível em [https://novaescola.org.br/conteudo/18857/como-abordar-coronavirus-e-](https://novaescola.org.br/conteudo/18857/como-abordar-coronavirus-e-outras-epidemias-com-a-turma)

[outras-epidemias-com-a-turma](https://novaescola.org.br/conteudo/18857/como-abordar-coronavirus-e-outras-epidemias-com-a-turma) Acesso em 03/04/2020

Elaborado por: CEMEPE



**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PRÁTICAS EDUCACIONAIS ANILTON GRIZARDI

## Ciências – EJA

Leia os textos abaixo e depois responda às perguntas:

### A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS NO BRASIL E NO MUNDO

13 de mar de 2020 (atualizado 23/03/2020 às 16h43, no site Nexa Jornal)

#### O QUE SE SABE SOBRE O VÍRUS

##### O QUE É A COVID-19?

A covid-19 é uma doença infecciosa da família de vírus chamada de coronavírus. Essa nova doença tem origem ainda incerta, mas o mais provável é que o vírus tenha vindo de animais vendidos no mercado central de Wuhan, metrópole chinesa onde o vírus foi descoberto, em dezembro de 2019.

##### QUAIS SÃO OS SINTOMAS?

Além dos sintomas típicos da gripe – como febre, tosse, dor muscular e cansaço –, o coronavírus pode afetar o sistema respiratório da vítima, causando pneumonia e podendo matar. As pessoas mais suscetíveis às consequências graves do vírus são idosos e pessoas com condições preexistentes.

##### COMO É A TRANSMISSÃO?

O coronavírus é transmitido da mesma forma que uma gripe comum. Isso significa que a doença é transmitida pelo contato com secreções de pessoas contaminadas: gotículas de saliva, espirro, tosse, toque ou aperto de mão seguido de contato com boca, nariz e olhos.

##### COMO É POSSÍVEL SE PREVENIR?

Para reduzir os riscos de contágio e de transmissão, o Ministério da Saúde recomenda medidas como evitar contato próximo com doentes, cobrir nariz e boca quando espirrar ou tossir, evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca e manter os ambientes bem ventilados. Lavar frequente e adequadamente as mãos é uma das principais recomendações, uma vez que expor o vírus ao sabão o destrói com eficácia. Devido ao avanço da pandemia, governos e especialistas têm recomendado (e, em alguns países, imposto) a adoção do distanciamento social, um esforço coletivo em reduzir o contato entre as pessoas para conter a transmissão dos vírus. Aglomerações e reuniões em lugares fechados devem ser evitadas.

##### EXISTE TRATAMENTO?

Até 18 de março de 2020, não existia um tratamento específico para o vírus, nem vacina preventiva. A recomendação é que as pessoas infectadas fiquem isoladas e permaneçam em observação. Elas devem ficar em repouso e se hidratar. Além disso, é recomendável se medicar com analgésicos para aliviar os sintomas.



### QUAL A LETALIDADE DO VÍRUS?

A letalidade da covid-19 está estimada em torno de 3% e 4%. Essa estimativa é baseada apenas em casos confirmados da doença, ainda que somente uma pequena parte da população seja submetida a testes para detectar o vírus, e que haja uma fração dos infectados que não apresentam sintomas e, por isso, tendem a não buscar a testagem. A taxa estimada para a covid-19 representa um nível menor de letalidade do que a de outras doenças, como, por exemplo, a Sars (síndrome respiratória aguda grave, que se alastrou entre os anos 2002 e 2004). No entanto, causa grande preocupação a rapidez da transmissão do novo tipo de coronavírus e a alta letalidade dele em pessoas do chamado “grupo de risco”, acima dos 60 anos e/ou com condições respiratórias, cardiovasculares ou imunológicas pré-existent.

FIGURA 1: Cuidados contra a transmissão do Coronavírus

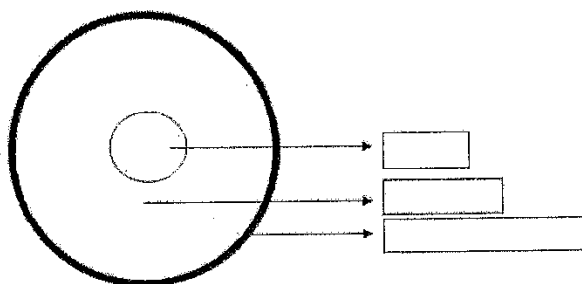


Fonte: Prefeitura de Uberlândia, 2020.

*As questões estão identificadas e organizadas contemplando os conhecimentos construídos do 6º ao 9º Período. Assim, estudante, localize e resolva as questões propostas considerando o seu Ano/Período de Ensino.*



1) **Estudantes do 6º Período** - A COVID – 19 é uma doença provocada por um vírus que ataca as células do sistema respiratório. Sabemos que o corpo humano é constituído por milhões de diferentes tipos de células, mas que essas células possuem três estruturas comuns. No esquema abaixo identifique essas estruturas:



2) **Estudantes do 7º Período**: Explique por que os vírus não são considerados seres vivos, mas sim “parasitas intracelulares obrigatórios”. Relacione essa característica ao fato de não existirem remédios para doenças virais.

---

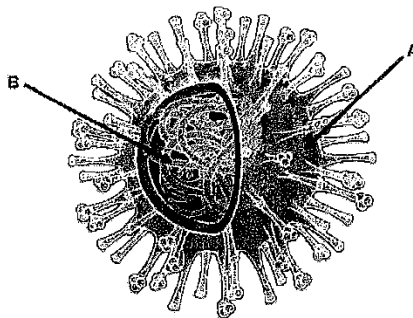


---



---

3) **Estudantes do 7º Período**: Na imagem abaixo está esquematizado uma partícula de coronavírus. Dê o nome das estruturas indicadas pelas letras A e B:



Fonte: <<https://abrilsaude.files.wordpress.com/2020/02/gripe-h1n1.jpg?quality=85&strip=info>>.  
 Acesso em 01/04/2020. Modificado.

4) **Estudantes do 7º Período**: De acordo com o texto não existe tratamento e nem vacinas disponíveis para a COVID – 19. Explique como funciona a vacina no tratamento de doenças.

---



---



---

5) **Estudantes do 8º Período**: De acordo com o texto o coronavírus pode afetar o sistema respiratório da vítima e provocar pneumonia que é um dos sintomas mais agudos da doença,





**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS ANÁLIA CRUZ

podendo levar o indivíduo à morte. Na pneumonia qual órgão do Sistema Respiratório é afetado?

---



---



---

6) Estudantes do 8º Período: A COVID – 19 é uma doença viral que pode causar Síndrome Respiratória Aguda, que em termos gerais, é a dificuldade em efetuar trocas gasosas. Qual termo se usa para definir “trocas gasosas” e em qual parte dos pulmões esse processo acontece?

---



---



---

7) Estudantes do 9º Período: Uma das medidas de prevenção da COVID – 19 é lavar as mãos com água e sabão e fazer uso do álcool em gel 70%. Abaixo estão as fórmulas químicas da água, do sabão e do álcool:

- Fórmula química da água:  $H_2O$
- Fórmula química de um dos componentes do sabão:  $Na_2CO_3$
- Fórmula química do álcool:  $C_2H_5OH$

Considere:

H (Z = 1); O (Z = 8); Na (Z = 11); C (Z = 6)

Lembre-se: Z = Número Atômico

Determine o Número de Prótons e o Número de Elétrons de cada átomo apresentado nas fórmulas acima.

---



---



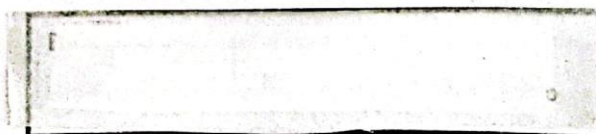
---

**Referências:**

A pandemia do coronavírus no Brasil e no mundo. Nexo Jornal. Disponível em:

<https://www.nexojornal.com.br/index/2020/03/13/A-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-no-Brasil-e-no-mundo> Acesso em 01 de abril de 2020.

UBERLÂNDIA, Prefeitura de Uberlândia. Prefeitura reforça cuidados contra transmissão do coronavírus. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/02/27/prefeitura-reforca-cuidados-contr-transmissao-do-coronavirus/>. Acesso em 01 de abril de 2020.





**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PESQUISA EDUCACIONAL ALBERTA PERAZ

## Um vírus urbano e das redes

Diferentemente das epidemias que surgiram na China em 2002 e no México em 2009, o novo coronavírus combina rápida expansão e um acesso fácil a diferentes pontos do globo, o que se explica pela posição da China na atual economia mundial e pelas redes de conexões aéreas que terminaram por impulsionar a difusão do vírus.

O novo coronavírus também se comporta de maneira quase “perfeita” para um contexto explosivo de expansão. Primeiro, porque age em silêncio na maioria dos casos. Muitos portadores, por não apresentarem sintomas ou sinais de infecção, exprimem elevado potencial de contaminação em um cotidiano carregado de pessoas desprevenidas. Mesmo em países onde a epidemia chegou mais tarde, esse “silêncio” contribuiu com a propagação.

Segundo, porque houve (e ainda há), sobretudo, a irresponsabilidade e demora das autoridades na aplicação de medidas de contenção. Quando alguns países emitiram alertas da Organização Mundial de Saúde (OMS), milhares de pessoas contaminadas já estavam em circulação. No Brasil, mesmo com a contenção e o toque de recolhimento decretado em algumas cidades, o vírus já estava presente nas rotas do poder e nos condomínios nobres de cidades como São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro.

Neste país, a situação revela-se ainda pior em meio a uma infraestrutura de saúde aquém das demandas rotineiras e de um baixíssimo estoque de testes, o que torna o número de casos confirmados muito inferior ao número de casos reais.

O baixo monitoramento é um problema grave porque o enfrentamento do vírus exige a quebra das redes de contágio. Identificar os infectados, nesse sentido, torna-se medida estratégica para o retardamento temporal da epidemia. Caso medidas como essa não sejam levadas a sério, a contaminação atinge seu pico em um curto espaço de tempo e empurra o sistema de saúde inevitavelmente para o colapso.

[...] Poucos dias de atraso na aplicação de medidas de contenção amplificaram o colapso nesse país e a própria curva temporal da doença. Isso significa que as medidas de contenção, ao contrário do que dizem muitos empresários e líderes políticos, podem minimizar até mesmo as implicações da epidemia na economia.

[...]. De uma espacialização que se confunde com as principais rotas aéreas, o novo coronavírus agora aterrissa no cotidiano das cidades e mira as periferias.

## O vírus alcança os pobres, e agora?

O vírus da geopolítica, aquele que viajou de avião, agora alcança os lugares e invade o cotidiano dos pobres. Assim como a globalização, o coronavírus também chega às periferias. Nesse ponto, a metáfora se repete, pois em seu DNA germina a perversidade crua, impiedosa, insana.

Por mais que alguns vociferem que o barco seja o mesmo, o que nos separa é dramático e tirânico. De um vírus da geopolítica, agora teremos uma verdadeira geografia do caos. Isso porque o vírus que deixou o patrão em berço esplêndido agora se junta a dezenas de outras doenças que já afetavam a saúde da empregada.

As duas primeiras mortes registradas no Brasil, de um porteiro de condomínio de luxo e de uma empregada doméstica, demonstram que a proliferação do vírus também traduz um conflito de classe.

No mercado informal ou no que Milton Santos (1979) chama de circuito inferior da economia, milhares de trabalhadores estarão impedidos, em boa medida, de exercer a quarentena. Se medidas urgentes não forem adotadas, a fome, os conflitos e a própria epidemia se intensificarão.





**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS JURUATÁRIS

Caso as informações de medidas preventivas ousem alcançar o sujeito em situação de rua ou a senhora que sequer tem acesso a água tratada, que sentido elas trazem? Arisla Barros (2020), ao visitar a periferia de Maceió, conta que em muitas casas não há água encanada, tampouco pia ou lavatório. Uma mãe que colhe água em um buraco aberto, conta ela, compartilha-a com seus vizinhos para que não falte o banho. Não possuem geladeira nem televisão. Ao perguntar-lhe o que irão fazer contra o novo coronavírus, Barros tem a seguinte resposta: “Moça, às vezes nós não tem água nem pra tomar banho todo dia, imagina para lavar as mãos toda hora” (Barros, 2020).

É possível pensar nas medidas de contenção para uma realidade como essa? Como lavar as mãos se não há sequer sabão? Como pensar em isolamento social se no único quarto, com três colchões, dormem cinco pessoas? É possível imaginar o diagnóstico nesse caso? A imagem desse cenário escancara não apenas a falência de um modelo de Estado, mas a de uma sociedade inteira.

Enquanto muitos se deleitam em suas casas, compartilhando vídeos com sugestões do que fazer diante do ócio; enquanto parlamentares e representantes do capital rentista planejam reformas que logo tomarão corpo; enquanto políticas de isenção fiscal e medidas de socorro a grupos corporativos são anunciadas, um verdadeiro caos aproxima-se das periferias.

Nesses lugares, a grande perversidade é anterior ao vírus, podendo, obviamente, agravar-se com ele. [...].

O novo coronavírus não é um vírus da globalização apenas porque segue os fluxos das redes modernas. A calamidade e as ameaças resultam de um agravo social que se sustenta no autoritarismo e na miséria programada. É por isso que o vírus não atinge a todos de maneira igual – longe disso. O DNA que ele carrega não é estranho ao que já acomete milhares de brasileiros, nem a incapacidade deliberada de lidar com toda a adversidade que ele traz.

[...]

**De acordo com o texto responda as questões:**

1) O que os dois mapas no início do texto mostram?

---



---



---

2) O que os dois mapas no início do texto têm em comum?

---



---



---

3) Pesquise o que é metáfora. Qual a metáfora usada pelo autor no texto?

---



---



---

4) Onde foi identificado pela primeira vez o novo coronavírus? O que aconteceu com esse vírus?

---



---



---



**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS ALBERTO SMOZ

5) Por que o coronavírus comporta de maneira quase “perfeita” para um contexto explosivo de expansão?

---



---

6) Qual medida citada no texto para o enfrentamento do vírus e retardamento temporal da epidemia?

---



---

7) Qual o emprego das pessoas, cujas mortes foram as duas primeiras registradas no Brasil pelo novo corona vírus? Será que essas foram as primeiras pessoas contaminadas no país? O que isso revela?

---



---



---



---

8) O novo coronavírus atinge a todos de maneira igual? Por quê?

---



---

9) Se o coronavírus alcançar o cotidiano dos pobres, as periferias, o que pode acontecer?

---



---

10) Explique por que segundo o autor do texto, o novo coronavírus é um vírus que carrega figurativamente o DNA da globalização?

---



---

11) Resolva o caça-palavras e encontrando as 15 palavras que respondam as 11 questões:

A) Nome do novo vírus: \_\_\_\_\_

B) Nome da doença: \_\_\_\_\_

C) País onde surgiu o novo coronavírus: \_\_\_\_\_

C) Processo que pode ser visto pelos fluxos contemporâneos, também é típico da modernização: \_\_\_\_\_

D) Sigla de Organização Mundial de Saúde: \_\_\_\_\_





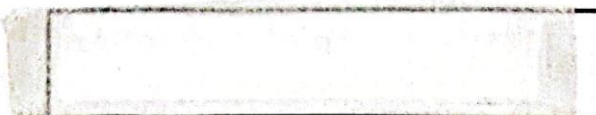
**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS

- E) Muitos portadores, que não apresentarem sintomas ou sinais de infecção são: \_\_\_\_\_
- F) Três locais do Brasil onde o novo coronavírus apareceu primeiro: \_\_\_\_\_
- G) Duas formas como novo coronavírus se comporta na sua expansão: \_\_\_\_\_
- H) O início da espacialização do novo coronavírus confunde com as principais: \_\_\_\_\_
- I) Duas medidas adotadas para a contenção do novo coronavírus: \_\_\_\_\_
- J) Forma que a globalização e o novo coronavírus se manifesta nas periferias: \_\_\_\_\_

S R R Y O E R A W N K O O S A  
C O O W Y L O Á K N R D Ã I I  
O R C T I D U K P I W Z C L L  
V V O I A X U A E I W E A E Í  
I Y D S T S F N P H D V Z N S  
D O M Q C Á A V X O O A I C A  
C J S H C J M É B E Ã K L I R  
X Y I X E O X O R D A S A O B  
G N U D N T L I T E Z K B S U  
A R O D U S M O J N A Y O A N  
C I P E R V E R S A I S L F H  
R A N E T N E P A U Q S G Y U  
C O R O N A V Í R U S L S V Y  
B F G T A L F F X I K G R A I  
T M N L P V J P K U N J U S S

**Referências:**

CASTILHO, Denis. Texto adaptado. Revista Pragmatismo Político, de 23 de março de 2020.  
Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2020/03/virus-dna-globalizacao-perversidade.html>. Acesso em: 31 de março de 2020.





**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E PROJETOS EDUCACIONAIS JULIETA DINIZ

## História – EJA

Caro estudante, para esta atividade, acesse o link

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931/PDF/230931por.pdf.multi>

Caso você não tenha essa possibilidade, procure a sua escola nos horários disponibilizados para entrega do material impresso.

Leia a História em Quadrinhos Njinga a Mbande: Rainha do Ndongo e do Matamba. Responda:

1) De acordo com a História em Quadrinhos, como foi o primeiro contato entre portugueses e o reino de Ndongo?

---



---

2) Como era a sociedade africana do século XVII, quando chegaram os portugueses?

---



---

3) Como foi o segundo contato entre portugueses e os povos de Ndongo a partir de 1575?

---



---

4) Como surgiu Luanda, a atual capital de Angola?

---



---

5) Segundo a História em Quadrinhos, o que Luanda tornou-se?

---



---

6) Em que ambiente Njinga foi criada? Descreva-o.

---



---

7) Quando o pai de Njinga morre o que acontece que o abala profundamente?

---



---



**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS ALBERTO CRUZ

8) Qual a relação das guerras e a escravidão? Explique.

---



---

9) O que Njinga presenciava ao chegar a Luanda? Descreva.

---



---

10) Recrie em um pequeno texto a negociação entre Njinga e o vice-rei de Portugal, destacando a simbologia da cena.

---



---

11) Descreva os principais resultados do acordo entre os reinos de Ndongo e Portugal?

---



---

12) Quais as circunstâncias que levaram Njinga ao governo de seu povo? Comente e emita sua opinião escolhendo uma das possibilidades históricas explicativas.

---



---

13) Depois de várias tentativas, a Coroa portuguesa assina outro tratado, explique as causas e as consequências desse tratado de 1567.

---



---

14) Por que a rainha Njinga é considerada uma personagem histórica importante? Justifique.

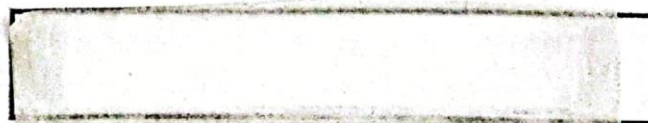
---



---

**Referências:**

UNESCO. Njinga a Mbande: Rainha do Ndongo e do Matamba Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931/PDF/230931por.pdf.multi> Acesso em 03/04/2020.





**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDO E PROJETO EDUCACIONAIS ACERCA DA ONT

Responda em português:

1) Uma moça chama um homem que vê na rua? Qual é o pedido que ela faz?

---



---

2) Qual é a reação do homem quando a moça tenta se comunicar com ele?

---



---

3) Traduza: *"She's got blisters on the soles of her feet/She can't walk but she's trying..."*

---



---

4) Encontre o verso correspondente a: "É outro dia pra você e eu no paraíso..."

---



---

**Referências:**

<https://accessaber.com.br/atividades/atividade-de-ingles-another-day-in-paradise-8o-ou-9o/#more-23807>

<https://www.vagalume.com.br/phil-collins/another-day-in-paradise.html>

Elaborado por: CEMEPE







**CEMEPE** ASSESSORIA PEDAGÓGICA  
CENTRO MUNICIPAL DE ESTUDOS E  
PROJETOS EDUCACIONAIS JULIETA DINIZ

2) Analisando o gráfico que representa a hospitalização por faixa etária, responda:

A - Quantas pessoas foram internadas em 2019 com mais de 59 anos de idade? Registre os cálculos.

---



---



---

B - Em quais faixas etárias o número de pessoas hospitalizadas está inferior a 30 mil?

---



---



---

C - Quantas pessoas a mais foram internadas na faixa etária entre 40 a 49 anos em relação a faixa etária entre 50 a 59 anos?

---



---



---

3) Retire do texto todos os valores escritos que corresponde a quantidade de pessoas e coloque esses em ordem crescente.

---



---



---

4) Releia o primeiro parágrafo e explique o seguinte trecho: "a maioria dessas hospitalizações (59%) envolveu pessoas com menos de 60 anos".

---



---



---

**Referências:**

<https://apublica.org/2020/04/brasil-tem-milhoes-em-grupo-de-risco-para-o-coronavirus/>

Elaborado por: CEMEPE

